

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**(RES)SIGNIFICAÇÕES RELIGIOSAS NO SERTÃO DAS
GERAIS:**

as folias e os reis em Januária (MG) - 1961/2012

IARA TOSCANO CORREIA

**Uberlândia – MG
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**(RES)SIGNIFICAÇÕES RELIGIOSAS NO SERTÃO DAS GERAIS:
as folias e os reis em Januária (MG) - 1961/2012**

IARA TOSCANO CORREIA

**Uberlândia – MG
2013**

Iara Toscano Correia

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado

Uberlândia, Fevereiro de 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C824r Correia, Iara Toscano, 1972-
2013 (Re) significações religiosas no sertão das gerais : as folias e os
 reis em Januária (MG) - 1961/2012 / Iara Toscano Correia. -- 2013.
 317 p. : il.

Orientadora: Maria Clara Tomaz Machado.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História -- Teses. 2. Folia de reis -- Januária (MG) --
Teses. 3. Januária (MG) -- Cultura popular -- Teses. 4. Festas
religiosas -- Teses.

I. Machado, Maria Clara Tomaz . II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

CDU: 930

Iara Toscano Correia

**(Res)significações religiosas no sertão das Gerais: as folias e os reis em
Januária (MG) - 1961/2012**

Profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado (Orientadora/UFU)

Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib (UFU)

Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato (UFU)

Prof. Dr. Renato da Silva Dias (UNIMONTES)

Profa. Dra. Cléria Botelho da Costa (UnB)

AGRADECIMENTOS

Uma tese é sempre um trabalho solitário, mas, que de maneira paradoxal, se constrói coletivamente. Muitas foram as pessoas e instituições que atravessaram o longo caminho que percorremos durante o processo de construção dessa pesquisa e que, de algum modo, foram fundamentais em seus resultados. Um diálogo quase esquizofrênico que travamos com mil vozes dissonantes (burocrática, científica, afetiva, financeira, biológica e espiritual) que deixam, inevitavelmente, marcas silenciosas no texto. Esse é o momento de tentar nomear alguns dos parceiros e colaboradores que me ajudaram nessa empreitada:

- Em primeiro lugar agradeço aos meus interlocutores, sem os quais esse trabalho não seria possível. Agradecimentos especiais ao terno de Folia de Reis dos Figueiredos, ao Terno Reis dos Temerosos, a Folia de Reis da Comunidade de Alegre, a Folia de Reis do Zé Preto da Comunidade Pé da Serra, ao Terno de Reis de Pastoras da Comunidade Barreiro, ao Terno de Reis da Comunidade de Olhos D'Água e ao senhor Zé Vermelho da Folia de Reis do Barreiro, e a todos os foliões que me acolheram durante a pesquisa, cedendo seu tempo e suas memórias, listados nominalmente nas referências. Agradeço aos seus mestres e capitães, Miguel Figueiredo, João Damascena, Zé Preto, D. Zilda e D. Chica, pela acolhida e me por me permitirem participar da rotina do grupo. Espero fazer justiça às histórias que vocês me contaram.

- Agradeço a FAPEMIG (Fundação de Apoio a Pesquisa de Minas Gerais) pelo fomento;

- A minha orientadora, profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado. O longo percurso que trilhamos juntas nos tornou parceiras e cúmplices no ofício e na vida. Uma amizade que transgrediu os limites do muro acadêmico;

- Ao professor Carlos Rodrigues Brandão por seus conselhos, que procurei guardar cuidadosamente em meu *caderno redondo*, e pela incrível experiência interdisciplinar que compartilhamos durante seu curso: *Cultura, Culturas Populares e Patrimônio Cultural Popular*, ministrado em 2009, pelo PPG-Geografia/UFU;
- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFU, responsáveis por grande parte da minha formação acadêmica, meu muito obrigado. Agradecimentos especiais à professora Jacy Alves Seixas pela amizade e o conselho infalível de “como se livrar de uma encrenca”;
- Aos professores que se dedicaram a leitura desse material, o professor e amigo Renato Dias e a Cléria Botelho da Costa, colaboradora em outras histórias; ao parceiro de festa e folia Cairo Katrib e a Christina Lopreatto pela dupla leitura e a difícil missão de aparar as arestas do Exame de Qualificação para a Defesa;
- Aos secretários do Instituto de História, sempre solícitos em sua missão de ‘descomplicar’ os meandros burocráticos, em especial à Josiane Braga Borges e Luciana Lemes de Andrade Borba, pela competência com que desenvolvem seus trabalhos e, sobretudo, pela alegria sincera de suas amizades;
- Aos funcionários da Biblioteca Amadeu Amaral, CNFCP/IPHAN, Doralice Vidal e Alexandre Coelho pela presteza no atendimento e sua diretora, à época, Marisa Colnago pela cessão dos documentos para a pesquisa;
- Aos amigos em Januária, que me hospedaram, alimentaram, cederam seus veículos e, principalmente, seu tempo para me auxiliar nas descobertas pelos sertões. Agradecimentos especiais a Cecília Lima Corrêa e sua família, Manoel “Prefeito” e D. Zonilda Lima Corrêa, pela hospedagem e pela amizade que construímos; a Ramiro Esdras e Márcio Tupiná pela documentação cedida e pela paixão que partilhamos ao discutir temas da história local; a Eustáquio Pimenta pela entrevista e pelas deliciosas

prosas que tivemos, a Ana Alaíde Amaral pelas descobertas que fizemos juntas e pelas fotos cedidas; ao imperador de reis Miguel Figueiredo, sua família e sua mãe D. Bia, pelo *pouso* em Bonito de Minas e por me receberem na *Raizama*. A Tião Lopes (Lopinho) pela sua belíssima viola e uma comovente história de vida; a família de Aerton pelas festas entre uma folia e outra;

- Aos amigos do POPULIS, Anderson (Coxinha) e Tadeu Pereira dos Santos, vocês salvaram minha vida várias vezes, nunca me esquecerei disso e espero poder retribuir algum dia;

- Aos amigos de Uberlândia por me permitirem desabafar, entre uma cerveja e outra, quando foi necessário: Floriana, Raphael Ribeiro, Florisvaldo, Diogo Brito, Elmiro, Luciana, Fabíola Benfica e Larissa Gabarra, que mesmo à distância, comungou de muitas de minhas ansiedades e frustrações;

- Aos colegas que cruzei nas disciplinas do Curso: Sandra Fiúza, Giselda Simonini, Celso, Renato, Luana, Frederico, e tantos outros com quem tivemos o prazer de dividir seminários e discussões, muito do que produzimos naqueles dias está presente neste estudo.

- As minhas duas famílias Toscano e Resende, agradeço pela torcida, a Vera Lúcia Resende sogra querida para muitos socorros, entre tantos o último: produzir um abstract para tese de última hora; minha cunhada Sidvera pelas imagens no campo de 2011 e pelas viagens em mil ideias mirabolantes;

- Por fim, meu mais profundo agradecimento, à minha família, meus filhos Julia e Artur Toscano Resende, pela paciência, não sei se bem compreendida, de esperar a mamãe sair do computador e deixar a “tal tese” um pouco de lado; ao Sidivan Resende, companheiro querido de tantas andanças, daqui e de lá, são seus os créditos pelas imagens, deslocamentos, financiamento, diagramação e edição dessa tese, parceiro de

campo e de gabinete, com você dividido todo o mérito que por ventura esse trabalho venha a ter.

"Carrancas do rio São Francisco"

Carlos Drummond de Andrade

As carrancas do Rio São Francisco
largaram suas proas e vieram
para um banco da Rua do Ouvidor.

O leão, o cavalo, o bicho estranho
deixam-se contemplar no rio seco,
entre cheques, recibos, duplicatas.

Já não defendem do Caboclo-d'água
o barqueiro e seu barco. Porventura
vêm proteger-nos de perigos outros
que não sabemos, ou contra os assaltos
desfecham seus poderes ancestrais
postados no salão, longe das águas?

Interrogo, perscruto, sem resposta,
as rudes caras, os lanhados lenhos
que tanta coisa viram, navegando
no leito cor de barro. O velho Chico
fartou-se deles, já não crê nos mitos
que a figura da proa conjurava,
ou contra os mitos já não há defesa
nos mascarões zoomórficos enormes?

Quisera ouvi-los; muitos contariam
de peixes e de homens, na difícil
aventura da vida dos remeiros.

O rio, esse caminho de canções,
de esperanças, de trocas, de naufrágios,
deixou nas carrancudas catadeiras
um traço fluvial de nostalgia,
e vejo, pela rua do Ouvidor,
singrando o asfalto, graves, silenciosos,
o leão, o cavalo, o bicho estranho...

RESUMO

Os discursos assumidos na modernidade vêm tratando os temas da cultura popular como uma vitrine do “politicamente correto”, com capacidade de solucionar problemas econômicos latentes. Tais discursos defendem o incremento da produção artesanal, a viabilização de festas e tradições populares e do folclore em geral, como forma de atender uma virtual demanda do mercado turístico e, ao mesmo tempo, promover o *desenvolvimento sustentável* de comunidades rurais e urbanas. Refletindo sobre esse interesse pelo que é popular e marginal nesse começo de século, dirigimos nosso olhar para o microcosmo das folias de reis no município mineiro de Januária, às margens do Rio São Francisco. Elegemos como base de observação quatro grupos de reis distintos: a Folia de Reis dos Figueiredos, a Folia de Reis do Alegre, a Folia do Zé Preto e o Terno de Reis dos Temerosos. Nosso ponto de partida foi o levantamento folclórico realizado pela Campanha Nacional de Defesa do Folclore, em 1961, para a comemoração do centenário de fundação do município. O estudo se estrutura em dois movimentos analíticos: primeiro, de uma perspectiva diacrônica sobre o ritual, identificamos as permanências, rupturas e (res)significações ocorridas na tradição dos reis dessa região; em um segundo momento, refletimos sobre a apropriação institucional de temas ligados ao universo popular, bem como a criação de feiras e festivais folclóricos locais, e as interações e táticas utilizadas pelos *ternos de reis* para a manutenção de suas tradições frente ao crescente interesse por suas práticas nessa passagem de milênio.

Palavras Chave: Sertão de Minas Gerais, Januária, Religiosidade Popular, Folia de Reis

ABSTRACT

The speeches assumed by modernity have been treating the popular culture themes as a “political correctness” showcase, capable of solve latent economic problems. Such speeches defend the increment of craft production, the viability of festivals and popular traditions and the folklore in general, as a way to meet the virtual touristic and market demand and, at the same time, promote the sustainable development of rural and urban communities. Reflecting about this interest in what is popular and marginal at the beginning of this century, we turn our eyes to the follies of kings microcosm at the mining town of Januária, on the banks of Rio San Francisco. We chose as basis of observation four distinct groups of kings: the Folia de Reis dos Figueiredos, the Folia de Reis do Alegre, the Folia de Reis do Zé Preto, and Terno de Reis dos Temerosos. Our starting point was the folkloric survey conducted by the National Campaign for Protection of Folklore, in 1961, for the city’s centenary of the founding celebration. The study is structured into two analytical movements: first, from a diachronic perspective about the ritual, we identify the permanencies, ruptures and (re)significations occurred in the tradition of kings of this region; in the second moment, we reflect about the institutional appropriation of themes linked to the popular universe, as well as the creation of local folkloric fairs and festivals, and the interactions and tactics used by the *kings suits* to maintain their traditions in face of the growing interest in their practices at this passage millennium.

Keywords: Backwoods of Minas Gerais, Januária, Popular Religiosity, Follies of Kings.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 01 |
| | |
| CAPÍTULO I - <i>O Rio São Francisco me partiu em dois ...</i> | 26 |
| 1.1 - Januária entre o Rio e o Gerais | 26 |
| 1.2 - Januária: entre a modernidade e a decadência | 57 |
| 1.3 - Política e violência nos sertões de Minas | 70 |
| 1.4 – Januária centenária | 84 |
| | |
| CAPÍTULO II – A Tradição em processo | 101 |
| 2.1 – As folias e os reis em Januária | 101 |
| 2.2 – Caracterização dos grupos de reis | 145 |
| | |
| CAPÍTULO III – O movimento ritual e simbólico das folias | 169 |
| 3.1 – Vamos dar mais uma volta, que a viola mandou dar Ritual e simbologia da folia de Reis | 169 |
| 3.2 - Análise da estrutura melódica | 190 |
| 3.3 - Lapinhas –fronteiras do contemporâneo | 208 |
| | |
| CAPÍTULO IV – O folclore e a cultura popular: interfaces institucionais | 237 |
| 4.1 - A institucionalização da cultura popular | 237 |

| | |
|---|---------|
| 4.2 - O levantamento folclórico de Januária | 241 |
| 4.3 – O popular no contexto das políticas culturais | 258 |
| 4.4 – Festivais de Cultura Popular | 263 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 298 |
| ENTREVISTAS | 304 |
| REFERÊNCIAS | 306 |

[...] Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão? Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e essas poucas veredas, veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção.

João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos da década de 1990, comecei a perceber por toda parte uma grande efervescência em torno de temas ligados ao universo popular. Uma tendência da moda? Talvez. Mas, como toda tendência, um fenômeno fortemente alicerçado em fatores sociais e históricos. Os discursos políticos fizeram da cultura popular uma vitrine do “politicamente correto”, e da perspectiva econômica uma possibilidade capaz de solucionar alguns problemas econômicos latentes. Tais discursos defendem o incremento da produção artesanal, a viabilização de festas e tradições populares e do folclore em geral, como forma de atender uma virtual demanda do mercado turístico. Foi assim que, repentinamente, inúmeras cidades do país descobriram-se potencialmente turísticas.

Com o mercado de bens oriundos da produção popular em plena expansão, objetos artesanais, recolhidos nos mais diferentes cantos do país, tornaram-se alvo de colecionadores e de decoradores. No âmbito da culinária, pratos locais e regionais alçaram ao *status* de típicos *regionais*; folguedos e festas religiosas ganharam os palcos e estruturas de megaeventos; as músicas e os ritmos populares foram remasterizados e *mixturados* em poderosos liquidificadores digitais, embalados e distribuídos globalmente.

Enfim, nesse espaço de intensa efervescência de elementos do popular na cena contemporânea, me coloquei a refletir sobre a dinâmica que impulsiona esse interesse pelo que é popular, periférico e marginal nessa passagem de século. Foi por esse viés que deixei-me embalar pela embolada *hip hop-maracatu-rock-soul-funk-psicodélico* de grupos como Chico Science, Nação Zumbi, Mestre Ambrósio, Cordel do Fogo Encantado, Mundo Livre S.A., Lenine, e tantos outros artistas emergentes, que traziam

para dentro dos seus repertórios a estética do popular, apropriando-se de ritmos, instrumentos, poesias e improvisos. Tudo isso, é claro, sampleado em diferentes possibilidades rítmicas por meio da música eletrônica, e *linkada* ao mais autêntico e rebelde rock'n roll. Tal cenário me instigou a refletir sobre o que dava impulso a esse ecletismo no qual converge o moderno, o tradicional, o individual, o massivo, o popular, o local e o global.

A persistência dessa temática à minha volta tornou-se ainda mais forte depois de minha mudança para o município de Januária, no interior de Minas Gerais, em 2004, na condição de professora do Curso de História de uma instituição privada. Ali, as relações cotidianas me pareciam inegavelmente submetidas a essa clivagem entre tradição e modernidade. A vida cotidiana, numa cidade do interior como esta, está balizada por uma série de rituais construídos em várias gerações, que se defrontam com diversas outras manifestações culturais da contemporaneidade e ora recriam, ora (res)significam ou mesmo impõem maneiras outras, nesse espaço cultural. Todavia, observa-se um crescente esforço de manutenção e de visibilidade, por parte da sociedade civil organizada, em cristalizar algumas dessas tradições enquanto marca de uma identidade, que tanto pode ser januarense/barranqueira/sanfranciscana.

Januária me impressionou tanto pela variedade de eventos ligados ao universo das folias de reis, quanto pela diversidade dos grupos (comunidades, famílias, bairros), envolvidos e comprometidos com os reis. São diferentes sujeitos envolvidos que se apropriam do passado, das tradições, por motivos e interesses distintos.

A cultura popular, enquanto modo de vida, alimenta tradições de séculos de existência, ao mesmo tempo em que também é celebrada como folclore, ou produto turístico local, e se exhibe vaidosa em palcos e praças da cidade e região. Contudo, as manifestações da cultura popular não deixam de imiscuir-se em meio às políticas

públicas culturais, lançando mão de projetos, leis de incentivo e concursos como forma de captar recursos em benefício de seus participantes ou da comunidade. Presume-se, nessa perspectiva, que a cultura popular pode ser entendida tanto como uma arma na luta contra a exclusão, ou mesmo como conformismo e enquadramento naquilo que se delineou como práticas culturais a se preservar.

Entre as inúmeras definições de cultura popular, Michel de Certeau a enxerga como uma pedra opaca que, por não ter um lugar institucional próprio, ela cria o seu *próprio* por meio de astúcias e trampolinagens, fazendo-se no espaço do *outro*. Assim, não existe a possibilidade de pensar a cultura como algo cristalizado, mas em constante movimento e transformação. Para ele:

(...) Cultura de um lado é aquilo que ‘permanece’ do outro aquilo que se inventa. Há, por um lado, as latências que se acumulam na espessura das mentalidades, certezas e ritualizações sociais, via opaca, inflexível, dissimulada nos gestos cotidianos, ao mesmo tempo os mais atuais e milenares. Por outro lado, as irrupções, os desvios, todas essas marcas de uma inventividade, de onde as gerações futuras extrairão sucessivamente sua ‘cultura erudita’. A cultura é uma noite escura em que dormem as revoluções de há pouco invisíveis, encerradas nas práticas — pirilampos e, por vezes, grandes pássaros noturnos atravessam-na; aparecimentos e criações que delineiam a chance de um outro dia¹.

A riqueza do lugar me fez optar pelo presente recorte. A política econômica brasileira da década de 1950, com uma forte conotação desenvolvimentista, visava transformar um país essencialmente agrário, deixando de lado um modo de viver rústico para dar lugar à modernidade. Nas palavras de Schwarz: *tratava-se de minar as raízes do país caipira para enquadrá-lo no rol das nações desenvolvidas*².

Januária participava dessa euforia modernizadora e a expressou na comemoração de seu primeiro centenário no ano de 1961. O centenário representa um momento de

¹ CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papyrus, 1995, p. 239.

² SCHWARZ, Roberto. Fim do século. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 4/12/1994. Mais!, p. 6-9.

avanços na urbanização e modernização do município. As elites em Januária trabalharam arduamente para perpetuar esse momento, marcado por uma intensificação na produção de discursos sobre a cidade. Para organizar todas as atividades que envolviam a comemoração do centenário foi criada a *Associação dos Amigos de Januária*, composta por januarenses que residiam em Belo Horizonte e em Januária. A revista *Silhueta*, distribuída na capital, tratou com exclusividade do centenário em seu nº 95, do ano de 1960.

A Associação publicou um catálogo traçando o perfil da história, economia e estrutura do município. Ao mesmo tempo, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro desenvolvia um levantamento sobre o folclore de Januária, com pesquisa coordenada pelo folclorista Joaquim Ribeiro e custeada pelo Ministério da Educação e Cultura. Desse levantamento resultou um livro intitulado *Folclore de Januária*³, em que Joaquim Ribeiro apresenta o relatório final, publicado apenas em 1970 pelo MEC, ao lado de um filme documentário que retrata cenas do cotidiano do município.⁴

Por esse motivo tomamos o ano da comemoração do centenário como marco cronológico e trazemos nossas observações até os dias atuais, utilizando os dados que recolhemos até o último trabalho de campo possível, em 2012. Com o intuito de observar mais de perto as transformações que vem sendo operadas ao longo do tempo no conceito e na apropriação da cultura popular, atravessadas, nesta passagem de século, por interesses políticos e mercadológicos. Portanto, desenvolvemos dois movimentos analíticos: primeiro, identificando as permanências, rupturas e mudanças

³ RIBEIRO, Joaquim. **Folclore de Januária**. Rio de Janeiro: MEC/Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1970.

⁴ Este filme perdeu o áudio, mas suas imagens foram remasterizadas pela FUNARTE / Museu do Folclore, disponível para consulta pública no Museu do Folclore, no Rio de Janeiro. Outra versão foi produzida por um grupo de januarenses, que no afã de disponibilizar este documento e insatisfeitos com apenas as imagens captadas na época, reelaboraram as falas, a partir de uma nova narrativa sobre o município que foi incorporada às imagens, com uma locução em *off*.

ocorridas na cultura popular a partir de um olhar diacrônico do ritual, e, em um segundo momento, refletindo sobre a forma como elementos do popular vem sendo (re)apropriados por parte de sujeitos e instituições. Para isso, recorreremos a um de seus temas: a religiosidade popular sob a forma dos rituais das folias de reis.

Para a reconstituição do cenário januarense utilizamos um tanto da sua literatura, com a vantagem de que as belezas naturais e a riqueza cultural dos sertões do São Francisco já foram decantadas em verso e prosa sob a forma de contos, crônicas, romances, poesias, além de inúmeras anotações de viagens⁵. Fragmentos esparsos de sua realidade, não raro pouco compreendida, vários relatórios com levantamentos e diagnósticos fundamentados sobre sua economia foram produzidos ao longo dos anos, narrativas que, muitas vezes, resvalaram sobre o município de Januária.⁶

Na literatura, obras como *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, *Brasil Interior*, do folclorista januarense Manuel Ambrósio e uma vasta coletânea folclórica produzida por Saul Martins, nos aproximou da alma sertaneja, desse povo geraizeiro, seus costumes, sua fala *catrumana*. O romance *Paixões Alegres*, de José Antônio de Souza, e a narrativa de memorialistas, como Moura Luz e Antônio Henrique de Matos Viana, nos forneceram o ambiente barranqueiro dos anos de 1950. Enquanto o primeiro reconstituiu Januária na perspectiva do romance, os outros dois, de maneira não menos ficcional, a descreveu com base em suas autobiografias.⁷

⁵ C.f.: ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1982. (Reconquista do Brasil; v. 70); BURTON, Richard. **Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp. 1977; SAINT-HILAIRE. August de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975; _____. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000;

⁶ Destacamos as expedições dos engenheiros Halfeild e Teodoro Sampaio, mencionados na maioria dos estudos sobre o São Francisco no século XIX.

⁷ C.f.: AMBRÓSIO, Manoel. **Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas**. Januária: Prefeitura Municipal de Januária/Lion's Club/Encontro com o Folclore, 1976; _____. **História de Januária**. Januária: UNIMONTES. (Transcrição dos Manuscritos originais, sem publicação); OLIVEIRA, Manoel Ambrósio Alves de. **Brasil Interior: palestras populares – folk-lore das margens do São Francisco**. BATISTA,

As monografias, dissertações, artigos e teses que tiveram a região Norte de Minas como temas, a despeito da incipiente produção acadêmica local, foram fundamentais para situarmos Januária no contexto regional. Alertamos para o fato de que buscamos reconstituir os fatos históricos em Januária em uma ampla cronologia. Tal exercício foi importante, tanto para sistematizar informações sobre o município que estão dispersas, mas também para captarmos as permanências, rupturas e descontinuidades culturais que atravessaram os séculos, deixando marcas profundas na paisagem imaginária e social do município.⁸

Os séculos XVIII e XIX marcam o período de maior dinamismo na economia da região norte mineira. O rio São Francisco foi o caminho natural de integração entre os sertões e o litoral. As populações ribeirinhas, na região do Médio São Francisco, com forte ligação com a Bahia, Pernambuco e Goiás, durante muitos anos transitaram livremente em toda a extensão do grande rio e pelo interior das gerais, através de antigas trilhas e estradas, provocando as trocas culturais que caracterizam as diversas expressões de seu povo.

Ramiro Esdras Carneiro; FELÍCIO, Rosélles Magalhães; CARVALHO, Carlos Ceza (Orgs.). Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2010. (2. ed., no prelo); MARTINS, Saul. **Antônio Dó**. 3.ed. Belo Horizonte, 1997; _____. **Os barranqueiros**. Belo Horizonte, 1969; _____. **Canção da terra: poemas**. 1998; LUZ, Geraldo Moura. **Folhas de Outono: memórias**. Viçosa: Typográfica, 2006; SOUZA, José Antônio de. **Paixões alegres**. São Paulo: Globo, 1996; ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

⁸ Utilizamos para compor esse histórico os escritos de: LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa: o rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964; MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991; AMBRÓSIO, Manoel. **Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas**. Januária: Prefeitura Municipal de Januária/Lion's Club, 1976 (Encontro com o Folclore); _____. **História de Januária**. Januária: UNIMONTES. (Transcrição dos Manuscritos originais, sem publicação); COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005; RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo**. In.: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos (orgs.) **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Unimontes/CAA, 2000; _____. **Sertão, Lugar Desertado: o cerrado na cultura de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Vol. I e Vol. II); PEREIRA, Antônio Emílio. **Januária. Relicário Fotográfico**. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2008; _____. **Memorial Januária: terra, rios e gente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004; RIBEIRO, Joaquim. **Folclore de Januária**. Rio de Janeiro: MEC/Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1970. Além de relatos de viajantes e naturalistas que visitaram a região nos séculos XVIII e XIX: como Saint-Hilaire, Richard Bourton, Antonil e Spix e Martius, entre outros devidamente listados nas notas de rodapé e referências bibliográficas.

A bibliografia consultada indica um longo período de isolamento e de estagnação econômica na região de Januária, que teve início a partir da primeira década do século XX. Isto afetou o circuito de trocas econômicas e simbólicas que se desenvolvia no Médio São Francisco. O isolamento econômico vivenciado na região teve como causa principal a alteração no sistema de circulação fluvial. O comércio passou aos trilhos de ferro e, logo em seguida, tornou-se rodoviário.

Essa mudança fez ruir a dinâmica econômica que movimentava essas cidades portuárias. Para alguns, o declínio da atividade econômica teria como reflexo a permanência de práticas culturais seculares. Aspectos evidenciados na obra de Joaquim Ribeiro, Carlos Lacerda e Bernardo da Mata-Machado. Mas, em que medida é possível associar a decadência econômica e o relativo isolamento desse interior ribeirinho, ocasionado pelas dificuldades de acesso a municípios que tinham o rio como obstáculo a ser vencido⁹, com as permanências culturais que se estruturam ao longo do período Imperial, herdeiras do imaginário luso-brasileiro?

Acreditamos que, embora a crise econômica e política experimentada por Januária, até hoje não superadas completamente, intensificou o volume dos deslocamentos populacionais, que já vinham ocorrendo há vários séculos. Em Januária, quase sempre houve uma intensa movimentação em seu interior. Foram índios e negros que buscavam refúgio da escravidão; garimpeiros em torno de novas lavras; agricultores à procura de terras férteis, vaqueiros, movimentando seu gado *curraleiro*, o *pé duro*, atrás de pastagens salobras ou do comércio do sal; escravos deslocados de uma parte a outra para atender novas demandas de mão de obra, famílias de retirantes fugitivos das

⁹ Em Januária a travessia realizada pela balsa no rio São Francisco era um processo perigoso e lento, dependendo da estação do ano poderia levar até 1 hora. Desde que as barcas deixaram de circular regularmente a única rota possível é atravessando para a margem direita e tomar a estrada que vai até Montes Claros. A construção da ponte e o asfaltamento dessa rodovia no final da década de 1990 (re)conectou Januária e gerou muitas expectativas em sua população na redefinição de uma nova dinâmica econômica para o município.

secas do interior nordestino, trabalhadores livres à procura de oportunidades nos grandes centros; estudantes tendo em vista sua formação escolar. Enfim, em diferentes épocas, por motivos diversos, as populações dessa região estiveram em constante deslocamento. Esse é um dado importante que devemos considerar quando refletimos sobre permanências, rupturas ou inovações culturais nesse município. Esmiuçamos a história social do município de Januária como forma de compreender as tradições que ainda hoje perduram, aquelas que foram abandonadas e outras inventadas mais recentemente.

Dessa perspectiva, refutamos a explicação simplista de que o isolamento econômico tenha sido o principal fator de preservação das tradições populares. Ao contrário disso, acreditamos que a mobilidade social foi intensificada pela decadência econômica e pela expulsão dos trabalhadores rurais a partir da década de 1970, fatores que contribuíram para as diferentes formas de apropriação das memórias e práticas sociais nessa região. Nesse caso, as persistências não redundaram apenas em folclore, ao inverso na sua dinâmica social elas passaram a ser realizadas em circunstâncias muito distintas daquelas vividas por seus ancestrais.

A ideia de pertencimento age como um elemento aglutinador muito forte nesse conjunto social, cada vez mais disperso. A crise da modernidade, segundo Astor Antônio Diehl, colocou a memória e a identidade em posição estrutural nesse debate. Mas, por que manter uma tradição? Todos os anos os *januarenses ausentes*, em geral com numerosos filhos que se espalharam pelo país, se reúnem, comem, bebem e festejam como tradicionalmente se faz, celebrando com fé e folia o reencontro e o nascimento de Jesus.

No sentido empregado por Diehl, os sujeitos históricos *repoetizam* o passado, criando novos sentidos culturais para o grupo. A memória que, para ele se difere da

lembança (rastros e restos *intransparentes* do passado) possui um contexto e advém de uma experiência concreta, localizável no tempo, portanto, possível de atualização. As tradições se constituem a partir da memória, com elementos individuais e coletivos. A memória se formula como um saber, formando tradições e criando utopias. Consciente do *passado* e do *sofrimento*, a memória estabelece relações entre o presente, o passado e o presente, reconectando e (re)significando o passado. A memória, nesse sentido, desempenha funções tanto de identificação cultural quanto de controle político e ideológico.¹⁰

Das trocas materiais e simbólicas estabelecidas entre os que partiram e os que ficaram em Januária floresce uma cultura que é permanentemente (re)inventada, adaptada à nova realidade vivida, garantindo a filiação do grupo por meio de uma identidade, de uma filiação a uma tradição: a folia do Zé Preto, no Brejo do Amparo, a folia do Zé Vermelho, no Barreiro, a Folia dos Figueiredos, na Raizama, o Terno dos Temerosos, na Rua de Baixo.

Nesse estudo, partirmos dos pressupostos da História Cultural e dialogamos com historiadores como Peter Burke, Carlo Ginzburg, Michel de Certeau e Roger Chartier, que defendem a análise e a construção das novas abordagens historiográficas a partir da observação de práticas e de representações culturais. Dessa perspectiva, conceitos tais como: representação, apropriação e imaginário são fundamentais para a interpretação da

¹⁰ DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Edusc, 2002. p. 115-116. Sobre o conceito de identidade cultural ver também. C.f.: HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006; BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005;

realidade social¹¹. Tal como Carlo Ginzburg, entendemos a cultura como um conjunto de significados, partilhados e construídos socialmente, capazes de explicar o mundo.¹²

As análises em História Cultural partem da interpretação dos sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais, que se apresentam de forma cifrada.¹³ Desse modo, a partir das representações, de um dado grupo social em uma dada época, é possível compreender o passado, utilizando dos diferentes suportes discursivos e imagéticos pelos quais os homens expressaram a si próprios e o mundo.¹⁴ A História, nesta perspectiva, não se propõe a uma versão acabada da realidade, mas torna-se mais uma entre as inúmeras representações construídas sobre o passado. Portanto, longe de respostas objetivas habita o campo das possibilidades e das incertezas.

Para Roger Chartier, a História Cultural: *[...] propõe um modo inédito de compreender as relações entre as formas simbólicas e o mundo sócio (...) ela opõe a sua construção móvel, instável, conflitual, a partir das práticas sem discurso, das lutas de representação e dos efeitos performativos dos discursos*¹⁵.

Dessa maneira, é possível, a partir da observação das práticas da religiosidade popular¹⁶ em Januária, compreender as lógicas de sua produção. Para esse debate

¹¹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1998. p. 59.

¹² GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Introdução à edição italiana. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

¹³ PESAVENTO, Sandra J. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Coleção Histórias &... Reflexões).

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 15;

¹⁵ CHARTIER, Roger. A “nova” história cultural existe?. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M.P. e PESAVENTO, S. J. (org.) **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 29. Ver também: CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1998. p. 59. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

¹⁶ Sobre esse tema ver: GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **Cultura Clerical e folia popular. Revista Brasileira de História**. Vol 17, no. 34. São Paulo, 1997; MACHADO, Maria Clara T. **Cultura Popular e Desenvolvimentismo em Minas Gerais**: caminhos cruzados de um mesmo tempo. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, 1998; CORREIA, Iara Toscano. **Caso João Relojoeiro: um santo no imaginário popular**. Uberlândia: EDUFU, 2004; GOLOVATY, Ricardo Vidal. **Cultura Popular: saberes e práticas de intelectuais da imprensa e devotos de santos reis, 1945-2002**.

também convidamos outras áreas, como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia e a Comunicação, nos balizando em autores como: Renato Ortiz, Néstor Garcia Canclini, Jesús Martin-Barbero, Marilena Chauí, Carlos Rodrigues Brandão, Carlo Prandi, entre outros. Procuramos relacionar conceitos como: globalização, tradição, modernidade, identidades, mediações, resistências, cidadania, consumo, patrimônio intangíveis¹⁷, alinhavando os pontos de contato existentes entre as teorias sobre cultura popular¹⁸, o nosso tema e as informações que a documentação levantada suscitou.

A passagem do novo milênio coincidiu com novas ondas de mobilizações populares que varreram a Europa, países no Oriente e na América Latina. O agravamento da crise econômica mundial tem levado jovens do mundo todo às ruas e praças das cidades, exigindo empregos, democratização, inclusão social, étnica e de gênero, e até mesmo o fim das usinas nucleares. Nesta primeira década, o mundo foi sacudido por manifestações populares, que contam com um novo e poderoso aliado: a

Dissertação (Mestrado em História) Uberlândia. UFU/ Pós Graduação em História, 2003; BONESSO, Márcio. Os Encontros das Folias de Reis: uma diferente configuração de festas e associações no Triângulo Mineiro. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, (34):323-366, Jan. Jun. 2006; KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim Katrib. **Foi assim que me contaram**: recriação dos sentidos do sagrado e do profano do congado na festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário (Catalão-GO - 1940 a 2003). Tese. (Doutorado em História), Brasília: UNB: PPG em História, 2009; GABARRA, Larissa Oliveira. **O Reinado do Congo no Império do Brasil**: o congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PUC: PPG-História, 2009. SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **A Caretagem como prática cultural**: fé, negritude e folia em Paracatu (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: UFU/PPG-História, 2005.

¹⁷ C.f.: MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2003; CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2006; ORTIZ, Renato. Os artífices mundiais da cultura. In: _____. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1998; BHABHA, Homi k. Locais da Cultura. In: _____. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2007; entre outros;

¹⁸ Sobre cultura popular ver: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução Epharaim Ferreira Alves. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.; CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 08, no. 16, 1995, p. 179-192; _____. Leituras “Populares”. **Formas e sentidos**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003. (Col. História de Leitura); GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Introdução à edição italiana. São Paulo: Cia das Letras, 2006; KATRIB, C.I.M.; MACHADO, M. C. T.; ABDALA, M. C. (org.) São Marcos do Sertão Goiano: cidades, memória e Cultura. Uberlândia: EDUFU/SEFAC, 2010; BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 1989; STRINATTI, Dominic. **Cultura Popular**: uma introdução. São Paulo: Hedra, 1999; THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998;

tecnologia digital. Por meio da conexão em rede, imagens e mensagens circulam instantaneamente por todo o globo, na velocidade de alguns cliques. Além do uso das redes como forma de publicizar ações de governo que agem contra estes princípios, como ocorreu com o site WikLikes (2011/2012), as redes sociais confluem para uma nova práxis dos movimentos sociais¹⁹, com ações coordenadas em nível global através dos Fóruns Social Mundial e de correntes sociais que fluem virtualmente.

O contexto que tornou possível essa realidade é o da intensificação do processo de globalização. Como argumenta Hall: (...) *geralmente se concorda que, desde os anos 70, tanto o alcance quanto o ritmo da integração global aumentaram enormemente, acelerando os fluxos e os laços entre as nações.*²⁰

Ele acrescenta que:

*Alguns teóricos culturais argumentam que a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impertinente e na diferença e no pluralismo cultural (...).*²¹

As alterações significativas ocorridas no consumo das populações que vivem nesses países *em desenvolvimento*, com um grande número de indivíduos recém-chegados a esse universo urbano, suscitam novos desejos e fetiches, além de um novo

¹⁹ Exemplos disso foram os levantes ocorridos nos países árabes, desencadeados e deflagrados em vários países no final de 2010, movimentos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe. Devido à forte repressão dos estados autoritários os “rebeldes” se comunicam com o mundo enviando mensagens de texto online, fotografias e filmes produzidos nas ruas por celulares, no calor dos acontecimentos, e inseridos na internet. Em Montes Claros, no ano de 2011, um movimento popular exigindo o impeachment do prefeito da cidade convocava às manifestações por meio de mídias digitais, MSN, Twitter, SMS, etc.

²⁰ HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 68-69;

²¹ HALL, Stuart. Idem, p. 74.

tipo de mercado. Para Renato Ortiz, (...) *se o modernismo era monocromático, o pós-moderno seria plural, um caleidoscópio de gêneros estéticos.*²²

Seguindo a lógica de Ortiz, as diferenças postuladas pelo consumo, na modernidade, são escamoteadas por uma ideologia que, discursivamente, prega a individualização. No entanto, na prática, o que ocorre é uma pulverização de possibilidades de consumo levando os indivíduos a crer que suas escolhas são únicas, livres e individuais, mas, na realidade elas são apenas infinitas possibilidades (formas, tamanhos, cores, odores) do mesmo que é consumido por milhares e milhares de pessoas ao redor do mundo. Tudo isso elaborado dentro de rigorosa metodologia, desenvolvida com o auxílio da Psicologia Social na produção do marketing direcionado, possibilita uma maior precisão no diagnóstico da segmentação de mercado em nível global.

Todavia, se o processo de consumo foi pulverizado para as mais diferentes partes do globo, o processo de produção nesse tipo de sociedade globalizada, tornou-se altamente concentrador, com a formação de poucos, mas gigantescos conglomerados espalhados ao redor do mundo (...) *controle, monopólio e tolhimento da liberdade surgem como traços intrínsecos ao processo de mundialização.*²³

Nesse viés, é preciso atentar para análises simplistas sobre globalização e identidade. Segundo Stuart Hall, é preciso reconhecer que novas interações entre o global e o local estão sendo produzidas nesse universo pós-moderno. Nesse sentido, em suas formas mais recentes, a globalização tem atuado sobre as identidades desencadeando novos modos de articulação entre aspectos particularistas e universalizantes:

²² ORTIZ, Renato. Os artífices mundiais da cultura. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 161.

²³ Idem, p. 166.

*(...) Ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da alteridade. Há, juntamente com o impacto do 'global', um novo interesse pelo 'local'. A globalização (na forma de especialização flexível e da estratégia de criação de 'nichos' de mercado), na verdade, explora a diferenciação local.*²⁴

São nos interstícios dessa modernidade, para utilizar uma terminologia adota por Hommi Bhabha, nas suas fissuras vemos funcionar a dinâmica das práticas culturais populares, em sua interação entre o global e o local. Nessas brechas, é possível perceber como as classes populares se posicionam em relação ao que o mercado lhes oferece enquanto mercadoria, ou de que maneira essa modernidade é assimilada, ou consumida pelos grupos populares. Nesse sentido, a produção cultural popular ao mesmo tempo em que se insinua enquanto mercadoria, põe em prática astúcias, próprias das camadas populares, como forma de manter-se no jogo, parafraseando Michel de Certeau, inventando mil maneiras para lidar com esse novo cenário.²⁵ Canclini corrobora essa perspectiva ao perceber a maneira como a população, migrante e desqualificada profissionalmente, voltou à tradições ancestrais para produzir e viver de artesanato.²⁶ Martin-Barbero, ao analisar a produção artesanal dos indígenas mexicanos, esclarece a partir das mediações estabelecidas, neste contexto de globalização, entre as sociedades tradicionais:

(...) mediações são os dispositivos através dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida da comunidade. Já que é o próprio sentido do artesanato ou das festas o que é modificado por aquele deslocamento "do étnico ou do típico", que não só para o turista mas também na comunidade provoca o esmaecimento da memória que convoca. E isto numa dupla operação de desconexão e recomposição (...) Os "pedaços" dispersos, os fragmentos separados de cada cultura são integrados em tipicidades que, do nacional ao transnacional, revertem sobre as comunidades

²⁴ HALL, Stuart. Op. cit. p. 77.

²⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução Epharaim Ferreira Alves. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

²⁶ C.f.: CANCLINI, Néstor Garcia. Op. cit.

*indígenas sob a forma de condutas ou necessidades de objetos industriais, sem os quais sua vida já é praticamente impossível. Justamente aquilo que as comunidades indígenas produziram, ou melhor, seus modos de produzir, é convertido em veículo mediador da desagregação: deslocamento das relações entre objetos e usos, tempos e práticas.*²⁷

Renato Ortiz, ao analisar as relações entre mundialização e cultura partindo de teorias sobre publicidade e marketing, evidencia que o fenômeno recente de mundialização redefiniu a relação entre tradição e modernidade. O conceito de tradição congrega agora dois entendimentos possíveis, um que remete à formação das sociedades tradicionais:

*(...) enquanto permanência do passado distante, de uma forma de organização social contraposta à modernização das sociedades (...) apontam para um tipo de estrutura social, que, mesmo fracionada pela transformação tecnológica, representa um mundo anterior à Revolução Industrial. Nelas, a segmentação social, demográfica e étnica é preponderante, e a presença do campo, das atividades rurais, é marcante.*²⁸

E outro, que trata da tradição da modernidade:

*(...) enquanto forma de estruturação da vida social, manifestada nos seus objetos eletrônicos, sua concepção célere de tempo, e de um espaço “desencaixado”. Moderna tradição que secreta inclusive uma memória internacional-popular, cujos elementos de sua composição estão prontos para ser reciclados a qualquer momento. (...) passado que se mistura ao presente, determinando as maneiras de ser, as concepções de mundo. Cultura-identidade, referência para os comportamentos, enraizando os homens na sua mobilidade.*²⁹

No sentido empregado por Ortiz, os conceitos tradição/modernidade não se tornam dicotômicos e excludentes. Na tradição da modernidade é possível “reciclar” o passado tradicional, adotando partes de um todo que são (res)significados em uma nova

²⁷ MARTIN-BARBERO, Jesus. Os métodos: dos meios às mediações. In: _____. **Dos Meios às Mediações:** comunicação, Cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2003, p. 274-5.

²⁸ ORTIZ, Renato. Op. cit., 1998, p, 212;

²⁹ Idem, p. 213;

concepção de moderno. Sob essa perspectiva analítica, com a globalização das sociedades altera-se, inclusive, o próprio conceito de modernidade.

*A oposição passado/presente corresponde assim à dicotomia out/in, determinando o ajustamento ou o desuso das atividades e dos gostos. Neste sentido, a modernidade não é apenas um modo de ser, expressão cultural que traduz e se enraíza numa organização social específica. Ela é também ideologia. Conjunto de valores que hierarquizam os indivíduos, ocultando as diferenças e as desigualdades de uma modernidade que se quer global.*³⁰

O moderno, na orientação de Ortiz, além de uma expressão, um modo de ser, é também uma ideologia. Ao hierarquizar os comportamentos, o que está na moda ou fora dela, ou simplesmente oferecer o produto certo para uma determinada segmentação de consumidores, colabora para o ocultamento das diferenças e das desigualdades sociais, já que a modernidade não é um dado experimentado de maneira uniforme em todo o globo. Aplicando argumentos *pluri* ou *multi* culturalistas, deslocam-se as práticas próprias da cultura popular regional de seu sentido ancestral, incorporando novos signos que se tornam parte dessa modernidade, plenamente coerente com o seu novo sentido.

A sua coerência é promovida a partir dos discursos produzidos sobre a modernidade, difundidos por uma densa rede de comunicação de imagens e ícones com alcance global, nesse imenso patchwork de cores e tendências que se perde no mar uniforme que é o mercado global. Somente assim é possível compreender a estampa da figura de Che Guevara em uma coleção de moda de uma *griff* famosa, ou um duende ao lado de Nossa Senhora em um presépio no interior de Minas Gerais. Ou, o porquê dos jovens, filhos e netos de foliões, abandonarem as antigas tradições da família por vergonha de se apresentar em público com aquelas indumentárias. Estas situações expressam a via de mão dupla que se forma entre produção e consumo.

³⁰ ORTIZ, Renato. Op. cit., 1998, p. 215.

Enquanto os emblemas da cultura popular são apropriados pelo mercado e reproduzidos infinitas vezes sob variados tipos de produtos, e como tal, devidamente *standartizados*, limpos e higienizados, adentrando shoppings, restaurantes e galerias de arte; por outro lado, bens duráveis, como geladeiras, televisores e motocicletas tornam-se necessários e cobiçados pelas classes populares, até mesmo em regiões que não contam com energia elétrica para fazê-los funcionar, estradas para circular, ou receptores para captar o sinal. Alimentando-se, assim, os sonhos de uma camada da população que foi, em geral, alijada do mercado de consumo.

Com as drásticas alterações ocorridas no campo brasileiro, os contínuos fluxos migratórios para os grandes centros, de forma definitiva ou temporária, o incremento tecnológico possibilitado pela disseminação das redes de energia elétrica na zona rural e o aceleração no nível e na velocidade das trocas, encontramos nos mais ermos sertões casas equipadas com aparelhos de CDs, DVD's, MP3, antenas parabólicas, além de diversos outros produtos que permitem a fluidez da comunicação de massa e facilita a vida no campo, como o uso das motocicletas substituindo os cavalos no pastoreio do gado.

Ao lado desse mercado de bens materiais, floresce um mercado de bens simbólicos. Os jovens dessas periferias rurais ostentam emblemas tão urbanos quanto os que moram nas grandes periferias das metrópoles brasileiras, com seu linguajar e gingado característicos, o *hip hop* e os times de futebol, apontando a inegável interação entre campo e cidade, tradição e modernidade. A grande maioria da população rural com quem dialogamos já foi ou um dia irá “tentar a vida na cidade grande”.

Assim como uma prática popular é apropriada e referendada por um discurso de modernidade, os seus agentes sociais também se apropriam desses discursos para manter-se, usando a expressão de Ortiz, *in*. A festa religiosa popular que agora se

desenrola no palco, além da preservação de uma tradição e a divulgação de uma prática, permite a visibilidade e o reconhecimento de seus atores enquanto guardiões de uma memória, de um saber. O simples fato de dividir o palco com políticos e personalidades importantes do lugar é uma prova inconteste disso. O espetáculo exige figurinos e maquiagem padronizados, diferente dos trajes cotidianos da roça, e, no palco, os artistas ganham uma nova projeção com uma iluminação especial. Nesse momento, os camponeses são os artistas, e seu saber uma arte.

Para Michel de Certeau, a ambivalência gerada por este novo tipo de relação em torno das manifestações do universo popular deve ser compreendida a partir dos usos e apropriações promovidos pelos grupos populares, como *uma bricolagem com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras*.³¹

Quando os poderes públicos ou privados assumem a manutenção dessas festas populares elas se tornam verdadeiros espetáculos. O que temos observado a partir desse recorte é um interesse cada vez maior pela cultura popular e uma apropriação de seus temas, expressos no incentivo ao turismo e na mercantilização de tudo aquilo que lhe diz respeito. O Reis dos Temerosos, por exemplo, assim como o Terno dos Figueiredos, manifestações culturais de Januária, são grupos bem estruturados que se apresentam em quase todas as festividades solenes ou populares da cidade. Os trajes impecavelmente brancos dos “marujos” dos Temerosos, com a ginga cadenciada pela percussão de seus bastões, bem como a qualidade musical da Folia dos Figueiredos e a postura contrita de seus foliões, enchem os olhos da plateia.

Como refletir sobre práticas da religiosidade popular ligadas ao universo rural, em um mundo em que os limites entre rural e urbano se diluem? Como lidar com o

³¹ CERTEAU, Op. cit., p. 40.

tradicional e o moderno sem hierarquizar estas categorias? Essas, talvez, sejam questões que Canclini possa nos ajudar a responder. Em suas palavras:

*A constatação da coexistência cultural e étnica e as novas tecnologias, as formas de produção artesanais e industriais pode iluminar processos políticos; por exemplo: as razões pelas quais tanto as camadas arcaicas de populares quanto as elites combinam a democracia moderna com relações arcaicas de poder.*³²

Um dos aspectos que mais nos aproximam das análises de Canclini é a maneira como ele percebe as relações entre o tradicional e o moderno, e as estratégias que as camadas populares se utilizam para entrar e sair da modernidade. Em Michel de Certeau, a cultura popular é entendida enquanto resistência. No sentido que esse autor imprimiu ao termo, é possível enxergar a autonomia das classes populares ao preservar seus valores e crenças, mesmo em condições extremamente adversas.

Para Certeau, a cultura popular, longe de ser uma forma de alienação, está carregada de intenções, é uma *tática de resistência*, em que não contando com um lugar que lhe é próprio, joga com as armas do outro para continuar existindo³³:

*(...) aí se manifestaria a opacidade da cultura 'popular' – a pedra negra que se opõe à assimilação. O que aí se chama sabedoria, define-se como trambolagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem de 'fazer com'.*³⁴

Sendo assim, a permanência da festa popular, mesmo em locais que não lhe são próprios, ou que lhe fora instituído por determinações de um novo ordenamento territorial, implica em uma astúcia, uma *estratégia do desvio* utilizada no momento em

³² CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 19.

³³ CERTEAU, Michel de. Op. cit., p. 89.

³⁴ Idem, p. 79.

que a comunidade tende a se dispersar e desaparecer, criando uma nova lógica e um novo sentido para antigas práticas.

Um aspecto relevante para o linguista indo-britânico, Hommi Bhabha, é que nunca devemos tratar a cultura como algo puro, estático ou original, assim como não há uma identidade pura, não há uma cultura pura, ou genuína. Para ele, a diversidade e o multiculturalismo estão na base das relações sociais em todos os tempos. Nesse sentido, observar os povos em deslocamento no mundo globalizado, em busca de sua sobrevivência tem sido o ponto de partida na investigação de muitos estudiosos da cultura. Em Bhabha, a cultura é um conceito sempre em trânsito, uma produção por meio de práticas, desigual, incompleta e infinita, nunca é, sempre está.³⁵

Este contexto pode ser observado quando direcionamos nossas lentes para o microcosmo social de Januária, no Norte de Minas Gerais. Ali o tradicional e o moderno, em constante interação, produzem resultados inesperados. Nos dias atuais, podemos observar os esforços e intenções de instituições públicas e privadas pela busca da (re)afirmação de uma identidade cultural local/regional para o município. A criação de Pontos de Cultura, o incentivo a feiras e festivais de artesanato e cultura popular, o estímulo financeiro à formação de novos grupos folclóricos e para-folclóricos, além da manutenção dos já existentes, expressos a partir de pequenos ou grandiosos gestos, como a contribuição para a confecção das roupas, adereços e aquisição de instrumentos, no patrocínio desses grupos para a participação em eventos nacionais e internacionais, o esforço na distribuição do artesanato regional.

No jogo que se estabelece os grupos populares buscam se beneficiar desse curioso interesse por suas práticas e, novamente, se organizam para adequar seus

³⁵ C.f.: BHABHA, Homi K. Locais da Cultura. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2007.

saberes a novos usos ou apropriações que deles se faz — homens, mulheres e crianças, saídos dos cafundós dos sertões, agora se apresentam em palcos internacionais e dividem os bastidores do espetáculo com artistas do mundo todo, entoando e encenando suas antigas canções religiosas e profanas.³⁶

Todavia, o reconhecimento da cultura popular enquanto produto de uma arte genuína, do povo, não desfaz as dicotomias cristalizadas nos discursos que os produziram enquanto categoria de popular, que opõe o moderno ao tradicional, o culto ao popular e o hegemônico ao subalterno. A cultura popular, enquanto conceito, serve para estabelecer a relação com aquilo que é culto, sendo ela o seu reverso, define os grupos e marca um lugar social de produção. Aqui Marilena Chauí adverte que:

*(...) Quando se fala na cultura popular (...) enquanto cultura dominada (...) invadida, aniquilada pela cultura de massa e pela indústria cultural, envolvida pelos valores dominantes, pauperizada intelectualmente pelas restrições impostas pela elite, manipulada pela folclorização nacionalista, demagógica e explorada, em suma, como impotente face à dominação e arrastada pela potência destrutiva da alienação.*³⁷

Chartier, que assimilou o conceito de resistência de Certeau, por este nomeado como apropriação, rompe com a dicotomia cultura popular x cultura erudita porque elas são intercambiáveis. Lógico que elas são diferentes no que diz respeito ao conteúdo e à forma de representação de uma dada realidade social. Todavia, ambas se alimentam reciprocamente na *circularidade* existente entre elas.³⁸ Ao se perceber os sujeitos da

³⁶ Januária sedia o evento bianual do Festival Internacional de Folclore, onde se apresentam artistas de diversas partes do mundo que dividem espaço com artistas da cultura popular local/regional; Em Montes Claros, cidade pólo da região Norte de Minas, ocorre anualmente as Festas de Agosto, um grande evento de cultura popular que conta com a presença de artistas de toda a região.

³⁷ CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2003, p. 63.

³⁸ C.f.: BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec; Brasília/ EDUNB, 2008. CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 2004; GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Introdução à edição italiana. São Paulo: Cia das Letras, 2006; CERTEAU, Michel de. Op. cit.

cultura popular como criadores de sua própria lógica, capazes de, por meio de astúcias e trampolinagens, se recriarem, fica a eles inscritos a possibilidade da resistência que, logo se opõe a de alienação. A grande questão hoje para os historiadores é a de compreender como ocorre a interpenetração e o intercruzamento de práticas culturais, no século XXI, como afirma Machado:

*(...) mais do que nunca facilitados pelos meios de comunicação de massa, aos historiadores cabe perceber as múltiplas recriações que as classes populares fazem daquilo que lhes é evidenciado, nas mais diversas maneiras, pela mídia e indústria cultural.*³⁹

Foi com esse olhar que procuramos costurar essa colcha de retalhos histórica. Alinhavando tempos desconexos em busca de um ordenamento de sentidos. Trazendo estas considerações para dentro do nosso campo de análises, observamos algumas *táticas* que têm sido colocadas em prática pelos grupos de folias de reis para a manutenção de sua tradição, no município de Januária. Tomamos por base três grupos de reis: o *Terno Reis dos Temerosos*, descendentes de pescadores que moram na cidade de Januária, região da Rua de Baixo. Durante o período dedicado às festividades dos Três Reis Magos, esse grupo reencena uma chegada, ou marujada de água doce que por meio da folia, retratando a expulsão moura da Península Ibérica no século XV. Essa prática é também conhecida como reis de cacetes ou reis de paus.

Outro grupo que observamos foi o *Terno de Reis da Família Figueiredo*, na zona rural de Januária, comunidade de Raizama; e o *Terno de Reis do Alegre*, na comunidade rural de Alegre, estes dois últimos são manifestações conhecidas regionalmente como reis de caixa. Os grupos, por meio de músicas e gestos, dramatizam a visita dos Três Reis Magos ao Menino-Deus em sua manjedoura em

³⁹ MACHADO, Maria Clara T. Raízes fundantes da cultura popular nos sertões das Gerais. **Revista ArtCultura**. Uberlândia, v4, no. 4, Janeiro a junho, 2002.

Belém. Esses três grupos, embora sob a denominação comum de folias, ou reis, apresentam motivações e estratégias de sobrevivências muito particulares.

Esse estudo está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, *sob o título o Rio São Francisco me partiu em dois ...*, buscamos historicizar o município de Januária em uma longa cronologia que vai desde a sua formação até os dias atuais. O demasiado tempo que me dediquei a produção dessa história se justifica pela ausência de análises da História Local. Assim, levantamos aspectos que consideramos relevantes e aproveitamos para apontar algumas contradições presentes na documentação analisada.

A pouca publicação sobre o município nos fez recorrer a uma documentação eclética e indireta, grande parte dela coletada e catalogada pelo Memorialista Antônio Emílio Pereira, que reuniu um rico acervo, disperso em museus, arquivos, bibliotecas públicas e acervos particulares, de cidades em Minas, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Desse autor, utilizamos seu memorial descritivo sobre a cidade e um álbum fotográfico com imagens que ele coletou sobre o município em diferentes épocas.

Para essa caracterização história também nos serviu como fonte duas obras do folclorista Manoel Ambrósio, que viveu entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. Natural de Januária, ele era jornalista e professor e foi colaborador do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Fez inúmeras contribuições na área do folclore e da história do município, produziu uma rica documentação, mas teve publicado apenas um de seus livros: *Brasil Interior*, o livro que mais auxiliou nesse capítulo ainda encontra-se no prelo da editora da UNIMONTES, sob o título História de Januária. Infelizmente o acesso aos originais nos foi impossibilitado por estes se encontrarem em fase de catalogação.

No segundo e terceiro capítulos, apresentamos de maneira mais detalhada os grupos que selecionamos para este estudo, adotando uma perspectiva diacrônica e ao

mesmo tempo sincrônica dos rituais e dos grupos. Para tal, utilizamos como referencial teórico uma vasta bibliografia que tiveram as folias de reis como tema. Dentre os autores e suas obras, destacamos os inúmeros estudos de Carlos Rodrigues Brandão sobre folia de reis, tanto no Estado de São Paulo quanto em Goiás, o dicionário de Folclore Brasileiro, de Câmara Cascudo, além de duas teses recentes que tiveram as folias na região de Januária como foco. A tese defendida pelo musicólogo Wagner Chaves, analisou as folias de caixas e de santo na região de Taboquinha, distrito do município de São Francisco, imediações de Januária; e do Sociólogo Edilberto Fonseca que pesquisou o Terno Reis dos Temerosos, na região da rua de Baixo, em Januária. Estes estudos foram de suma importância para nós porque permitiu diferentes abordagens sobre o tema.⁴⁰ Essa bibliografia foi cotejada com entrevistas e histórias de vida que produzimos em campo.

Em nossas andanças pela zona rural do município de Januária, um aspecto que nos chamou a atenção foram as lapinhas (presépios) preparadas nas casas que recebem as folias. Observamos com curiosidade que objetos dos mais variados tipos, formas e tamanhos são continuamente incorporados à tradicional cena do nascimento do menino Jesus, em sua manjedoura de palha, com os pais, Maria e José e os Três Reis Magos,

⁴⁰ Conforme: CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do folclore brasileiro**, São Paulo: Global, 11. ed. 2002. (edição Ilustrada); CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Antologia do Folclore Brasileiro**. Rio Grande do Norte, snt. s.d.; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na rua**. Campinas: Papirus. 1989; _____. **Sacerdotes de viola**: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1981; _____. **De tão longe eu venho vindo**: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: EDUEG, 2004; CHAVES, Wagner Neves Diniz. A bandeira é o santo e o santo não é a bandeira: práticas e presentificação do santo nas folias de reis e de São José, **Tese**. (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPG-Antropologia Social. 2009. CLEPS JR.; BRANDÃO. C. R. (org.) **Tempos e Espaços nas Comunidades Rurais no Alto e Médio São Francisco, Minas Gerais**: uma pesquisa interdisciplinar sobre permanências e mudanças nos modos de vida em comunidades rurais ribeirinhas. Relatório de Pesquisa. Edital MCT/CNPq 61/. Uberlândia/Montes Claros: UFU/UNIMONTES, 2009; FONSECA, Edilberto José de Macedo. **Terno dos Temerosos**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/CNFCP/ Ponto de Cultura Centro de Artesanato, 2010 . (Encarte CD); _____. **Temerosos Reis dos Cacetes**: uma etnografia dos circuitos musicais e das políticas culturais em Januária-MG. Tese (Doutorado em Música). Rio de Janeiro: UNIRIO/PPG-Música, 2009; GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. Cultura Clerical e folia popular. **Revista Brasileira de História**. Vol. 17, no. 34. São Paulo, 1997; entre outros listados na bibliografia completa.

rodeados de animais do estábulo. Nas lapinhas que visitamos, encontramos enfeites de louça, brinquedos de plástico, duendes, Papai Noel, luzes pisca-pisca, bolas de vidro coloridas, flores naturais e artificiais, enfim, uma profusão de ícones da modernidade ao lado dos tradicionais símbolos do universo de representação popular brasileiro sobre o nascimento de Cristo. Aqui nosso olhar foi para a iconografia e as falas dos envolvidos nesse processo.

No quarto e último capítulo, procuramos caracterizar as mudanças ocorridas no município a partir da década de 1960 e os aspectos de sua modernização. Nos interessou analisar como os grupos se comportam nesse contexto de globalização que anunciamos e como se dá a articulação entre o local e o global, partindo dos deslocamentos provocados nessa tradição. Analisamos de que maneira a cultura popular ganhou, em dois momentos distintos, o centro do debate por parte das elites e da administração pública. No início da década de 1960, quando o município foi alvo de um levantamento folclórico, coordenado pelo folclorista Joaquim Ribeiro, financiado pelo MEC através da Campanha de Defesa Nacional do Folclore. E, em um segundo momento, quando as elites locais passam a enxergar na cultura popular uma abordagem possível para incrementar o desenvolvimento turístico local.

A documentação utilizada foram os projetos que deram origem a estas ações, o livro publicado por Joaquim Ribeiro, em 1970, com o levantamento realizado em Januária, sob o título *Folclore de Januária*; entrevistas com agentes e produtores culturais locais, documentos públicos virtuais, folders e cartazes, além das fotografias produzidas ao longo da pesquisa.⁴¹

⁴¹ A maior parte das imagens utilizadas para compor essa pesquisa foi produzida por nós durante os anos em que residimos em Januária e nos trabalhos de campo que realizamos, entre os anos de 2009 e 2012. Para evitar a repetição excessiva dessa informação indicaremos nas legendas apenas a autoria e o acervo das imagens realizadas por outros autores, aquelas que não constarem tal registro fica subentendido que são de nosso acervo pessoal.

CAPÍTULO I

Rio São Francisco me partiu em dois ...

[...] O São Francisco cabe sempre aí, capaz passa. O Chapadão é em sobre longe, beira até Goiás, extrema. O gerais desentendem de tempo. Sonhação. [...]

[...] o senhor tolere, isto é o sertão. (...) Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. (...) os gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho (...) o sertão está em toda parte. (...) Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinho de metal [...]

(João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas, 2001).

1.1 - Januária entre o Rio e o Gerais

Januária é uma pequena cidade dentro de um grande município, situado na margem esquerda do Rio São Francisco. A paisagem vista de suas barrancas retrata um belo cenário. O botânico francês August de Saint-Hilaire registrou com sensibilidade suas impressões ao aportar ali em 1817:

(...) o conjunto da paisagem apresenta um aspecto muito agradável. Nesse local o rio corre com extrema lentidão e assemelha-se a um belo lago (...) o pôr do Sol foi admirável; do lado do ocidente o céu era da mais bela cor de púrpura que já vi; o rio refletia essa cor brilhante; uma calma profunda reinava na natureza; algumas canoas pareciam voar sobre as águas e nem sequer enrugavam-lhe a superfície⁴².

⁴² SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 345.



Vista do Rio São Francisco, diante da cidade de Januária – 2006

Januária é apenas uma das muitas cidades na calha do São Francisco, dentro da seção Média do grande rio, e, assim como tantas outras, pode ser lida em sua dupla face: urbana e rural, o gerais e o rio, o campo e a cidade. A atual importância dessa cidade no contexto do estado é relativa diante da centralidade política e econômica que outrora exercera em toda a sessão do Médio São Francisco. Com uma extensão territorial de 6.601,65 km², já foi considerado um dos maiores municípios do estado de Minas Gerais, chegando a 55.372 km² em sua origem.⁴³ Nas palavras do memorialista Antônio Emílio era (...) *quase um estado, que ladeava o Rio São Francisco pela margem esquerda desde o Rio Pardo até o rio Carinhonha e pela margem direita, do Rio Mangay ao Rio Doce.*⁴⁴

Para além do grande rio, o município é privilegiado em todo o seu interior com inúmeras nascentes, veredas, córregos e rios. A região norte mineira atualmente está

⁴³ Sobre a fragmentação dos municípios Norte Mineiros, recomendamos a tese de PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região:** o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Geografia) Uberlândia: UFU, 2007, p. 300.

⁴⁴ PEREIRA, Anete Marília. Idem, p. 346.

dividida em sete microrregiões capitaneadas por: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas – sendo Montes Claros a cidade polo.⁴⁵

Como bem avaliou a geógrafa Anete Marília Pereira:

*(...) Inserida numa região historicamente caracterizada pelo baixo desempenho econômico e com graves problemas sociais, Montes Claros, desempenha a função de centralizar os serviços de saúde, educação, suporte administrativo e serviços financeiros. A localização da cidade, entre entroncamentos de importantes eixos rodoviários, facilita a realização de contínuos fluxos entre os municípios vizinhos: comércio varejista, inter-relação político-administrativa, serviços de saúde e ensino de nível superior.*⁴⁶

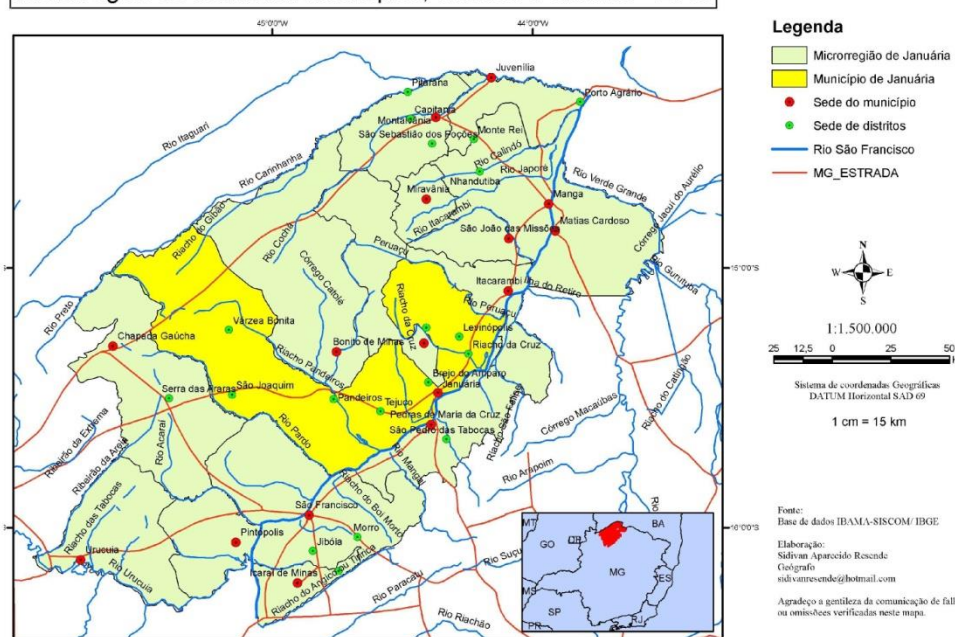
Atualmente, em torno de Januária gravitam sete distritos (Brejo do Amparo, Levinópolis, Riacho da Cruz, São Joaquim, Tejuco, Pandeiros, Várzea Bonita), além de polarizar uma micro-região composta por 15 municípios: Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Icarai de Minas, Itacarambi, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões e Urucuia. Sua dinâmica econômica atual gira em torno do setor de comércio, serviços e agropecuário, em menor escala.⁴⁷ No mapa indicamos o município dentro de sua microrregião e seus municípios:

⁴⁵ PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Geografia). Uberlândia: UFU/PPG-Geografia, 2007, p.102.

⁴⁶ PEREIRA, Anete Marília. Idem, p. 129.

⁴⁷ BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**, Januária. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acesso em: Jul. 2011; PEREIRA, Anete Marília. Op. Cit.

Microrregião de Januária: municípios, cidades e distritos - 2010



Januária acumula certo número de órgãos públicos: como Fórum, Tribunal Regional Eleitoral, um campus avançado da UNIMONTES, (Universidade Estadual de Montes Claros), IFET (Instituto Federal de Educação), IEF (Instituto Estadual de Florestas), além de centros de saúde, agências bancárias, além de diversos estabelecimentos comerciais.

A população urbana é superior à rural, mas esta é uma inversão recente na estrutura demográfica do município. Somente no ano 2000 a população urbana ultrapassou o número de moradores da zona rural. Até os anos de 1970, a cidade tinha como principal atividade a pecuária extensiva e de corte, com uma grande parte de sua população rural vivendo da agricultura familiar, do extrativismo, do plantio em vazantes.

De acordo com a geógrafa Anete Pereira:

Uma análise, ainda que superficial, dos dados do Censo de 2000 (IBGE), revela que 52,80% dos municípios norte-mineiros possui a população rural superior à população urbana. Essa significativa

*parcela da população regional permanece rural e subsiste da agricultura tradicional.*⁴⁸

Ainda, segundo os dados levantados por ela, em Januária, assim como em outros municípios sedes das microrregiões, a maior parte da mão de obra urbana está alocada no setor de serviços. Mas, conclui que: *esse é um percentual considerado baixo na maioria dos municípios (...). É importante destacar que o baixo poder aquisitivo da população limita o consumo e restringe o comércio.*⁴⁹

Os dados populacionais da região são significativos para a análise da fragmentação do município de Januária, acentuada no final da década de 1990 e início do ano 2000. A estagnação econômica se apresenta em vários pequenos municípios da região, na maioria recém-emancipados de Januária, que já chegou a ser considerado um dos maiores de Minas Gerais, com uma extensão territorial original de 55.372 km². O primeiro a se emancipar foi Manga, em 1923, na década de 1960, Itacarambi (1962) e Montalvânia (1962)⁵⁰, mas, o ápice do processo de desmembramento ocorreu em 1990, com a emancipação de vários distritos. Hoje Januária mede 6.601,65 km² e pode fragmentar-se ainda mais.⁵¹

A fragmentação territorial dos municípios brasileiros é um fenômeno que se acirrou após a Constituição Federal de 1988. Momento em que as assembleias estaduais ganharam a prerrogativa para legislar sobre a aprovação e a criação de novos municípios. De acordo com Anete Pereira a verificação de uma série de critérios, como a existência de escola de ensino básico, de posto de saúde, de serviços como água e

⁴⁸ PEREIRA, Anete Marília; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Cidades Norte Mineiras: entre o urbano e o rural*. In.: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo>, s/p, 2004.

⁴⁹ PEREIRA & SOARES. *Idem*, s.p.

⁵⁰ Dados retirados do levantamento realizado por: PEREIRA, Antônio Emílio. **Memorial Januária: Terra, Rios e Gente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004, 640p.

⁵¹ Sobre a fragmentação dos municípios Norte Mineiros, recomendamos a tese de PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia) Uberlândia: UFU, 2007, p. 300.

energia elétrica, dentre outros, seria suficientes para a instalação de um novo município.

Assim:

(...) O estado de Minas Gerais era constituído, em 1980, por 722 municípios e em 1995 esse número subiu para 853, denotando a intensa fragmentação territorial ocorrida na década de 1990. No caso do norte de Minas, em 1993 surgiram 09 novos municípios e em 1997 foram emancipados 36 municípios, alguns com população inferior a 3000 habitantes. Considerando que no Brasil é adotado o critério político-administrativo para definir o urbano, todas as sedes desses novos municípios passaram a ser denominadas cidades. Alguns deles com população urbana inferior a 1000 habitantes, como é o caso de Glaucilândia, Itacambira, Gameleiras, Santa Cruz de Salinas, Cônego Marinho e Miravânia (IBGE:2000).⁵²

Desse modo, é preciso relativizar o nível de urbanização desses micro municípios, bem como os serviços por eles oferecidos à população. Saúde, educação, acesso a informação e ao sistema bancário são benefícios sociais distribuídos ainda de maneira muito precária e desigual. Para muitos, quase intangíveis. A análise dos dados do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – realizado por Anete Pereira demonstra, em números, a precariedade das condições sociais da população regional. Segundo ela:

Dentre todos os municípios analisados, apenas 7,86% possuem um IDH em torno de 0,700. Em mais da metade dos municípios (80,89%) o IDH médio ficou em torno de 0,600, enquanto em 11,23% esse indicador foi de 0,500 (IPEA, 2002). A pobreza é comum a todos os municípios da região, com pequena variação de índices, em detrimento dos municípios mais rurais. É também nesses espaços que são identificados os menores índices de escolaridade e as maiores taxas de analfabetismo da região.⁵³

A economia agrícola é basicamente pastoril, com nichos de produção de tipo familiar que persistem em meio ao agronegócio e a crescente incorporação de áreas de Unidades de Preservação Ambiental. Em Januária, seu vasto interior configura um tabuleiro de terras planas denominadas gerais, com diversos aglomerados urbanos e comunidades rurais distribuídas entre veredas e córregos. Nos vilarejos mais ermos, os sertanejos têm visto encobrir-se de asfalto suas antigas e dificultosas estradas de areia.

⁵² PEREIRA & SOARES. *Idem*, s.p.

⁵³ *Idem*. s.p.

Aos poucos, e muito lentamente, os produtos da modernidade vão adentrando os sertões de Minas. O programa do governo federal “Luz para Todos” trouxe a expansão da energia elétrica para inúmeras comunidades rurais⁵⁴, e com ela os receptores de telefonia rural e antenas parabólicas, assim como toda a parafernália tecnológica que permite acionar as maravilhas da invenção humana no mundo moderno. Muitos moradores já possuíam seus aparelhos de celular muito antes de existir antena para captação do sinal.

A passagem do rio São Francisco pelo município, conjugada com sua localização geográfica, marcam sua paisagem de maneira deslumbrante e paradoxal. Região de semiárido, na transição entre o cerrado e a caatinga, o verde dos cerrados, nos períodos chuvosos, contrasta com o agreste da caatinga nos períodos de seca, que em língua Tupi significa mata branca. Na depressão São Franciscana, a paisagem se diferencia da caatinga e do cerrado, ali a vegetação nunca perde o viço. Em boa parte do ano, este cenário é emoldurado por um céu azul celeste radiante, que ofusca a vista tamanha claridade. Dias quentes, noites frescas. O período chuvoso é breve e a estiagem, por vezes, castiga os que estão distante do grande rio. Muitas vezes, mesmo morando a apenas 20 quilômetros de distância do rio, as populações são afetadas pelas secas.

Januária é um lugar privilegiado do ponto de vista histórico e social. Em seu vasto interior, a oralidade resguardou modos de vida que se alteram muito lentamente na região. O São Francisco é um rio rico de informações. Inúmeras expedições já perscrutaram seu leito e suas águas de cima à baixo. Mas, muito antes de seu período histórico, outros povos e civilizações habitaram toda a extensão desse fértil vale, e

⁵⁴ Programa criado e coordenado pelo Ministério das Minas e Energia, do Governo Federal, em 2003, cujo objetivo é levar o acesso a energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural. Informações retiradas do site do governo: www.luzparatodos.mme.gov.br.

também deixaram seus registros. Sítios arqueológicos atestam a presença de sociedades organizadas há pelo menos 12.000 anos, que viveram ou, simplesmente, passaram pelo vale, deixando as marcas silenciosas de sua presença.⁵⁵

As áreas no entorno do São Francisco são pródigas em piscosas lagoas, que se formam durante os períodos de cheia. Em seu ciclo normal, as águas transbordam pelas margens do grande rio, invadindo grandes extensões de sua várzea, abastecendo e revitalizando suas inúmeras lagoas. Uma grande variedade de peixes se utiliza dessas lagoas como lugar de desova. Durante um ano inteiro, os alevinos ganham tamanho e peso suficientes para enfrentar as águas caudalosas do São Francisco. Quando as águas do grande rio transbordam no ano seguinte sobre essas lagoas, surubins, dourados, piranhas, curimatãs e muitos outros peixes de grande porte retornam ao rio, reiniciando seu ciclo vital.

Com isso, os sertanejos desenvolveram um tipo de pescaria conhecida entre eles como *tinguizada*. Durante o período de seca, os grupos se reúnem e fazem uso de ramos de uma planta conhecida como *tinguí*. Eles *adormecem* os peixes. Quando boiam na superfície da lagoa os peixes podem ser retirados com as redes ou até com as mãos. O produto da pesca é partilhado entre todos os participantes. Este costume tem sido combatido pelas modernas leis de preservação ambiental.

A gravura que traz a imagem dos naturalistas Von Spix e Von Martius, em 1818, às margens de uma Lagoa do São Francisco, nas imediações de Januária, nos permite um vislumbre de como teria sido tal paisagem no início do século XIX. Hoje foi

⁵⁵ Nos limites entre Januária e Itacarambi foi criado, em 1999, o Parque Nacional Carvernas do Peruacu, área que abriga mais de 140 cavernas, com importante acervo espeleológico, e mais de 80 sítios arqueológicos, que guardam vestígios de até 11.000 anos. C.f.: www.brasil.gov.br/localizacao/parques-nacionais-e-reservas-ambientais/parque-naiconal-carvernas-do-peruacu-mg. Equipes de arqueólogos catalogaram abrigos, ossadas, utensílios, ferramentas, armas, urnas funerárias, silos de alimentos, pedras polidas, pinturas rupestres (zoomórficas, geométricas e antropomórficas). Ver.: PROUS, André, JORGE, Marcos, RIBEIROS, Loredana. **Brasil Rupestre**: Arte pré-histórica brasileira. Editora Zencrame Livros, 2006.

modificada drasticamente pelo corte abusivo de sua mata ciliar, que alimentou as caldeiras dos vapores durante os anos dourados da navegação no São Francisco⁵⁶.



Aves na lagoa junto ao São Francisco. SPIX, J. B. e VON MARTIUS, K. F. Ph. Disponível em: [\[www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/.../start.htm?sid...\]](http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/.../start.htm?sid...).

Mesmo levando em conta o fato de que o desenho fora produzido posteriormente à visita dos pesquisadores ao local, esta é uma iconografia que nos permite, ao menos, imaginar a paisagem descrita por eles.

Ao longo de seus quatrocentos anos de ocupação colonial uma gama considerável de informações foi sendo produzida sobre o vale do São Francisco. Desde os primórdios da chegada dos portugueses, inúmeras expedições, com diferentes finalidades, esquadriharam todo o extenso vale, à serviço da coroa portuguesa, do império, ou do estado brasileiro. Tal fato torna esse lugar privilegiado para abordagens

⁵⁶ Os bávaros Johann Baptist Von Spix, naturalista, e Carl Friedrich Philipp Von Martius, botânico, viajaram pelo Brasil no período de 1817 a 1820.

de longa duração. Contudo, contrastando à prodigalidade das fontes ainda são poucos os estudos históricos e sociológicos que tenham essa região como foco de análise.

Sobre Januária, por exemplo, muito pouco foi produzido. As informações que remetem aos primórdios de sua ocupação são lacunares e imprecisas. Estudos mais detalhados sobre seu período colonial poderiam, quem sabe, jogar nova luz sobre o processo de interiorização brasileiro. Na falta de análises mais aprofundadas sobre a história deste antigo município, consideramos que seria pertinente neste estudo dialogar com parte de uma vasta e fragmentária documentação que conseguimos coletar sobre o município de Januária e seu entorno. Se nos alongamos em pormenores é por considerar ser necessário para a análise do quadro de permanências e (res)significações das folias de reis, que buscamos aqui analisar.

Rio São Francisco é a nomeação portuguesa dada por Américo Vespúcio, que, em 1501, seguia em expedição do Nordeste para o Sul do continente pelo litoral, quando se deparou com o enorme caudal de águas doces em seu encontro com o Oceano Atlântico. Atribuiu-se a este rio, como de costume, o nome do santo do dia.

A região do Médio São Francisco, que tratamos neste estudo, foi alcançada por desbravadores portugueses em 1554, em uma expedição capitaneada por Francisco Bruzza de Espinosa, um castelhano contratado pela coroa portuguesa, que já estivera no Peru em busca de pedras e metais preciosos. Os relatos dessa primeira *Entrada* foram produzidos sob a pena do padre jesuíta João de Alspicueta Navarro que narra o encontro *de um rio mui caudal, por nome Pará, que segundo os índios nos informaram é o rio de São Francisco e é mui largo(...)*.⁵⁷

De acordo com o memorialista Antônio Emílio, *Pará* ou *Opará*, era a designação indígena para o São Francisco, traduzido como *rio-mar*. Nos artigos

⁵⁷ ABREU, João Capistrano de Apud FAGUNDES, Gisele; MARTINS, Nahilson. **Capítulos Sertanejos**. Montes Claros: s/e. 2002, p. 13.

publicados no Álbum de Comemoração do Centenário de Januária, em 1960, a expressão mais comum para se referir à denominação indígena do São Francisco era *Paranapetinga: avenida de ondas morenas, no poético romancear de Afrânio Peixoto, o São Francisco*.⁵⁸ Manoel Ambrósio, com base em Calógeras Damasceno Vieira, afirma em nota: *O nome primitivo do Rio São Francisco é: Paranã = rio quase mar; pé = caminho; tinga = branco*.⁵⁹

Somente cerca de um século e meio mais tarde, outros desbravadores se aventurariam na entrada dessas terras, protegidas por densas matas e povoadas por inúmeras etnias indígenas *insubmissas* e de difícil *pacificação*. De acordo com Ricardo Ribeiro, os principais grupos indígenas encontrados pelos colonizadores europeus no Sertão Mineiro foram os: Cataguás, Kayapó do Sul, Guayaná, Akroá e Xacriabá, todos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, *que se espalhavam pelas áreas tropicais do interior do Brasil, onde predominavam os ambientes abertos de Cerrado e Caatinga*.⁶⁰ Luciene Rodrigues, tomando por base o levantamento de Nelson de Senna, indica ainda a presença das nações: Abatirá, Canindé, Cariri, Catolé, Caiapó, Guaíba, Crixá, Cururu, Kiriri, Tremembé e Tupi.⁶¹

Para Antônio Emílio, a localidade onde hoje está a cidade de Januária foi uma das conquistas empreendida por Januário Cardoso e Manuel Pires Maciel que, junto com suas tropas, atacaram:

Itapiraçaba, a maior aldeia dos caiapós, o último bastião indígena, nas margens do médio São Francisco. Os caiapós, ramo mais bravo da grande nação gês eram os mais hábeis flecheiros do Brasil. Os portugueses os

⁵⁸ JANUÁRIA. **Januária – Comemoração do 1º Centenário**. Belo Horizonte: Sociedade de Amigos do São Francisco, 1960. p. 08.

⁵⁹ AMBRÓSIO, Manoel. História de Januária. Colonização (parte I), nota rodapé, s/p.

⁶⁰ RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo. In.: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos (orgs.) **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Unimontes/CAA, 2000, p. 75.

⁶¹ RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. Et al. **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p. 111.

*chamavam de bilreiros em razão das grandes clavas com que andavam armados.*⁶²(sic) (grifos nossos)

Porém, nos antigos manuscritos de Manoel Ambrósio, em sua *História de Januária*, ainda sem publicação, ele formula outra versão sobre este mesmo episódio.

Segundo ele:

Decorridos dois anos, em 1670. Manuel Pires Maciel Parente com seus antigos companheiros e gente que pode aliciar, desce o rio São Francisco e, trinta léguas abaixo, ao pé da serra do Itapiraçaba, toma contato com a pacífica aldeia dos caiapós.

Qual acontecera aos de São Romão, os míseros sem defesa e inferiorizados em armas são derrotados, morrendo na ação o cacique, duas de suas filhas e caindo prisioneira uma terceira, jovem ainda.

Indescritível a carnificina na taba, cujo lugar é hoje ocupado pela Igreja Matriz. Terminado o combate, retiraram-se os índios não para muito longe.(grifos nossos)⁶³

Este primeiro cronista da história de Januária narra a conquista da região pelos bandeirantes Januário Cardoso e Manoel Pires Maciel como uma fácil vitória: *vencendo a fraca resistência dos Caiapós, de índole pacífica*. Para compreender essa divergência entre as versões é importante identificar o lugar de onde são produzidos os discursos utilizados como fonte para reconstituir o período colonial.

Uma parte da bibliografia consultada defende que a fixação mais sistemática das bandeiras e entradas ao longo do Médio São Francisco ocorreu no final do século XVII. De São Paulo, vieram as bandeiras paulistas, em busca de metais preciosos e *escravos da terra*. Ao mesmo tempo, das capitanias da Bahia e Pernambuco, introduzia-se o gado pé duro, ou *curraleiro*, importado das colônias africanas, criado à larga, em todo o vasto sertão que vai do Piauí até as margens do São Francisco, espalhando-se até o Tocantins.⁶⁴

⁶² PEREIRA, Antônio Emílio. Op. Cit. p. 63.

⁶³ AMBRÓSIO, Manoel. Op. Cit., s/p.

⁶⁴ C.f.: BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central**: do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994; COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.; MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte:

Como bem considerou o antropólogo João Batista de Almeida, há uma discordância entre historiadores e cronistas, cuja interpretação varia de acordo com a posição assumida frente ao papel exercido pelos bandeirantes Mathias Cardoso e Fernão Dias.⁶⁵ João Batista, apoiado em Taunay, defende o pioneirismo de Mathias Cardoso, que, para ele, teria permanecido no sertão, com quinze escravos cedidos por Fernão Dias, até o ano de 1681, quando foi nomeado Tenente-General e incumbido de guiar a expedição de *Don Rodrigo Del Castel Blanco* que assumiria a condição de Governador Geral das Minas do Sertão de Sabarabuçu.⁶⁶ No final da década de 1690, depois de combater a insurreição indígena no Ceará, Mathias Cardoso teria se dirigido a São Paulo para buscar sua parentalha, dando início a uma ocupação mais sistemática das margens do São Francisco.

Todavia, para os cronistas que se basearam em Pedro Taques, por volta de 1683, Fernão Dias Paes, já doente, resolvera retornar a São Paulo, levando consigo todos os homens que compunham sua bandeira. Manoel Ambrósio explica que, com a morte de Fernão Dias, Borba Gato, que deveria receber o título de Governador das Esmeraldas por sua participação ativa na bandeira do sogro Fernão Dias Paes, não se conformou com a perda do título para D. Rodrigo Castelo Branco.

Este, por sua vez, possuía em sua bandeira *pessoas influentes como Matias Cardoso de Almeida e seu irmão Januário Cardoso*. No encontro dessas duas bandeiras teria sido travada acirrada luta: *Dom Rodrigo é morto pelos homens de Borba Gato, e as duas bandeiras se dividem: alguns fixam-se à terra e dedicam-se à lavoura*.⁶⁷

Imprensa Oficial, 1991.; COSTA, Batista de Almeida. **Mineiros e Baianeiros**: englobamento, exclusão e resistência. Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília: UnB, 2003, p. 332.;

⁶⁵ COSTA, João Batista de Almeida. Op. cit., 2006; A Serra do Sabarabuçu é uma serra lendária que alimentou o imaginário da Metrópole portuguesa com o sonho das pedras preciosas: (...) *Seguindo as trilhas indicadas pelos índios, os bandeirantes desde 1674 partiram em expedições buscando essa famosa Serra, onde se acreditava encontrar as tão sonhadas esmeraldas e pratas*. C.f.: KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; et. Alli. **São Marcos do Sertão Goiano**: cidades, memória e cultura. Uberlândia: UFU/SEFAC Serra do Facão Energia S.A. 2010, p. 62.

⁶⁶ Idem, p. 40-41.

⁶⁷ Ambrosio, Manoel. Op. Cit. pg. 7-8, parte I.

Observem que nesse relato Januário é descrito como irmão e não filho de Mathias Cardoso. Além disso, o processo de combate aos índios de São Romão e Itapiraçaba e a consequente ocupação do território teria ocorrido partindo de Sabará para o Rio São Francisco (sentido nascente-foz). Os homens de Borba Gato teriam avançando pela calha do Médio São Francisco até se instalarem no Arraial do Brejo do Amparo.⁶⁸

Os combates iniciados em São Romão e a posterior expansão seguiam o fluxo do rio, onde foram sendo instalados lugarejos e fazendas: Pedras de Cima (São Francisco), Pedras de Baixo (Pedras de Maria da Cruz), Brejo do Salgado e, por último, Morrinhos (Matias Cardoso). O jornalista e estudioso da história local de Januária, Márcio Artur Tupiná, acredita que a versão de Manoel Ambrósio faz sentido se pensarmos o papel estratégico desempenhado pela Vila Risonha (São Romão) que se tornou cabeça de Julgado em 1719, com vasta jurisdição sob toda a extensão do Médio São Francisco. Enquanto que Morrinhos (atual Matias Cardoso) sempre desempenhou um papel secundário na gestão política e administrativa da região.⁶⁹

As investigações dos jornalistas Giselle Fagundes e Nahílson Martins indicam que a região ocupada por Mathias Cardoso, no sertão do São Francisco, pertencia a imensa sesmaria de Antônio Guedes de Brito, que nunca as ocupou de fato, e que teria incumbido Mathias Cardoso de desbravá-las e ocupá-las, para *desinfestar os ditos sertões do gentio bravo*.⁷⁰

⁶⁸ AMBRÓSIO, op. cit.

⁶⁹ Ao analisar o testamento de Mathias Cardoso de Oliveira (não confundir com o bandeirante Mathias Cardoso de Almeida), filho mais velho de D. Maria da Cruz Porto Carrero e Salvador Cardoso, Giselle Fagundes e Nahílson Martins, afirmam que: “(...) é muito provável que (...) Manoel Francisco de Oliveira estivesse pelos menos desde 1684 desbravando as margens mineiras do São Francisco em companhia de seu cunhado, o mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida”. C.f.: FAGUNDES, Giselle; MARTINS, Nahílson. **Alvará de Perdão Concedido a D. Maria da Cruz, viúva**. Montes Claros: s.ed. p. 17, 2006;

⁷⁰ Idem, p. 29. Durante a primeira fase de colonização portuguesa, no regime conhecido como Capitánias Hereditárias, a margem esquerda do rio São Francisco pertencia à Capitania de Pernambuco e sua margem direita à Capitania da Bahia. Os gigantescos territórios, que iam da Bahia até a Barra do Guaiacuí-MG (no encontro com o rio Velhas), eram possessões que pertenciam a apenas duas famílias, o clã Garcia D’Ávila (Casa da Torre) no lado

Em síntese, identificamos nos relatos sobre a ocupação de Januária duas narrativas distintas. Naquela produzida por Manuel Ambrósio, destaca-se, primordialmente, o papel pioneiro de Borba Gato que, para escapar a punição pela morte de D. Castelo Branco, avançou com seus homens para os sertões interiores do além São Francisco. Os primeiros combates à população nativa teriam ocorrido em 1668 na ilha de Guaíbas (São Romão) e dois anos depois na tribo dos Itapiraçaba (em Januária), onde, por fim, Borba Gato teria se instalado na região do Barro Alto (Brejo do Amparo).

Já na versão do antropólogo João Batista de Almeida Costa, a ocupação teria se iniciado com a instalação da Vila de Morrinhos, hoje Mathias Cardoso, no início 1680, e se intensificado a partir de 1700, já sob o comando de Januário Cardoso, seu único filho e responsável pelos episódios de ataques as tribos Guaíbas e Itapiraçaba.⁷¹

Todavia, outras evidências registram ocupações anteriores a essas datas. Algumas edificações mais sólidas, que sobreviveram à corrosão dos anos, contradizem essa última versão. A Capela de N. Sra. Do Rosário, por exemplo, localizada no Brejo do Amparo, distrito de Januária, de acordo com laudo técnico produzido pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), tem como data provável de edificação o ano de 1688. Essas evidências indicam uma movimentação na região do Barro Alto, região do Brejo do Amparo, anterior aos anos de 1700.

Essa é uma discussão obscura que carece de muitos aprofundamentos. Não podemos nos deter muito mais nesse assunto, mas assinalamos aqui a importância de se

baiano, e à família de Antônio Guedes de Brito (Casa da Ponte) no lado pernambucano, suas criações de gado se estendiam ao longo de todo o vale do Rio São Francisco, liberando o litoral para o plantio exclusivo da cana de açúcar.

⁷¹ COSTA, João Batista de Almeida. O Jogo de Espelhos da Memória e da Historiografia: as origens da ocupação e povoamento do Norte de Minas. **Funorte Humanidades**. Montes Claros: Funorte, v. 1, n 1, 2006, p. 35-49; PEREIRA, Antônio E. **Memorial Januária: terra, rios e gente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

esclarecer melhor a forma como se deu as concessões destas terras à família Cardoso e a participação deste clã na história do povoamento da atual região Norte de Minas.

Em 1736, de Paracatu partiam quatro diferentes caminhos que levavam a Goiás: a Picada de Goiás, a estrada Pintangui-Goiás, São Romão, ligando Minas-Bahia-Pernambuco, Rio Abaeté-Espírito Santo.⁷² A Vila Risonha de Santo Antônio da Manga de São Romão (atual São Romão) era a principal rota de acesso fluvial para os descobertos na Vila de Paracatu do Príncipe (atual Paracatu) e para a Província de Goyás. Isso tornou seu porto um importante centro comercial, onde se negociavam peixes, carnes, melancias, açúcar e, sobretudo, sal. A Vila foi fundada pelo cunhado de Mathias Cardoso, Manuel Francisco de Toledo, depois do violento confronto com os índios que habitavam a imensa ilha de Guaíbas, em frente à cidade.⁷³

De acordo com Bernardo da Mata-Machado, São Romão era a ponta de lança da administração portuguesa nessa região desde 1719, quando ascendeu à condição de Julgado do São Francisco. O arraial era estratégico para o controle fiscal do ouro que vinha de Goiás. Contava com uma casa de registros, duas dezenas de dragões e uma tropa de ordenanças.

O povoado de Pedras de Baixo (atual Pedras de Maria da Cruz) já foi uma das fazendas mais prósperas naquele trecho do rio, sob o comando da matriarca Maria da Cruz Porto Carreiro, viúva de Salvador Cardoso. A Fazenda Capão chegou a possuir uma vasta produção manufatureira que era comercializada através de seu porto. Nas palavras de Diogo Vasconcelos, essa fazenda possuía:

Teares de algodão; curtumes e oficinas de couros; tendas de ferreiro e de carapinas, escolas de leitura e de música; e, além disso, armazéns de

⁷² MATA-MACHADO, Bernardo da. Op. Cit., p. 45 e p. 52.

⁷³ Sobre Paracatu ver: SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **Benditos Amaros – remanescentes quilombolas em Paracatu: memórias, lutas e práticas culturais (1940-2004)**. Tese. (Doutorado em História). Uberlândia: INHIS/PPG-História. 2011. sobre São Romão ver: BORGES, Maristela Corrêa, 1964- **Os Errantes do Sagrado: uma geantropologia dos tempos e espaços de criadores populares de cultura em São Romão, norte de Minas**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Uberlândia: UFU/PPG-Geografia, 2010.

*fazenda davam-lhe um movimento de grande centro comercial, principalmente dos gêneros de que se abasteciam as Minas: solas, tecidos de algodão e produtos de engenhos de cana e de mandioca. Todos estes gêneros, sem se falar do principal, que era o gado, nem dos cavalos que por lá passavam, ou nasciam, dão-nos a idéia do que foi o sertão do São Francisco no tempo da revolta (....) Pedro Cardoso, que não só se ocupava em sua fazenda, mas tirava grandes lucros do comércio, importando sal, ferragens e gêneros da Bahia, foi um dos mais fortes potentados do sertão.*⁷⁴

O pedagogo italiano Franco Cambi indica que a primeira escola de música do Brasil foi fundada nesta propriedade de Maria da Cruz⁷⁵. A fazenda Capão conheceu a decadência depois da sedição de 1736⁷⁶, quando Maria da Cruz e seu filho Pedro Cardoso, entre outros, foram levados prisioneiros pela sua participação na sublevação conhecida como *Sedição do São Francisco*. Eles tiveram seus bens confiscados pela coroa e cumpriram uma parte da sentença na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, onde permaneceram por um ano, até serem transferidos para Salvador. Maria da Cruz, que tinha sido condenada ao degredo na África, teve o perdão concedido em 1739 em Salvador. Já, seu filho, Pedro Cardoso, embora levado à degredo no continente africano, segundo Fagundes e Martins, lá ele continuou prestando relevantes serviços ao império português sendo nomeado *vice-rei-capitão-mor do Zimbaue(sic)*⁷⁷.

Com o passar dos anos, a Fazenda Capão, de próspera tornou-se um decadente povoado às margens do rio. Em 1817, quase um século depois, ao passar por lá o botânico francês August de Saint-Hilaire, que desconhecia os pormenores da história do lugarejo, diante da incompreensão dos motivos que levaram um lugar com condições

⁷⁴ VASCONCELOS, Diogo. Apud. MATA-MACHADO, Bernardo. Idem, p. 44.

⁷⁵ CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. (Encyclopaedia).

⁷⁶ A região Noroeste de Minas Gerais, durante o período colonial, era conhecida como Sertão do São Francisco, e compreendia os arraiais de São Romão, Brejo do Salgado (Januária), Capela das Almas, Japoré (Nhandutiba) e Barra do Rio das Velhas (Guaicuí), entre outros. Como explica Carla Anastasia, essa região era historicamente isenta do quinto ouro. Mas, a tentativa de estabelecimento da taxa de capitação em 1736, levou os potentados a se rebelar contra a coroa em um motim, que embora faça parte dos muitos outros motins ocorridos nas Minas coloniais, difere dos demais pelo alto grau de violência e a determinação de seus participantes, além de ocorrer em uma região fora do circuito minerador. C.f.: ANASTASIA, Carla Maria Juno. A Revolta de 1736 no Sertão do São Francisco. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, 2(4): 7-47, jul./dez., 1995. Ver também: ANASTASIA, Carla Maria Juno. **Vassalos e Rebeldes: violência coletiva nas Minas da primeira metade do século XVIII**. Belo Horizonte: C/Arte, 1992; COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005; MATA-MACHADO, Bernardo da. Op. Cit.

⁷⁷ FAGUNDES, Gisele; MARTINS, Nahilson. Op. Cit. 2006, p. 58-60.

tão propícias para a cultura agrícola e o comércio à decadência, registrou: *Como é possível que se tenha abandonado esse local encantador?*⁷⁸

Januário Cardoso ocupou-se também do aldeamento e submissão dos índios que habitavam as regiões de entorno. Escravizou e dizimou muitos deles, outros tantos foram reduzidos à Missão do Sr. São João do Riacho do Itacarambi. Essas terras foram cedidas como forma de contenção desses índios em um território delimitado e de fácil controle. A recomendação de Januário Cardoso ao administrador dos Índios da Missão deixava claro sua intenção:

*Ajunte todos os índios tanto machos como fêmeas que andarem por fora para admissão com zelo e cuidado; os que forem rebeldes fará prender com cautela (...) mandando ensinar a Doutrina pelos que mais a souberem. E que vivam bem e se casem os amancebados, não tendo impedimento, ou havendo impedimento fazendo que se case com outro que não tenha impedimento, fazendo-os trabalhar para terem o que comer e não furtarem; e o que for rebelde a essa doutrina que expando neste papel os prenderá e castigará como merecer sua culpa (...) para isso dei terras com sobra, para não andarem por fazendas alheias, do riacho do Itacarambi acima até as cabeceiras e vertentes e descansos, extremado (?) (sic) na Serra Geral para a parte do Peruaçu, extremado na Boa Vista aonde deságua, para lá e para cá; e por isso dei-lhe terra com ordem de Vossa Majestade.*⁷⁹

Uma parte do que foi essa redução hoje está localizada no atual município de São João das Missões. Em 1987, essa área foi reconhecida pelo governo federal como Território Indígena Xacriabá. Correspondências e documentos administrativos, como este enviado por Januário Cardoso, contribuíram para que o acesso à terra fosse garantido. No entanto, tal conquista só se efetivou com a morte de lideranças indígenas que lutavam pelo reconhecimento e demarcação de seu território. De acordo com o antropólogo Alessandro de Oliveira:

O processo de regularização fundiária se estendeu por mais de vinte anos, em razão da dúvida das instituições envolvidas quanto à indianidade da população que reivindicava o reconhecimento étnico frente ao Estado brasileiro. De um processo de demarcação de terra que já perdurava por quase duas décadas, depois desta tragédia, em cinco meses, estava

⁷⁸ SAINT- HILAIRE, August de. Op. Cit., 2000, p. 344.

⁷⁹ FAGUNDES, Gisele; MARTINS, Nahilson. **Capítulos Sertanejos**. Montes Claros: Snt. 2002, p 76.

*consagrado o reconhecimento étnico Xacriabá, através da homologação da Terra Indígena por Decreto Presidencial, com publicação no Diário Oficial da União em 14/07/1987.*⁸⁰

A principal rota de trânsito que ligava o litoral à região das Minas foi realizada durante muito tempo pelo *Caminho Geral do Sertão*. No final do século XVII, ele constituía uma das mais vastas redes de movimentação de imigrantes escravos africanos, mercadores, tropas e tropeiros, viajantes estrangeiros. O Caminho Geral do Sertão, segundo a descrição do jesuíta André João Antonil, em 1711, iniciava-se na “cidade da Bahia”, seguindo em direção ao Rio das Velhas, ladeando a margem direita do São Francisco, lado baiano, ora mais perto, ora mais distante do rio⁸¹.

Este caminho marcou a expansão de inúmeros currais de gado ao longo da região do médio São Francisco e seus afluentes, abastecendo as populações dos arraiais e povoados de Minas e Goiás. Por esse motivo, o Rio São Francisco, nesse período, ficou conhecido como rio dos Currais. Em sua monografia, Rosângela Corrêa da Silva indica que: *o Caminho Geral do Sertão era, muito antes do surgimento e abertura do Caminho Novo do Rio de Janeiro, em 1725, a principal rota usada pelos comerciantes e fazendeiros, os quais teceram relações mercantis com Minas Gerais, Portugal e África.*⁸²

Como é possível observar, até esse momento o *deserto* do São Francisco era em parte povoado, embora aqueles que lá morassem não fossem considerados civilizados.

Além das etnias indicadas anteriormente, haviam africanos que, trazidos à América

⁸⁰ OLIVEIRA, Alessandro Roberto. **Política e Políticas Indígenas**: a experiência Xacriabá. . Dissertação (Mestrado em Antropologia) Brasília: UnB/PPG-Antropologia Social. 2008. p. 10. Sobre esse tema recomendamos também os estudos de: BATISTA, Ana Laressa Almeida. **Romaria dos mártires da terra Xacriabá - 20 anos de luta e esperança**: a construção do mito Rosalino na memória do povo indígena (aldeia Xacriabá 1987-2007). Monografia (graduação em História). Januária: Instituto Superior de Educação de Januária/ISEJ, CEIVA, Januária, 2008; ESCOBAR, Suzana Alves. **Educação indígena no universo Xacriabá**: saberes e luta na vida e na voz do seu povo. Dissertação (mestrado em Educação). Uberlândia: UFU/PPG-Pedagogia. 2004; PALADIN JR. Heitor Antônio. **Etnogeografia**: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xacriabá no Norte de Minas Gerais. Tese (doutorado em Geografia). São Paulo: USP/FFLCH, 2010.

⁸¹ ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1982, p.186-7 (Reconquista do Brasil; v. 70).

⁸² SILVA, Rosângela Corrêa da. **O Caminho dos Sertões no Processo de Colonização de Januária**. 2007. Monografia (Graduação em História). Instituto Superior de Educação de Januária/ISEJ, CEIVA, Januária, 2007, p. 23. Ver também: RENGGER, Friedrich E. A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas. In.: RESENDE, M.R. L. de & VILLALTA, L. C. (org.) **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, 127-137.

Portuguesa na condição de escravos, por vezes conseguiam evadir-se pelos sertões, formando prósperos quilombos e mocambos; degredados da Justiça que, ao serem abandonados à própria sorte em território desconhecido, muitas vezes se juntavam às nações indígenas ou aos aquilombados; e foragidos e devedores da coroa portuguesa que se embrenhavam pelos sertões onde dificilmente seriam encontrados.⁸³

Manuel Pires Maciel Parente se enquadra neste último grupo, descrito na narrativa de Antônio Emílio como um português foragido da coroa, que vivia há alguns anos refugiado entre os Caiapó do Itabiraçaba, região onde hoje está a cidade de Januária. Essas terras foram entregues a Manuel Pires Maciel devido a sua ativa participação no extermínio e expulsão dos Caiapó e como pagamento pelas lutas travadas com os índios da ilha de Guaíbas, próximo a São Romão, um ano ou dois antes da conquista do Itapiraçaba. Devemos atentar para o fato de que para Antônio Emílio Pereira esse episódio teria ocorrido por volta de 1701 e para Manoel Ambrósio em 1670.

Quando Januário Cardoso passou a combater os índios dessa região, Manuel Pires Maciel juntou-se a seus homens, fornecendo-lhes preciosas informações sobre sua organização. Como pagamento, recebeu as terras dos Caiapó. Sobre Manuel Pires Maciel, o imaginário local teceu muitas lendas. Richard Burton registrou uma delas, recolhida à época de sua passagem pelo Brejo do Salgado:

(...) os cães do conquistador encontraram uma criancinha, que foi batizada como Catarina, criada como cristã e que, afinal, se casou com seu captor. Deu-lhe duas filhas (...) o nome de Maciel misturou-se, então, ao de muitas famílias portuguesas, Bitencourt, Gomes, Moreno, Proença e Carneiro. A descendência de Catarina forma hoje um clã de 4.000 almas, cujos cabelos

⁸³ C.f.: RIBEIRO, Ricardo Ferreira, 2000. Op. cit. De acordo com informações da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo), abrigado no Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), existem aproximadamente 400 comunidades quilombolas no Estado de Minas Gerais, distribuídas em mais de 155 municípios, cuja maior concentração está na Norte e Nordeste do estado. Só nos municípios de Januária e adjacências somam-se 37 áreas reivindicadas como remanescentes de quilombo, entre os municípios de Januária, São Francisco, Chapada Gaúcha, Bonito de Minas, Itacarambi.

escorridos, tez acobreada e olhos oblíquos, ainda revelam os traços de seus antepassados nativos.⁸⁴

A constante transumância das águas do São Francisco ensinou prudência a estes primitivos colonizadores de Januária, que assistiram em muitos outros arraiais suas edificações serem tragadas pelas águas do rio. Por esse motivo, o povoado Brejo do Amparo, ou Brejo do Salgado como era conhecido, estabeleceu-se a cinco quilômetros do São Francisco. Sua origem foi relatada na crônica de Diogo de Vasconcelos:

(...) o local escolhido foi a uma légua acima, em terras enxutas, quase ao sopé da serra e, ali, a primeira coisa que se fez foi plantar os peões direitos da capela e cercou-lhe o adro ... Corria então o dia consagrado ao Patrocínio da Santa Virgem, segunda dominga de novembro. A capela foi por isso votada a Nossa Senhora do Amparo, nome que o arraial também obteve.⁸⁵

De acordo com o Dicionário Geográfico do Brasil:

Denomina-se esse paiz Brejo do Salgado, porque as águas de um ribeirão, que rega o arraial e fertiliza as suas vizinhanças, são salobras (...) desde sua origem corre o dito ribeirão por uma planura de quatro léguas, chamada Brejo, bordada pelo Oriente e Ocidente de serras até o arraial, onde os montes tomam diversas direções, fazendo uma campina vastíssima e coberta de pequenas árvores até as margens do rio. É este brejo tão pingue(sic) que ainda hoje produz a canna doce, nos logares onde há mais de 100 annos se fizeram as primeiras plantações delle, suas terras criam todos víveres, fructas e quaesquer vegetaes, sem a dependencia de estrumes, e com abundância.⁸⁶

Saint-Hilaire guardou uma ótima impressão sobre arraial e atribuíu a longevidade de seus moradores às qualidades naturais do lugar. Ele ficou impressionado por ter encontrado homens com 90 anos de idade bastante vigorosos. Segundo ele, esse era um dos principais motivos que atraía vários brancos para o povoado, acrescentando que:

A prosperidade reina entre os habitantes de Salgado. Parece que vários deles possuem grande quantidade de escravos, e meu próprio hospedeiro tinha setenta. O bem estar conduz naturalmente à alegria, por isso, observei muito maior jovialidade em Salgado que noutros lugares. Reunem-se à noite

⁸⁴ BURTON, Richard. Op. Cit. p. 214.

⁸⁵ VASCONCELOS, Diogo Apud PEREIRA, Antônio Emílio. Op. Cit. p. 67.

⁸⁶ PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p. 270.

*para jogar cartas ou gamão. Fazia-se música, que não era má, e ensaiava-se mesmo, por ocasião de minha passagem, uma peça de teatro que deveria ser breve representada.*⁸⁷

Edificado no sopé da serra que circunda o rio São Francisco, o povoado do Brejo especializou-se no cultivo da cana de açúcar para a produção de rapadura e cachaça, além do cultivo de diversos gêneros alimentícios e da criação de gado vacum, cavalos, caprinos entre outros que complementavam a economia. As inúmeras *fazendas de criar* em suas adjacências deram origem a diversos núcleos de povoamento, comunidades, lugarejos e cidades. Manoel Ambrósio cita as fazendas pioneiras: do Escuro, Sobradinho, Tabúa, Lavagem, Ressaca, Pindaíbas, Itacarambi, Rodeador, Roda da Fortuna, Gameleira, Cruz, Canabrava, Bom Jardim, Itapiraçaba, Cristal, Lontra, Ipueira, Mata do Engenho, Cascalho, Fazenda do Angú, entre outras.⁸⁸

No passado, toda a rica produção do Brejo do Salgado e dos gerais era escoada através de seu porto, o Porto do Salgado (atual cidade de Januária). A princípio, os fazendeiros utilizavam o porto instalado no lugarejo conhecido como Venda, que servia aos fazendeiros do Brejo e do povoado Mocambo (atual Distrito de Levinópolis). De acordo com Manuel Ambrósio, esse lugar, muito próximo ao barranco do rio, foi sendo assoreado ano após anos pelas constantes cheias e sua população acabou abandonando o local em busca de barrancos mais seguros. Assim, em 1792, os fazendeiros da região se consorciaram para a construção de um novo porto:

(...) fazendeiros da Boa Vista, Boqueirão, Tocantins e do Santo Antônio reuniram esforços e recursos e construíram uma estrada em linha reta em direção ao Rio, uma légua distante, isto em 1792.

*A seguir, levantaram um grande armazém para depósito de sal e mercadorias diversas, cavando ao mesmo tempo, no barranco, um excelente porto para atracação. Em breve, todo o comércio dos arredores, acima e abaixo do São Francisco, convergia para o local que, por isso mesmo, cresceu em tamanho e importância, recebendo o nome de porto do Brejo do Salgado.*⁸⁹

⁸⁷ SAINT-HILAIRE, August. Op. Cit., 2000, p. 347.

⁸⁸ C.f. AMBRÓSIO, Manoel. História de Januária. Op. Cit., parte II p 29;

⁸⁹ AMBRÓSIO, Manoel. Idem, p. 18, parte II.

A primeira edificação solidamente construída no Porto foi o mercado, que ficou conhecido popularmente como *Intendência* (onde hoje fica a loja Marcela Boutique)⁹⁰. A *Intendência* funcionava como centro comercial para o qual convergiam fazendeiros, agricultores de vazante e geraizeiros de toda a região, além de carreiros, tropeiros e mascates que singravam pelas estradas interiores ligando os sertões de Goiás e da Bahia ao litoral. A população do Porto do Salgado foi aos poucos se adensando. Muitos pescadores construíam seus casebres nas imediações para facilitar a comercialização de peixes. Segundo informações que Manoel Ambrósio coletou junto ao Relatório Estatístico apresentado ao Príncipe pela Câmara de Paracatu, em 1826 o Porto do Salgado já contava com 80 fogos:

*(...) Eram casinhas esparsas aqui e ali, obedecendo a um certo alinhamento e que foram aumentando de número, progressivamente. A maior parte dos prédios era construída de taipa, numerosos cobertos de capim. As ruas primitivas do Porto, algumas de nomes pitorescos, eram as seguintes: Rosário(hoje Santa Cruz), dos Pescadores(à margem do rio, hoje desaparecida) Gameleira, Barroco, Intendência, Decafumo, Cantagalo, Catinguinha, Capembas Rajados, Baroneza, Marquezas.*⁹¹

O traçado urbano de Januária, de acordo com o Sr. Lenine Aquino, tinha o formato de um avião, como Brasília, só que muito mais antigo. As principais avenidas eram: a rua de Baixo, a rua de Cima e a rua do Meio, ou caminho do Brejo⁹². Até por volta dos anos de 1960, como rememora Eustáquio Pimenta, o núcleo urbano da cidade ia apenas até as imediações do atual Mercado Municipal. Apenas algumas ruas eram

⁹⁰ Nesse local houve a tentativa de se edificar um cinema. Depois de pronta, a construção foi condenada e o cinema nunca pode ser inaugurado. Segundo relato de D. Conceição Ferreira, antes da execução da obra seria necessário uma grande escavação no local para retirar o sal que se acumulava durante anos e anos. Como isso não ocorreu acabou comprometendo toda a estrutura. C.f.: MAGALHÃES, Maria Ferreira (d. Conceição). Januária, 02/09/2011. (Entrevista).

⁹¹ AMBRÓSIO, Manoel. História de Januária, Op. Cit. p. 24.

⁹² AQUINO, Lenine Corrêa de. **Entrevista**. Januária: 31/08/2011;

recobertas com lajotas de pedra calcária, ou *pedras do morro* como se dizia na época, retiradas das serras do entorno, a maioria delas era de areia.⁹³

Em 1814, o Brejo do Salgado ascendeu à condição de Julgado, desmembrando-se de São Romão. Ganhou certa autonomia jurídica, mas limitada pela carência de funcionários⁹⁴. Em 1833, foi criada a Vila Januária, o que garantiu a instalação de uma Câmara Legislativa com autonomia para atuar por meio de posturas de alcance local. Surpreendentemente, o Porto do Salgado, e não o Brejo do Salgado que já havia se tornado freguesia, alçou à condição de sede da Vila.

A partir daí, o Porto do Salgado passou à denominação de Vila Januária. Três versões apresentam motivações diferentes para a escolha deste nome para a vila. Uma delas seria uma homenagem a Januário Cardoso, o bandeirante paulista que deu início ao processo de ocupação colonial na região. Na segunda versão, atribui-se este nome a uma cortesã, D. Januária, *velha escrava que fugira da Corte, moça ainda, para encobrir descuidos morais Sua casa era ponto de bebedeiras, que terminavam, às vezes, em saraus de consequências mais desastrosas ...*⁹⁵. Por último, seria uma homenagem à princesa Januária, filha de D. Pedro I.

Na bibliografia consultada observamos que um consenso em torno desta última versão vem se formando, respaldado, principalmente, na informação de Manuel Ambrósio sobre o empenho de membros da corte em visitar a cidade: (...) *Conde d'Eu e Duque de Saxe (...) em custosa viagem para conhecer a cidade a que haviam dado o*

⁹³ AZEVEDO, Eustáquio Pimenta de. **Entrevista**. Januária, 05/09/2011. Hoje, grande parte das ruas da cidade continuam revestidas com essas mesmas pedras. No entanto, as antigas lajotas disformes e irregulares deram lugar aos blocos padronizados. Apenas duas ruas restaram com esse antigo revestimento, ambas tombadas pela lei de patrimônio histórico do município.

⁹⁴ CASTRO, Afrânio Pimenta. Comarca e Fôro. In: **Januária - Comemoração do 1º Centenário**. Belo Horizonte, p. 48.

⁹⁵ MARTINS, Saul Apud PEREIRA, Antônio Emílio, 2004, p. 585.

*nome de uma das legítimas representantes da Casa Imperial, a princesa Januária, irmã do imperador Pedro II.*⁹⁶

Manoel Ambrósio, o mais antigo cronista da história local, apresenta apenas esta versão:

*A nova vila recebeu o nome de Januária em honra da Princesa Januária, irmã de D. Pedro II e herdeira presuntiva da Coroa, nome que conserva até nossos dias. Para sede, foi escolhida a povoação do Porto do Salgado, dado à capital importância que representava para as comunicações, e onde deveria instalar-se a Câmara Municipal. A instalação da vila, entretanto, verificou-se na sede do Julgado, a 20 de abril de 1834 e só depois de ouvido o Conselho é que se fez a transferência para o Porto, isto a 12 de outubro do mesmo ano.*⁹⁷

A Câmara fora, a princípio, instalada no Brejo do Salgado, sob a alegação de que o Porto carecia de infraestrutura para abrigar a burocracia administrativa da Vila. Em diversas ocasiões, a sede foi transferida ora para o Porto ora para o Brejo, marcando um período de rivalidades políticas entre o Brejo do Amparo e o Porto do Salgado, como anotou Richard Burton:

*(...) Naturalmente, as duas localidades eram rivais e inimigas. Em 1833, o Porto tornou-se Vila de Januária, em homenagem à irmã do imperador; em 1837, a honraria foi transferida para a povoação do interior; em 1846, devolvida para o Porto; em 1849 mais uma vez atribuída ao Brejo e, finalmente, em 1853, voltou a ficar com a localidade ribeirinha. Esta última argumenta que a localidade do sopé da serra fica muito longe do centro comercial; a outra replica que, pelo menos, não corre o risco de ver até os seus santos arrastados pelo rio.*⁹⁸

O ano de 1853 marcou a instalação definitiva da sede do município no Porto. Em 1860, a Vila tornou-se município e, em 1861, cidade. A inauguração parcial da casa de Câmara e Cadeia (atual Casa da Memória) em 1885 e a construção do prédio da prefeitura, por volta de 1894, garantiram de vez o controle político e jurídico do município no Porto⁹⁹. A condição de Julgado aliada à presença da Capitania dos Portos e dos Correios na cidade garantiram ao município os aparatos necessários para a sua

⁹⁶ AMBRÓSIO, Manoel. História de Januária. Op. Cit., s/p.

⁹⁷ AMBRÓSIO, idem.

⁹⁸ BURTON, Richard. Op. Cit. p. 208.

⁹⁹ PEREIRA, Antônio Emílio. Op. Cit., 2004, p. 425-6.

consolidação urbana. Da mesma forma, a sede Paroquial foi garantida em 1860, depois de ocorrer, como no caso da instalação da Vila, a sua transferência do Brejo para o Porto sucessivas vezes.

Os moradores do Brejo tinham razão em pelo menos um aspecto: as condições para o estabelecimento de uma cidade próxima às barrancas do grande rio eram de fato temerárias. Manoel Ambrósio, escrevendo em 1913, observou a perda de algumas ruas de Januária, tragadas pelas suas águas e o constante alargamento de suas margens:

*Até esse tempo era o São Francisco tão estreito que qualquer pessoa podia conversar com a outra, elevando um pouco a voz. Grandes enchentes depois alargaram suas margens, desgastando extraordinariamente os barrancos e levando em suas águas turbulentas tudo o que fosse encontrado – ruas, fazendas, plantações.*¹⁰⁰

As cheias representaram, durante muitos anos, um problema na vida dos moradores da cidade. Estiveram suscetíveis à subida incessante do rio, dos desbarrancamentos e suas temíveis febres terçãs. Na crônica de Marques Rebelo sobre Januária, de 1939, ele descreve o caso de um fazendeiro que perdeu todos os filhos para a *terçã maligna*: *há quatro anos que lutava contra as águas do rio na defesa do seu gado e da sua pequena lavoura, há quatro anos que a morte o visitava para levar os seus filhos.*¹⁰¹

Com a oscilação das águas, o São Francisco levou, além de ruas, uma grande quantidade de casebres que se desmancharam¹⁰². Em 1852, o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, observou, com preocupação, a necessidade da construção

¹⁰⁰ AMBRÓSIO, Manuel. Idem. p. 24 parte II

¹⁰¹ REBELO, Marques. Januária. **Melhores Crônicas**: Marques Rebelo. São Paulo: Global, 2004, p. 133. (Coleção melhores crônicas).

¹⁰² Ainda hoje algumas casas são construídas no leito do grande rio. Durante os períodos de seca, a população, que tradicionalmente planta em suas vazantes, constrói e reconstrói suas casas de pau a pique, com enchimento de barro, galhos e folhas. Quando o rio enche e transborda, essas casas são abandonadas pelos moradores e parcialmente destruídas pelo rio, muitas vezes, restando apenas o telhado e a estrutura de madeira. Dessa forma, quando os vazanteiros retornam as áreas, basta restabelecer o preenchimento das estruturas e rapidamente estará pronta para ser novamente habitada.

de um cais protetor para a cidade. Alguns anos depois, Richard Burton também se mostraria pessimista sobre a topografia do lugar:

*Não será fácil salvar a localidade; há cerca de vinte anos, metade da Rua do Comércio transformou-se em leito do rio. Foram fincadas algumas estacas, para medir as cheias, e uma paliçada de troncos de árvores defende o barranco de argila arenosa que dá acesso ao rio, muito perto do qual, em posição extremamente vulnerável, há uma fileira de casas baixas, caiadas de branco e com telhados vermelhos. O perigo principal é acima da cidade, onde um pequeno canal admite um vasto afluxo de água das cheias. Ali seria fácil construir um daqueles diques com que bloqueamos o Indos, perto de Hyderabad.*¹⁰³

Tais recomendações só foram atendidas cerca de um século depois. Na administração de Mário Lisboa (1948-1951) foi erguido um enorme paredão de pedras diante da cidade, o *cais*.¹⁰⁴ Posteriormente, no início da década de 1980, depois da última grande cheia do rio, a famosa *Cheia de 79*, foi erguida uma balaustrada de concreto sobre este paredão, e uma grande obra de aterramento no entorno da cidade como tentativas de barrar o constante avanço das águas sobre a cidade e conter a erosão incessante que insidia diretamente sobre os barrancos mais próximos.¹⁰⁵

A constante iminência dessas enchentes criou costumes e inventou tradições. Um rico imaginário sobre as cheias de Januária pode ser coletado junto a seus moradores. Mesmo diante das perdas, a memória coletiva guardou momentos de solidariedade e de confraternização ao enfrentarem juntos um problema que afligia a ricos e pobres, indistintamente. Além disso, somente em tempos de exceção como estes as autoridades estaduais e federais se *apiedam* em favor dos desabrigados e desvalidos dessa região.

¹⁰³ BURTON, Richard. Op. cit. p. 209.

¹⁰⁴ Essa obra, embora necessária, gerou críticas por parte da população, que se queixou da retirada das colunas em estilo greco-romano que ornamentavam o antigo cais e o empobrecimento da paisagem urbana. Cf. PEREIRA, Antônio Emílio. **Memorial Januária: terra, rios e gente**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004. p. 225; _____. **Januária. Relicário Fotográfico**. Belo Horizonte : Edição do Autor, 2008, p. 12.

¹⁰⁵ Um dos fatores que contribuiu para o alargamento da área de expansão das águas do São Francisco e o seu contínuo assoreamento foi o uso da sua vegetação ciliar como energia que, por quase um século, alimentou as caldeiras dos vapores que subiam e desciam o São Francisco.

Muitos moradores pobres das proximidades do *cais* vêm essa enchente como positiva, pois assim, tiveram seus casebres reconstruídos, dessa vez, com tijolos e cimento.¹⁰⁶

Nas diversas ocasiões de subida vertiginosa do rio, os moradores das áreas afetadas se mudavam para a parte mais alta da cidade, conhecida no passado como Pequizeiro (atual *Alto dos Poções*), próximo ao cemitério. Ali montavam-se acampamentos de lona, a espera das águas baixarem. Outros se hospedavam em residências no Brejo do Amparo e fazendas próximas. A memória da *Cheia de 1979* ainda está viva para muitos de seus moradores. Um susto menor, em 2003, só reforçou o permanente estado de alerta. A população segue vigilante, a espreitar as águas do rio nos períodos chuvosos, acompanhando atenta sua lenta evolução. Nos dias de chuva, ao encontrar um conhecido, fatalmente seremos indagados: *Você já foi ver o rio hoje?*

Já alertava Buarque de Holanda em sua obra *Monções* que frente à necessidade de interiorização do país:

*(...) A energia física, necessária a muitos desses empreendimentos, dispensava de ordinário qualquer ajuda, a não ser em face de obstáculos mais poderosos. Assim, diante dos rios maiores, rios de canoa, como se chamava, era forçoso interromper a marcha a pé. E também não faltavam ocasiões em que os rios, deixando de significar um estorvo para o caminhante, se transformavam, eles próprios em caminhos – ‘os caminhos que andam’. Embora não constituíssem, ao menos de início, a via mais habitual de penetração do continente, desempenhariam, ao cabo, um papel que não foi simplesmente acessório.*¹⁰⁷

Antes da introdução da navegação a vapor, o comércio fluvial no São Francisco era realizado em grandes barcas manuais que traziam produtos industrializados e importados da capital baiana. Chegavam em carros de boi e eram embarcados rio acima. Nas regiões salineiras, entre Xique-Xique e Juazeiro, abasteciam-se de sal; em Januária, parte dessas mercadorias supria o comércio local, o restante seguia em mulas e carros de boi pela Estrada Real, pelos caminhos que levam aos sertões de Goiás e Bahia. As

¹⁰⁶ Cf. BIZERRA, Policarpo. **Tragédia dos Flagelados**: romance da enchente de 1979. Januária: Tipografia Brasil, 1979, p. 10. (Poesia de Cordel)

¹⁰⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 18.

barcas continuavam seguindo seu curso em direção a São Romão e Pirapora, e distribuía seus produtos até Paracatu. A partir daí, seguiam em tropas para o interior das Províncias de Minas e Goiás. O comércio era conduzido por caminhos e trilhas, cruzando vastos sertões, marcando pousos, criando povoados, estabelecendo esparsas e morosas conexões entre o litoral e o interior.¹⁰⁸

Em seu retorno, normalmente, as barcas faziam um rápido percurso, salvo quando ocorriam encalhes, carregadas com a matéria prima dos sertões: couros e peles de animais silvestres, com os subprodutos da pecuária extensiva e víveres alimentares, produzidos nos lameiros e ilhas, nos brejos e nos Gerais, e, principalmente, com cachaça e rapadura produzidas nos engenhos da região, famosos pela qualidade.



Januária: movimentação no cais. Fonte: Foto Colares. In: PEREIRA, A.E. (2008, p.13)

¹⁰⁸ NEVES, Zanone. Januária na Literatura dos Viajantes. **Boletim- Comissão Mineira de Folclore**, Belo Horizonte, nº 18, Nov/1997, p. 204. (Edição Especial: 100 anos de BH, 80 anos de Saul Martins).

Essas barcas eram conduzidas por fortes remeiros que tinham como característica, além da robusta compleição física, um enorme calo no peito provocado pela compressão do remo contra o corpo. O esforço de fazer subir estas grandes barcaças carregadas rio acima, movidas unicamente pela força humana, era enorme: *pouquíssimos adotaram a vela. Nas suas laterais uma estreita passagem, denominada coxia, era o eterno itinerário percorrido pelos remeiros, indo e vindo, empurrando-se com as grandes varas, sustentadas num lado, em seus peitos.*¹⁰⁹ Se, por vezes, essa vara se partisse o acidente era fatal para o remador.

Januária chegou a produzir suas próprias barcaças, bem como as típicas figuras de proa, como eram conhecidas as carrancas, tão peculiares ao São Francisco. De acordo com Lacerda, em 1.874 havia duzentas barcaças circulando pelo São Francisco, a maioria delas trazia presa em sua proa uma carranca. Entalhadas em um tronco de madeira único, e afixadas nas barcas, para trazer boa sorte aos navegantes:

*Na proa de cada barça vai uma cabeça de bicho. Diz-se que essas cabeças são compradas num saco fechado, que só pode ser aberto no momento em que se vai colocá-las nos barcos. São cabeças de cão, de leão, de cobra, de cavalo, etc. São as carrancas. Protegem a embarcação; e os barqueiros confiam em que ela, quando a barca estiver para afundar, dará três grandes gemidos anunciadores. É o bicho protetor.*¹¹⁰

No final século XIX, a energia a vapor trouxe os primeiros barcos ao São Francisco. O Vapor Saldanha Marinho fez a viagem inaugural em 1871. A mesma experiência ocorreria na Bahia, com a construção do vapor Conselheiro Dantas, no Rio de Janeiro, pelo então Presidente da Província Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas¹¹¹. Todavia, a navegação mais sistemática de vapores no São Francisco só se iniciou a partir de 1890, quando a Companhia Viação Central do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, passou a deter a concessão do Estado de Minas Gerais para explorar a

¹⁰⁹ PEREIRA, Antônio Emílio, **Memorial Januária**: terra, rios e gente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004, p. 475.

¹¹⁰ LACERDA, Carlos. Op. Cit. p. 101.

¹¹¹ MATA-MACHADO, Bernardo da. Op. Cit., p. 127.

navegação no São Francisco pelos cinquenta anos seguintes. A partir daí, diversos outros vapores foram sendo incorporados à sua frota.¹¹²

Com a chegada dos vapores, Januária tornou-se um centro comercial ainda mais dinâmico, consolidando-se como um dos portos mais importantes no Médio São Francisco, ao lado de Juazeiro e Xique-Xique na Bahia. Com a prosperidade, comunidades foram se adensando e se espalhando por suas barrancas e ilhas, e mais além, nas cabeceiras dos rios que afluem para o São Francisco e para as terras férteis de suas veredas e alto *Gerais*.

De acordo com o sociólogo Bernardo da Mata-Machado, durante o Império houve um interesse maior, por parte do governo, em ligar o litoral e o sertão por meio da combinação entre o transporte fluvial e ferroviário. Nesse período, foram realizadas três expedições para avaliar as possibilidades e os custos necessários com infraestrutura. A primeira expedição foi realizada pelo engenheiro alemão Halfeld, entre os anos de 1851 e 1854; em 1868 foi contratado o engenheiro hidráulico Carlos Krauss para uma nova avaliação e, em 1870, realizou-se um terceiro reconhecimento nas seções média e superior por Francisco Manoel Álvares de Araújo. Os técnicos foram unânimes em afirmar que, para vencer os empecilhos naturais que rio impunha, seria preciso grandes investimentos de engenharia hidráulica.

Na seção inferior do São Francisco, entre Piranhas e Penedo, próximo ao litoral, as condições de navegação eram melhores. No entanto, na seção do Médio São Francisco a navegação era dificultada pelas grandes oscilações no nível das águas, que variava muito de acordo com a estação do ano e nos trechos encachoeirados. Além

¹¹² Na virada do século XX, a Companhia Viação Central do Brasil passou por sérios problemas financeiros e acabou levada à leilão em 1903. O Estado da Bahia arrematou os vapores e passou a deter o monopólio de navegação no São Francisco. Essa concessão foi administrada parte pelo estado baiano e parte pela iniciativa privada, estruturando-se sob a denominação Empresa de Viação do São Francisco, que desfrutou do monopólio até 1917. Depois disso, com a abolição da exclusividade baiana, muitas outras companhias passaram a navegar comercialmente no rio, até 1945. (PEREIRA, Antônio Emílio. Op. Cit. 2004, p. 488-494).

disso, muitos dos vapores utilizados na navegação do Médio São Francisco não eram adequados ao rio, que exigia embarcações menores e com calado mais raso¹¹³. Os bancos de areia, ou coroas, que se formam em toda a extensão do Médio São Francisco dificultaram enormemente a navegação. O que representava grande entrave para uns, resultava em enormes vantagens para outros. Em sua crônica sobre Januária, Marques Rebelo descreve a melancólica rotina daqueles que dependiam desses vapores:

*Cinco meses sem chuva, o rio vai muito seco, e há oito dias nem sombra de navio. As mercadorias ameaçam estragar nos armazéns. Os passageiros em trânsito mofam nos hotéis. Os caixeiros-viajantes divertem-se pelos bordéis cafusos (...) mais outro dia ... Doze dias já faz, e navio não chega.*¹¹⁴

Mesmo com os atrasos, o elevado custo dos fretes e o risco de perda das mercadorias paradas nos portos, ainda assim o comércio fluiu por, pelo menos, dois séculos na artéria do rio. Tal fato tornou prósperos arraiais e vilas em toda a extensão do Médio São Francisco. Esse sistema de circulação começou a ser alterado com a chegada dos primeiros dormentes da estrada de ferro à Pirapora, em 1911. A nova conexão reestruturaria a circulação comercial em Januária, voltando-se para Pirapora, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Naquele momento, tais alterações no sistema de circulação de mercadorias ainda não afetariam o comércio no rio.

1.2 - Januária: entre a modernidade e a decadência

A ferrovia chegou a Montes Claros em 1926, marcando o início de uma nova era no processo de polarização regional.¹¹⁵ Um processo que se consolidou somente depois da construção das rodovias interligando o interior do país, conectando a região Nordeste

¹¹³ MATA-MACHADO, Bernardo da. Op. Cit., p. 127-135.

¹¹⁴ REBELO, Marques. Op. Cit., p. 129.

¹¹⁵ C.f.: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de Desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

e Sudeste via Montes Claros. A partir daí, o acesso às cidades ribeirinhas, na porção mineira, se tornaria mais crítico. A pavimentação da estrada que liga Montes Claros a Belo Horizonte, em 1972, e a ligação entre Pirapora e o Triângulo Mineiro, em 1973-74, cimentou as bases infraestruturas que faltavam para consolidar Montes Claros enquanto polo regional. Da rivalidade que um dia alimentou as disputas entre Januária e Montes Claros, concorrentes entre si, hoje não resta dúvida de que a *Princesinha do Norte* tornou-se referência no setor de comércio, serviços e indústria da região Norte de Minas Gerais, favorecida pelas novas conexões e pela proximidade com a capital do estado.

Em decorrência dessas alterações no sistema de circulação de bens e produtos, os principais centros comerciais ribeirinhos ao longo do Médio São Francisco entraram em franca decadência, muitos dos quais jamais recuperaram a prosperidade de outrora. Tal processo foi coroado pela ampliação do sistema de eletrificação brasileiro que, graças à construção de grandes Usinas Hidrelétricas no São Francisco fez submergir cidades inteiras e alterou definitivamente o ciclo das águas e a transumância do rio, com efeitos diretos sobre a vida de inúmeros pescadores e vazanteiros.

Por outro lado, muitos barranqueiros acalentavam expectativas de que, a despeito dos prejuízos, as barragens construídas no grande rio poderiam resolver os antigos problemas de navegabilidade, retomando a pujança de outrora, empregando uma mão de obra local ou, ainda, viabilizando a industrialização da região, com a chegada de uma eletricidade mais eficiente. Mas nada disso se concretizou.

O período mais dinâmico na criação de novas propostas para o desenvolvimento econômico da região ocorreu durante os governos de Juscelino Kubitschek, primeiro como governador do estado (1951-1955), depois na presidência da república (1956-1961). Assim, em 1958, estruturou-se um plano de empresa mista para a gestão da

navegação na região do Médio São Francisco. Foi criado o Serviço de Navegação da Comissão do Vale do São Francisco, com a participação dos governos de Minas Gerais e da Bahia, reunindo o acervo das três últimas viações existentes. Em 1963, a FRANAVE – Companhia de Navegação do Rio São Francisco — encampou o Serviço de Navegação, numa última tentativa de modernização do transporte no Rio São Francisco:

(...) Foram incorporados 8 empurradores (...) quatro semi-empurradores, dois guindastes e um dique flutuante e 50 chatas, com capacidade para 200 toneladas de carga cada uma, 5 chatas de 400 toneladas e outras chatas menores. (...) o transporte de carga chegou a ser realizado em grandes comboios, constando de um ou dois rebocadores, que puxavam 8 chatas de 200 toneladas cada, num total de 1.600 toneladas.¹¹⁶

Esta companhia adquiriu também duas lanchas ônibus para o transporte de passageiros, a primeira inaugurada em 1966. No entanto, estas atividades também logo foram desativadas, segundo Antônio Emílio, devido a pequena demanda de passageiros.¹¹⁷ As chatas, mais popularmente conhecidas como balsas, foram amplamente utilizadas para a travessia do rio São Francisco. Entre Januária e Pedras de Maria da Cruz, a utilização das balsas só cessou depois da construção da ponte, em dezembro de 1996. Em outros trechos do rio, esse sistema continua em plena atividade. Para alguns moradores dessas duas cidades, Januária e Pedras de Maria da Cruz, ao mesmo tempo em que a ponte conectou a região trazendo novas possibilidades de progresso trouxe também prejuízos para aqueles que se beneficiavam das dificuldades de acesso.

¹¹⁶ PEREIRA, Antônio Emílio, Op. Cit., 2004, p. 496.

¹¹⁷ Hoje, a história da navegação a vapor nas águas do São Francisco é lembrada pelo último remanescente de seu período de ouro: o Benjamin Guimarães. Entre os anos de 2003 e 2004, o *Benjamim* foi restaurado e agora navega apenas nas imediações de Pirapora levando turistas. Segundo consta, é o último barco movido a vapor no mundo. Foi construído em 1912, nos Estados Unidos, por James Rees Sons & Co., singrou pelas águas do Mississipi e depois foi vendido à Empresa Amazon River Plate e Co., passando a navegar na bacia amazônica. Posteriormente, foi adquirido pela família Júlio Mourão Guimarães, que o montou em Pirapora e deu o nome do patriarca. C.f.: OLIVEIRA, Marco Aurélio. O Vapor Benjamin Guimarães: a única embarcação movida a lenha do mundo. In.: Recanto das Letras, 04/06/2008. In.: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1018908>, capturado em 15/06/2011.

Em Pedras de Maria da Cruz, muitos comerciantes ainda se queixam de que, antes da ponte era necessário atravessar toda a cidade até chegar à balsa, o que contribuía para o comércio que se desenvolvia ao longo desse trecho até o porto. Como a ponte foi construída passando fora do perímetro urbano de Pedras de Maria da Cruz, o comércio local se sentiu prejudicado. Em Januária, por sua vez, a rede hoteleira ressentiu-se com o desaparecimento da clientela. Com a pouca distância entre Montes Claros e Januária, facilitado pelo acesso proporcionado pela ponte, muitos dos que precisam ir à Januária por questões comerciais acabam retornando no mesmo dia para Montes Claros, deixando de se hospedar na cidade, causando grandes prejuízos para o setor hoteleiro, antes disso bastante promissor.¹¹⁸



Januária: travessia da balsa para Januária em. Fonte: PEREIRA, A.E. (2008, p.56)

Até o início do século XX, o São Francisco era o caminho obrigatório para quem vinha do sertão nordestino em direção aos grandes centros de produção agrícola do país. As pessoas *tomavam* o vapor subindo o rio e muitos acabavam fixando residência nos portos das principais cidades: São Francisco, Januária, São Romão e Pirapora. Havia

¹¹⁸ Acompanhei tais ponderações em diversas ocasiões em que estive em Maria da Cruz; ponto de vista partilhado por: SILVA, Maura Moreira. **Entrevista:** Januária, 05/09/2011.

famílias que vinham a pé, singrando os sertões, pelos caminhos que ligam Goiás, Bahia e Minas Gerais.

Como toda cidade portuária, Januária recebia um grande fluxo desses migrantes, que chegavam com diferentes motivações: escolar, em busca de melhores condições de trabalho ou fugindo das secas no Piauí, Pernambuco, Ceará e Bahia. Alguns estavam apenas de passagem, rumo às lavouras do Sudeste e Centro-Oeste. De Pirapora seguia-se de trem para Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo ou Goiás. Outros, depois de uma volta pela cidade, acabavam ficando e ainda havia aqueles que vinham atraídos pela fama de prosperidade que a cidade possuía.

A seca, um dos fatores que impulsionava os deslocamentos nos sertões, quando castigava as regiões nordestinas impelia grandes levas humanas à busca de sobrevivência. Richard Burton anotou, em sua passagem pela cidade, os números da oscilação populacional provocada pelas secas:

(...) O total das casas deve andar em 700, das quais pelo menos uma quinta parte é constituída por vendas. Em 1860, o ano da fome na Bahia, a população chegou a 6.000 almas; cinco anos depois, caiu para 4.000 e agora deve andar por umas 5.000, incluindo os escravos.¹¹⁹

A avaliação de Lacerda é a que melhor descreve a viagem empreendida por esses migrantes, no final da década de 1930:

(...) Os pormenores da emigração são uma página lamentável. Em poucas palavras poderemos escrevê-la, pelo que ouvimos e vimos, pelo que diariamente podem ver quantos se derem ao trabalho de assistir à passagem dos trens da Central, onde permanentemente vêm ligados dois carros especiais de 'baianos', expressão que designa os nordestinos que vêm para as lavouras do sul (...) E na região do S. Francisco, quer no imundo albergue piraporense, ou na Pensão Pinduca, ou na Pensão Juvenil, onde pousam os emigrantes(sic) à espera de trem, ou na segunda classe dos vapôres, a menos de um palmo do nível do rio, em dezenas de rêdes entrecruzadas, no calor da fomalha, no frio das quedas de temperatura, como uma carga de gado, aos milhares dos emigrantes(sic) partem para tentar a sorte: "baianos" que vêm do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e até da Bahia ... Aos milhares, amontoados. Nem sempre os que

¹¹⁹ BURTON, Richard. **Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp. 1977. p. 210.

*voltam sofreram desilusão. É que muitas vezes o contrato é feito por determinado período, por exemplo, para a colheita de algodão. Terminada a colheita voltam para esperar o ano seguinte.*¹²⁰

A constituição do povo januarense muito se deve a essa intensa movimentação em seu porto. O rio da Integração Nacional reunia um grande contingente populacional do Nordeste brasileiro, que circulava em toda a extensão do Médio São Francisco, configurando um imenso território cultural que, embora separado por fronteiras políticas, partilhavam de um mesmo universo natural e simbólico.¹²¹

Na primeira metade do século XX, a fama de Januária era de cidade rica e próspera, com tradição para o comércio. Contudo, ainda não possuía a distinção que conheceu em seu sistema de ensino durante a década de 1950. Na visita de Carlos Lacerda, em 1937, Januária contava com poucas escolas de ensino primário e apenas o grupo escolar Bias Fortes, fundado em 1927, era mantido pelo governo do Estado. Lacerda coletou algumas informações sobre a Januária de 1937:

*(...) a 319 km de Pirapora, está Januária, com uma população de 60.000 habitantes, numa área de 16.822 km². Queixam-se os produtores locais de “superprodução agrícola”. Em 1937 havia lá três partidos furiosamente adversários, todos três apoiando o governador do Estado, Benedito Valadares (...) É o empório do S. Francisco; ali os municípios ribeirinhos se abastecem de rapadura, arreios, aguardente, móveis, sabão, tijolos. Alguma prata, extraída do Brejo do Amparo (...) Informa um texto oficial: “Crianças desde 5 anos trabalham na lavoura e nas fábricas”. As casas são construídas e cobertas “de madeira, barro, taipa, cobertas com cascas de madeira ou bagaço de cana”. Os proprietários agrícolas ou criadores “não têm serviço de contabilidade nem escrituração, mesmo elementar. Dos 400 estabelecimentos comerciais do município, 260 têm capital inferior a 2 contos. O regime de “trocas” ou “barganhas” é vulgar. Oitenta receptores de rádio proporcionam samba à população, dispondo a infância numerosíssima, como em todo o sertão, de vinte e uma escolas em dezesseis mil km². (...) A Escola Normal, que lá existe, é a única novidade do século; dêste século.*¹²²

¹²⁰ LACERDA, Carlos. Op. cit., p. 115.

¹²¹ Com base em argumentos geográficos, históricos e antropológicos, que defendiam a Unidade Nacional e étnica de um tipo humano único em todo o vale do São Francisco, ao longo do período imperial houve três tentativas frustradas, na Câmara e no Senado Federal, de criação da Província do São Francisco. Cf. : MATA-MACHADO, Bernardo da. Op. Cit., p. 101.

¹²² LACERDA, Carlos. Op. cit., p. 77.

Contudo, no transcorrer da segunda metade do século XX tal cenário foi se alterando. Paulatinamente Januária foi se consolidando enquanto polo educacional de referência para todo o entorno do Médio São Francisco. Momento marcado, também, por importantes conquistas sociais para o município, como a canalização da água, energia elétrica, saneamento básico e telefonia.

A Escola Normal Olegário Maciel, que desde 1938 contava com subvenção do estado de Minas Gerais, e a criação do Ginásio São João em 1932, pelo Padre João Florisval Montalvão e seu irmão Narbal Montalvão, começavam a atrair estudantes de todo esse sertão. Antes desse período, os jovens locais, faziam o curso de primeiras letras no grupo ou com professores particulares na cidade ou nas fazendas. Os centros educacionais mais próximos eram em Diamantina, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador ou Recife.

O Ginásio São João e a Escola Normal foram os grandes responsáveis pela fama que a cidade adquiriu a partir dos anos de 1950. O januarense Moura Luz descreve em suas memórias detalhes sobre o Ginásio, que frequentou por essa época:

(...) Desde a fundação do Colégio ninguém deixou de estudar por falta de oportunidade. Negociava com o aluno e tudo se resolvia. Apesar de ser uma escola particular, a pobreza ali estava, matriculada e respeitada, assim como a classe abastada (...) funcionava na antiga residência dos pais do Monsenhor Mont'Alvão. Era um quarteirão quase completo. Ali o Internato Masculino e, em outro pavimento, o Internato Feminino, dirigido pelas Irmãs da Sagrada Família. Era uma escola completa. Havia aulas de Música e dela formaram-se duas orquestras, uma de corda, para as moças, e uma Banda de Música para os rapazes.

*Acresça-se que contava o Colégio com excelente biblioteca e sala de cinema onde eram exibidos filmes educativos. Havia um Grupo de Teatro com peças encenadas pelos alunos e professores. O esporte era incentivado e havia quadra para a prática de esportes especializados, além de um campo de futebol. O jornal "O Itapiraçaba" era editado na gráfica do Colégio. No Grêmio Littero-Cultural foram revelados vários artistas, oradores, escritores e políticos. Havia também um Laboratório de Ciências para as aulas práticas.*¹²³

¹²³ LUZ, Geraldo Moura. **Folhas de Outono**: memórias. Viçosa: Typográfica, 2006, p. 53. As estruturas desse Colégio, que traziam uma rica fachada com detalhes nos beirais típicos da arquitetura barroca baiana, foi demolido sob protestos de parte dos moradores da cidade. Segundo o empreendedor responsável ali seria implantado um centro comercial. Embora a demolição tenha ocorrido em 2004 até hoje nada foi edificado no terreno, restando uma grande



Acima - Januária: Alunos do grupo escolar Bias Fortes – 1927. Fonte: Arquivo da Escola.. In: PEREIRA, A.E. (2008, p.33).



Ao lado - Januária: Ginásio São João, s/d. Fonte: Foto Collares. In: PEREIRA, A.E. (2008, p.35)

A cidade acompanhava atentamente todas as atividades desses dois colégios, que se tornaram rivais. As apresentações dos grêmios, no São João, aberta ao público, era uma atração quinzenal para toda a população, que assistia a apresentações culturais, debates de temas da atualidade, colóquios e audições em francês, inglês ou latim.¹²⁴ Durante algum tempo, essas atividades podiam também ser acompanhadas das janelas do salão que se voltavam para a rua. A Escola Normal também possuía um grêmio nos mesmos moldes do São João e muitos dos alunos que se formaram “no São João”, tornaram-se professores na Escola Normal.

área urbana abandonada, e os os últimos vestígios do antigo prédio. Para alguns, essa demolição foi uma estratégia utilizada pelos proprietários para não ter o prédio tombado pela lei de tombamento municipal. Ver monografia: AMARAL, Ana Alaíde Barbosa do. **História e Memória de Januária**: a preservação do conjunto urbano entre os anos de 1940 e 2006. Januária/MG. 2007. Monografia (graduação em História) Instituto Superior de Educação de Januária/ISEJ, CEIVA, Januária, 2007.

¹²⁴SILVA, Maura Moreira. Op. Cit.

As médias dos alunos que frequentavam o ginásio eram publicizadas pelo jornal do colégio e também afixadas nas paredes externas. Assim, a toda a população era dada a conhecer o desempenho dos alunos. Tivemos acesso a listagem referente às médias finais do ano de 1961, que nos dá uma boa pista sobre a origem dos alunos que frequentavam o colégio. Nessa turma havia alunos de Montes Claros-MG, Belo Horizonte-MG, Jequié-BA, Cocos-BA, Bonfim-BA, Juazeiro-BA, Coribe-BA, Bom Despacho-MG, Dolores de Indaiá-MG, Brasília-DF, Diamantina-MG, Uberlândia-MG, Paratinga-BA, Pirapora-MG, Correntina-BA, Irecê-BA, Bocaina-MA, Campo Maior-PI.¹²⁵

Como podemos notar, em Januária reunia-se uma vasta clientela de estudantes, provenientes de todo o interior mineiro, maranhense, piauiense e, sobretudo, baiano. Além de várias cidades do entorno. No colégio, os alunos ficavam sob o regime de internato ou externato. Muitos, quando concluíam os estudos, acabavam permanecendo na Januária.

Ao longo da segunda metade do século XX outras instituições de ensino foram sendo criadas, como o Grupo Escolar Pio XII - atual Escola Estadual Pio XII – em 1953 e a Fundação Educacional Caio Martins em 1956, com subvenção do Governo Federal, além da instalação do Colégio Agrícola (atual IFET-Januária).¹²⁶ Nesse período, o ginásio São João e a Escola Normal Olegário Maciel passaram a oferecer, também,

¹²⁵ SÃO JOÃO. Concurso de Português e Matemática. **Ginásio, Escola Normal e Escola Técnica de Comércio São João**. Januária, 1961, 4 p. (Cartaz de divulgação das notas)

¹²⁶ As Escolas Caio Martins foram idealizadas e implantadas pelo Coronel e Deputado Federal Manuel de Almeida: (...) *as Escolas Caio Martins se constituíram em uma iniciativa que, segundo seu Plano de Organização de fundação, tinha – e tem – como objetivo “recolher menores abandonados e desvalidos, normais, de 8 a 12 anos, enviados pelo Serviço de Menores do Estado, ministrando-lhes educação e realizando a sua adaptação ou readaptação social”* (Almeida, 2005: 212). *A ideologia que orientou o trabalho das Escolas Caio Martins foi desde o início “preparar o aluno, em dois anos, e levá-lo de volta ao seu meio interiorano, não abandonando as suas origens”* (Almeida, 2005: 368), *priorizando sempre atender aos jovens carentes, em situação de risco familiar e social, funcionando como uma unidade de formação de multiplicadores* (...) *Até ser eleito para a Câmara Federal em 1958, para a legislatura de 1959 a 1963, [Manuel de Almeida] fundou a Granja-Escola Caio Martins no município de Esmeralda (1948); a escola de Pirapora, atual Buritizinho (1952); o Núcleo Colonial do Vale do Carinhanha (1953), o Centro Técnico de Jovens Líderes Rurais de Januária e de São Francisco ambos em 1956, e o Núcleo Colonial do Vale do Urucuia, então no município de São Romão (1957).* FONSECA, Edilberto José de Macedo Fonseca, 2009, p. 92 e 94.

curso técnicos profissionalizantes, o Técnico em Contabilidade e o Curso Normal. Em outros casos, as famílias mais abastadas encaminhavam os filhos para Diamantina, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador ou Recife para a formação superior. As faculdades chegaram a Januária somente a partir de 1995¹²⁷

No ano de comemoração do centenário da cidade, 1960, o cenário educacional na cidade era o seguinte:

*(...) Conta Januária no presente com 65 unidades escolares de ensino primário, 3 estabelecimentos de ensino médio (ginásio, escola normal e escola técnica de comércio – São João) Instituto Cultural Médio São Francisco, Escola Normal Olegário Maciel 100 professores primários, 35 secundários (...)*¹²⁸

Mesmo com toda a fama que possuía em relação a qualidade da educação, o município, extenso e carente financeiramente, mantinha baixo o índice de alfabetização. No álbum comemorativo do centenário, o então prefeito Sílvio Brasileiro de Azevedo, reconhecia e se justificava diante das altas taxas de analfabetismo apresentadas pelo município: *Melhoraram crescentemente os índices de instrução pública, no município. Sem embargo, a taxa de pessoas alfabetizadas deixa muito a desejar, sendo a população em idade escolar, em toda a área municipal, bastante elevada.*¹²⁹

Marcando um descompasso com a instrução formal e ao mesmo tempo participando dela, florescia na cidade uma rica cultura popular, religiosa e profana, completamente imbricada em meio a essa cultura erudita que se obtinha nas escolas. A cidade fervilhava, povoada por estudantes, pescadores, lavadeiras, aguadeiros, marujos, caixeiros-viajantes, migrantes, comerciantes, trabalhadores urbanos, vigaristas, prostitutas. O porto de Januária era um lugar de intensa movimentação.

¹²⁷ PEREIRA, Antônio Emílio. Op. Cit., 2004, p. 343.

¹²⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, SOCIEDADE DE AMIGOS DO SÃO FRANCISCO. **Januária - Comemoração do 1º Centenário**. Belo Horizonte, Sociedade de Amigos do São Francisco, 1960. p. 27.

¹²⁹ AZEVEDO, Sílvio Brasileiro de. O Município e suas possibilidades. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, SOCIEDADE DE AMIGOS DO SÃO FRANCISCO. **Januária - Comemoração do 1º Centenário**. Belo Horizonte, Sociedade de Amigos do São Francisco, 1960. p. 13.

Havia uma cultura erudita que circulava nos salões movida, basicamente, por iniciativas pessoais ou de pequenos grupos de famílias mais abastadas. Dessa forma, em 1910, fundou-se primeiro grupo de teatro da cidade, o Clube Dramático União, que contou com diversos atores e dramaturgos: *cujos serviços à sociedade foram relevantes, na representação das melhores e mais afamadas produções dramáticas*.¹³⁰

As primeiras projeções cinematográficas em Januária são de 1920, quando o cinema ainda era *mudo e acompanhado por orquestra*¹³¹. E as primeiras filarmônicas da cidade são do final do século XIX: a banda militar Apolo Januarense e a Sociedade Minerva, em atividade até o início do século XX. Com a extinção dessas surgiram outras duas: a Lira Januarense, organizada por João Paranhos, ex-regente da Apolo, e a Euterpe Januarense, além destas, havia uma composta apenas por mulheres, as *Filhas da Euterpe*, e ainda o Coro Sacro organizado pela Irmandade do Sagrado Coração de Jesus.¹³²

Em 1933, foi fundada a Tertúlia Carneiro Ribeiro, uma *instituição cultural litero-recreativa*, um centro de estudos que, com o tempo foi desenvolvendo departamentos de festas e jogos, um embrião do que viria a ser o Clube dos 40.¹³³ O Clube funcionava em um prédio cedido pela Associação Comercial e mantinha: salão de leitura, de festas e jogos, além de rica e variada biblioteca e de bem equipado serviço de alto-falante.¹³⁴

O Clube dos Operários também mantinha um centro de reuniões e de festas, onde funcionava uma escola noturna. Em 1950, a Sociedade Operária construiu um

¹³⁰ AVELINO, Clodoaldo M. Educação e Cultura. In.: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, SOCIEDADE DE AMIGOS DO SÃO FRANCISCO. *Januária - Comemoração do 1º Centenário*. Belo Horizonte, Sociedade de Amigos do São Francisco, 1960. p 22

¹³¹ PEREIRA, Antônio Emílio. Op. cit.2004, p. 556.

¹³² Idem; Ver também PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, SOCIEDADE DE AMIGOS DO SÃO FRANCISCO. *Januária - Comemoração do 1º Centenário*. Belo Horizonte, Sociedade de Amigos do São Francisco, 1960; e FONSECA, Edilberto José de Macedo Fonseca. Op. Cit.

¹³³ PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, SOCIEDADE DE AMIGOS DO SÃO FRANCISCO. Op. Cit. p. 79.

¹³⁴ Idem p. 79.

amplo cineteatro: *em seu palco foram apresentadas numerosas peças teatrais, e shows de artistas de renome, como: Ângela Maria, Nelson Gonçalves, Emilinha Borba e outros, além de programas de calouros, aos domingos.*¹³⁵

A cultura produzida pelas elites não estava desvinculada das práticas da cultura popular em que também estava imersa, e seu maior ponto de contato era a religião, que se desenvolvia em torno de um catolicismo leigo, popular e devocional. A estreita simbiose entre cultura de elite e cultura do povo foi evidenciada por Edilberto Fonseca, em sua tese sobre o Terno Reis dos Temerosos, quando analisou os conjuntos orquestrais das festas religiosas de Januária. Segundo ele, os grupos apresentavam diferenças marcantes de arranjos musicais porque alguns tinham a participação das bandas de música da cidade:

*Enquanto as maiores festas e irmandades podiam contar ou pagar para ter a participação de bandas de música, as menores apresentavam soluções orquestrais bem mais modestas, com pequenos grupos instrumentais que contavam muitas vezes somente com sanfona e viola e conjuntos de percussão.*¹³⁶

Em decorrência disso, o universo religioso popular urbano de Januária acabou produzindo uma sonoridade musical muito particular. Músicos que pertenciam a bandas de jazz inseriram a clarineta, a flauta, o saxofone, o trompete, o tamborim ao lado da viola, da rabeca, da caixa, da sanfona e do reco-reco nas festas populares de Reis e Danças de São Gonçalo da cidade.

No levantamento folclórico de Joaquim Ribeiro, na década de 1960, o músico Mané Leite (Manoel Pereira de Matos), saxofonista do terno dos Temerosos, descreveu os instrumentos comuns nos ternos de reis:

(...) sempre cinco instrumentos ... violão, pandeiro, sax, trombone, clarineta, outra hora varia ... sempre a gente toca com um tamborim, mas às vezes não encontra tamborim que dá de acordo com o ritmo, aí fica pandeiro, violão,

¹³⁵ PEREIRA, Antônio Emílio. Op. Cit., 2004, p. 556-7.

¹³⁶ FONSECA, Edilberto José de Macedo. Idem, p. 36.

*horas que é um banjo também com pandeiro, o trombone, o sax, uma hora clarineta, outra hora trompete ... é que dá certo (...)*¹³⁷

No circuito musical de Januária da década de 1960, mapeado por Edilberto Fonseca, com base nos registros de Joaquim Ribeiro, ele afirma que:

*(...) músicos como Mané Leite, que além de músico era sapateiro, tocava tanto com os Temerosos na cidade de Januária quanto nas cavalhadas do Brejo do Amparo. Nesses ambientes comunitários, os músicos deveriam então cumprir o duplo papel de atuar nas festas religiosas – com sua mescla de aspectos sagrados e profanos – mas também naqueles espaços dedicados a pura diversão e lazer como eram os clubes ou mesmo no carnaval.*¹³⁸

Até hoje é comum a contratação de músicos profissionais para fazer o acompanhamento dos grupos de reis, principalmente violeiros e sanfoneiros, questão que discutiremos mais adiante.¹³⁹

Mesmo diante do aparente cosmopolitismo vivido na cidade, durante os anos de ouro da navegação, Januária convivia com graves problemas de saneamento, educação e saúde. O impaludismo e o tracoma, uma infecção nos olhos que levava a cegueira, sem mencionar outros problemas como chagas, diversos tipos de verminoses, leishmaniose, esquistossomose, malária, dentre outras doenças comuns e que afetavam, não só esta, como muitas outras cidades da calha do rio. Em 1939, Marques Rebelo escreveu uma crônica sobre Januária, apresentando alguns aspectos da saúde pública local:

*(...) a cidade não tem asilo de órfãos nem de mendigos, não tem obra de proteção à maternidade e à infância nem abrigos para a velhice, nem casa de cegos, nem refúgio para os tuberculosos, não tem ao menos um posto médico para servir aos pobres, porque um que havia a Saúde Pública achou de transferi-lo para Pirapora, que fica a três dias de vapor, quando há vapores. Se dá a seca e levadas de retirantes invadem as ruas, a morte sente-se feliz, pois é com dificuldade que a cidade pobre socorre os infelizes que vão a ela.*¹⁴⁰

¹³⁷ FONSECA, Edilberto. Terno dos Temerosos. CD1. Transcrição de texto do Inventário Folclórico de Joaquim Ribeiro. Encarte. s/p.

¹³⁸ Idem, p. 36.

¹³⁹ Ibidem, p. 132. Discutiremos este aspecto mais adiante.

¹⁴⁰ RÊBELO, Marques. Op. Cit. p. 128-9.

O primeiro hospital foi iniciativa da Sociedade São Vicente de Paula¹⁴¹, com doações de toda a comunidade. As obras, iniciadas em 1914 só foram concluídas em 194. Durante anos, essa instituição foi dirigida pela Congregação das Mercedárias Missionárias do Brasil. Da mesma forma, com arrecadação de donativos, os vicentinos construíram o Asilo João XXII, inaugurado em 1967¹⁴².

1.3 - Política e violência nos sertões de Minas

[...]se lembrava quando Neco forçou Januária e Carinhanha, nas éras do ano de 79: tomou os portos – Jatobá, Malhada e Manga – fez como quis; e pôs sede de suas fortes armas no arraial do Jacaré, que era a terra dele (...).O pessoal que eles numeravam em guerra comprazia uma babilônia. Botavam até barcas, cheias de homens com bacamartes, cruzando para baixo e para cima o rio, de parte a parte. Dia e noite, a gente ouvia gritos e tiros. Cavalaria de jagunços galopando, saindo para distâncias marcadas. Abriam festa de bomba-real e foguetório, quando entravam numa cidade. Mandavam tocar sino da igreja. Arrombavam a cadeia, soltavam os presos, arrancavam o dinheiro em coletoria, e cejavam em Casa-da-Câmara [...]
(Guimarães Rosa, Grande Sertão: veredas, p. 129)

Um dos maiores problemas enfrentado em Januária, em todos os tempos, talvez seja o da violência, que, ao lado da corrupção, foi a marca mais constante da história da administração pública do município. A política nos sertões do São Francisco se fez, sabidamente, pela violência de bandos armados sob o mando de coronéis que, por meio de acordos políticos com deputados e governadores, decidiam os rumos da política e das verbas destinadas às obras públicas.

O botânico francês August de Saint-Hilaire, quando percorrendo o sertão brasileiro na primeira metade do século XIX, assim o definiu:

¹⁴¹ Instituição leiga de caridade e assistencialismo ligada à Igreja Católica.

¹⁴² PEREIRA, Antônio Emílio. Op. Cit. 2004, p. 576. Durante o governo de Dutra houve uma intensa campanha de saneamento do São Francisco no sentido de combater estas endemias. C.f.: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de Desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

*O nome de Sertão ou Deserto não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população (...)*¹⁴³

E, ampliando sua explicação, esclarece que o termo *sertão* se refere: (...) *as áreas despovoadas do interior do Brasil. Quando digo 'despovoadas', refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoado até em excesso.*¹⁴⁴ E, assim, contorna seus limites:

*(...) O Sertão compreende, nas Minas, a bacia do S. Francisco e dos seus afluentes, e se estende desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ou pelo menos, quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca, ao sul, uma pequena parte da comarca do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro do Frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatú situada ao ocidente do São Francisco. Essa imensa região constitui assim cerca da metade da Província de Minas (...) mas não se deve pensar que o Sertão se restrinja à Província de Minas Gerais; prolonga-se pelas de Bahia e Pernambuco, e a Província de Goiás, pela qual, se continua, não é ela toda senão um imenso deserto.*¹⁴⁵

Sobre a ocupação do vasto sertão do Brasil Central, Buarque de Holanda considera que com a lavoura, o engenho e a presença do negro essas terras produtivas:

*(...) incapazes de ajustar-se a esse processo, os antigos naturais da terra são rapidamente sacrificados. Aqueles que não perecem, vítimas das armas e também das moléstias trazidas pelo conquistador, vão procurar refúgio no sertão distante (...)*¹⁴⁶

¹⁴³ SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 307. _____. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. P. 375. Sobre esse tema sugerimos: NEVES, Erivaldo Fagundes. O Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia: Hist. Soc. Vitória da Conquista**. V. 03, Nº1, P. 154; GALVÃO, Walnice Nogueira. Anotações à margem do regionalismo. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, nº 5, 2000, p. 44-55; O Ermitão de Muquém (de 1869) de Bernardo Guimarães; O Sertanejo (1875) de José de Alencar; CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1982; RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo. In.: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos (orgs.) **Cerrado e Desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Unimontes/CAA, 2000; _____. **Sertão, Lugar Desertado**: o cerrado na cultura de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Vol. I e Vol. II); VICENTINI, Albertina. Sertão e Literatura. **Sociedade e Cultura**, 1(1): 41-54, Jan. Jun. / 1998. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/1778/2139> (Acessado em 10/09/2010).

¹⁴⁴ SAINT-HILAIRE. August de. 1975, Op. cit., p. 375.

¹⁴⁵ SAINT-HILAIRE. August de. 1975, Op. cit., p. 307.

¹⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 14.

No que diz respeito aos portugueses e seus descendentes que se aventuraram pelo interior do Brasil como sertanistas, este autor avalia:

*(...) a capacidade de resistir, longamente à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos, a familiaridade quase instintiva com a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminhantes nessas veredas estreitas e rudimentares. Delas apreende o sertanista a abandonar o uso de calçados, a caminharem 'fila índia', a só contar com as próprias forças durante o trajeto (...).*¹⁴⁷

A delimitação do espaço geográfico sertanejo de Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: veredas* é a mesma de Saint-Hilaire. Esse romance foi a ponta de lança de uma série de estudos sobre a temática sertaneja que, vez por outra, se torna uma tendência em debate. Guimarães Rosa preservou em seu romance as características maleáveis, proposta na definição de Saint-Hilaire:

*O senhor tolere, isto aqui é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão?*¹⁴⁸

Na análise de Ribeiro, à medida que as cidades avançam, ocupando as terras do imenso interior ainda inexploradas trazendo consigo a civilização, o sertão recua à sua frente¹⁴⁹. O sertão está sempre em outro lugar, porque é o lugar do selvagem, do bárbaro, seus limites são as próprias fronteiras da civilização. Tendo por referência o estudo de *Janaína Amado*, Ricardo Ribeiro sintetizou quatro possibilidades etimológicas para o termo sertão, que se complementam na constituição do imaginário que se forjou à seu respeito:

- a) *Corruptela de 'desertão': usado como sinônimo de deserto, mas não de um 'vazio' demográfico, mas, tal como entendido por Saint-Hilaire, como ausência de civilização;*

¹⁴⁷ HOLANDA, Idem, p. 18

¹⁴⁸ ROSA, João Guimarães. Op. Cit., p. 24.

¹⁴⁹ RIBEIRO, Ricardo. Op. Cit. 2000, p. 58.

- b) O termo proviria do latim clássico *serere*, *sertanun* (trançado, entrelaçado, embrulhado): talvez reproduzindo os atributos típicos do Cerrado e da Caatinga, lugar fechado, onde é preciso abrir picadas para penetrar no seu interior. Ao contrário do litoral, onde a civilização dominou a floresta e moldou a natureza, implantando canaviais e cidades, no sertão, o homem não consegue impor-se ao meio;
- c) Significaria ainda *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem): favorecido pelas dificuldades de se alcançar a região, o sertão era visto como lugar onde se escondem os fugitivos da justiça, devedores da Coroa, aventureiros e contrabandistas, quilombolas e ‘índios bravios’, onde predominava uma população formada em grande parte por mestiços e negros livres. O poder é exercido pelos potentados locais, os coronéis a dominar terras e gentes com seus métodos ‘feudais’, que distancia o sertão do mundo ‘civilizado’ do litoral;
- d) E, por último, sertão como *desertanum* (lugar desconhecido para onde vai o desertor): a colonização portuguesa no Brasil priorizou a conquista da região costeira e aí desenvolveu suas primeiras atividades e fixou suas principais cidades. Ao final do primeiro século de colonização, o sertão permanecia como um grande desconhecido.¹⁵⁰

Todas estas características reunidas dão corpo ao imaginário que se constituiu sobre o sertão brasileiro. Mais correto seria considerá-lo no plural como fez Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões*. Distante do lugar aprazível, idílico e tranqüilo descrito na literatura romântica de Bernardo Guimarães e José de Alencar, do final do século XIX¹⁵¹, tido como *locus amoenus*, em Euclides da Cunha o sertão ganha uma imagem atormentada. Seu livro, publicado logo na virada do século XX, conjuga o aspecto retorcido e agreste da paisagem sertaneja à qualidade paradoxal de seu habitante: um *Hércules-Quasímodo*.¹⁵²

Esse *outro*, construído sob a pena de Euclides da Cunha, foi elaborado dentro das rigorosas normas da ciência positiva, do qual é filho, modelando imagens para a população sertaneja. Ele tornou-se uma das principais referências na definição e qualificação do que seria os sertões e suas gentes, principalmente porque ele esteve lá, como testemunha ocular. Características como: vazio demográfico, violência, fanatismo

¹⁵⁰ RIBEIRO, Ricardo. Idem, 2000, p. 60-61.

¹⁵¹ Ver: *O Ermitão de Muquém* (de 1869) de Bernardo Guimarães; *O Sertanejo* (1875) de José de Alencar;

¹⁵² CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*: campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 92.

religioso, seca, esterilidade, pobreza e miséria são os predicados mais constantes nas narrativas que se produziram sobre o sertão ao longo de gerações.

É nesse sentido, segundo o qual o sertão é outro lugar, ou o lugar do *outro*, que o termo sempre se distancia de *nós*, é sempre *mais além*. *Fala-se dele, mas ele está sempre longe da enunciação: esse, lá, ali, acolá.*¹⁵³ Mas, quem de fato estaria disposto a se reconhecer nessa caricatura bizarra do outro se, historicamente, quando o imaginário que se forjou à seu respeito foi, em geral, carregado com fortes pinceladas de violência, fome, loucura e irracionalidade?

É incomum encontrar um sertanejo que se intitule dessa maneira. Quem assim os nomeia são os forasteiros, aqueles com quem se relacionam. Como em toda relação, o discurso que prevalece (que aproxima ou distancia o aqui e o acolá; o civilizado e o selvagem; o eu e o outro) é sempre mediado pelo olhar estrangeiro.

Em 1956, Guimarães Rosa publicou seu célebre romance: *Grande Sertão: veredas*. O sertão de Rosa é o mineiro, como o nosso, encravado entre os estados da Bahia e Goiás. Empunhando as lentes da literatura, ele nos apresenta suas percepções apaixonadas e apaixonantes sobre um sertão que, para ele (...) *está dentro da gente*.

*Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. (...) os gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho (...) (...) o sertão está em toda parte. (...) Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinho de metal...
(...) Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera.*¹⁵⁴

¹⁵³ VICENTINI, Albertina. Sertão e Literatura. *Sociedade e Cultura*, 1(1): 41-54, Jan. Jun. / 1998. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/1778/2139> (acessado em 10/09/2010) p.45. Ver também: RIBEIRO, Ricardo. Op. cit.

¹⁵⁴ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 24 e 35.

Em *Grande Sertão* nos ambientamos com uma cultura herdeira do decadente medievo português e tributária das culturas hispânica, árabe e inúmeras outras, como as diversas nações indígenas e africanas que se cruzaram durante séculos nesses ermos interiores.¹⁵⁵ Nesse romance, reconhecemos as longínquas influências sincréticas que se aglutinaram em torno das culturas sertanejas. Enfim, a escrita originalíssima de Rosa ampliou os sentidos e as imagens construídas sobre o sertão.

Guimarães Rosa relata a violência do cangaço nos sertões de Minas Gerais, no final da Primeira República e alerta: *Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal*¹⁵⁶. Na narrativa de Guimarães Rosa, a cidade de Januária é apresentada em oposição a esse cenário de violência, descrita como um espaço novo de vida urbana, civil e ordem jurídica, *terra cidadã*:

*E, desde, naquela hora, a minha idéia se avançou por lá, na grande cidade de Januária, onde eu queria comparecer, mas sem glórias de guerra nenhuma, nem acompanhamentos. Alebrado de que no hotel e nas casas de família, na Januária, se usa toalha pequena de se enxugar os pés; e se conversa bem. Desejei foi conhecer o pessoal sensato, eu no meio, uns em seus pagáveis trabalhos, outros em descanso comedido, o povo morador. A passeata das bonitas moças morenas, tão socialmente, algumas delas com cabelos mais pretos rebrilhados, cheirando a óleo de umbuzeiro, uma flor airada enfeitando o espírito daqueles cabelos certos [...].*¹⁵⁷

A imagem romanceada de Rosa retrata uma Januária pacata e ordeira. Mas, para o crítico literário Luiz Roncari, a essa visão idealizada é possível contrapor a crônica de Marques Rebelo, que retrata esse mesmo período. Para ele, Januária: *só se tornou pacata e ordeira, um centro exemplar da vida civil, depois de 1937, com o advento do Estado Novo. Antes disso, ele diz que dominava nela a ordem jagunça (...) e 'politicalha sangrenta' (...).* Com o advento do Estado Novo, a política dos coronéis teria sido virtualmente substituída pela política de Estado. Nas palavras de Rebelo:

¹⁵⁵ VICENTINI, Albertina. Op. Cit. p. 41,54 e 303.

¹⁵⁶ ROSA, João Guimarães. Op. Cit. p. 35

¹⁵⁷ ROSA, João Guimarães, idem, p. 200 e 354.

*Januária era terrível de politicalha sangrenta. A jagunçada enxameava as suas ruas de areia, matando, depredando, intimidando, aniquilando-a. Cada chefe político tinha o seu bando, facínoras que vinham do sertão baiano, do sertão goiano, do Alto Pirapora, e que matavam por cinco mil réis. Eram eleitos deputados que nunca viram Januária, eram eleitos prefeitos que não sabiam escrever o nome, toda a receita do município era gasta nas lutas políticas, as cruces de madeira, tão simbólicas, multiplicavam-se nas encruzilhadas e veredas de emboscada.*¹⁵⁸

O clássico estudo de Maria Isaura de Queiroz sobre coronelismo indica que a estrutura coronelística existiu no Vale do São Francisco em sua forma mais exacerbada, durante as primeiras décadas do século XX.¹⁵⁹ Na colônia, o chefe político local era o potentado, o seu poder era absoluto em sua região e dificilmente contestado. Com um exército próprio, eles eram a lei no sertão. Essa atividade foi legitimada durante o Império com a criação da Guarda Nacional. Nas palavras de Mata-Machado: *os chefes locais, amparados por seus 'parentes' (incluindo os agregados), eram os responsáveis pela manutenção da ordem e da justiça (a Guarda Nacional) deu aos potentados patentes militares que os legitimavam como membros da política oficial.*¹⁶⁰

Esse modelo político-administrativo prevaleceu durante toda a Primeira República e se institucionalizou com o fortalecimento da federação e da municipalidade:

*(...) Os grupos políticos interessados no controle estadual buscavam apoio eleitoral nos coronéis em troca de benefícios para os chefes locais e seus municípios. Facções se digladiavam em torno do poder, mas eram governistas para todos os assuntos exteriores ao município. Apoiavam o mesmo governador para evitar que depois das eleições fossem nomeadas autoridades policiais, fiscais, educacionais, e sanitárias destinadas a fortalecer o grupo adversário.*¹⁶¹

¹⁵⁸ REBELO, Marques. Op. Cit. p. 127-8.

¹⁵⁹ Ver: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In.: FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1977, v. I.

¹⁶⁰ A Guarda Nacional, criada durante o governo imperial em 1831, tinha os seus quadros nomeados pelo governo central ou pelos presidentes de província, o que possibilitava o tráfico de influências e a corrupção política. O predomínio político das oligarquias agrárias era subsidiado pelos coronéis que financiavam as campanhas políticas de seus afilhados e acumulavam para si o comando da Guarda Nacional. Com tal estrutura política, a patente de Coronel da Guarda Nacional passou a ser equivalente a um título nobiliárquico, concedido de preferência aos grandes proprietários de terras que, utilizando de expedientes, muitas vezes, violentos e fraudulentos, impunham a ordem sobre o povo e perpetuavam seu poder. C.f.: MATA-MACHADO, Bernardo da. Op. Cit., p. 135.

¹⁶¹ MATA-MACHADO, Bernardo da. Idem, p. 136.

A maioria desses coronéis, além de grandes proprietários de terras, era formada por comerciantes nas cidades. Em Januária, como alhures, os grupos se dividiam em duas facções políticas, Liberais e Conservadores, disputando ferrenhamente o poder local. Não que suas ideologias ou práticas políticas fossem diferenciadas. Era bastante comum que ambos apoiassem os mesmos governantes e utilizassem dos mesmos expedientes para alcançar seus objetivos. Cada comunidade rural se formava em terras cedidas pelo coronel, como posseiro ou agregado, ou nas fronteiras entre imensos latifúndios mal demarcados e as terras públicas dos gerais, o que possibilitava uma ampla margem de manipulação de uma vasta clientela ligada ao proprietário majoritário, único representante oficial da lei por ali.

Famílias de fazendeiros e de comerciantes resolviam suas pendências lançando mão das piores arbitrariedades possíveis. Manuel Ambrósio menciona os assassinatos do padre Francisco José de Azevedo no Porto do Salgado, em 1841 e do Juiz e Delegado de Polícia, João Bernardo de Vasconcelos Coimbra, que, recém-nomeado, sofreu uma emboscada próximo ao Brejo do Amparo em 1854. Outro episódio que ilustra bem o grau de violência que alimentava a vida política em Januária ficou conhecido como *Barulho do Neco*, quando um bando de homens armados invadiu a cidade sob a liderança de Neco, para resolver questões judiciais, estabelecendo uma verdadeira guerra na cidade.

Com a instalação da República, em 1889, e a dissolução dos Partidos Liberal e Conservador, a disputa pelo poder político em Januária travou-se entre duas facções rivais: luzeiros e escureiros, que reproduziam a estrutura anterior. Os luzeiros foram assim nomeados devido ao engajamento político do *Jornal A Luz*, criado em 1901 pelo

intelectual Manoel Ambrósio, que promovia ferrenha oposição à política vigente.¹⁶² Os escureiros, por seu turno, ganharam essa alcunha em oposição aos luzeiros.

A polarização partidária, que desde os tempos do Império se resumia na alternância de poder entre Conservadores e Liberais, perpetuou-se por toda a Primeira República. A estrutura fundiária permaneceu a mesma, assim como os coronéis e seus descendentes, mas politicamente se reuniam em novas agremiações.

A eleição para o mandato do último Agente Executivo, antes do Golpe de Vargas, reflete bem o clima de animosidade que dominava estas campanhas. O assassinato do *escureiro* Janjão Ferreira, no dia 24 de julho de 1928, chocou os moradores da cidade. A memória de D. Conceição, hoje aos noventa anos de idade, ainda guarda o funesto acontecimento:

*(...) Eu lembro naquele dia, tinha seis ou sete anos (...) os luzeiros mandaram um recado pra meu tio Claudemiro ir lá que tinha um assunto pra resolver, era ali naquela rua do ABC, do Alemão (...) então, meu tio Janjão falou assim: “- Não Claudemiro, cê tá ocupado não pode ir, eu vou lá, eu vou ver pra você.” Então, quando ele chegou lá na rua, (...) já foi recebido a troco de bala, tava tudo escuro, ninguém via nada. E um jagunço, que era da Bahia, ele chamava Neco, ele foi e encheu o Wenceslau Braz de jagunço, chegou aqui e falou: “- Oh! Dona Adelaide vamo vingar a morte do seu Janjão?” Ela falou: “- Não vou não, vai morrer tanta gente inocente, não é?” (...) ela falou: “- não meu filho, eu não vou vingar não porque senão vai ser uma mortandade, tanto de um lado, como do outro”.*¹⁶³

Para dona Conceição, o crime teria ocorrido depois de vencida as eleições por Claudemiro Alves Ferreira. Todavia, na documentação levantada pelo jornalista Márcio Tupiná, o assassinato teria ocorrido um ano depois das eleições que o elegeram em 1927. De qualquer forma, Claudemiro escapou da morte e cumpriu todo o seu segundo mandato (1927-1930), construindo uma sólida carreira política. Foi eleito Deputado Federal pelo PRM (Partido Republicano Mineiro), e durante a ditadura Vargas foi nomeado para diversas prefeituras em Minas Gerais, inclusive em Uberlândia.

¹⁶² LIMA, Jonas. **Januária - Comemoração do 1º Centenário**. Op. Cit. p. 56.

¹⁶³ MAGALHÃES, Maria Ferreira. **Entrevista**. Januária, 02/09/2011, Entrevistadora Iara Toscano Correia; Tupiná, Márcio. Informações trocadas com a autora por email em 02/01/2012.

Mesmo com a acirrada oposição dos Luzeiros e a despeito das violentas disputas travadas, o *Partido do Escuro* permaneceu invicto à frente do Executivo Municipal até o final da Primeira República. Um fato que só se explica pela maneira escusa em que ocorriam estes pleitos. Práticas como clientelismo, a compra de votos, fraudes nas urnas e a violência garantiam a perpetuação dos que estavam no comando. A frouxa fiscalização da época, à cargo dos próprios coronéis, além do controle de grande parte dos cargos da administração pública, considerados de *confiança*, ampliavam o poder de manipulação exercido pelo grupo dominante. É muito comum ainda hoje ouvir o caso célebre do político que compra o voto do cidadão por um par de botinas: um pé ele dá na hora, o outro só quando eleito. Sem mencionar a pressão que os chefes das repartições públicas exercem sobre os servidores não concursados, além das pequenas vinganças sobre o corpo efetivo, como as tortuosas transferências de local de trabalho.

Quando acompanhamos os dados da política sucessória em Januária fica evidente que, embora as disputas políticas entre os coronéis tenham chegado oficialmente ao fim com a Primeira República, as mesmas famílias continuaram exercendo o mando ao longo de toda a história política do município, atravessando a Ditadura Vargas, o governo Dutra, J.K., alcançando as nomeações durante a ditadura militar e o período de redemocratização do país. Representantes das mesmas elites de outrora, membros da oligarquia rural e comercial do município continuaram envolvidos ativamente nos processos sucessórios, travestidos sob as mais diferentes siglas partidárias.

Na monografia *Januária Centenária: um estudo sobre política e imaginário*, Elza Cristiny Carneiro Mota defende um continuísmo político vinculado ao poder dos antigos coronéis *escureiros*, para ela, inabaláveis até a década de 1960:

*(...) Com o fim do Estado Novo e a democratização do país, as eleições municipais voltaram e o primeiro prefeito eleito nesta nova fase foi novamente o senhor Mário José Lisboa. O segundo prefeito eleito, Tibério Teixeira Bastos, teve sua candidatura também influenciada por Mário Lisboa. Em 1955 ele próprio retornaria ao cargo de prefeito para o seu terceiro mandato e apoiaria a candidatura do próximo prefeito a ser eleito, o senhor Sílvio Brasileiro de Azevedo.*¹⁶⁴

A trajetória de Mário Lisboa ilustra bem essa percepção de que o poder continuava sempre nas mesmas mãos. Com o fim da Ditadura Militar, Mário Lisboa foi o primeiro prefeito eleito em Januária. Mas essa não era a sua primeira vez. Em 1946, ele já havia sido nomeado para Executivo, durante a Ditadura Vargas. Remanescente do antigo Partido do Escuro, com sua extinção, filiou-se ao PSD (Partido Social Democrático) em 1945. Agrimensor de ofício e proprietário de terras, não era um coronel de patente, pois esse cargo já não mais existia, mas era assim considerado pela população, homem severo e temido.¹⁶⁵

Uma crônica publicada no jornal *A Tribuna*, em 2003, de Márcio Tupiná, nos dá uma idéia do que Mário Lisboa representa no imaginário de muitos januarenses. O texto narra os últimos dias da campanha eleitoral que levaria Cleuber Carneiro ao seu primeiro mandato como Deputado Estadual. Segundo a crônica de Tupiná, naquela noite: a *corja rasteira* de adeptos de Cleuber desfilaria em passeata diante da casa de Mário Lisboa, já no final de sua carreira política. Em suas palavras:

*(...) estávamos lá, à espera, na Francisco Sales, em frente à casa do Coronel. O último dos nossos coronéis. Aguardávamos. Éramos menos de quinze pessoas. Lá estava Mário José Lisboa, um gigante, uma figura hercúlea feita de bronze. Calça clara, paletó branco e no rosto uma expressão calma, tranquilizante demonstrando ser o senhor da situação. E na cintura, à mostra um reluzente e lindo Smith & Wesson, 38 curto, de cabo de marfim. Haveria pelo menos seis homens armados. Eu era um deles.*¹⁶⁶

¹⁶⁴ MOTA, Elza Cristiny Carneiro. **Januária Centenária**: um estudo sobre política e imaginário. 2009. Monografia (Graduação em História) Januária: Instituto Superior de Educação de Januária, p. 20.

¹⁶⁵ C.f.: MOTA, Elza Cristiny Carneiro. Op cit.; TUPINÁ, Márcio Artur. O Destemeroso. **Jornal Tribuna**. Januária: 10/2003. Ano I, nº I. s./p.

¹⁶⁶ TUPINÁ, Márcio Artur. Idem.

O jornalista, autor desta crônica, confessa que no passado fez ferrenha oposição a Mário Lisboa. Segundo ele, o próprio Mário teria lhe dito certa vez: *esse menino já me deu trabalho*. Mas, o que teria levado o combativo jornalista a mudar de opinião em favor do *último dos coronéis*?

Mário Lisboa foi o coronel que mais vezes ocupou a cadeira do Executivo Municipal. Prefeito por quatro mandatos, influenciou os bastidores políticos de todos os seus sucessores eleitos até o final da Ditadura Militar. Segundo a crônica mencionada, ele era bem relacionado politicamente e foi amigo de Benedito Valadares, Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek.¹⁶⁷

A hegemonia de Mário Lisboa somente foi quebrada com a eleição do representante da coligação UDN-PR (União Democrática Nacional e Partido Republicano). Sebastião Carlos de Matos assumiu a cadeira do executivo na última eleição direta que antecederia ao golpe Militar, em um conturbado mandato, de 1963-1966. Pela primeira vez na história do município, a oposição conseguiu eleger um representante, desde a organização de uma oposição sistemática fundada em torno do Partido A Luz, em 1903. Contudo, a vida democrática no país foi, mais uma vez, interrompida. O Golpe Militar de 1964 levou os militares a ocupar o poder até 1985.¹⁶⁸

Com o fim da Ditadura Militar foi eleita a primeira prefeita do município, Maria da Conceição Lima Monte Alto, apoiada pela coligação PMB (Partido Municipalista Brasileiro) e PDT (Partido Democrático Trabalhista). No entanto, Maria Conceição não chegou a cumprir todo o mandato. No último ano de sua gestão, foi cassada por irregularidades em sua administração. Assumiu em seu lugar o vice, Josefino Lopes Viana, que retornaria mais tarde à cadeira do Executivo para cumprir mais dois mandatos consecutivos (entre 1997-2000 e 2001-2004). Todavia, durante a gestão de

¹⁶⁷ Ibidem, s/p.

¹⁶⁸ Dados levantados a partir da obra de: PEREIRA, Antônio Emílio. Op. Cit. 2004, p. 229.

seu segundo mandato se viu envolvido em denúncias por corrupção e desvio de verbas públicas sendo também cassado.

Antes dele, porém, assumiu João Ferreira Lima, em seu terceiro mandato, já que havia ocupado o Executivo Municipal em outros dois por indicação do Colégio Eleitoral, durante o Regime Militar. João Lima ainda foi reeleito para um quarto mandato no período de 2005-2008. Mas, também não chegou ao final de sua gestão. Foi afastado por denúncia de envolvimento no escândalo da *Máfia das Sanguessugas*, escândalo envolvendo políticos de todo o país por irregularidades na compra de ambulâncias para os hospitais municipais. Assumiu seu lugar o vice, Sílvio Aguiar que, por seu turno, e em curto período de tempo, também respondeu a processos de improbidade administrativa.

Januária, que durante o século XIX e os primeiros anos do século XX teve fama de terra de fartura e foi considerada referencia em educação, tornou-se tristemente famosa na mídia durante a segunda metade do século XX e início do XXI. Não apenas por seus baixos indicadores socioeconômicos, mas, principalmente, pelo alto índice de corrupção orquestrada por seus dirigentes políticos. Nos últimos anos, este pequeno município de Minas tornou-se célebre no noticiário nacional pela quantidade de prefeitos envolvidos em denúncias de corrupção. Como noticiou *O Globo* em outubro de 2008:

*(...) Januária, que fica ao norte do estado e bem às margens do Rio São Francisco, é um município rural. Tem 43 mil eleitores que, nos últimos anos, passaram por um troca-troca político quase inacreditável. Em quatro anos, seis prefeitos. O motivo de tantos administradores municipais terem sido cassados em tão pouco tempo foi o mesmo: desvio dos recursos públicos ou a popular corrupção.*¹⁶⁹

¹⁶⁹ OS Brasileiros que lutam contra a corrupção. **Jornal Nacional**: edição do dia 02/10/2008. Disponível em : <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL783103-10406,00.html>, acesso em: 01/07/2011.

O último prefeito de Januária, Maurílio Arruda, gestão 2009-2012, sofreu denúncias durante o seu mandato por fraude em licitações e compra de votos, acusado em primeira instância, conforme divulgou o *Jornal Hoje em Dia*, em Janeiro de 2011.

*(...) O juiz Alex Matoso decretou a inelegibilidade por oito anos do prefeito e do vice-prefeito de Januária, no Norte de Minas, respectivamente, Maurílio Neris de Andrade Arruda (PTC) e Afonso José dos Santos. Os dois foram julgados por uso indevido dos meios de comunicação e propaganda irregular nas eleições de 2008. Arruda também foi condenado a pagar multa de R\$ 1 mil. O prefeito e o vice podem recorrer da decisão no TRE-MG.*¹⁷⁰

Arruda foi inocentado destas acusações em segunda instância, e foi liberado para concorrer à reeleição. Contudo não conseguiu se eleger, perdendo para o candidato Manoel Jorge, que assumirá a cadeira em 2013. Como pudemos observar, uma cultura política autoritária e arbitrária prevalece como resquícios do coronelismo. Muitas das antigas práticas foram preservadas, embora cada vez mais denunciadas e publicizadas pelos novos mecanismos de controle de gestão pública. Infelizmente, novas estratégias perpetuam antigas formas de poder e de exclusão. O cenário político de Januária é caótico, a saúde pública, a educação, o transporte, o saneamento básico e a limpeza pública são extremamente precários. Em meio ao caos político, a população, acostumada em *arranjar um jeitinho pra viver*, busca soluções autônomas para seus problemas.

Sem contar com os poderes constituídos localmente, camponeses e comunidades remanescentes indígenas e quilombolas reivindicam, por meio de associações e cooperativas, o direito de acesso a terra, amparados em argumentos de ancestralidade e de pertencimento. Comunidades geraizeiras e vazanteiras lutam para permanecer em suas áreas de ocupação de origem, mediante constantes ameaças de despejo pelos órgãos ambientais. Foliões e produtores de cultura popular reinventam suas tradições

¹⁷⁰ SANTOS, Humberto. Justiça pune prefeito e vice-prefeito de Januária. **Jornal Hoje em Dia**, 13/01/2011. Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/noticias/politica/justica-pune-prefeito-e-vice-prefeito-de-januaria-1.227355>, Acesso em 05/07/2011.

para preservar antigos costumes. Ao mesmo tempo, a sociedade civil organizada se esforça para inserir o município no roteiro turístico do Estado, chamando a atenção para suas belezas naturais e riqueza do patrimônio material e imaterial.

As permanências e discontinuidades presentes na paisagem urbana e rural na Januária de hoje evidenciam que o passado ficou para trás, mas é possível retomá-lo de tempos em tempos para novos usos. O reconhecimento do patrimônio material e simbólico, o incentivo à preservação de antigos saberes, a subsunção de uma identidade cultural sertaneja-barranqueira, aliada a tecnologias de informação e redes sociais, são ferramentas modernas que permitem conciliar o passado perdido a uma promessa de futuro.

1.4 – Januária Centenária

A década de 1960 que configura um capítulo à parte na história de Januária. Isso devido à própria dinâmica da economia do país que, no decorrer da década de 1950, gerou grandes expectativas em toda a população brasileira, sob a égide do desenvolvimentismo. O fim da 2ª Guerra Mundial marcou um momento de desmantelamento das grandes potências mundiais, os processos de descolonização e o avanço imperialista norte-americano sobre países na América Latina, à sombra da Guerra Fria.

No Brasil, o desenvolvimentismo econômico empreendido por Juscelino Kubistchek ressoava os recentes discursos sobre desenvolvimento/subdesenvolvimento que se colocavam centrais no trato com os países, até então, tidos como “atrasados”. O governo de Kubistchek foi marcado pelo modelo desenvolvimentista que pressupunha

fazer o país crescer “50 anos em 5”. Assim, ele deu início a grandes projetos infraestruturas, incluindo a construção da nova capital do país, tal impulso foi levado a efeito por vultosos investimentos estrangeiros, tanto no planejamento como no financiamento desses projetos. O clima era de democracia, e a expectativa na melhora das condições de vida era enorme em todo o país.¹⁷¹

Em Januária, isso não foi diferente. A euforia se justificava, principalmente, pela promissora perspectiva de crescimento econômico devido a proximidade da cidade com a nova capital do país, distante apenas 448 km, a ser instalada no Planalto Central no início dos anos de 1960. Nesse período, grandes expectativas também se formaram em torno do desenvolvimento agrário regional com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Região Nordeste (SUDENE) em 1959.

Em 1963, Januária, assim como outros municípios do Norte de Minas foi incluído como área de atuação da SUDENE. Essa Superintendência propunha o financiamento público de projetos agrícolas, amparados em modernas técnicas de manejo dos solos e viabilizados pela ação de grandes empreendedores.¹⁷² O artigo do

¹⁷¹ Sobre o período J. K. c.f.: RODRIGES, Marly. **A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1992; BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: J.K - J.Q.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. São Paulo: Brasiliense, 1981; GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil de J.K.** Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1991; _____. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In.: TREVISAN, M. J. (org.) **50 anos em 5 ... a FIESP e o desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1986; SCHWARCZ, Lilian Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998 (vol 4); MELLO, João Manoel Cardoso; NOVAIS, Fernando. O Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In.: SCHWARCZ, Lilian Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. (vol. 04)

¹⁷² De acordo com o economista Marcos Fábio Oliveira, quando a SUDENE foi criada, em 1959, sua área de atuação seria o Nordeste e a Área Mineira do Polígono das Secas (AMPS): (...) *Para a SUDENE o Nordeste foi entendido também como englobando os Estados de Sergipe e Bahia, que faziam parte da região Leste/IBGE até 1969. (...) Através da Lei 4.239/63 (art. 39), passou a considerar, também como Nordeste, a Área Mineira do Polígono das Secas (...) à região Nordeste (SUDENE) (...) o Norte de Minas só veio a integrar, oficialmente, em 1963*. C.f.: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de Desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP/FFLCH, 1996, p. 103. Sobre essa temática ver também: ANDRADE, Manoel Correia de. **A problemática da seca**. Recife: Líber Gráfica e Editora, 1999; _____. **Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas Gerais**. Recife: Min. Interior/SUDENE, 1982; BAGGIO FILHO, Hermando. **O Município de Buritizeiro e a questão do pinus e eucalipto: implicações do seu plantio homogêneo generalizado no meio ambiente físico, biológico e socioeconômico**. In.: RODRIGUES, Luciene; MAIA, Cláudia. (org.) **Cerrado em Perspectiva(s)**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2003; DAYRELL, Carlos Alberto. Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de Quem não

médico januarense, José Antônio do Vale Filho, do início da dessa década, denota as grandes expectativas depositadas em tais projetos:

*(...) Cidades surgirão, fazendas serão renovadas, técnicas se atualizarão, enfim, o norte de Minas se transformará num imenso laboratório, onde o gênio e a audácia do sertanejo fecundarão uma área das mais promissoras e férteis de nosso território. O homem daqui, que sempre esteve ligado às águas do S. Francisco, sentirá, agora, o acenar da terra, através de um dos seus elementos vitais: é o caminho que vem e vai até Brasília, como roteiro de novas entradas de nova era; a da integração nacional.*¹⁷³

A chegada dos anos de 1960 foi comemorada com grande alarde. As celebrações do primeiro centenário de fundação da cidade, que acontecera em outubro de 1961, tornou-se uma referência obrigatória para a reconstituição da história do município. Se é verdade que a história de Januária se divide em antes e depois do Centenário, como muitos nos disseram, não sabemos, o certo é que essa celebração marcou a lacunar memória oficial do município com a produção de uma série de registros sobre o período.

O momento era de fato para comemorações. A Usina Hidrelétrica de Pandeiros, inaugurada em 1958, garantiu a iluminação necessária para os festejos. Até então a cidade contava com uma precária fonte de energia gerada pela incipiente Usina de

Aparece nos Relatórios dos Agrobusiness. In.: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos (org.). **Cerrado e Desenvolvimento:** tradição e atualidade. Montes Claros: UNIMONTES, 2000; MACEDO, Pedro Lúcio Costa. **Diagnóstico sócio ambiental na localidade de Ana da Rocha, município de Bonito de Minas-MG, após a intermitência do córrego Macaúbas.** Monografia (Graduação em Geografia). Januária: Instituto Superior de Educação de Januária/ISEJ/CEIVA, Januária, 2007; RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. Et al. **Formação social e econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: UNIMONTES, 2000; _____. **Investimento Agrícola e o Grande Projeto Jaíba:** Uma Interpretação: 1970-1996. Tese (Doutorado em Economia) São Paulo. FFLCH/USP, 1998. SALIM, Celso, A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrado no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cadernos de Difusão Tecnológica.** Brasília, 3 (2), Maio/Ago. 1986, p.297-342; PEREIRA, Laurindo Mékie. A SUDENE e a questão regional: história e historiografia. In.: XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP, UNICAMP. Campinas, 06 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom (**Anais**); _____. A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: UNIMONTES, 2002; OLIVEIRA, Francisco de . **Elegia para uma Re(li)gião.** SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: 1977; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatú e Alto Paranaíba - MG.** Rio Claro: UNESP, 1988. (Tese de doutorado)

¹⁷³ VALE FILHO, José Antônio do. Brasília e o Norte de Minas. In.: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, Op. Cit. p 61.

Periperi que, além de fraca e instável, tinha o fornecimento interrompido pontualmente às vinte e duas horas.

A Diocese de Januária também foi criada neste mesmo ano. A vinda do bispo e de vários padres alemães, ligados à Congregação da Sagrada Família, deram início à modernização das estruturas eclesiais, aproximando a Igreja Católica de seu rebanho no extenso município. A construção da Igreja Matriz e outros templos, concebidos com base nos princípios da arquitetura moderna, com amplo uso do concreto armado, contrastava com a paisagem urbana de casario colonial.

Os esforços para a organização de um evento que fosse grandioso, à altura da celebração do primeiro centenário do município, foram conduzidos pela Sociedade Amigos do Vale do São Francisco e capitaneados pelo grande entusiasta da ideia, o Cel. Manoel José de Almeida, que reuniu entorno de si importantes nomes da sociedade januarense, muitos dos quais residentes há anos na capital mineira e fluminense. O grupo, dentre diversas propostas para os festejos, decidiu pela produção de um álbum comemorativo com uma série de artigos sobre o município, publicado sob o título *Januária: comemoração do primeiro centenário (1860-1960)*.

Os artigos publicados no álbum abordavam diversos aspectos do município, conformando um Raio X sobre a cidade naquele momento. Os temas tratavam da história do município, da sua origem até o centenário, um diagnóstico sobre as potencialidades econômicas oferecidas, incluindo um pioneiro debate sobre o desenvolvimento turístico da região. Ao final, poesias, músicas, homenagens às famílias ilustres, além de uma curiosa lista com os nomes de todos os januarenses que até aquele momento haviam conquistado um diploma de curso superior.

Paralelamente a confecção do Álbum, foi realizado um Inquérito Folclórico pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), sob a coordenação do folclorista

Joaquim Ribeiro. O levantamento foi uma recomendação do mineiro Clóvis Salgado, que ocupava a pasta do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Os resultados desse levantamento folclórico foram: um filme documentário que retratou os aspectos culturais e históricos do município e o cotidiano da cidade à época¹⁷⁴, um livro intitulado *Folclore de Januária*, publicado em 1970; e um vasto material de pesquisa produzido pela Campanha, que foi incorporado ao acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). De acordo com os levantamentos de Edilberto Fonseca: *a equipe do pesquisador Joaquim Ribeiro gerou cerca de sete horas e meia de registros fonográficos e visuais sobre a cultura popular local (...)*.¹⁷⁵

A organização das celebrações para o centenário teve início em Belo Horizonte, em 1959. Na apresentação do Álbum consta a informação de que um grupo de *ilustres januarenses*, radicados na capital, reunidos na residência do Deputado Federal Manoel José de Almeida teve iniciativa para o evento. Para Eustáquio Pimenta, filho do prefeito de Januária à época do centenário, essa associação de amigos teria nascido fora do ambiente político:

*(...) Um grupo de pessoas, de artistas, de intelectuais, de jovens, estudantes, de januarenses que moravam em Belo Horizonte começou a discutir o Centenário. Eu acho que foi a primeira manifestação fora da questão institucional (...) ela nasce fora do ambiente político, por um grupo de 30, 40 pessoas, em Belo Horizonte que reuniam-se freqüentemente (...) eles lançaram toda a idéia do Centenário. E o Executivo, né? Encampou, gostou, passou a discutir com eles (...) como eram januarenses, alguns moravam aqui, outros moravam lá. Começaram a fazer reuniões cá, lá (...) e daí fluiu.*¹⁷⁶

Nossos registros, contudo, indicam a ativa participação do Deputado Federal Manoel José de Almeida na articulação dessas comemorações desde o nascimento da

¹⁷⁴ Esse filme, infelizmente, hoje consta com apenas as imagens. O som, gravado separadamente, foi perdido nos arquivos da CNFCP.

¹⁷⁵ FONSECA, Edilberto. **Terno dos Temerosos**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/CNFCP/ Ponto de Cultura Centro de Artesanato, 2010. (Encarte CD)

¹⁷⁶ AZEVEDO, Eustáquio José Pimenta de. **Entrevista**. Januária: 05/09/2011. Entrevistadora: Iara Toscano Correia.

Sociedade. De acordo com Edilberto Fonseca, que coletou informações junto à D. Márcia, viúva do Coronel, a Sociedade Amigos do Vale do São Francisco teria nascido em sua residência, em Belo Horizonte, em uma reunião ocorrida em 1959. Nessa reunião, estavam presentes prefeitos do Vale do São Francisco, políticos e amigos do coronel. Segundo ela, nesse dia teria sido firmado um *pacto de honra* entre os presentes, no sentido de *ajudar* o Coronel Almeida, na Câmara dos Deputados, a conseguir, junto a Juscelino Kubistchek, a construção da Usina Hidrelétrica de Três Marias.¹⁷⁷

Pactuando interesses comuns, a Sociedade teria como área de atuação não apenas Januária, mas o Vale do São Francisco, como traz em sua nomenclatura. Essa sociedade, como escreveu Afrânio Proença, promotor de justiça e presidente da seção de Januária, propunha (...) *incrementar as atividades culturais da região, para difundir-las e para dotá-las de meios condizentes com o seu valor*. Além dos trabalhos voltados para a preservação e desenvolvimento do patrimônio cultural da região, a Sociedade teria também objetivos de natureza assistencial como: *beneficência, colaboração e ajuda para essa região até agora pobre*.¹⁷⁸

Para Edilberto Fonseca:

(...) *O deputado não teve um papel importante somente na implantação de Três Marias, mas foi fundamental também para que Januária passasse a contar com a energia elétrica que viria a ser produzida pela Usina Hidrelétrica de Pandeiros, também um empreendimento conseguido graças à sua intervenção junto a Juscelino*.¹⁷⁹

Anteriormente mencionamos a atuação do Cel. Almeida na criação das Escolas Caio Martins, em diversos municípios da região Norte de Minas Gerais, entre os anos

¹⁷⁷ FONSECA, Edilberto José de Macedo. **Temerosos Reis dos Cacetes**: uma etnografia dos circuitos musicais e das políticas culturais em Januária-MG. Tese (Doutorado em Música). Rio de Janeiro: UNIRIO/PPG-Música, 2009. p. 98.

¹⁷⁸ PROENÇA, Afrânio. Sociedade Amigos do São Francisco. PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, Op. Cit. 1960, p. 35.

¹⁷⁹ FONSECA, Edilberto José de Macedo. (2010). Op. cit. p. 98.

de 1948 e 1960. Para Fonseca, o cel. Almeida contou para a sua vitória na Câmara Federal em 1954 com:

*(...) o bom trânsito entre os políticos de sete cidades do sul de Minas onde fora delegado especial, e o fato de ter nascido em Januária, no norte do estado, faziam dele um ótimo candidato à Assembléia Legislativa. Tanto que se elegeu deputado estadual pelo Partido Social Democrata como o primeiro candidato do estado na eleição de 1954, para a legislatura de 1955 a 1959.*¹⁸⁰

O cel. Almeida tinha uma forte ligação com a região norte mineira, principalmente com Januária, sua terra natal, que deixou ainda criança fugindo da enchente de 1919. Construiu uma sólida carreira nos quadros da Polícia Militar de Minas Gerais e alcançou a patente de coronel. Além disso, o momento político lhe era favorável, pois a região havia se tornado área de planejamento econômico. De acordo com a entrevista da viúva do Coronel, era interesse de J.K., desde a sua atuação no governo de Minas, ocupar e desenvolver essa região.¹⁸¹

O convite para a primeira Assembleia da Sociedade, segundo consta na introdução do Álbum comemorativo de autoria do próprio cel. Almeida, foi anunciado em rádios e jornais da capital mineira, conclamando aos interessados a comparecer no auditório da Rádio Inconfidência, em primeiro de novembro de 1959. No dia marcado, reuniram-se o deputado Manoel de Almeida, José da Mota Magalhães (chefe da Seção Administrativa do Serviço de Radiodifusão de Minas Gerais), Antônio Carneiro Maciel (médico e residente em Januária) e Afrânio Teixeira Bastos (professor em Januária), que coordenaram os trabalhos. Além destes, haviam os convidados especiais: Sílvio Brasileiro de Azevedo, prefeito do município, Jarbas Carneiro e Sebastião Carlos de Matos, e mais outros 55 conterrâneos da ilustre família de *januarenses ausentes*. O

¹⁸⁰ Idem, p. 93.

¹⁸¹ Idem, Ibidem.

adjetivo ilustre aqui aluda ao fato que muitos deles desempenhando altos cargos na capital federal, na capital do estado ou no município.

O movimento contou com o apoio do assessor-chefe da Assessoria-Técnico Consultiva da Presidência da República, o Sr. Edgard Magalhães, um januarense que frequentava as hostes da presidência no governo de J.K.. Na apresentação feita pelo Deputado Manoel Almeida, podemos ler as justificativas do empreendimento:

(...) Quiseram os filhos de Januária residentes em Belo Horizonte, não somente prestar uma homenagem à sua terra, como também dar público testemunho da sua identificação com a justa euforia da brava família barranqueira (...) separados do torrão natal, em alguns casos, por muitos e muitos anos, jamais se desligaram esses 'ETERNOS BARRANQUEIROS', que guardam no íntimo dos corações, e evocam, dia a dia, num culto sincero de amor e de saudade. ”¹⁸²

De acordo com apresentação do álbum, a ideia da produção deste material teria partido de José Mota Magalhães, que justificou o seu intento:

(...) Sem falsa modéstia, achei que melhor presente não poderíamos dar a nossa Terra. Com o ser necessário e belas, todas as festas são, também, efêmeras. Um Álbum Comemorativo do Centenário é, entretanto, algo de permanente e quase eterno: fixa, retrata, sintetiza e focaliza para a geração presente e para os nossos pósteros as glórias, a força e a maravilhosa capacidade de evolução do grande baluarte norte-mineiro que lhes é berço pela graça de Deus!

Tão logo foi fundada a Sociedade, deram-se início aos trabalhos de organização do álbum. Os temas a serem abordados foram selecionados e distribuídos aos *intelectuais januarenses*, levando-se em conta os conhecimentos especializados de cada um. Os itens abordados foram: História, o Município e suas possibilidades (redigido pelo prefeito Sílvio Brasileiro); o rio São Francisco – sua interpretação; Educação e Cultura; a Diocese de Januária, dois artigos sobre a sociedade Amigos do São Francisco, o Folclore (Saul Martins, folclorista), Comarca e Foro (Afrânio Pimenta de

¹⁸² PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, Op. Cit., 1960, p. 07.

Castro, advogado), Januária e seu passado político (Jonas Vieira Lima, professor), Brasília e o Norte de Minas (José Antônio do Vale Filho, médico), a Imprensa (Olíbrio B. F. Lima), a Imprensa atual de Januária (Otoni Cunha), Januária e suas possibilidades Turísticas (Ten. Cel. Lélío Graça), Vida Religiosa (Joana Gonçalves Itabaiana), Mês de Maio (Cap. José Gonçalves de Souza), Heróis de 1945 (Ten. Júlio da Silva Oliveira), Futebol (pelos professores José Mota Magalhães e Afrânio Teixeira Bastos), Artes e Diversões (sem indicação de autoria) e anexos, incluindo reportagens que repercutiram as comemorações do centenário, publicados em jornais e revistas de outras cidades.

Durante um bom tempo, no decorrer da pesquisa nos intrigou o fato de que, ao mesmo tempo em que o município preparava uma grandiosa comemoração para centenário com a publicação de um memorial, uma instituição federal também se interessava em produzir registros sobre Januária. Qual seria a relação entre as comemorações do centenário, a confecção do álbum sobre o município e o levantamento folclórico patrocinado pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro?

Não sabemos precisar qual ideia teria nascido primeiro, o álbum ou a pesquisa folclórica, mas ambos estavam intimamente relacionados às comemorações do centenário. Nossos entrevistados mencionaram a atuação de januaenses importantes junto ao governo federal, tal como o Sr. Edgard Magalhães, por exemplo. No prefácio do livro *Folclore de Januária*, o Diretor-Executivo da Campanha, Renato Almeida, esclarece um pouco dessa motivação: *A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, por sugestão do professor Clóvis Salgado, então Ministro da Educação e Cultura, decidiu em 1959 através do seu extinto Conselho Técnico realizar uma pesquisa folclórica na região de Januária, MG.*¹⁸³

¹⁸³ RIBEIRO, Joaquim. **Folclore de Januária**. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1970. p. 11.

Sendo uma sugestão do MEC, então, quem sabe, não seria uma indicação de um januarense em condições de propor o nome do município junto à Clóvis Salgado? Nesse mesmo livro, no item intitulado: *Histórico do Levantamento Folclórico de Januária*, consta a informação que o plano apresentado à Campanha por Joaquim Ribeiro já previa a cooperação com a Sociedade dos Amigos do São Francisco, *órgão cultural do Município que aglutina os principais homens cultos da região* para a realização da pesquisa.¹⁸⁴

Tal como desconfia Maura Moreira, diretora da Casa da Memória em Januária, essa pesquisa estava ligada às comemorações do centenário:

*(...) o Coronel Almeida, ele que fundou o Colégio Caio Martins. Muito ligado com a Educação. Então, eu creio que pela influência dele, do Coronel Almeida, junto com Sílvio Brasileiro que era culto também, era professor, e se preocupava com essas questões. Porque eu acredito que de graça eles não viriam, assim, o Ministério ... dizer ... cem anos. Alguém solicitou. Então, eu acredito que tenha sido através do Coronel Almeida e a Sociedade Amigos do São Francisco, todos bem relacionados em Belo Horizonte.*¹⁸⁵

Nossas conjecturas se confirmaram quando finalmente entramos em contato com a tese do músico Edilberto Fonseca sobre o Terno Reis dos Temerosos de Januária. Tal como nós, ele também se questionava sobre a escolha de Januária para inaugurar as pesquisas da Campanha. Acessando a documentação produzida pela Campanha à época do levantamento de Januária, ele esclarece que:

(...) Em reportagem no jornal “O Estado” de abril de 1961 em que faz um balanço dos dois primeiros anos da Campanha, Renato Almeida lembra que o Levantamento se deveu “à insistência do ministro Clóvis Salgado, para figurar no quadro das comemorações do centenário do município” (...). Assim, o que se pode deduzir das reportagens e documentos verificados sobre as circunstâncias que cercavam a escolha de Januária, é que ela parece não ter vindo diretamente dos membros do Conselho Técnico e, sim, da sugestão e insistência do

¹⁸⁴ Idem, p. 20.

¹⁸⁵ SILVA, Maura Moreira. **Entrevista:** Januária, 05/09/2011. Entrevistadora Iara Toscano Correia.

*ministro da educação e Cultura da época, o mineiro Clóvis Salgado.*¹⁸⁶

De acordo com a documentação consultada por Fonseca, em maio de 1959 o Ministério da Educação enviou um memorando à Campanha solicitando a pesquisa folclórica em Januária. Na reunião ordinária de setembro do mesmo ano discutiu-se a proposta do ministro, (...) *com a participação do deputado federal Manuel (sic) de Almeida, o qual fez ligeira exposição, declarando ser essa região um dos maiores repositórios do Folclore do Brasil.* Em outubro do mesmo ano, a decisão já havia sido acatada pelo conselho, que enviara o folclorista Joaquim Ribeiro para uma avaliação preliminar sobre a pesquisa *in loco*.¹⁸⁷ Interessante notar que a assembleia que funda a Sociedade só ocorreu em novembro de 1959, e desde março, a Campanha já vinha dando andamento à solicitação do Ministro Clóvis Salgado.

O folclorista Joaquim Ribeiro foi indicado para coordenar o Inquérito Folclórico e a coordenação regional foi entregue ao presidente da Sociedade, Afrânio Proença, promotor público e professor em Januária. Ao final do levantamento folclórico foram listados os colaboradores da pesquisa:

*(...) cooperaram, no inquérito e com eficiência, o Sr. Prefeito do Município de Januária, Professor Sílvio Brasileiro de Azevedo, a direção e as alunas da Escola Normal Olegário Maciel, a direção e as alunas da Escola Caio-Martins, além de outras pessoas da região, como os fazendeiros Joviniano dos Santos (também poeta regionalista) e Vicente Carneiro e os Srs. Sebastião Carlos de Matos, Anísio Rocha, Afrânio Mota, José Vitor, Vicentino Marques, Raimundo Alves e outros mais (...)*¹⁸⁸

Alguns dos nomes citados faziam parte da Sociedade Amigos do São Francisco. No texto, lamentava-se a ausência de órgãos como o IBGE e a Comissão do Vale do São Francisco que não puderam cooperar como previsto por eles. O que nos parece é

¹⁸⁶ FONSECA, Edilberto José de Macedo. (2010). Op. Cit. p. 91.

¹⁸⁷ Idem, p. 91.

¹⁸⁸ RIBEIRO, Joaquim. Op. cit. p. 21.

que frente às injunções políticas tal sociedade foi criada posteriormente. Talvez por um acordo, a Campanha Nacional do Folclore teria incluído Januária, mas deixando a cargo dos grupos locais a responsabilidade da pesquisa.

Tal como indicado por Edilberto Fonseca, a equipe que participou do levantamento folclórico foi composta por vinte e oito membros e realizou o levantamento ao longo de dez meses, contando com a ativa participação de professores e alunos da cidade. A análise de Fonseca assinala que a metodologia adotada para o levantamento em Januária foi inovadora para os folcloristas da Campanha à época que, não contando com muitos recursos e com as dificuldades de acesso ao município teriam, sob sugestão de Renato Almeida, optado por estabelecer uma rede de informantes no município.¹⁸⁹

Para tal, foi necessário preparar essa equipe de pesquisadores amadores, fornecendo, além de equipamentos fonográficos, uma ficha com as instruções mínimas necessárias para a realização dos questionários, buscando padronizar as informações coletadas, *visando obter o máximo com o mínimo de exigências*.¹⁹⁰

Para a realização do levantamento, Joaquim Ribeiro esteve no município em três ocasiões:

*(...) ao final de 1959, e por duas vezes durante o ano de 1960, em março e julho. Na época, a ida até lá envolvia deslocamentos por via aérea, já que não existiam ainda estradas pelas quais se pudesse chegar rapidamente à cidade. Desde a década de 1930 era possível, partindo de Januária, chegar por terra a Montes Claros, no centro da região norte mineira, pela hoje conhecida rodovia BR-135. Em 1960 essa viagem chegava a durar 12 horas de ônibus, sendo complementada por uma travessia de balsa pelo Rio São Francisco.*¹⁹¹

Nesse tempo, a pista de pouso de Januária recebia aeronaves de linha regularmente. Dessa forma, muitos dos registros produzidos para o Inquérito foram

¹⁸⁹ FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p.96.

¹⁹⁰ RIBEIRO, Joaquim. Op. cit. p. 22.

¹⁹¹ FONSECA. Op. cit., (2010), p. 96.

realizados pelos próprios membros da Sociedade Amigos do São Francisco. As imagens aéreas deram origem a um filme documentário, em que foram preservadas apenas as imagens pelo Museu do Folclore. O som foi perdido. Essas tomadas foram realizadas em sobrevoo pelo cinegrafista do MEC, utilizando a aeronave da Escola Caio Martins.

Em outubro de 1960, deu-se início aos festejos do centenário. A revista *Silhueta*, de tiragem mensal que circulava em Belo Horizonte, fez a cobertura completa do evento com uma grande reportagem de capa, exaltando as potencialidades econômicas da cidade, ainda inexploradas. As festividades foram marcadas por uma vasta agenda de atividades, que incluíam: churrasco ao ar livre, baile à bordo do Vapor Benjamim Guimarães, destinado aos representantes oficiais do local e da região, exibição de Cavallhada, reinauguração da Av. São Francisco, reurbanizada dentro da *perfeita técnica (...) que vem mudar radicalmente a fisionomia da Centenária Cidade, emprestando-lhe expressiva beleza pelo enriquecimento urbanístico que representa a bem iluminada artéria*¹⁹².

Ocorreu ainda um desfile com carros alegóricos pelas ruas da cidade, retratando a *história poética de Januária*; a encenação da peça de teatro Catarina no Cine-Teatro, com artistas locais que dramatizaram a história da fundação do município; um banquete realizado *nos luxuosos salões do Clube dos 40*, com aproximadamente 400 talheres, contando com a presença de *pessoas de maior destaque da sociedade januarense e altas autoridades como: Ministro Cloves Salgado, o dep. Manuel de Almeida, representantes de várias cidades mineiras e jornalistas da Capital*. Por último, um baile de gala encerrou os festejos do Centenário com a coroação da *Miss Centenário*.

Nesse período de comemorações foi inaugurado o serviço de telefonia no município, administrado pela Companhia Telefônica de Januária (COTEJA) em parceria

¹⁹² PRIMEIRO Século de Januária. *Silhueta*: Revista Mensal Ilustrada:, nº 95, 1960, p. 15.

com a Siemens do Brasil S.A. Todas estas atividades se desenrolaram ao longo de duas semanas. Maura Moreira, professora recém-formada à época, assistiu e auxiliou nesses preparativos. De acordo com ela:

*(...) mexeu com todo mundo essa festa, né? O povo só falava nessa festa. Em 60, então, estava despertando Brasília, que Brasília também foi inaugurada em 60. Mas, havia preparação nas escolas, né? Cada escola querendo apresentar o seu desfile, cada qual querendo fazer melhor. (...) Houve apresentação de carros alegóricos. (...)*¹⁹³

Ela também se recorda que os cerimoniais foram planejados e executados sob a assessoria de pessoas contratadas especialmente para os preparativos das solenidades:

(...) Quando foi no Centenário veio um arquiteto do Rio de Janeiro (...) veio pra orientar. Então, ele chegou e falou assim: “— Olha, nós vamos fazer uma festa, o baile vai ser com plantas envazadas (...), nós vamos lá no Candeal”. A gente nem sabia que existia o Candeal, via no mercado, mas nem sabia. Aí ele falou: “— Nós vamos comprar é lá, e usar plantas daqui mesmo (...) pra poder ornamentar (...)”. Ele passou meses aqui, preparando, dizendo como é que era: “— Vamos fazer um restaurante ao ar livre”. Porque não tinha restaurante em Januária. Então ali perto, no cais, havia uns pés de fícus (...) Aqueles grandes foram plantados no tempo do Centenário, aqueles que ficavam no cais era daquele miudinho (...). Então, em baixo, organizaram um restaurante, ali. Ele falava: “— Então vai ficar bonito assim: numa coluna de mesas, vocês vão colocar a toalha preta, na outra põe briquet”. Naquele tempo falava briquet, né? A cor de abóbora, e a outra branca. “— Vocês vão trocando que aí vai ficando bonito (...)”. Deu o modelo da roupa das moças (...) os pratos tinham que ser pratos típicos mesmo (...). Então ele que dava as dicas de como podia ser feito, né? Organizava a turma que ia vender souvenir. Fizeram muito souvenir, foram feitos bótons, (...) cinzeiros, muita coisa (...). Houve o desfile, a abertura foi com a banda dos fuzileiros navais do Rio de Janeiro. A gente tinha a impressão que a cidade ia acabar, porque as ruas estreitas, né? Com uma banda daquela, uma coisa de não sei quantas pessoas, parece que tomava conta da cidade toda, né? Mas, foi muito bonito.”¹⁹⁴

Para Maura Moreira, as comemorações do primeiro centenário refletem a importância que a sociedade januarense da época dava à sua história e cultura:

¹⁹³ SILVA, Maura Moreira. **Entrevista**. Op. cit.

¹⁹⁴ Idem.

(...) Há 50 anos atrás, nós tivemos ... pessoas que se preocupavam ... então, nós temos um álbum, nós temos um disco, onde foi gravada 'Januária Terra Amada', uma canção que retrata Januária, tem aquele livro que foi publicado o trabalho de Joaquim Ribeiro, veio pesquisar aqui em Januária ... foi produzido um filme ... quem preparou o Centenário se preocupou, com todas as dificuldades, eles produziram esse álbum que não foi fácil”¹⁹⁵

O Centenário foi a canalização de esforços em um momento de grandes expectativas em relação ao futuro que se desenhava para a sociedade januarenses. No livro *Marcha Para o Oeste* (1942) de Manoel Ambrósio Jr., percebemos que o discurso de saneamento do São Francisco era o mais premente, pois tratava-se de uma região duramente castigada por doenças tropicais, principalmente a malária, que todos os anos afligia a população. Um dos maiores entraves para o desenvolvimento econômico da região eram, então, as condições sanitárias do município.

Perguntando ao Sr. Lenine Aquino, que viveu parte de sua juventude durante os anos de 1960, sobre a sua percepção sobre Januária à época do Centenário, ele é rápido na resposta: *Januária estava nascendo naquele momento.*¹⁹⁶ E era com esse espírito que esta sociedade se emanou para as comemorações do Centenário.

O prefeito do município nessa época era Sílvio Brasileiro de Azevedo, que iniciou o seu mandato em 1959 com o apoio do PSD, sob as bênçãos do “poderoso e inabalável” Mário Lisboa. Como esclareceu seu filho, José Eustáquio Pimenta, logo nos primeiros meses do seu mandato se desligou do partido:

*(...) o que ocorre com menos de um mês de mandato? Ele rompe com o PSD. Dizia que ele não ia ser governado, que o prefeito eleito foi ele. (...) havia uma ingerência, que todo mundo sabia que havia, mas que ele não ia ser “pau mandado” ou “boi de piranha” de ninguém. Ele rompe com o PSD, fica sem partido, governa sem o apoio do PSD e nas eleições subseqüentes, no final de 62 ele apóia a UDN (...) aí já começa o Golpe Militar de 64 (...)*¹⁹⁷

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ AQUINO, Lenine Corrêa de. **Entrevista**. Januária: 31/08/2011. Entrevistadora: Iara Toscano Correia.

¹⁹⁷ AZEVEDO, Eustáquio José Pimenta. **Entrevista**. Op. cit.

A administração do prefeito Sílvio Brasileiro foi privilegiada por esse momento de euforia e visibilidade que o município ganhava em torno dos preparativos de comemorações do centenário e, também, pela vinda de diversas instituições para o município, tais como a CEMIG (Central Elétrica de Minas Gerais), o Banco do Nordeste (BNB), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS), a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG), a implantação do sistema de telefonia local, Companhia Telefônica de Januária (COTEJA).

De acordo com Elza Cristiny Mota, para a preparação das comemorações do Centenário foi necessário que Sílvio Brasileiro articulasse amplas alianças, já que não poderia mais contar com apoio do seu partido, o PSD. Isso o teria feito se aproximar da corrente opositora, principalmente da UDN (União Democrática Nacional).¹⁹⁸ Em um período extremamente favorável, política e economicamente, Sílvio Brasileiro deixou o cargo com uma avaliação positiva. Sua administração foi considerada *arrojada* e *inovadora*. Apoiou e conseguiu eleger seu sucessor, o amigo Sebastião Carlos. Assim, pela primeira vez na história do município, um candidato da oposição fora eleito para o Executivo Municipal, até então, dominado pela facção latifundiária mais conservadora.

A vitória da oposição sobre os coronéis, no poder desde os conflituosos tempos dos *luzeiros* e *escureiros*, foi um marco na história política do município. No entanto, o mandato de Sebastião Carlos foi conturbado pela intervenção militar desencadeada pelo Golpe de 1964. Ao que parece, Sebastião Carlos frustrou as expectativas que se criaram a seu respeito. Maura Moreira, sua amiga e colega de trabalho, acredita que administração de Tião Carlos fora prejudicada por suas ausências, pois passava vários dias na capital, tratando de assuntos do município, e acabou deixando a administração à cargo do vice, Antônio Corrêa e Silva.

¹⁹⁸ MOTA, Elza Cristiny Carneiro. **Januária Centenária**: um estudo sobre política e imaginário. 2009. Monografia (Graduação em História) Instituto Superior de Educação de Januária/ISEJ, CEIVA, Januária, 2009.

Com o Golpe Militar, o primeiro prefeito eleito foi novamente o poderoso Mário Lisboa, em seu quarto e último mandato. Daí pra frente o município ficaria entregue, a maior parte dos anos das décadas de 1980 e 1990, ao comando de João Ferreira Lima, eleito em quatro mandatos não consecutivos, (1971-1972; 1983-1988; 1993-1996; 2005-2008) em princípio pela ARENA 2, e logo em seguida, pelo PMDB, mas, ideologicamente, “fechando” com a situação do poderoso *Marão*. Cleuber Carneiro, rival político de Mário Lisboa, foi também seu sucessor, elegeu-se para um mandato como prefeito e, em 1978, passou a representar o município na Câmara dos Deputados Estadual e em seguida Federal, onde permaneceu até a primeira década dos anos 2000.

Mas, não foi somente a inoperância da administração municipal que ceifou as expectativas que floresciam no início da década de 1960 em Januária, última década de navegação efetiva no rio. O Golpe Militar frustrou as expectativas de toda uma geração que acreditava no desenvolvimento local e no fortalecimento da combalida democracia do município.

Nesse período, também foram frustrados os sonhos de reforma agrária, de desenvolvimento econômico regional, da viabilidade da navegação ou mesmo de conexão do município com Montes Claros. Muitos dos antigos problemas que afligiam essa região do Norte de Minas, além São Francisco, perduram até os dias de hoje. A conexão com Brasília nunca recebeu uma pavimentação completa. Ainda hoje, para uma viagem rápida e confortável é necessário uma grande volta, passando por Montes Claros, ou então, aventurar-se pelo caminho mais curto, cruzando o sertão em péssimas estradas de chão.¹⁹⁹

¹⁹⁹ Até o término dessa pesquisa o asfaltamento da BR 479, no trecho entre Arinos — Januária (mais ou menos 490 km), que faz a ligação desta com Brasília, ainda não havia sido concluído, um asfalto que avança muito lentamente há anos.

CAPÍTULO II

A tradição em processo

*Nós pastores lentamente
Boas novas viemos dar
Que Jesus recém-nascido
Que Jesus recém-nascido
Veio ao mundo nos salvar*

*No Oriente da minh'alma
Boas novas viemos dar
Que nasceu em um presépio
Que nasceu em um presépio
Veio ao mundo nos salvar*

(Terno de Reis dos Temerosos)

2.1 - As Folias e os Reis em Januária

Em nossas andanças pelos sertões das Gerais, acompanhamos algumas expressões do catolicismo popular, ou rústico, em que a fé e a devoção são externalizadas por meio da encenação de *autos* seculares²⁰⁰. Percorrer o município de Januária, entre os dias 25 de dezembro e 6 de janeiro é ter a certeza de cruzar com pelo menos um grupo de folia, ou de reis, cumprindo sua jornada. No Vale do São Francisco, na parte mineira, tal como ocorre em muitos outros estados brasileiros — Espírito

²⁰⁰ Segundo Câmara-Cascudo: *auto*, em Portugal é uma forma de enredo popular, com melodias cantadas, tratando de assunto religioso ou profano, representada no ciclo das festas do Natal (dezembro-janeiro) (...) No Brasil as mais antigas menções informam que os autos eram cantados à porta das igrejas, em louvor de Nossa Senhora do Rosário (quando dirigidos por escravos ou libertos), no orago, ou na matriz. Depois levavam o enredo, com as danças e os cantos, nas residências de amigos ou na praça pública, num tablado. Alguns autos reduziram-se à coreografia, sem assunto figurado. In.: CAMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do folclore brasileiro**, 11. ed. ed. São Paulo: Global, 2002. (Edição ilustrada).

Santo, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Piauí, Maranhão, Mato Grosso, entre outros — é comum a presença desses bandos precatórios de folias.

Contudo, as folia de reis não são a única expressão da religiosidade popular a se utilizar da linguagem dos autos em cumprimento de promessa ou como devoção. É comum nessa região grupos de folias dedicados a diversos outros santos do universo religioso popular²⁰¹. Um fenômeno que não se restringe apenas ao período entre o Nascimento e a Epifania, como bem observou Chaves:

No “sertão” norte mineiro, nas beiras do São Francisco, nos município de São Francisco e Januária (...) as Folias costumam acontecer diversas vezes no correr de um ano para muitos santos. Em torno de São José, Santa Luzia, Bom Jesus, São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida, Santos Reis e outros menos difundidos, é comum encontrarmos, nas cidades e nas roças, nos beira-rios e nas imensidões do cerrado, pequenos e grandes grupos de

²⁰¹ Uma importante referência no estudo de folia de reis de São José em São Francisco: CHAVES, Wagner Neves Diniz. **A bandeira é o santo e o santo não é a bandeira: práticas e presentificação do santo nas folias de reis e de São José**, Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacioal/PPG-Antropologia Social. 2009. Sobre folia de Reis sugerimos: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na Rua**. Campinas: Papirus. 1989; _____. **Sacerdotes de Viola: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1981; _____. **De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás**. Goiânia: UFG, 2004; _____. **A Folia de Reis de Mossamedes**. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1977; CASTRO, Zaíde Maciel de E. COUTO, Aracy do Prado. **Folia de Reis**. Rio de Janeiro, MEC/FUNARTE, 1977; MELLO, Oliveira. **Folia de Reis**. In.: _____. **Minha terra, suas lendas, seu folclore**. Paracatu: Ed. Prefeitura Municipal, 1985; MARTINS, Saul. **Folclore: teoria e método**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966; _____. **Folclore Brasileiro: Minas Gerais**. Rio de Janeiro: MEC/SEC; FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. Belo Horizonte: UFMG, 1982; BONESSO, Mário. **Os encontros das bandeiras de reis: um estudo sobre as festas e as associações do catolicismo popular no Triângulo Mineiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Carlos: UFSCAR, 2006.; VIEIRA, S. M. **Folia de Reis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987; MACHADO, Maria Clara T. **Cultura Popular e Desenvolvementismo em Minas Gerais: caminhos cruzados de um mesmo tempo**. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, 1998; _____. **Folia de Reis: liturgia do povo recriando o mistério da vida**. In.: PATRIOTA, Rosângela e MACHADO, Maria Clara T. **Histórias e Historiografia**. Uberlândia: EDUFU, 2003; CANESIN, Maria Tereza; SILVA, Telma Camargo da (org.). **A Folia de Reis de Jaraguá**. Goiânia: Centro de Estudos da Cultura Popular, 1983. (Col. Religiosidade Popular); PORTO, Guilherme. **As Folias de Reis no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Funarte/INF, 1982. (Prêmio Sílvia Romero); GOLOVATY, Ricardo Vidal. **Cultura Popular: saberes e práticas de intelectuais da imprensa e devotos de santos reis, 1945-2002**. Dissertação (Mestrado em História) Uberlândia. UFU/ Pós Graduação em História, 2003; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães e PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Peregrinos do Sagrado: um estudo da folia de reis**. In.: _____. **Do Presépio à Balança: representações sociais da vida religiosa**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995; PEDROSO, Carlos. **Folia de Reis: folclore encantado**. Uberaba: Poligráfica, 2003; MENDES, Alípio. **Reis e Pastorinhas. Boletim da Comissão Fluminense do Folclore**. Niterói: 1(2), Abril, 1970; MORAIS FILHO, Alexandre José de Melo. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC-SEC/FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1962; FONSECA, Edilberto José de Macedo. **Temerosos Reis dos Cacetes: uma etnografia dos circuitos musicais e das políticas culturais em Januária-MG**. Tese (Doutorado em Música). Rio de Janeiro: UNIRIO/PPG-Música, 2009.

cantadores e tocadores cumprindo um giro ritual. Em honra de um santo, os foliões se reúnem e juntos passam dias e noites visitando as casas dos devotos, pagando promessas, distribuindo bênçãos aos seus moradores em troca de ofertas para a festa do santo. (destaque do autor)²⁰²

Nas proximidades de Januária, identificamos grupos de folias de São Sebastião (janeiro), São José (março), Bom Jesus (agosto), São Miguel (setembro), e sabemos que muitas outras ocorrem, levando ritualmente suas bandeiras às casas em comunidades rurais do município.²⁰³ Essas folias são festas religiosas populares que mantêm em si mesmos o sagrado e o profano²⁰⁴. Para Chaves, este é um sistema que é plural e aberto, já que *novas Folias podem e são criadas o tempo todo*. As folias nascem, geralmente, por motivo de promessa que deve ser cumprida durante sete anos seguidos. Depois disso, o grupo pode se dispersar, mas em muitas situações, depois de cumprida a promessa com o santo, as folias dão continuidade, em muitos casos, repassando às gerações seguintes, permanecendo na família, comunidade ou irmandade por várias gerações.

Mesmo assim, nessa região, as folias, de reis ou de santo, também não são as únicas expressões da religiosidade popular a externar a fé por meio de autos populares. Outros grupos celebram dessa maneira o período de festividades natalinas. São reis de

²⁰² CHAVES, Wagner Neves Diniz. Op. cit., p. 01.

²⁰³ Chaves fez algumas considerações que levamos em conta na análise dos grupos de folias de reis. Por exemplo, ele distingue a folia de santo, ou de bandeira, da folia de reis. As folias de santos, geralmente, perfazem um giro mais curto do que as folias de reis, percorrendo apenas as casas da comunidade.

²⁰⁴ Sobre festas: KANTOR, Iris e JANCÓS, István (org.) **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001; RAMOS, Moura (org.) **A Festa na vida: imagens e significado**. Petrópolis: Vozes, 2002; DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994; DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações**. Fortaleza/Rio de Janeiro: EdufCeará/Tempo Brasileiro, 1983; AMARAL, Rita de Cássia Melo. **Festa à Brasileira: significados do festejar, no país “que não é sério”**. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: USP/FFLCH/Depto. Antropologia, 1998.; KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim e OLIVEIRA, Anderson Aparecido Gonçalves. Comemorar / festejar: sons, batuques, louvações e rememorações. In.: KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim et. alli.(org.) **São Marcos do Sertão Goiano**: cidades, memória e cultura. Uberlândia: EDUFU/SEFAC, 2010, p. 269-181; _____. No (des)compasso da festa: o reencontro de muitas histórias. **História e Perspectivas**, Uberlândia (34):367-392, jan/jun. 2006, p. 367-391; RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Cláudio Noel. **A Festa do Povo: pedagogia de resistência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982; ALMEIDA, Jaime. Todas as festas, a festa? In.: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no Plural**. Brasília: UNB, 1994; COX, Harvey. **A Festa dos Foliões**. Petrópolis: Vozes, 1974.

boi ou a brincadeira do boi, marujadas ou cheganças, ternos ou reis de pastoras, com seus instrumentistas e suas cantilenas bem orquestradas. Todas essas expressões variam enormemente em indumentárias, repertórios e melodias. Embora, em número mais reduzido do que os ternos de folias de reis, todos esses autos remetem a antigas tradições lusitanas, que foram reinterpretadas e (res)significadas na América portuguesa.

Muitas das expressões populares, descritas pelos folcloristas como pertencentes ao *Ciclo Natalino*, estão presentes até hoje no imaginário religioso que recobre essa parte de Minas, entre os gerais e as barrancas do São Francisco. Tais práticas culturais se estruturaram e se disseminaram por diferentes fatores. Dentre eles, destacamos as manifestações de cultos religiosos leigos, comum em toda a Europa na Baixa Idade Média. Heranças de dogmas elaborados a partir do Concílio de Trento²⁰⁵. Tais características históricas assentaram as bases da catequização jesuítica no Brasil, a qual lançou mão de rituais performáticos e musicais como forma de evangelização das populações nativas e africanas. As dificuldades em atingir tal missão, pois contava com um reduzido corpo clerical disperso no imenso e imperscrutável sertão brasileiro, tornou possível um catolicismo laico, ou rústico/tradicional, postula Maria Isaura de Queiróz. Talvez, por isso, a reinvenção imaginativa desses eventos religiosos organizados sem intervenção da Igreja. Tudo isso, se ancorou no sistema de *padroado* adotado durante o período colonial, regulando as relações entre Igreja e Estado²⁰⁶.

²⁰⁵ Concílio Ecumênico da Igreja Católica, ocorrido em 1546 na cidade italiana de Trento, como resposta a Reforma Protestante.

²⁰⁶ Padroado: (...) É a outorga, pela Igreja de Roma, de um certo grau de controle sobre uma igreja local ou nacional a um administrador civil. Segundo Azevedo (1999), foi uma instituição que, a partir do século XIII, as monarquias ibéricas criaram para estabelecer alianças com a Santa Sé. As coroas ibéricas exerceram grande influência na administração eclesiástica de seus impérios ultramarinos. O padroado português consistia na concessão de privilégios e na reivindicação de direitos, invocando a coroa sua qualidade de protetora das missões eclesiásticas na África, na Ásia e no Brasil. Através deles, a monarquia promovia, transferia ou afastava clérigos; decidia e arbitrava conflitos nas respectivas jurisdições das quais ela própria fixava os limites. Durante todo o período colonial - através do controle

O componente ideológico que balizou todas essas questões foi o da Contrarreforma. Tal sistema estimulou, tanto no catolicismo português quanto no luso-brasileiro, práticas religiosas como as romarias, o culto aos santos com suas promessas e ex-votos, a construção de cruzeiros, capelas e ermidas, o agrupamento em irmandades e ordens terceiras, responsáveis pelas festas e procissões de caráter dramático e espetacular. O catolicismo luso-brasileiro caracterizou-se basicamente pela atuação de grupos leigos na condução da religião, por seu peso na vida familiar e social e pela manutenção de um padrão burlesco nas comemorações.²⁰⁷

Durante o período natalino, desde o Império, cortejos demonstram toda a riqueza e alegria do repertório religioso popular ao narrar a cena do nascimento do Menino-Deus. Momentos de tradução de uma cultura religiosa pactuada tanto pelas classes subalternas quanto pelas elites.

Manoel Ambrósio, ao narrar as principais festas do Brejo do Salgado no século XIX, deixa entrever o universo social que alimentava esses momentos de sociabilidade:

(...) As principais festas do Brejo do Salgado eram as do Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e da Padroeira. As três primeiras, celebradas com marcante cunho popular, constituem-se o ponto alto dos principais acontecimentos do ano, com a realização de pomposas cavalcadas, congados e marujadas, numa exuberante demonstração de luxo, sobressaindo as danças típicas, os cantos populares, o entusiasmo do povo.

A moda de então copiava os figurinos franceses: cabeleiras empoadas, sapatinhos de oleado com entrada baixa e fivelas e esporas de ouro ou prata, bengalões de castão também de ouro ou prata, sobrecasacas de fino tecido, calções de meia preta e meias finíssimas, coletes e camisas vistosos, chapéus de três bicos, espada, espadim e capa, eis a indumentária em dias

do governo português-, e do período imperial - através da figura de D. Pedro II -, a Igreja brasileira sofreu interferências do poder político. O Imperador nomeava diversos representantes eclesiásticos, em troca do pagamento de salários. C.f: Verbete Padroado: In.: Glossário: Navegando na História da Educação Brasileira. Campinas: UNICAMP. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado1.htm; Acessado em 09/05/2012.

²⁰⁷ Sobre esse tema ver, BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987; BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 1989; AZZI, Riolando. **O Catolicismo Popular no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978; AMARAL, GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. Cultura Clerical e folia popular. **Revista Brasileira de História**. V.17, N. 34. São Paulo, 1997. AMARAL, Rita de Cássia Melo. Op. cit.

de festa ou excepcionais. As matronas ostentavam vestidos de seda. Gorgorão ou damasco, zuarte azul, cetim de lã carmezim, caríssimas mantilhetas, cordões e adorno de ouro, prata e brilhantes.

As senhoras que se prezavam não recebiam visitas sem que estivessem rigorosamente adornadas com o que de melhor possuísem nos fundos das canastras. Nos povoados ou nas roças os costumes eram os mesmos. Caso o hóspede fosse de etiqueta, então, ao servir-se o almoço ou jantar vinha à mesa a fina louça, os polidos aparelhos de prata e ouro, com cada prato postado em cima de um dobrão de ouro, conforme as posses da família. (...)²⁰⁸

Como indica Peter Burke, na sua análise sobre a Europa Moderna, haviam duas tradições culturais, mas elas não correspondiam simetricamente aos dois principais grupos sociais, a elite e o povo comum. A elite participava da pequena tradição, mas o povo comum não participava da grande tradição.²⁰⁹ Nesse sentido, a cultura ainda não discernia uma cultura própria do povo ou das elites, já que as comemorações públicas eram compartilhadas por todos.

Ao desenhar o movimento de origem das folias no Brasil, Carlos Rodrigues Brandão nos leva a refletir sobre a fluidez entre a cultura de elite e a do povo. Definindo a folia como:

(...) dança profana e popular, popularizada sobretudo durante os séculos XVI e XVII, onde homens vestidos 'a portuguesa', dançam com guizos nos dedos, gaitas e pandeiros, girando e pulando ao redor de um tambor. Esta dança chega ao Brasil, já incorporada aos repertórios de dança de salão e mais tarde, assumem um caráter mais grave ao serem incorporadas, justamente com cantos e danças camponesas, aos ritos da Igreja.²¹⁰

Nesse sentido, as folias nasceram nas ruas e praças da Europa medieval, herdeiras de antigas práticas pagãs gestadas na decadência do império romano.²¹¹ Trazidas ao Brasil, elas adentraram os salões de baile da corte e, paulatinamente, ganharam espaço junto aos ritos consagrados da Igreja Católica. As folias, tal como

²⁰⁸ AMBRÓSIO, Manoel. Nossa História e a do Brasil. In: _____. **História de Januária**. Januária: UNIMONTES. (Transcrição dos Manuscritos originais, sem publicação); s/p.

²⁰⁹ C.f.: BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 1989;

²¹⁰ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória do Sagrado**: estudos de religião e ritual. São Paulo: Paulinas, p. 141.

²¹¹ C.f.: PRANDI, Carlo. Popular. **Enciclopédia Einaudi** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p-199-226. 1997.

grande parte do repertório cultural que hoje denominamos popular, nasceu junto ao povo, e adquiriu legitimidade por parte da corte imperial instalada no Brasil, das elites e da Igreja, atravessando todas as camadas sociais que compunham a nascente sociedade brasileira. A possibilidade de romper com o estigma popular x erudito foi abordado por Roger Chartier, quando afirma que essas culturas eram diferentes na forma, no conteúdo, na estética, representações, porém, entrelaçados no decorrer do processo histórico.²¹²

No final do XIX, alterações nos dogmas católicos levaram a um novo posicionamento da Igreja frente as práticas religiosas populares, que passou a condená-las e até a persegui-las. A ação romanizadora da Igreja Católica no Brasil se iniciou por meio da 1ª Reunião do Episcopado Brasileiro, realizado em 1890 em São Paulo. O objetivo era o de apropriar-se das práticas culturais populares religiosas, leigas, mantendo o seu controle e disciplinarização. Foram determinados nesse encontro os seguintes pontos:

*(...) retirar das irmandades a administração financeira e colocá-los a cargo de institutos religiosos europeus. A justificativa era a de que os leigos dilapidavam o patrimônio formado pelas doações dos devotos, que na mão de 'sacerdotes idôneos' poderiam ser utilizados para 'obras pias'. A outra deliberação foi a de confiar à sacerdotes estrangeiros a direção espiritual dos locais de devoção.(...)*²¹³

Pierre Sanchis mostrou as intenções da Igreja em cercear práticas indesejáveis como as danças, a bebida, ordenando o espaço, inclusive com força policial. Esse autor afirmou ser comum as tentativas para canalizar os processos, impor a solenidade com

²¹² CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, n.17, 2004.

²¹³ MILITÃO, Andréia. Nunes. **Devotos da Cor: as festas religiosas de São Benedito na cidade de Guaratinguetá-SP**. Franca: UNESP. Dissertação (Mestrado em História), 2001, p. 21. Ver também: GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. Cultura Clerical e folia popular. **Revista Brasileira de História**. V. 17, N. 34. São Paulo, 1997.

elementos do culto oficial, proibir a violência, os excessos e zelos pelo espaço sagrado.²¹⁴

No entanto, tais práticas persistiram enquanto manifestação genuinamente popular e são encontradas em pleno século XXI, em grande parte do território brasileiro, formando o lastro do que hoje alguns identificam enquanto cultura popular nacional.

Aqui o conceito de circularidade cultural tomado de empréstimo de Bakhtin pelo italiano Carlo Ginzburg é claramente aplicável. Não é possível identificar o “de cima” ou o “de baixo” nesse caso, quando, em um longo processo de interações, diversas práticas culturais europeias, africanas, ameríndias, orientais foram plasmadas pelos diferentes povos que se encontraram no Novo Continente.

Nesse sentido, o historiador francês Roger Chartier, ao revisitar o conceito de cultura popular, argumentou que:

*O ‘popular’ não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever. Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras. Tal constatação desloca necessariamente o trabalho do historiador, já que o obriga a caracterizar, não conjuntos culturais dados como ‘populares’ em si, mas as modalidades diferenciadas pelas quais eles são apropriados.*²¹⁵

Assim, podemos concluir, juntamente com o antropólogo mexicano Néstor Garcia Canclini, que a principal qualidade das práticas populares que ligamos ao universo religioso popular (e que muitos relacionam ao universo do folclore, outros à cultura popular) é a sua constante capacidade de se reatualizar através dos tempos. É isto o que pode evidenciar o saber popular enquanto tradição, a sua permanente capacidade de ser reproduzida e reinterpretada em contextos históricos e sociais muito

²¹⁴ SANCHIS, Pierre. **Arraial**: a festa do povo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p. 183.

²¹⁵ CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 08, no. 16, 1995, p. 184.

diferenciados. A cultura popular, em constante *processo de hibridação*, mantém sempre um pé na tradição e o outro na invenção, ao jogar com as regras do presente.²¹⁶

A ritualização das folias de reis continua fazendo sentido até os dias de hoje para aquelas comunidades que a vivenciam por meio de suas práticas. Paradoxalmente, muitas vezes, os grupos se esforçam em manter sua tradição o mais próximo possível do que lhe foi repassado, ao mesmo tempo em que são compelidos a ajustá-la de acordo com a realidade prática de seu tempo. Antes de analisarmos as relações que estas práticas populares estabelecem com o universo contemporâneo, discutiremos de que maneira elas se constituíram enquanto tradição, e em que medida pode ser compreendida enquanto dado fixo ou estático.

A diversidade dos grupos de folias e reisados que encontramos em Januária evidencia a capacidade explicativa que essa linguagem ainda possui na região. Os diversos grupos itinerantes que percorrem o município se diferem estética, ritual e simbolicamente, utilizando de um vasto repertório musical e cênico, repassado oralmente através de séculos, ressignificados e ajustados à realidade dos novos tempos.

Pelas ruas da cidade, vindos da Rua de Baixo, sai um reis de boi, trazendo seus personagens cômicos e assustadores: o Boi, a Catita: *eu vi o sol, eu vi a lua, eu vi a Catita no meio da rua*, respondem em coro os meninos-vaqueiros em volta da personagem Catita, que os afugenta com seus mortíferos calcanhares, a Mulinha de Ouro, o Jaraguá, o Cabeça de Fogo, o Tamanduá são criaturas que divertem os adultos e amedrontam as crianças.

²¹⁶ CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2006.



Januária - Reis de Bois: boi e vaqueiro. 2005



Januária - Reis de Bois: boi. 2012



Januária - Reis de Bois: Mulinha de Ouro. 2005



Januária - Reis de Bois: Jaraguá. 2005



Januária - Reis de Bois: Cabeça de Fogo e Mascarados. 2012

Ritmado pela percussão de seus bastões, é também da Rua de Baixo que sai o reis de cacetes, com o Terno de Reis dos Temerosos e seus marujos exuberantes, em impecáveis trajes de marinheiro. Depois do dia 01 de janeiro, próximo a essa região, é possível ouvir até tarde da noite o batuque animado das diversões de reis.



Januária: Terno Reis dos Temerosos. 2011.

Nas roças, homens e mulheres saúdam o nascimento de Jesus com uma solene representação da visita dos pastores e dos Reis Magos. São ternos de reis de pastoras, ou terno de pastorinhas, e os reis de caixa, ou Folia de Reis que, acompanhados de instrumentistas, visitam as casas executando cânticos sobre a narrativa do Nascimento com um belo coral de vozes ou cadenciados pela percussão da caixa, da sanfona e de vários outros instrumentos de percussão.



Januária - Comunidade Barreiro: Terno Reis de Pastoras 2012.



Januária: Terno Reis de Pastoras. Grupo da Melhor Idade do SESC. 2005.

Diante do quadro eclético de cortejos pertencentes ao Ciclo Natalino atuando em Januária, percebemos a necessidade de uma definição que abrangesse, não apenas as folias de reis, mas que alcançasse os diversos reisados que fazem parte de sua paisagem social. Em grande parte dos estudos a que tivemos acesso é comum o uso das expressões *folias* e *reis* como termos correlatos. O Dicionário do Folclore Brasileiro, por exemplo, apresenta a seguinte definição para o verbete *folia*: *bando precatório que pede esmolas para a Festa do Divino Espírito Santo (Folia do Espírito Santo) ou para a festa dos Santos Reis Magos (Folia de Reis)*²¹⁷.

²¹⁷ CASCUDO, Câmara. Op. cit. p. 242.

Dessa perspectiva, a folia é associada apenas aos grupos populares de *pregadores* e *pedintes* que gravitam em torno de manifestações como as Folias de Santos Reis e do Divino, disseminadas amplamente pelo interior do Brasil. Mas, o que dizer da região do Médio São Francisco? Ali, é necessário distinguir as *folias* (Folia de Reis, do Divino, de São José, São Sebastião, São Miguel, entre outras) e os *reis*, ou *reisados* (Reis de Bois, Reis, de Caixa, Reis de Cacetes, Reis de Pastoras)

Os reis se identificam com as folias, por se constituírem em grupos de instrumentistas e *pedintes* que aceitam de bom grado os bens ou valores que lhes sejam ofertados. É comum, e até esperado, nas apresentações nos autos de reis versos com pedidos de ofertas e a presença de um lenço para que se possam colocar as contribuições em dinheiro. Dona Olegária nos contou que no antigo Reis de Bois de Berto Preto, da Rua de Baixo (bairro de pescadores da cidade), cada personagem trazia o seu próprio lenço para as ofertas. Aquele que recebia o dinheiro da assistência tinha que fazer mais uma rodada de apresentações.²¹⁸

No distrito de Brejo do Amparo, encontrei um grupo de crianças, literalmente, “brincando” de reis de bois. Com uma lata, garrafas pets e bastões de madeira faziam a percussão. Uma criança debaixo de uma carteira de escola, com uma cara de um boi desenhada à frente e outras com meias na cabeça e máscaras bizarras se divertiam imitando os adultos mascarados, buscando, segundo eles, ganhar um dinheirinho de quem passava na rua.

²¹⁸ ROCHA, Olegária Nunes da. **Entrevista**. Januária, 02/01/2012. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).



Januária: Distrito de Brejo do Amparo – Crianças “brincando” de Reis de Bois. 2012.

Nem sempre os grupos de folia assumem a posição de *pregadores* de um fato religioso, em alguns casos sua finalidade é apenas de diversão, narrando acontecimentos variados, por meio de canções populares. Wagner Chaves tendo o Norte de Minas como cenário, chamou a atenção para essa contradição a partir da obra do folclorista Théó Brandão que, ao analisar os folguedos natalinos, (...) *incluiu ao lado de marujadas, pastorinhas, cheganças, as Falias como um exemplo de reisado. (...) Em uma aparente inversão de sentido no contexto pesquisado, o reisado é que parece ser um tipo de Folia e não o contrário (...)*²¹⁹

A *folia* deve ser compreendida em seu sentido mais amplo, de *festa popular*, seja religiosa ou profana, na maioria dos casos as duas coisas juntas. Maria Clara Tomaz Machado associa a origem medieval das folias às práticas populares que se espalharam por toda a Europa, oriundas de diferentes grupos sociais:

(...) Pelo seu caráter deambulatório e precatório atribuiu-se as origens da Folia a costumes medievais: mestres, estudantes, boêmios, mendigando e se divertindo percorreram por três séculos, do XII ao XIV, toda a Europa. Em outra versão, os ciganos são apontados como possíveis raízes dessa prática

²¹⁹ CHAVES, Wagner. Op. Cit. p. 08.

cultural, não só pelo seu nomadismo, mas também pelos instrumentos, estandartes, fitas e flores coloridas que os caracterizam. França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, entre outros, festejavam os três Reis Magos na época de Natal. O Presépio e os Autos Natalinos já eram conhecidos desde o século XIV em Portugal, mas as primeiras notícias da Folia, tal como a conhecemos hoje, remontam ao século XVI²²⁰.

No *Dicionário da Língua Portuguesa*, o verbete *folia* remete a definições como:

*fo.li.a. sf (fr. folie) 1 Dança rápida ao som do pandeiro. 2 Espetáculo ou dia festivo. 3 Brincadeira ruidosa; pândega. 4 Folc Grupo de cantadores e tocadores que saem a serviço de um festeiro para angariar ofertas para a realização de uma festa: Folia de Reis, folia do Divino. sf pl. Certa música e dança muito apreciada pelos espanhóis.*²²¹

Conectando seu significado à noção de *folguedo*, o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, de Câmara Cascudo, traz uma definição mais próxima daquela que encontramos em Januária. Os inúmeros exemplos apresentados registraram a incrível riqueza das expressões populares:

Folguedo popular = Manifestação folclórica que reúne as seguintes características: 1) Letra (quadras, sextilhas, oitavas ou outro tipo de versos); 2) Música (melodia e instrumentos musicais que sustentam o ritmo); 3) Coreografia (movimentação dos participantes em fila, fila dupla, roda, roda concêntrica ou outras formações; 4) Temática (enredo da representação teatral). (...) em Alagoas, José Maria Tenório Rocha assim classificou os folguedos: **Folguedos natalinos**: Reisados, Guerreiro, Bumba-meu-Boi, Chegança, Fandango, Marujada, Presépio, Pastoril, Pastoril Profano, Maracatu, Taieiras, Quilombo, Cavallhada. **Folguedos carnavalescos**: Cabinadas, Negras da Costa, Samba de Matuto, Caboclinhos, **Folguedos carnavalescos** com estrutura simples: Boi de carnaval, Ursos de carnaval, Gigantões (bonecos), Cobra Jararaca. **Folguedos de festas religiosas**: Mané do Rosário, Bandos.²²²

Partindo dessa perspectiva, os *reisados*, ou simplesmente reis, podem ser compreendidos enquanto parte das manifestações populares encontradas no amplo leque do que se denominam *folias*. Embora de classificação duvidosa, os *folguedos*

²²⁰ MACHADO, Maria Clara T. **Cultura Popular e Desenvolvementismo em Minas Gerais**: caminhos cruzados de um mesmo tempo. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, 1998. p. 213 e 214.

²²¹ Dicionário Michaelis on line:

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=folia>,

Acessado em 23/05/2012;

²²² CASCUDO, Câmara, Op. Cit, p. 242.

identificados em Alagoas se aproximam de muitas das práticas populares que persistem no município de Januária, marcas de uma tradição partilhada e há muito enraizada.

São inúmeros os registros sobre as comemorações do Ciclo Natalino, coletadas por diferentes folcloristas, como Sílvio Romero, Celso de Magalhães, Câmara Cascudo, Mário de Andrade, Tinhorão e diversos outros que se dedicaram a descrever o folclore das folias e dos autos populares.²²³ Para o folclorista Melo Morais Filho, os reisados, estavam presentes na Bahia e no Rio de Janeiro desde o Império, e tem suas origens no antigo costume português conhecido como *janeiras*. Entre os dias 25 e 31 de dezembro era comum dar ou pedir as *janeiras*:

*(...) Em Portugal as janeiras já existiam em 1385 e continuam nas Beiras, Minho, Estremadura, Douro, etc. São Grupos festivos que visitam as casas do visindário, cantando e tocando em louvor do Deus-Menino. Em retribuição recebem agrados, bebidas, alimentos. Corresponde aos Caramelles ou Camarelles, a serenata típica da Catalunha, durante a Páscoa da Ressurreição. Pedir e dar as janeiras, dizia-se.*²²⁴

Da mesma forma, depois do dia 31 de dezembro, pediam-se e davam-se os Reis.

*(...) de sua antiguidade no Brasil não existe documentário como para os Reis. Nuno Marques Pereira, em 1728, escrevia: “— que em uma noite dos Santos Reis, saíram estes com vários instrumentos pelas portas dos moradores de uma vila, cantando para lhes darem os Reis, em prêmio do que uns lhes davam dinheiro, e outros doces e frutas (...) Os Reis cantavam-se à porta, sendo depois recebido pelos donos da casa, com ceia, seguindo-se cantos diversos. Ainda os assisti, com declamações de poetas, modinhas e trechos de autos populares. (...)”*²²⁵

Ao traçar as origens do Terno Reis dos Temerosos em Januária, Edilberto Fonseca faz referências a estas *janeiras* nos levantamentos de Mário de Andrade, constatando que: (...) *a celebração da epifania do período de Reis parece ter sido uma ressignificação de antigas festas pagãs, as janeiras e as maias promovida pela Igreja*

²²³ ANDRADE, Mario. **Danças dramáticas do Brasil**. I tomo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982; MORAIS FILHO, Melo. **Festas e tradições populares no Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1979; CASCUDO, Câmara. **Antologia do Folclore Brasileiro**, Rio Grande do Norte, s.d, TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular dos Índios, Negos e Mestiços**. Petrópolis Vozes, 1972.

²²⁴ MORAIS FILHO, Melo. Op. Cit, p. 47, nota 19.

²²⁵ Idem.

Católica.²²⁶ De acordo com Fonseca, as anotações de Andrade indicam que durante o processo de cristianização português essas festas pagãs foram convertidas em procissões católicas e utilizadas na catequização jesuítica no Brasil. Para a historiadora portuguesa Adélia Carvalho Mineiro, as *janeiras* remontam a antigas celebrações da mitologia romana:

*(...) primeiro mês do ano, assim chamado em honra do deus Juno (de janua = porta, entrada). Este deus ocupava um lugar muito importante na mitologia romana, sendo o seu nome invocado antes de Júpiter. Jano era o período celestial, e, conseqüentemente, o deus das portas, que as abria e fechava, esperando-se a sua proteção na partida e no regresso. Considerado um deus dos começos, Jano era invocado para afastar das casas os espíritos funestos e não podia deixar de ser invocado no mês de Janeiro, começo do ano novo.*²²⁷

Dessa origem pagã, no Brasil, as *janeiras* teriam se desdobrado em folias e reis, enquanto que as *maias* evoluíram em torno das festividades da Santa Cruz²²⁸, sob amplo patrocínio da Igreja Católica que se encarregava de difundi-las, em um processo que se prolongou até o final do século XIX. A partir das reformulações dogmáticas ocorridas no Concílio de Trento (1546), a Igreja Católica passou, então, a adotar um novo posicionamento diante dessas manifestações religiosas populares, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo cristão.

Contudo, em Januária, como em grande parte do Brasil e da América Latina, o imaginário ligado a religiosidade popular e devocional não se extinguiu e, ainda hoje, encontra forte ressonância junto a sua população. Ao mapear a disseminação do repertório musical dos Reis de Cacetes no Vale do São Francisco, Edilberto Fonseca atribuiu a sua difusão partindo do Recôncavo Baiano para o interior do estado, particularmente na região de Bom Jesus da Lapa e Paratinga, até a porção Média do São

²²⁶ FONSECA, Edilberto. Op. Cit., p. 114. (destaques do autor).

²²⁷ MINEIRO, Adélia Carvalho. APUD. FONSECA, Edilberto. Op. Cit., p. 114.

²²⁸ Sobre as festividades em torno da Santa Cruz trataremos mais adiante.

Francisco.²²⁹ Para ele, os reis de cacetes teriam se propagado pelo vale do São Francisco, atingindo Pirapora e Buritizeiro, onde a sua presença foi documentada na década de 1970.

Dentre a diversidade de autos populares com os quais nos deparamos no Norte de Minas, intrigava-nos muito esse tipo de reis conhecido como reis de marujos, ou reis de cacetes. Ele parecia deslocado de tudo aquilo que já tínhamos visto e ouvido à respeito de uma folia. Como de fato, Fonseca indica ser este grupo de Januária um dos últimos remanescente das marujadas no Vale do São Francisco.

A nomeação reis dos cacetes é derivada da sua coreografia em que percutem bastões de madeira uns contra os outros, marcando o ritmo da dança. O curioso é que, mesmo desenvolvendo o seu giro ritual durante o período de festas do Ciclo Natalino, os reis de cacetes não privilegiam a narrativa bíblica dos Reis Magos em visita ao Menino-Deus. Essa *marujada de água doce*, como eles mesmos a classificam, aludem a lutas travadas entre mouros e cristãos pela reconquista da Península Ibérica, durante o século VII.

Retomando a discussão sobre Folias e Folias de Reis que tratamos anteriormente, esse pode ser um bom exemplo de um *Reis* que é uma *Folia*. Contudo, não se trata de uma Folia de Reis, por explorar uma temática política e não religiosa.

Melo Moraes Filho relacionou estas cheganças às festas de reis desde os tempos do Império. Segundo ele, eram práticas que ocorriam na *generalidade das províncias do Norte a véspera de Reis*. É ele quem anuncia as expectativas geradas em torno das expressões natalinas nordestinas:

(...) Ninguém há que não se divirta na província, armando presepes, assistindo a serenatas, passando nos engenhos e arrabaldes as festas do Natal.

²²⁹ FONSECA, Edilberto, Op. Cit. p. 120.

Na véspera de Reis é que a folia recrudesce, e desde o meio-dia começam as cantorias nas ruas e praças, a freqüência das multidões aos palanques à porta das Igrejas e nos pátios das matrizes.

Eis senão quando, aos pandeiros que arrufam e aos chocalhos que tinem, ouve-se um alarido. É o cordão de marinheiros, que, puxando um navio, conduzindo uma âncora, um mastro, etc. anuncia nas ruas a chegada dos Marujos.

Caboclos, cabras, crioulos e pardavascos, lindos, ágeis, vestidos à maruja, fardados, fantasiados com propriedade, incumbem-se de seus papéis, indo desempenhar a chegada numa praça²³⁰

Ao lado dessas cheganças, saíam os cortejos de reis de boi:

(...) Nas varandas dos engenhos, o Reisado do Zé do Vale é esperado com ânsia, as famílias, para isso prepararam abundantes ceias, e a escravatura, ao mesmo tempo que festeja o Natal, batucando e cantando ao fogo da fogueiras, não deixa de aguardar impaciente a Maria Teresa e o Boi, que dançam a encantar (...) variadíssimo em personagens, dialogado, cantado, entremeado de danças populares, este auto dos nossos sertanejos entretém a noite(...) ²³¹

Em todos os lugarejos que visitamos, com todos os foliões com quem conversamos, a expressão mais comum para designar os grupos, seja de marujos, brincadeira do boi, pastorinhas ou folia de reis (reis de caixa), é *terno de reis*. Mário de Andrade²³² indica que a expressão “terno” era utilizada “nos sertões” para designar os cortejos pastorais, de origem ou inspiração cristã, que buscavam Jesus no presépio.

De acordo com João Damascena, *no tempo dos antigos*, o reis de caixa de Berto Preto levava também a brincadeira do boi. Caso os moradores aceitassem a brincadeira, depois da apresentação da folia de reis os personagens desenvolviam a coreografia no quintal da casa.

É Damascena quem distingue a diversão profana do boi com o sentido religioso de um reis:

(...) porque não é bem um reis (...) o reis de boi, aqui pra nós (...) é mais uma brincadeira. O reis de boi nosso aqui ele advém lá do Nordeste do Bumba Meu Boi e do Boi Bumbá. Lá tem todo o enredo, né? Da mulher do vaqueiro que, grávida, queria comer o boi mais amado pelo dono, pelo

²³⁰ MORAIS FILHO, Melo. Op. Cit. p. 131.

²³¹ MORAIS FILHO, Melo. Op. Cit. p 133.

²³² ANDRADE, Mário Apud FONSECA, Edilberto José de Macedo. Op. cit.

fazendeiro. Depois o vaqueiro mata e tem todo aquele enredo, lá no Nordeste, né? Tem o índio, tem o vaqueiro, tem a mulher do vaqueiro, aquela coisa toda. Já aqui não. Fala Reis de Bois porque sai no período de Santos Reis, mas na realidade é uma grande brincadeira, é mais uma brincadeira, assim, que o vaqueiro faz em honra ao boi dele. Tanto é que na música do boi ele fala assim:

*‘chega pra frente meu Boi Maringá,
Chega pra frente meu Boi Maringá
Esse boi deu, esse boi dá’*

Ele fala:

*‘se meu boi morrer
que será de mim?
Dona da casa,
meu boi morreu,
tenha dó de mim,
esse boi deu, esse dá,
esse boi deu, esse boi dá’.*

É uma exaltação ao boi, ao vaqueiro, a lida do vaqueiro, vem lá do sertão, da vivência do vaqueiro. E aí ele comemora isso tudo, canta ... virou o sentido de Reis de Bois, quando na realidade não é um Reis, não tem aquela coisa da religiosidade.²³³

Para ele, os *reis* difere da *brincadeira* pelo seu fundamento religioso que *vem lá do sertão*. Como discutimos na Introdução, o *sertão* nunca é aqui, ele está sempre acolá, em um lugar muito além. Vindo de uma família de pescadores, Damascena não se reconhece dentro da tradição das vaquejadas e boiadas, mas, mesmo assim, participa e incentiva essa brincadeira em sua comunidade, principalmente, em meio às crianças. Mesmo em se tratando do *reis de caixa*, o aspecto festivo jamais é abandonado. A bebida, a dança e a alegria são concebidas dentro do contexto da comemoração religiosa popular, não há uma contradição entre a exaltação de um momento sagrado por meio de ações profanas, da alegria e do deboche. Nas palavras de Miguel Figueiredo, a alegria e a bebida fazem parte do próprio sentido de comemoração da folia de reis:

(...) Esse é o papel da folia, é provocar as pessoas através das cantorias, animar, também, as pessoas, alegrar as pessoas. É por isso que a folia é alegria (...) quando muita gente discrimina a folia de reis pela cachaça, pela bebida (...) não existe festa sem a bebida (...) a bebida é aquele acessório que vem pra nos motivar, pra nos animar, pra nos alegrar, dá coragem pra

²³³ ALMEIDA, João Damascena. **Entrevista**. 28/12/2010. (Entrevistadora Iara Toscano Correia)

*uns, dá tristeza pra outros, tudo com moderação vai bem (...) a folia sem uma bebidinha ela perde o sentido (...) faz parte do ritual.*²³⁴

Nessa região, todos os ternos de reis de caixa, ao final da encenação religiosa promovem um samba, ou lundu, com a participação dos foliões e da plateia. Um de cada vez, todos podem entrar na roda para sambar. O que se espera de um bom grupo de reis de caixa é que o lundu seja animado, para alegrar a audiência. D. Zilda, na comunidade Alegre, não deixa de se gabar o quanto o samba de seu grupo de reis é animado, “não deixa ninguém parado”. Nesse caso, o sentido da folia é também de sociabilidade, extrapolando o seu caráter meramente religioso. Isso nos leva a compreender esses autos enquanto traços da identidade dos moradores do lugar, momentos de fortalecimento dos laços de amizade e solidariedade entre vizinhos e amigos.

Na análise antropológica de Rita de Cássia Amaral sobre as *Festas à Brasileira*, ela afirma que a festa sempre oscila entre dois polos: *a cerimônia e a festividade, uma como forma exterior e regular de um culto e a outra enquanto demonstração de alegria e regozijo. A festa, portanto, se distingue dos ritos cotidianos por sua amplitude e do mero divertimento pela densidade*²³⁵. Tomando por base os estudos de Durkheim, Rita de Cássia Amaral conclui que:

*(...) Este caráter misto poderia ser tomado como um primeiro termo na definição de festa, pois ela parece ser fundamentalmente ambigüidade: toda (festa) refere-se a um objeto sagrado ou sacralizado e tem necessidade de comportamentos profanos. Toda festa ultrapassa o tempo cotidiano, ainda que seja para desenrolar-se numa pura sucessão de instantes, de que o 'happening' constitui o caso limite. Toda festa acontece de modo extra-cotidiano, mas precisa selecionar elementos característicos da vida cotidiana. Toda festa é ritualizada nos imperativos que permitem identificá-la, mas ultrapassa o rito por meio de invenções nos elementos livres.*²³⁶ (destaques da autora)

²³⁴ FIGUEIREDO, Miguel Borges. **Entrevista**. Bonito de Minas: 06/11/2011. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia).

²³⁵ AMARAL, Rita de Cássia Melo. Op. cit. p.38.

²³⁶ Idem.

Quebrar a rotina por meio da festa implica assumir novas condutas diante do cotidiano. Tal como poetiza Brandão, a festa:

*(...) é uma fala, uma memória e uma mensagem.(...) Aqui e ali (...) interrompe a seqüência do correr dos dias da vida cotidiana e demarca o momento de festejar (...) A festa restabelece laços (...) A festa exagera o real. (...) se apossa da rotina e não rompe, mas excede sua lógica, e é nisso que ela força as pessoas ao breve ofício ritual da transgressão.*²³⁷

Para ele existe uma “geografia do sagrado”²³⁸, a folia de reis traça uma “jornada”.²³⁹ Assim como o Menino Jesus viajou da Bíblia para o imaginário popular e ao percorrer caminhos o fez entre milagres e pregações, uma das três pessoas divinas que se fez homem, por isso ocupa um lugar e não o espaço, como seu Pai. Daí a ideia de deslocamentos, visitas, solidariedade e sociabilidades. Por isso, a festa é uma sucessão cerimonial de diversas situações dentre e fora do ambiente restrito dos ritos da Igreja Católica. Daí, também a possibilidade de, no mínimo uma vez por ano, refazer laços, estreitar a convivência, reinventar o sagrado e o profano.²⁴⁰

A bebida faz parte do cotidiano em Januária, principalmente por ser esta uma região de produção de cachaça. Contudo, inserida na situação ritual que se estabelece na jornada de reis, ela ganha outro significado. A bebida do reis é sempre oferecida pelas mãos do imperador do grupo, ou por uma pessoa especialmente designada para isto, que a distribui moderadamente entre seus foliões. Miguel Figueiredo é quem distribui em seu grupo. Para isso leva sempre consigo, amarrado ao pescoço, uma pequena cabaça que lhe permite dosar a quantidade. Já para o senhor Zé Preto, não se pode misturar as bebidas, por isso, antes de sair ele se informa entre os seus foliões quem é que bebe

²³⁷ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na rua**. Campinas: Papyrus. 1989, p. 8-9.

²³⁸ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1989, p. 35.

²³⁹ Idem, p. 30.

²⁴⁰ Ibidem, p. 25-42.

cachaça e quem é que bebe vinho, controlando a distribuição sobre o que cada um está bebendo, para não correr riscos de constrangimentos com o grupo.

Não é difícil imaginar, como nos foi assinalado pela maioria dos foliões com quem conversamos, que em um passado não muito distante havia tantos grupos de reis que era preciso fazer fila diante das portas das casas, aguardando a vez de cantar. D. Olegária, antiga foliona de reis da região da Rua de baixo, constata, estarrecida, a diminuição dos ternos com o passar dos anos:

*(...) antigamente tinha muitos reis, não era um só e nem dois. Tinha vezes que o reis chegava em uma casa, dois tava lá fora, esperando aquele que tava dentro da casa saí pra os outros entrar. Hoje não tem isso mais! Né? Cadê? Hoje era dia de reis (entrevista realizada dia 02 de janeiro) uma hora dessas, com chuva ou sem chuva, os reis tava na rua, cadê? Não tem! (...)*²⁴¹

Os relatos de D. Maria Grossinha e seu filho João Damascena, também antigos moradores dessa região, confirmam a abundância de ternos de outrora. Segundo eles existiam cinco ou seis ternos de reis, só nos arredores onde moram, e todos se reuniam em sua porta:

D. Maria Grossinha - *Tinha, naquele tempo tinha os reis. Quando era dia primeiro de Janeiro, assim que eu mudei pra esse lugar aí, já tem uns quarenta e tantos anos que eu moro nesse lugar aí. Dia de ano a gente não sabia qual é a folia que oiava. (...) De Folia de Reis de Caixa. Aquilo era uma beleza. (...)*

J. Damascena – *Eu moleque, eu menino, eu acordava com a batida da caixa na porta da casa, pedindo pra entrar, dava meia noite, uma hora. Na cabeça, até hoje não consegue esquecer. (...)*

D. Maria Grossinha - *O Reis de Caixas saía no dia 25, nas roça. (...) Dia de ano, saía o da cidade. (...) De tradição e de promessa, que os imperador tudo tinha promessa com Santos Reis. Pessoal lá da Quinta mesmo tinha muitas pessoas que tinha promessa de cantar o Reis enquanto tivesse vida, depois que morreram ainda tem pessoas dele, que mora em São Paulo, que ainda vem, canta aí um dia ou dois, mas pra não deixar acabar. (...) Então só aqui tinha umas cinco ou seis folias, só nessa região.*²⁴²

²⁴¹ ROCHA, Olegária Nunes da. **Entrevista**. Januária: 02/01/2012. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

²⁴² ALMEIDA, Maria Rodrigues de (Maria Grossinha). **Entrevista**. Januária: 28/12/2010. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

Pelo que observamos, em Januária existiu em outros tempos certa organização na saída desses ternos durante o período natalino. Como indicado na fala de D. Maria Grossinha que recortamos acima, e também, de acordo o Sr. Zé Preto, atual *tutor* da Folia de Caixa da comunidade rural Pé da Serra, do distrito de Brejo do Amparo. Ele, que já coordenou um terno de reis de bois, confirma a versão das pessoas da cidade. De acordo com ele, primeiro saía os ternos de reis de caixa, que circulavam tradicionalmente entre os dias 24 de dezembro e 06 de janeiro. Desse dia em diante, iniciavam os giros dos reis de boi e pastoras, que só se recolhiam por volta do dia 20, quando se comemora, também com folia, o dia de São Sebastião, cujos ternos dão início ao seu giro por volta de três dias antes da festa.²⁴³

Na região da Rua de Baixo, d. Olegária também confirma a alternância na saída dos ternos da zona rural e da cidade:

*(...) cada um só saía dia primeiro (...) todos, todos. Encerrava dia seis. Pra roça era vinte e cinco (...) vinte quatro à noite eles saíam pra roça, quando era dia cinco eles iam chegando, né? Uma época eu fui num reis em São Joaquim (comunidade rural do município de Chapada Gaúcha) quando nós chegamos lá, nós chegamos lá no dia cinco, era que o povo vinha chegando. Cantava nas região, fora, né? Ali chegava dia vinte e cinco, quando era dia cinco de janeiro eles chegavam, dia seis tinha a reza, tinha o almoço, pra todo mundo, né? E acabava, rezava a ladainha, pronto.*²⁴⁴

De acordo com ela, as folias de caixa iniciavam o giro nas roças sempre no dia 24 de dezembro a meia noite, mas na cidade isso ocorria no dia primeiro de janeiro. João Damascena segue com essa tradição, a saída do seu terno ocorre todo dia 02 de janeiro, considerado para ele o início do *período das folias* que vai até por volta do dia 20 janeiro, dependendo dos convites que recebe.

²⁴³ C.f.: OLIVEIRA, José Correia de. **Entrevista**. Januária: 05/01/2012. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia).

²⁴⁴ ROCHA, Olegária Nunes da. **Entrevista**. Op. cit.

É muito difícil, senão dizer impossível, ocorrer nas roças uma *exibição* de um grupo de Reis fora do contexto da devoção. Ao passo que, na cidade, é usual a participação desses ternos em espetáculos de rua e de palco, assunto que trataremos mais adiante. A despeito da existência de grupos urbanos, na zona rural as representações ligadas aos reis continuam fortemente alicerçadas na fé e na devoção popular.²⁴⁵

Somente a fé explica a mobilização de homens e mulheres, jovens, adultos, velhos e crianças, que todos os anos se dedicam a cumprir uma dura jornada. Por dias e noites, entre lameiros e estradas poeirentas, debaixo de sol ou de chuva, afinam seus instrumentos e entoam suas vozes, levando a boa nova e convidando a todos a celebrar juntos os santos e a vida que se renova.

Tomando o giro da comunidade de Alegre como exemplo, é possível ter ideia de como a rotina dessas folias da zona rural pode ser desgastante. Na comunidade Alegre, o grupo que observamos sai tradicionalmente no dia 24 de dezembro, cantando em todas as casas dos povoados adjacentes, saltando apenas as residências das famílias evangélicas. Circulam nos povoados do Alegre, Alegre II, Cabana e Barreiro do Alegre, um percurso que gira em torno de 14 quilômetros.

Nessa comunidade, todo o trajeto é realizado a pé e não é costume pedir pouso. Os foliões cumprem todo trajeto de uma largada só, sem descanso. Em 2011, o grupo saiu na manhã do dia 24 de dezembro. Nesse dia, cantaram o dia e a noite toda, até por volta das 3 horas da madrugada. Quando foram informados do falecimento de um membro da comunidade, excepcionalmente interromperam o *giro*. Segundo a

²⁴⁵ Sobre esse tema sugerimos a tese de Wagner Neves Diniz Chaves, em que analisa uma Folia de Reis e uma Folia de Bandeira na região Norte de Minas Gerais: CHAVES, Wagner Neves Diniz. **A bandeira é o santo e o santo não é a bandeira**: práticas e presentificação do santo nas folias de reis e de São José, Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPG-Antropologia Social. 2009.

explicação de d. Zilda isso ocorreu em *respeito* ao morto, já que a folia é considerada também uma forma de diversão para eles. Em uma situação normal cantariam durante todo o dia 25 até onze horas da noite. Dessa forma, o grupo aguardou o enterro do vizinho e amigo retomando o *giro* somente no dia 28 de dezembro, exatamente do lugar em que havia parado. Cantaram durante o dia todo, a noite e ao longo de todo o dia seguinte, encerrando as atividades somente na madrugada do dia 29 de dezembro.

Dona Chica, ex-coordenadora dessa folia, aos 72 anos de idade, assume diferentes posições dentro do grupo, canta como mestre de guia. Quando é a imperadora da festa carrega o saco com as doações e não se furta a sambar na roda de lundu, até mesmo com um copo na cabeça.



Januária: Terno de Reis do Alegre - Dona Chica, de lenço da cabeça. 2011

Nesse grupo, no ano de 2011, havia um bebê de apenas dez meses, filho de um casal de foliões que, em fase de amamentação acompanhava todo o percurso. Todos se revezam nos cuidados com o bebê, principalmente os filhos e parentes que andam junto com o terno. A jornada deste terno ilustra um pouco o que ocorre com muitos outros que tivemos contato. Em todos eles, questionamos nossos interlocutores sobre o segredo

para tanta energia e disposição, principalmente para os mais idosos. A única explicação possível: — *É Santos Reis, minha filha, que dá força pra gente!*²⁴⁶

Segundo antigo preceito das folias, toda vez que um terno encontra-se diante de outro grupo é necessário uma disputa para ver quem sai na frente. Ali os foliões de guia de uma parte e outra *tiram* versos de improviso, tal como uma disputa de repentistas. É considerado vencedor aquele que conseguir construir as melhores rimas dentro do contexto proposto. Para o mestre Zé Preto, era assim que a maioria das brigas começavam. Cada um querendo desafiar o outro *jogando* melhor os versos, muitas vezes as disputas acabavam em pancadaria. A fala do Sr. Zé Preto é significativa no cenário de violência que a bebida provocava entre os grupos:

*(...) chegava numa casa tinha uma folia cantando, e aquela que chegou por último, esperava, claro. Mas, quando aquela saia eles paravam, ficava ali, pra esperar cantar pra ver se ia saí uma palavra ali que ele num gostava, e ia pa briga: “— Há! Porque nós vamos cantar de novo. Vocês dá licença aí que nós vamos cantar de novo! Vocês falou isso, e nós vamo cantar de novo!”. E outra coisa, na época, segundo os mais velhos, eles tudo de facão. Era facão na cintura, faca, garrucha. E aquilo brigava era de facão, o outro, o que sabia mais, o que sabia mais jogar os versos: “eu num vô cantá não, agora é no facão” Brigava na casa dos outro, ô coisa feia. E então era desse jeito. Lá na estrada, um terno de folia de reis vem de lá pra cá, o outro vai daqui pra lá, chegava na estrada, ali não passava enquanto não cantasse no meio da estrada. Não! Nós tinha que cantá, forma o grupo, quem é que canta primeiro, e aí, aquele que jogava o verso melhor (...)*²⁴⁷.

Uma de suas primeiras ações, tão logo assumiu a liderança do seu grupo, foi a alteração dessa prática. Hoje, como os grupos escassearam muito, aqueles que continuam com a tradição se viram na contingência de impor uma nova conduta moral aos seus foliões. O regramento da bebida, o desarmamento dos bandos e o abandono de práticas como o desafio entre os ternos na disputa ao cruzar um caminho foram medidas

²⁴⁶ SANTOS Francisca Pereira dos. **Entrevista**. Januária: 03/01/2012. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia).

²⁴⁷ OLIVEIRA, José Correia de. (Zé Preto). Op. Cit.

assumidas unanimemente pelos grupos com quem conversamos. Até mesmo alguns lundus considerados ofensivos foram retirados.²⁴⁸

A alteração ocorrida no comportamento dos *antigos* para os *novos* (note bem que o Sr. Zé Preto acabou de completar quarenta anos à frente de seu terno) foi mediada em parte pela própria alteração ocorrida no interior da Igreja Católica, no final do século XIX. Como já afirmamos, nesse período, a Igreja empreendeu um grande esforço de reforma em seus dogmas, conhecido como Reforma Ultramontana. A historiadora Maria Aparecida Gaeta, ao analisar como se deu a passagem de um catolicismo luso-brasileiro para um catolicismo romanizado e tridentino nas devoções populares, considera que:

*(...) Essa nova espiritualidade sacramental - que se tentava implantar nos finais de século XIX - engendrou a condenação de práticas religiosas anteriores, vigentes desde o período colonial, isto é, as vivências de um catolicismo português leigo e despojado de um rigor teológico. Essas formas devocionais foram vistas então com uma forte carga de negatividade e acusadas de serem portadoras de sobrevivências pagãs, de superstições, e de apresentarem atos exterioristas e sem profundidade. O ultramontanismo tentou, portanto, substituir a realidade presente, completamente multifacetada, plural, por uma outra nova, positiva e absolutamente única. Estabeleceu uma marca de polaridade entre o velho e novo, o bom e o mau, o presente e o futuro, o existente e a realidade a ser criada. Acreditou na possibilidade de se gerar um homem novo, envolvido na neo-espiritualidade tomista, depurado de suas antigas crenças, tidas então como atraso e crendices.*²⁴⁹

Assim, a Igreja passou a condenar a atuação de Confrarias e Irmandades leigas na condução de cultos religiosos. Os padres se tornaram a *figura centralizadora de toda a dinâmica da espiritualidade e da política da Igreja*, ocorrendo uma paulatina *europização dos santuários* e centros de devoção, além do abandono ao culto de alguns santos populares²⁵⁰ e o estímulo a novos cultos, como por exemplo, a devoção em torno do Sagrado Coração de Jesus, *que recebeu uma forte carga promocional dos*

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. Cultura Clerical e folia popular. In.: **Revista Brasileira de História**. Vol 17, no. 34. São Paulo, 1997. s/p.

²⁵⁰ Santo popular é aquele que é reconhecido apenas pelo povo como santo, portanto, não tem o seu culto autorizado pela Igreja. Ver, entre outros, CORREIA, Iara Toscano. **João Relojoeiro: um santo no imaginário popular**. Uberlândia: EDUFU, 2004.

papas, por Encíclicas, e pelos bispos reformadores, além da devoção ao Cristo Rei, em que a custosa edificação do Cristo Redentor é a sua expressão máxima.²⁵¹ Para essa historiadora:

(...) as devoções que possuíam uma larga expressão popular, como a de São Benedito e a do Divino Espírito Santo, a de Nossa Senhora do Rosário, a de Santa Efigênia, a de Santo Elesbão e a dos Reis Magos começaram a ser desqualificadas pelos agentes ultramontanos. Discretamente as imagens eram retiradas dos altares centrais e alojadas em capelinhas. O mesmo se deu com as devoções brancas, de fortes raízes populares - como o culto ao Bom Jesus Sofredor, expresso nas diferentes figurações do Bom Jesus da Cana Verde, da Lapa, dos Perdões, do Senhor dos Passos, do Bom Fim, do Senhor Morto - entre outras devoções. Era aos santuários que os devotos acorriam em romarias para cumprir promessas, deixar seus ex-votos e fazer pedidos. As diversas irmandades leigas ligadas às devoções incumbiam-se de promover o culto por meio de festas e de procissões populares. As imagens do milagroso Bom Jesus iam sendo substituídas pela divulgação de outra, ligada ao culto do Sagrado Coração de Jesus, promovida especialmente pelos padres jesuítas através de associações, agora ultramontanas, como o Apostolado da Oração.²⁵²

Aliado a isso, os sermões insistiam na constante desqualificação dos foliões durante as pregações, tidos como bêbados, vândalos e fanfarrões. Em muitos lugares, houve a interdição do uso das Igrejas e templos nas festividades da religiosidade popular, principalmente aquelas que envolviam a dança e o batuque em seu interior. Todavia, a Reforma Ultramontana tinha dificuldades em atingir o seu rebanho. Nos sertões de Minas, distante dos dogmas reformadores da Igreja, florescia livremente o imaginário religioso popular ligado aos reis. Acreditamos que somente em meados do século XX essa reforma tenha sido sentida de maneira mais sistemática no município de Januária.

No século XIX, a Diocese responsável por toda a região norte de Minas Gerais, até os limites com a Bahia e Goiás, tinha a sede em Montes Claros, e era incomum, para não dizer impossível, a presença de clérigos nas regiões mais remotas dos sertões das Gerais. Um bom exemplo da distância entre os sertões e as instituições clericais pode

²⁵¹ C.f.: GAETA. Op. Cit. s/p.

²⁵² Idem, s/p.

ser encontrado na crônica de Manoel Ambrósio, publicado em 1913 em seu livro *Brasil Interior*.

Nesta crônica, Manoel Ambrósio reproduz a rica enunciação da linguagem *catrumana*²⁵³ que, fundindo o erudito ao popular cria um dialeto próprio. A situação inusitada, carregada de suspense, drama e humor, descrita na cena, fala do isolamento de uma família nos ermos sertões de Minas que, mesmo distante de instituições religiosas e laicas, se esforça para atender as convenções sociais vigentes.

(...) *Mangarida (...) chegue pra cá. Eu hoje não stou bom. Quero acabá com essa geringonça. Não guento mais essa vida dos diabo. Chega pra cá! Chega pra cá! (...) Acabemo qu'isso! Aqui hoje nois temo uma boa testemunha.*

E virando-se para o viajante:

- *Eh! Temo ou não temo, siô?*

- *Temos, sim senhor! Respondeu com voz trêmula a testemunha.*

- *Bens! Han! E então? Você, ontonce, diga aqui uma verdade: qué ou num qué se casá cummigo?*

E correu o facão espelhante e afiado em uma das varas do girão.

- *Eu ... quero! Disse Margarida.*

- *Apois n'esta hora é o nosso casamento.*

(...)

- *E o pad'e?*

- *Cal pad'e, nem Mané pad'e! Hoje não usa mais isto: j'acabou. O governo que é só adopta o casamento do fuzil, como eu vi lá no arraiaá sisturdia. Pad'e na minha casa sou eu, c'ó essa image que nós stemo veno, e aquelle senhô q'alli stá. Venha se cunfessá, não tenha mêdo de nada.*

- *Seu Patúrnio! ...*

- *Que é: A gente se cunfessa c'um pé de páo, conto mais c'as criatura. Cunfessa c'um pé de páo, que condo acabá, as fôia delle murcha tudo e cahe; ô dispois, col são seus pecado que você tem, que não pod' se dizê? Nois temo vivido junto?*

- *Temo.*

- *De quem é esses fio que nós temo? Não é nosso?*

- *Elles ... é nosso.*

- *Apois antão? Não tem nada de se cunfessá. Agora venha da'hi o senhô sê testemunha. (...)*²⁵⁴

²⁵³ Richard Burton recolheu a expressão *catrumano*, *quatro-mãos* ou *quadrúmano*, empregado no sentido de *caipira*. Manoel Ambrósio referiu-se ao geraizeiro: *tabaréu montanhês*, homem forte, valente e destemido. No romance *Paixões Alegres*, José Antônio de Souza buscou reproduzir a cadência do dialeto *catrumano*: (...) *o diálogo quebrava o ritmo para: pergunta – pausa – resposta, sempre a som gutural e a síntese própria, mas inteligível a ouvido limpo: – Antão, Jacó? Vacada? – Parindo. – Bezerrada? – Mamando. – Capina? – Capinando.* De acordo com o memorialista Antônio Pereira, essa linguagem era comum até o início do século XX. João Guimarães Rosa a recolheu em suas andanças pelo sertão mineiro e a reproduziu em partes em seu *Grande Sertão*. Todavia, reconhecemos em Manuel Ambrósio um dos primeiros registros esse falar *catrumano*, em sua raríssima obra *Brasil Interior*, de 1913. Ver também BURTON, Richard. *Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp. 1977, p. 210 e nota explicativa 21, p. 210; SOUZA, José Antônio de. **Paixões alegres**. São Paulo: Globo, 1996, p. 326.

²⁵⁴ OLIVEIRA, Manoel Ambrósio Alves de. **Brasil Interior**: palestras populares – folk-lore das margens do São Francisco. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2010. (2. ed., no prelo). pp. 238-239.

Nessa crônica, Petronílio, que vivia amasiado com a esposa Margarida, soube que o governo havia instituído uma nova forma de matrimônio: o casamento civil, de acordo com sua interpretação: *o casamento de fuzil*. O único problema para a realização do seu intento era a falta de uma testemunha que garantisse a legitimidade do enlace.

A passagem de um viajante em sua casa, pedindo pouso para uma noite, foi a ocasião perfeita que Petronílio encontrou para regularizar sua situação com Margarida, *com quem constituíra rica prole*. O relato é carregado de drama e suspense. O viajante assustado com a figura *agigantada e mal encarada* do anfitrião: *cor de tacho areiado, ossudo, abrutalhado, com voz de trovão* e a todo o momento alisando o seu afiado facão, não compreendia bem as suas intenções.

Já Petronílio todo agitado, pensava que não poderia desperdiçar a chance de legalizar a vida irregular que vinha mantendo com Margarida, não aguentava mais *essa vida dos diabo*. O viajante tornara-se, assim, uma visita oportuna. O próprio Petronílio oficializaria a cerimônia, sob o aval da testemunha, tudo de acordo com as modernas leis vigentes. Depois da confissão dos pecados da noiva, Petronílio concluiu com os dizeres: (...) *Eu Patúrnio Jacaré Tristão, arrecebo a vóis de Margarida Camêlla Cavallêra, pru m'ea legít'ma muié, assim cumo qué e manda a santa mad'greja, cathorca, postorca, de Romas.*²⁵⁵

Em 1950, como efeito da Reforma Ultramontana, o Cônego Sebastião de Queiróz autorizou a criação, em Januária, do “Apostolado da Oração das Irmãs do Coração de Jesus”.²⁵⁶ Com a instalação da Diocese, em 1957, e a vinda de vários religiosos ligados aos Missionários da Sagrada Família garantiu uma maior

²⁵⁵ Idem, pg. 240.

²⁵⁶ PEREIRA, Antônio Emílio. **Memorial Januária:** terra, rios e gente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004. p. 258.

aproximação da Igreja com seu rebanho²⁵⁷. Antes disso, Januária contava com a atuação de sociedades leigas, como a de São Vicente de Paulo, fundada na cidade em 1909.²⁵⁸

Mas, o esforço de reforma da Igreja Católica só foi sentido em Januária de maneira mais eficaz depois da instalação da Diocese. Até então, toda a região mais ao Norte de Minas Gerais, fronteira com os estados de Goiás e Bahia, uma considerável extensão territorial, era movida por uma liturgia leiga, repassada oralmente, ancorada em preceitos e dogmas de uma Igreja tridentina, que contava com um corpo eclesiástico bastante reduzido.

Em 1956, sob a sugestão e indicação do bispo de Montes Claros, a Núncia Apostólica autorizou a criação de uma Prelazia em Januária, um tipo especial de Diocese, com caráter mais provisório.²⁵⁹ Mas, o projeto acabou sendo modificado para a criação de uma Diocese que foi instituída em Junho de 1957, com jurisdição sobre dez paróquias: Espinosa, Itacarambi, Januária, Manga, Mato Verde, Montalvânia, Monte Azul, Santa Fé de Minas, São Francisco e São Romão.

Os padres alemães da Congregação Missionários da Sagrada Família começaram a chegar em Januária a partir de 1956. Foram eles os responsáveis pela modernização das estruturas eclesiástica e pela implantação de uma nova conduta cristã aos fiéis ligados à Diocese de Januária. A instalação da Diocese ficou à cargo do padre João Maria Arndt que trouxe consigo outros seis missionários, todos de nacionalidade alemã. O padre João Maria foi nomeado o primeiro Cura da Catedral, em 1958. Para assumir o bispado, foi nomeado D. Daniel Tavares Baeta Neves. A sua posse ocorreu

²⁵⁷ C.f.: PEREIRA, p.; 276.

²⁵⁸ Sociedade de leigos, fundada em Paris em 1833, seus membros são nomeados Vicentinos e se agrupam em Conferências. C.f.: PEREIRA, 2004, op. Cit. p. 576.

²⁵⁹ De acordo com o memorialista Antônio Emílio, que consultou o Livro de Tombo da Matriz de N. Sra. Das Dores, em meio ao processo de instalação da Prelazia houve uma alteração no bispado de Montes Claros. O novo bispo, D. José Alves Trindade, passou a defender a criação de uma Diocese e não mais de uma Prelazia.

simultaneamente à inauguração da Usina Hidrelétrica de Pandeiros. Dessa forma, reuniu-se as duas celebrações em um grandioso evento, coroado com a presença de importantes personalidades políticas da época, dentre eles, o presidente Juscelino Kubistcheck, o governador do estado de Minas Gerais, Bias Fortes, e Tancredo Neves.

O padre João Maria Arndt, permaneceu em Januária até 1969. Assumiu seu lugar outro alemão, o Padre João Júli, que deu início a edificação dos novos prédios eclesiásticos. Talvez o fato mais marcante em sua gestão tenha sido a derrubada da antiga Catedral de Nossa Senhora das Dores, em Januária, da Capela de N. Sra. do Amparo, no Brejo do Amparo e da Capela de Santa Cruz, na região da rua de Baixo, em Januária. Em sua gestão, foram construídos o Centro Cultural Católico, a nova Casa Paroquial, a Casa das Irmãs da Divina Providência, além de diversas capelas-escolas no interior do Município.²⁶⁰

A antiga Matriz de Nossa Senhora das Dores, que ocupava lugar central na cidade de Januária, e a Capela dedicada a N. Sra. do Amparo, ambas em estilo barroco, eram contemporâneas. A de N. Sra. das Dores foi inaugurada em 1883. A sua construção levou cinco anos. Foi edificada com a sua entrada voltada para o rio e de costas para os prédios da Prefeitura e da Câmara e Cadeia, nas palavras de Antônio Emílio, constituindo: *a verdadeira Praça dos Três Poderes*.²⁶¹

A Matriz de Nossa Senhora das Dores já havia passado por uma reforma em sua fachada no início da década de 1950, na gestão do Cônego Sebastião de Queiróz (1949-

²⁶⁰ C.f.: PEREIRA, Antônio Emílio. PEREIRA, Antônio Emílio. **Januária. Relicário Fotográfico**. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2008, p. 260.

²⁶¹ Assim como para a instalação da Vila Januária, a criação desta freguesia foi colocada em questão, sendo transferida ora para o Brejo, ora para o Porto do Salgado. A solução para o impasse foi a criação de outra Freguesia com sede também no Brejo, assim as duas paróquias foram erguidas a um só tempo. PEREIRA, Antônio Emílio, 2004, Op. Cit.

1951). Nessa reforma, foi erguida uma torre central e acrescentado um arco à sua fachada.²⁶²



Acima – Januária: antiga Matriz de N.Sra. das Dores - 1833. Fonte: Ana Maria Pimenta Mota. In: PEREIRA, A.E. (2008, p.23).



Ao lado - Januária: Matriz de N.Sra. das Dores, já com a torre e arco da fachada. Demolida em 1972. s/d. . Fonte: Foto Collares. In: PEREIRA, A.E. (2008, p.24).

Todavia, seu interior continuava carregado de toda a simbologia barroca. Quando comparamos o antigo altar-mor com o novo que foi instalado na nova Matriz é possível compreender que, à transformação das estruturas físicas da Igreja, subjaziam profundas transformações dogmáticas.

²⁶² PEREIRA, 2008. Op. Cit. p. 258.



Januária: Nova Catedral de Nossa Senhora das Dores, inaugurada em 1973. Fonte: Arquivo da Gráfica Ambrosiana de São Paulo. In: PEREIRA, A.E. (2008, p.26).

A chegada dos Missionários da Sagrada Família ao município trouxe grandes impactos à vida religiosa dessa região. Primeiro, pelo impacto óbvio que os novos prédios eclesiais causaram à paisagem urbana do município, mas, também, na enunciação de uma nova conduta moral, exigida pela nova doutrina eclesial. A retirada de antigas capelas em estilo barroco e a instalação dos novos templos, com arquitetura moderna e arrojada, foram sentidos na sociedade local com um misto de aceitação e de descontentamento. Com exceção da antiga capela do Rosário, demolida em período anterior, entre 1938 e 1941, nesse período foram derrubadas: a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, no Brejo do Amparo, em 1968; a antiga Catedral de Nossa Senhora das Dores, em 1972; e a Igreja de Santa Cruz, na região da Rua de Baixo, 1971.

A nova arquitetura dos monumentos eclesiais que estavam sendo erigidos se baseava nos modernos princípios arquitetônicos em voga na metade do século XX, com ênfase no concreto armado, harmonizando formas retilíneas e curvas, com amplos espaços interiores.



Acima – Altar mor da Nova Catedral de N.S. das Dores. Fonte: . Fonte: Arquivo da Gráfica Ambrosiana de São Paulo. In: PEREIRA, A.E. (2008, p.25).

Ao lado - Altar mor da antiga Matriz de N.S. das Dores. Fonte: Maria de Lurdes Andrade Oliveira. In: PEREIRA, A.E. (2008, p.25).

No contexto urbano, essas transformações foram recebidas com um misto de entusiasmo e de desconfiança. Muitos reconheciam as mudanças como importantes para melhoria da estrutura urbana da cidade e para o progresso que se insinuava por meio dos prédios públicos. Outros, simplesmente aceitavam o discurso clerical reconhecendo nele uma autoridade inquestionável. Enquanto, uma minoria acreditava que não era preciso a demolição do patrimônio histórico do município para alcançar as melhorias necessárias, as antigas Igrejas poderiam conviver com as novas, assim como ocorreu com as cidades histórias de Mariana, Ouro Preto e Diamantina.²⁶³ Todavia, na prática, a população não mobilizou esforços diante destas demolições.

Um episódio, captado nas entrevistas do antropólogo Ricardo Lima, demonstra como esse fato mexeu com o sentimento de fé dessa comunidade. O depoimento do Sr.

²⁶³ C.f.: PEREIRA, Antônio Emílio. 2004. Op. Cit.

Irênio de Souza Santana, um dos últimos flandeiros ainda a persistir no ofício em

Januária, explica porque abandonou o catolicismo, religião que nasceu e foi batizado:

(...) Eu perdi fé nessas imagens [católicas] sabe por que foi? Porque a situação de Januária não era essa de hoje em dia não. Januária era outra coisa. Derrubaram a igreja mais bonita que tinha aqui. Eu estava colocando uma bica lá na cadeia velha, e eles estavam derrubando a Igreja de Nossa Senhora. Quando eu cheguei lá dentro da cadeia, eu vi aquele monte de trem tampado. Mas a curiosidade mandou que eu fosse lá olhar. Quando eu levantei a lona, aqueles santos que estavam dentro da igreja estavam tudo lá dentro da cadeia. Aí eu falei: “— o que foi que eles fez que está tudo preso?” Aí eu perdi a fé, porque, como eles diziam que aquilo era de muita estimação, podia arrumar uma casa e pôr. Não era na cadeia não.²⁶⁴

O testemunho do senhor Irênio expressa bem os sentimentos contraditórios que assaltaram a comunidade católica com a derrubada de suas antigas igrejas. A última missa realizada na antiga Matriz de N. S. das Dores foi celebrada em fevereiro de 1972.

A construção da nova Matriz foi rápida, e tratou de apagar todo e qualquer resquício das antigas formas que remetesse ao barroco. Antônio Emílio informa que a ninguém foi dado saber o paradeiro das antigas imagens da matriz. A nova Igreja foi inaugurada em setembro de 1973.²⁶⁵

A Capela de Santa Cruz, localizada na região da rua de Baixo em Januária, antigo centro de orações e festividades devocionais, demolida no ano de 1971, não teve a mesma sorte das outras, onde foram erguidos novos templos em seu lugar. Ali, restou apenas a promessa de que um dia uma nova igreja seria edificada. Apenas o seu antigo cruzeiro permaneceu no meio da praça Santa Cruz, marcando aquele como um lugar de devoção. Nessa praça, além desse cruzeiro, estão as instalações da Escola Estadual Pio XII e uma quadra poliesportiva, que recebeu o nome em homenagem ao falecido agente cultural e vereador Edvaldo Leite, o Didiu, filho de d. Olegária, foliã de Reis de Caixa,

²⁶⁴ SANTANA, Irênio de Souza Apud. LIMA, Ricardo Gomes. **Encarte** 122 da Sala do Artista, do Museu de Folclore Edison Carneiro, o Senhor dos Flandres. p. 18.

²⁶⁵ PEREIRA, Antônio Emílio. 2004, Op. Cit, p. 260.

Foi ele que durante muitos anos organizou grupos de Reis de Bois na comunidade da Rua de Baixo.

A Capela de Sta. Cruz foi, e continua sendo até hoje, uma importante referência de fé e sociabilidade em Januária. Seu cruzeiro é ainda hoje um lugar de orações e novenas. Os moradores da rua de Baixo e do entorno da praça, têm se organizado para dar continuidade aos Festejos de Santa Cruz, antiga e famosa festa que ocorria ali no mês de maio, tradicional festa religiosa popular que tem a Santa Cruz como devoção.

Para entendermos melhor a ambiguidade dessa representação ritual, recorremos a Ginzburg que explica:

*(...) Por um lado, a 'representação' faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a 'ausência'; por outro lado torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. (...) a representação é presente, ainda, como sucedânea; ou ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar.*²⁶⁶

Assim, existe todo um esforço, por parte da comunidade da Rua de Baixo, para a manutenção da memória religiosa desse território religioso. Durante os dias do festejo, é instalada uma maquete da antiga Capela de Santa Cruz ao lado de seu cruzeiro. Apesar dos esforços da comunidade para a instauração de novas práticas religiosas, a Igreja não conseguiu dissipar as antigas formas de devoção do imaginário que alimenta a fé de seu povo. O local continua sendo considerado pelos moradores do entorno enquanto uma referência desse sagrado.

²⁶⁶ GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In: _____. **Olhos de Madeira:** nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 85.



Januária: Festa de Santa Cruz. Foto: Acervo de Ana Alaíde Amaral. 2010.



Januária: novena na Praça Santa Cruz. 2011.

Um aspecto importante que observamos na reestruturação religiosa de então diz respeito à maneira como a fé Católica passou a ser difundida por parte de seu novo corpo clerical, e de que maneira ela foi assimilada pelos fiéis. A memória do senhor José Raimundo não guarda boas recordações das raras visitas que os padres alemães faziam à comunidade de São Joaquim, em sua infância:

(...) Hoje tem missa, aí, todo dia cê vai, no rádio, na televisão, chega numa comunidade aí, tá o padre celebrando missa. Antes quando nós morávamos lá, era a festa da Serra (festa do padroeiro de São Joaquim), de ano em ano que cê via o padre. Aí, já chegava brigano, que na época era aqueles padres alemães, né? Aí ninguém intindia o que eles falava, né? Eu acho que esse povo é muito forte, porque esses padres já brigaram demais com essa gente, né? (...) reclamando da distância, soltavam fogos, brigavam, reclamavam de tudo, né? E a gente tava lá, assistindo a missa (...) acreditando na palavra dele, né?²⁶⁷

As diferenças culturais entre esses clérigos e a população sertaneja da década de 1960 contribuíram para a pouca permeabilidade que os discursos de mudança, de carregado sotaque germânico, exerceram sobre esse povo. Uma distância muito maior do que a territorial Mas, apenas esses aspectos não são suficientes para explicar as razões pelas quais, em Januária, práticas culturais típicas de um catolicismo rústico

²⁶⁷ VIANA, José Raimundo. **Entrevista**. Bonito de Minas: 06/09/2011. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia).

persistiram mesmo em comunidades muito próximas à cidade e com acesso a instituição clerical.

A comunidade Pé da Serra é um bom exemplo disso. Localizada nas proximidades da sede do Distrito de Brejo do Amparo, conta com paróquia e vigários próprios desde 1872, quando elevou-se à freguesia. O Brejo do Amparo está apenas a 6 km de distância de Januária. Esta proximidade com instituições religiosas e com o universo urbano, contudo, não abalou suas convicções, que mantém viva uma tradição de mais de 160 anos. Ali a comunidade continua coesa em torno da fidelidade aos Santos Reis. Além do reis de caixa que acompanhamos, mantêm-se um terno de reis de pastoras e outro de reis de boi. São filhos, netos, genros, noras, primos, tios e vizinhos do mestre Zé Preto, todos envolvidos, de alguma forma, com a tradição dos reis, que ali, não dá o menor sinal de esmorecimento.



Januária – Comunidade Pé da Serra: Terno de Reis do Zé Preto. 2012

Por que em muitos lugares o ecletismo festivo da religiosidade popular de herança cultural barroca se extinguiu em muitas de suas práticas e em Januária uma parte considerável delas foram “salvas” do desuso e do esquecimento? Por que essa tradição sobrevivera ali com tantos contornos?

Em toda a bibliografia pesquisada sobre a região Norte de Minas Gerais, em seus diversos aspectos, uma resposta tem sido recorrentemente colocada como explicação para a preservação de parte dessa herança religiosa: o isolamento econômico ali experienciado, motivado pela falência do sistema de navegação do Rio São Francisco.

Talvez essa questão possa ser considerada de outra perspectiva. Todos os estudos econômicos e sociológicos indicam uma intensificação do processo de êxodo da população dessa região a partir da segunda metade do século XX, acentuado ano após ano. Todavia, defendemos que tal esvaziamento não pode ser considerado como uma via de mão única, mas como parte do movimento de dispersão das populações, que raramente se desvinculam completamente de seu lugar de origem.

Da mesma maneira que no passado essas tradições foram trazidas do velho continente e se ramificaram nas Américas, adquirindo novas significações, isso também ocorreu com os movimentos migratórios contemporâneos. As populações levam consigo uma bagagem cultural, que é transplantada e adaptada às regiões para onde migram. Mas, observamos que em Januária, muitas vezes, com base em uma migração sazonal, o processo inverso também ocorre. Alguns migrantes que retornam à terra natal, trazendo de volta os bens materiais e simbólicos adquiridos no universo global, se engajam em preservar a identidade do grupo, retomando suas antigas práticas.

Quando retornam, seja para visitas anuais ou em definitivo, quando se aposentam, acalentados pelo velho sonho de retornar à terra natal, trazem consigo a inovação tecnológica disponível nos grandes centros, as músicas, as roupas e a linguagem. Além, de novas lógicas de compreensão da realidade global, permeadas por uma leitura de mundo que permite tomar as práticas religiosas tradicionais de maneira inovadora, desenvolvendo novas formas de se relacionar com a tradição, construídas

dentro dos atuais quadros da modernidade, que a percebe enquanto manifestação folclórica ou típica do universo cultural popular. Em quase todos os testemunhos que recolhemos entre os jovens foliões nessa região nos foi dito algo como: os reis *fazem parte da nossa tradição e não podemos deixar acabar*. Os motivos que levam a preservação de aspectos do passado, por parte dos jovens foliões, diferem de seus antepassados.

Dos grupos que acompanhamos, em todos eles, sem exceção, existem foliões que moram, ou já moraram em outras regiões e que retornaram para os reis. Muitos têm o compromisso de, todos os anos, entre dezembro e janeiro, voltar para ocupar o seu lugar na folia, organizando seu período de férias para esta finalidade. Enquanto, outros, depois de longa estadia em outras cidades, agora, aposentados retomam seus postos, ou assumem a posição de seus pais e tios já falecidos dentro do grupo. Como foi o caso observado na folia de reis do Pé da Serra. Ali o folião nos confessou que em seu dia a dia prefere o samba ao forró²⁶⁸, que é executado pela folia, pois residiu por muitos anos em São Paulo, em uma região que prevalece o samba como característica cultural. Agora que se aposentou, retornou para Januária e para o terno da família. Durante o período da folia, ele deixa as rodas de samba para executar em seu cavaquinho apenas o tradicional forró do reis de sua família.

Esse é o caso também do terno de Pastorinhas da Comunidade do Barreiro. Lá, os que ficaram e os que partiram vêm se esforçando para dar continuidade à tradição do Terno de Pastoras. Nem todos os anos é possível os foliões saírem com o terno, mas há um desejo e um esforço continuado nesse sentido “para não deixar morrer a tradição”.

²⁶⁸ É tradicional nas folias dessa região ao final de cada cantoria de reis, nas visitas às casas, ocorrer um samba, ou lundu, como muitos o denominam, ou o forró. Essa é uma musicalidade que se difere da região do Triângulo Mineiro, por exemplo, em que geralmente acontece o tradicional pagode de roça. Na Folia do Sr. Zé Preto, executa-se o forró pé de serra, com sanfona, zabumba, pandeiro e triângulo. Exploraremos melhor esse tema no próximo capítulo.

Ali a tradição está condicionada à possibilidade da reunião dos foliões que vêm de longe, aproveitando o recesso do final do ano para por a folia na rua, ou melhor, na estrada. Poderíamos citar aqui inúmeros outros exemplos.

A partir destas folias observamos um caminho de mão dupla, em que o sertanejo enquanto um sujeito em deslocamento, como a grande maioria da população que migra, vive em uma situação de fronteira cultural, econômica e política. Assim, não é fácil se desprender de suas raízes, de sua identidade. Vivendo sempre esse lá e cá, a sua *identidade fluida* está em constante reformulação, mas com parâmetros solidamente fincados no passado. Tal como nos alerta Homi Bhabha:

*(...) os termos do embate cultural, seja através de antagonismo ou afiliação, são produzidos performativamente. A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica.*²⁶⁹

Hoje, essa identidade não precisa mais ser negada, como ocorreu na passagem da segunda metade do século XIX para o XX. Ela conta com o apoio da indústria cultural e do reconhecimento por parte de instituições políticas que passaram a valorizar a religiosidade popular enquanto aspectos da identidade nacional.²⁷⁰

Dessa perspectiva, propomos analisar mais de perto algumas das permanências que presenciamos em Januária, pensando essas permanências enquanto resistências de grupos populares que vivem um quadro contínuo de esfacelamento e fragmentação. Quanto mais uma comunidade tende a se dispersar, mais ela se volta para as suas origens e para suas tradições.²⁷¹

²⁶⁹ BHABHA, Homi k. Locais da Cultura. In: _____. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007.p. 20-21.

²⁷⁰ As relações entre cultura popular, indústria cultural e Estado serão analisadas mais adiante.

²⁷¹ C.f.: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001; CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar

Em Januária, os grupos de folias de reis expressam múltiplas maneiras de *apropriação* de suas tradições diante da realidade multifacetada do mundo contemporâneo. Compreendendo aqui a apropriação tal como definida em Chartier:

*(...) A apropriação tal como a entendemos visa a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que os constroem. Prestar, assim, atenção às condições e aos processos que muito concretamente são portadores das operações e produção de sentido, significa reconhecer em oposição à antiga história intelectual, que nem as idéias e as interpretações são desencarnadas, e que, contrariamente ao que colocam os pensamentos universalizantes, as categorias dadas como invariantes, sejam elas fenomenológicas ou filosóficas devem ser pensadas em função da descontinuidade das trajetórias históricas.*²⁷²

Desse modo, sem perdermos de vista os conflitos, internos e externos, que colocam os bens simbólicos e as práticas culturais enquanto objetos de disputas sociais e hierarquizações, recortamos, dentro do rico universo dos reisados de Januária, alguns ternos que nos permitirão estabelecer essa leitura. Assim, selecionamos o único reis de marujos que ainda persiste no município, o Terno de Reis dos Temerosos, grupo urbano da região da rua de Baixo; além de outros três grupos de Folias de Reis de diferentes comunidades rurais do município: o Terno de Folias de Reis dos Figueiredos, da comunidade rural de Raizama (distrito de Pandeiros), a Folia de Reis do Alegre, de Alegre (distrito de Riacho da Cruz) e a Folia de Reis do Zé Preto, da comunidade Pé da Serra (distrito de Brejo do Amparo).

Em meio ao rico universo de expressões em torno do nascimento de Jesus que nos deparamos em Januária e, diante da incapacidade de abarcar a todos eles em uma única análise, optamos pela seleção de alguns grupos que nos permitisse um olhar

e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2006; HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006;

²⁷² CHARTIER, Roger. 1995. Op. Cit. p. 184.

qualitativo, dentro de uma perspectiva diacrônica e também sincrônica, desse universo religioso popular.

2.2 – Caracterização dos grupos de reis

Terno de Reis dos Temerosos – Este grupo já foi alvo de pesquisadores na década de 1960 e, recentemente, de uma tese de doutoramento, portanto, é um grupo que possui um número maior de registros. Para descrevê-lo de maneira sucinta, tomamos de empréstimo as palavras de Edilberto Fonseca, etnomusicólogo que acompanhou o grupo durante cinco anos:

(...) O Terno de Reis dos Temerosos, também conhecido como Reis dos Cacetes, está presente na cidade de Januária. Tendo registros desde pelo menos a década de 1950, costuma ser chamado de uma "marujada de água doce" — modalidade de Reisado bastante rara, embora encontre similares em grupos de alguns municípios espalhados pela calha do Médio São Francisco. No entanto, parece ser em Januária que, até hoje, se mantém forte e representativa, tendo os Temerosos como, provavelmente, seu único representante ativo no país.

O primeiro imperador (líder) do grupo foi o folião e pescador Norberto Gonçalves dos Santos (Berto Preto). Formado por homens vestidos de marinheiros, cumpre seu ritual de devoção à Santos Reis dentro do ciclo da epifania católica, perfazendo um giro de apresentações pelas casas de membros da comunidade, entre os dias 2 e 6 de Janeiro de cada ano.

Além do período dedicado às festas de Santos Reis, os Temerosos participa também dos principais eventos artísticos e culturais da região sendo considerado um dos mais importantes símbolos da cultura popular de Januária. Acompanhados por músicos populares, seus integrantes saem pelas ruas da cidade cantando, dançando, batendo bastões ao som de uma animada música e num gingado muito particular.²⁷³

²⁷³ FONSECA, Edilberto José de Macedo. **Terno dos Temerosos**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/CNFCP/ Ponto de Cultura Centro de Artesanato, 2010 . (Encarte CD).



Januária: Terno Reis dos Temerosos. 2012.

Atualmente o imperador do grupo é João Damascena de Almeida, filho de pescador, historiador, poeta e agente cultural atuante na região da Rua de Baixo, onde nasceu e foi criado. João Damascena é graduado em História e hoje leciona esse conteúdo na Escola Estadual Pio XII, onde também já foi diretor. João candidatou-se duas vezes para cargo de vereador, mas não conseguiu se eleger. Consciente da importância da manutenção das tradições para a comunidade tem se empenhado em manter vivo o grupo e busca “resgatar” outras práticas de reis adormecidas na região. Para isso cedeu a sua própria residência para abrigar o Centro de Cultura Berto Preto. Seu antigo ‘barraco’, como ele mesmo denomina, foi reformado com recursos advindos de uma premiação que o grupo recebeu.²⁷⁴ (explicar)

²⁷⁴ Edilberto Fonseca, etnomusicólogo que elaborou uma tese sobre o grupo e também atuou como agente cultural na instalação do Ponto de Cultura em Januária esclarece que o Centro de Cultura Berto Preto foi reformado com os recursos da premiação recebida pela participação no edital do Ministério da Cultura chamado “Prêmio Culturas Populares – Mestre Duda 100 anos de Frevo”, no ano de 2007, que premiou o grupo com R\$ 10.000,00 reais, além de parceria realizada com a prefeitura municipal para conseguir parte

Além do giro ritual que o grupo desenvolve durante o período de festas do ciclo natalino, participam também de eventos de cultura popular promovidos na cidade e região. E já foram convidados a se apresentar em Belo Horizonte e Brasília.

No passado, atuavam neste grupo apenas os homens adultos da comunidade, em seus trajes de marinheiro, todo em azul. Hoje o grupo é composto, em sua maioria de jovens e crianças. Segundo João Damascena, a inserção dos jovens nesta prática desagradou a muitos dos “velhos foliões” que não concordam com a nova maneira de conduzir o grupo e, talvez, por isso, tenham se afastado do terno. Em entrevista concedida a Edilberto Fonseca, Chico Preto e Afonso, antigos músicos desse terno, apresentam um dos aspectos que mais se alterou nessa nova geração dos Temerosos:

(...) Chico – Não tinha assim: vamos tocar ali, vamos tocar acolá... era só no Reis. Só sai na época. Só em Janeiro.

Edilberto – Não era igual agora não?

Chico - Não, não.

Edilberto – Mas por que não era?

Chico – É porque o finado Berto era muito enjoado com a folia dele. É porque “folia minha, é o seguinte: Eu saio todo o ano, se eu for apresentar ela todo o mês, quase todo mês, enjoa. Aí quando for na época, ninguém dá valor”. E o certo é isso. Bom, pra mim, o certo é isso. É tradição... tradição é tradição. Chegou na época certa...

Afonso – Por que folia de caixa aqui só sai em Janeiro?

Chico – Só tem em Janeiro. Você pode rodar aí, ó. Você pode rodar o mundo todinho, ‘cê não vê um reis de caixa. Chegou em janeiro ‘cê vê o reis de caixa. Por que? É tradição... e só sai na época. Eles não apresenta de jeito nenhum.

Afonso – Porém antigamente não tinha cultura conforme tem agora, né?

Chico – Não tinha.

Afonso – Hoje o pessoal exige mais, né?

Chico – Exige. Folia dele era assim, ele não apresentava folia dele pra ninguém.

O grupo tem se baseado nas informações coletadas pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, na década de 1960, para fixar a data de fundação do terno. Como explica João Damascena:

(...) em 2003, quando a folia tava completando, comemorando aí, cinquenta anos. Assim, estimadamente, porque não tem nada que prova, né? Que nasceu em 53, tem só uma fala do Berto Preto, mas tem o pessoal de mais idade que fala que é muito mais velho, né? A gente ainda não achou nada que pudesse dizer a data do nascimento da folia. (...) As falas que a gente tem desde quando a gente assumiu, é que Berto Preto que aprendeu com um marinho de vapor, um Dermerval (...) então foi através de um desses vapores, que um marinho chamado Dermerval, ensinou a Berto Preto as músicas, os passos da dança. E, a partir daí, ele, Berto Preto, passou para os pescadores, dessa comunidade, um grupo de dezesseis. Meu pai fazia parte desse primeiro grupo. Segundo a fala de meu pai, e a fala de Berto Preto essa é a origem da folia (...) no início de 50, né? Como a gente não tem um documento, assim, formal, então passou a utilizar isso aí. E numa das gravações feita pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (...) no ano de 58, 59 eles fizeram um documentário aqui pelo centenário da cidade, comemorando o centenário da cidade, então lá numa das perguntas do repórter para o Berto Preto: quando começou a folia. Ele responde assim: “— Não, essa folia começou uns cinco anos atrás.” “— Quem trouxe?” “— Nós mesmo começamos com ela”. (...) Então, ele mesmo fala isso, então a gente usa isso como uma data de referência, a partir dali. (...)”²⁷⁵

No entanto, como ele mesmo afirma: *tem pessoas de mais idade que diz que tinha muita mais tempo que Berto Preto que começaram com a folia, muito mais tempo (...).*²⁷⁶ Em outros relatos recolhidos na cidade, como o de D. Conceição, por exemplo, pudemos confirmar a presença do reis de cacetes na cidade muito antes da década de 1950, há pelo menos oitenta anos. Segundo ela, quando era criança (D. Conceição Ferreira hoje está com 90 anos de idade) assistiu aos reis de paus pelas ruas da cidade:

No tempo de menina não perdia uma. (...) O reis de paus, quem veio com ele aqui foi ... (faz um esforço pra se lembrar) morou aqui muito tempo, ô menina, esqueci o nome dele (...) aí era um Café Veneza, que era dessas muié que ficava aí (...) Durval! (lembrou-se), o reis dos cacetes, ele chamava Durval (...) ele é que trouxe esse reis pra aqui. Eu era menina, eu lembro muito bem, no sobrado, quando ele veio. Ele morava aí (indica uma casa em sua vizinhança). Aí, depois que ele morreu, Berto Preto ficou. Berto Preto batia pau com eles, ele era dos reiseiro. Depois que ele morreu, Berto

²⁷⁵ ALMEIDA, João Damascena de. **Entrevista**. Januária: 28/12/2012. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

²⁷⁶ Idem.

*ficou com reis, ele era dos mais velho. Então, ele ficou com o reis de paus. (...) eu tinha uns doze ano. Ó quantos anos, esse reis de pau é velho, viu?*²⁷⁷

Segundo seu testemunho, as funções de reis de paus eram organizadas por baiano conhecido como Durval, dono de um meretrício próximo à rua do Bem Bom, chamado Café Veneza²⁷⁸. Tal informação foi corroborada pelas pesquisas de Edilberto Fonseca, em entrevista com o antigo reiseiro e flandeiro, o senhor Irênio, que confirma a figura de Durval como responsável pelo reis de paus:

(...) 'Irênio - Esse Reis quem fez ele aqui foi Durval.

Edilberto - Durval?

Irênio - Um baiano...

Edilberto - Esse Durval ele era de onde, Seu Irênio? Ele era baiano? De que cidade?

Irênio - Ele devia ter no máximo 50 anos...

Edilberto - Ele que ensinou pra Berto Preto?

Irênio - Ele foi quem ensinou esse Reis dos Cacetes, que eles falam, ele fez esse Reis aí, depois que ele fez o Reis... então foi embora. Aí eles tomaram conta mas não faz mais como era, nem imita o Reis.

Edilberto - Então quer dizer que foi o Durval que trouxe esse Reis pra cá?

Irênio - Foi Durval que trouxe esse tipo de Reis da Bahia.

Edilberto - E o senhor conhecia esse Durval, Seu Irênio?

Irênio - Ele tinha um... um... ele tinha um negócio aí de... dança, negócio de salão de dança aí, depois até ficou pouco tempo, ele foi embora.

Edilberto - Ah... ele não ficou muito tempo em Januária.

Irênio - Não, ele não ficou muito tempo não, ele foi embora.

Edilberto - Ele era pescador também?

Irênio - Ele tinha um barzinho que enchia de mulher, era aquela coisa toda, gente bebia, mulher da vida mesmo, naquele tempo... naquele tempo ele fez esse Reis.

Edilberto - Mas ele devia ter aprendido lá na Bahia, né?

Irênio - Lá na Bahia, não foi aqui não.

Edilberto - Ele trouxe de lá.

Irênio - Ele trouxe de lá pra cá.'

Os reis de paus tornaram-se célebre na cidade sob o comando de Berto Preto, principalmente, por sua colaboração no levantamento da Campanha de Defesa do Folclore, que fez vários registros de seu grupo. Berto Preto seguiu como imperador do

²⁷⁷ MAGALHÃES. Maria Ferreira (D. Conceição). **Entrevista**. Januária: 02/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia)

²⁷⁸ MAGALHÃES. Maria Ferreira (D. Conceição). Op. cit.

grupo até a sua morte. Depois disso, outros imperadores assumiram sucessivamente o comando do grupo.

Um dos maiores problemas que esse terno enfrenta na atualidade talvez seja a dificuldade em conseguir músicos para acompanhá-los. De acordo com o relato de dona Olegária, foliona de reis de caixas e esposa de um antigo folião dos Temerosos, no passado quem tocava junto com os Reis dos Temerosos: (...) *os Reis dos Temerosos, mesmo, quem tocava era músico, não era viola e nem caixa. Não. Era sanfrona, pandeiro, né? E os músicos. Depois, também os músico acabô (...) só que foram acabando e levantando outros diferente.*²⁷⁹

No levantamento realizado na década de 1960, pela equipe do folclorista Joaquim Ribeiro, em entrevista com o músico Manoel Pereira de Matos, apelidado de Mané Leite, do terno dos temerosos essa realidade se confirma:

*(...) sempre a gente toca com um tamborim, mas às vezes não encontra tamborim que dá de acordo com o ritmo, aí fica pandeiro, violão, horas que é um banjo também com o pandeiro, o trombone, o sax, uma hora clarineta, outra hora trompete.*²⁸⁰

Nos registros levantados pela Campanha de Defesa do Folclore, o instrumental do grupo dos Temerosos era composto por: dois violões, sanfona, caixa, reco-reco, tamborim, dois pandeiros, saxofone, trombone, clarinete e trompete. Segundo Edilberto Fonseca, os instrumentistas eram remunerados para sair com o terno. Atualmente, o grupo conta com a participação de apenas dois percussionistas, Pingo e Afonso, que acompanham o violeiro Chico Preto, um na zabumba, o outro no bongô. O imperador João Damascena explica o movimento ocorrido na sonoridade operada em seu terno, ao longo desses últimos cinquenta anos:

²⁷⁹ ROCHA, Olegária Nunes da. **Entrevista**. Januária, 02/01/2012. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

²⁸⁰ MATOS, Manoel Pereira de (Mané Leite). Apud. FONSECA, Edilberto José de Macedo. (2010). Op. Cit.

(...) Esses músicos que estão comigo, praticamente começaram comigo quando eu assumi a coordenação da folia. Porque, quando a folia começou, como mãe te falou, ela era tocada por banda de música, que era com aqueles instrumentos mais clássicos. Depois as bandas acabaram na cidade, aí começou a ser tocado por sanfona. Aí veio Geraldo Farias, que tocou muitos anos na folia. Depois, ele não aguentava mais tocar, envelheceu. Aí que a gente apelou com o violeiro, que é o que tá comigo hoje.²⁸¹

O grupo tem adotado em suas apresentações a viola de 10 cordas acoplada a uma caixa de som, o que empresta uma sonoridade muito própria a este terno de reis. Uma alternativa encontrada pelo imperador tem sido a reprodução do áudio, gravado em CD pelo etnomusicólogo Edilberto Fonseca²⁸², durante pequenas apresentações do grupo:

Hoje eu estou utilizando os recursos tecnológicos da atualidade, como gravei um CD (...) hoje vai tocar em uma escola tal, então não precisa mais chamar o violeiro pra ele vim tocar. Eu levo o Cd, chego lá coloco no DVD, e reproduzo ali a música no som, agente dança, não tem mais a dependência dele. Mas em Janeiro eu gosto de estar com ele porque é uma coisa mais ritmada, mais autêntica. Como é pra uma apresentação que é vinte minutos, trinta minutos, quarenta minutos, não tem problema. Mas uma apresentação numa folia de uma noite inteira, tá certo?²⁸³

O interessante desse grupo é a adoção de estratégias diferenciadas dos grupos de reis que atuam na zona rural. Sendo um grupo urbano, sempre são convidados e fazer apresentações em escolas, festivais e espetáculos. Já participaram do Festival Internacional do Folclore, que ocorre bianualmente na cidade, ao lado de artistas de várias partes do mundo, e já se apresentaram em Brasília, Belo Horizonte e Montes Claros

O Terno de Reis dos Figueiredos - Este é possivelmente um dos ternos de folia de reis mais antigos do Brasil.²⁸⁴ No dia 06 de janeiro de 2012 completou a incrível marca de cento e vinte e quatro anos de giros ininterruptos. Motivo de muito orgulho

²⁸¹ ALMEIDA, João Damascena de. Entrevista, 28/12/2011. Op. cit.

²⁸² FONSECA, Edilberto José de Macedo. **Terno dos Temerosos**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/CNFCP/ Ponto de Cultura Centro de Artesanato, 2010. (Encarte CD).

²⁸³ ALMEIDA, João Damascena. Op. cit.

²⁸⁴ FONSECA, Edilberto. 2010. Op. Cit. p. 35.

para a imensa prole de dona Bia Figueiredo, matriarca da família. Hoje, em sua quarta geração de imperadores, o terno está sob a liderança Miguel Figueiredo²⁸⁵, tido com grande respeito por seus foliões e por aqueles a quem visitam. Atualmente, o grupo conta com uma formação que gira em torno de 20 componentes.



Januária – Comunidade de Pandeiros: Terno Reis dos Figueiredos, 2011.

O núcleo ritual de uma folia de Reis em Januária é tradicionalmente formado apenas por homens, esse grupo não foge a essa regra. Miguel herdou o posto de imperador de seu pai José Figueiredo, já falecido. É Miguel quem narra as origens dessa tradição em sua família:

(...) Os Figueiredos vêm da ramificação oriunda do interior do Pernambuco, da cidade de São José da Boa Vista, também muito próxima das margens do rio São Francisco, é um distrito de Cabrobó. De lá correndo da seca e com o início da navegação do rio São Francisco, por volta de (...) 1875 ou 80. Então, a notícia que chegava lá é que aqui no Norte de Minas tinha uma cidade que era a terra da fartura, e muitos nordestinos vieram pra cá, pra Minas Gerais, uns iam pra Montes Claros. Mas, a maioria foram aportando

²⁸⁵ Segundo informações colhidas junto à matriarca da família, D. Bia, antes de Miguel o imperador era seu marido, José Figueiredo Filho, que por sua vez, herdou o posto de seu tio Pedro Figueiredo, que o havia herdado de seu pai José do Carmo Figueiredo. C.f.: FIGUEIREDO, Maria Borges (D. Bia). **Entrevista**. Januária: 11/09/2012; (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

*aí no Porto do Salgado, que era o nome antigo de Januária. Então eles também vieram, venderam tudo de lá, correndo da seca. E, a minha bisavó Carolina Figueiredo com seu Manoel, seu esposo, e uma trinca de menino vieram na esperança, na expectativa, de encontrar realmente essa terra da fartura. Chegando aqui, a família dividiu. Uma parte comprou uma parte de terra na região do Pandeiros, na área do Serrote, bem próximo hoje aonde é o Pântano, e a outra parte comprou na Cabeceira do Tejuco, onde a minha bisavó Carolina instituiu a sua sede. E ela tinha uma promessa, que se aqui chegasse e conseguisse terras e criar os filhos, ela dava continuidade na devoção do santo dela, que era Santos Reis. E na bagagem dela, além das coisas pessoais, veio a imagem de Santos Reis, que é uma imagem que (...) nós temos até hoje.*²⁸⁶

Desde então, o grupo continuou seguindo com a tradição. Essa folia se consolidou enquanto um dos reis de caixa mais conhecidos e respeitados de Januária. O reconhecimento do grupo vem da seriedade com que a tradição é conduzida através de gerações. Os foliões desse terno são, na maioria, camponeses, muitos deles velhos compadres. Alguns herdaram de seus pais a posição que ocupam hoje dentro do grupo. Mas, existem integrantes que desempenham profissões urbanas como, Zé Victor Figueiredo, que é agente administrativo em Januária; Antônio Figueiredo, que é policial; Lourival, o Lôro, que é motorista de máquinas pesadas em grandes obras de construção civil; Manoel Antônio Lopes, que possui um bar na periferia de Januária, e o próprio Miguel Figueiredo que já desempenhou inúmeras atividades na vida, de locutor de rádio a dono de restaurante, hoje é assessor do prefeito de Bonito de Minas, além de vender sua famosa paçoca de carne em sua casa e aos sábados na feira livre de Januária.

No passado, a família Figueiredo possuía uma extensa propriedade rural, *com mais de 400 alqueires de terra de primeira qualidade*²⁸⁷ nas proximidades do rio Tejuco. Era uma grande família que fazia uso comum da terra. Plantavam para subsistência, criavam gado, faziam farinha. Por volta de 1977, *depois que os rios dessa*

²⁸⁶ FIGUEIREDO, Miguel Borges. **Entrevista**. Bonito de Minas: 06/11/2011. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia).

²⁸⁷ FIGUEIREDO, idem.

*região começaram a secar, foi feito um acordo entre os irmãos para a venda das terras para um grupo de Belo Horizonte, o H Picchioni.*²⁸⁸

Com a parte do dinheiro que lhe coube, José Figueiredo comprou uma pequena área na região da Marreca, zona rural de Januária. A família mudou-se para a cidade. Os filhos cresceram e estudaram. Dois anos antes de falecer, o senhor Zé Figueiredo vendeu as terras na Marreca e comprou uma área na região da Raizama, limite entre os municípios de Januária e Bonito de Minas, onde hoje ainda vive a matriarca D. Bia Figueiredo. É de lá que sai o terno e onde se realiza, em geral, as festas de entrega.

Mesmo diante das dramáticas mudanças que a família passou ao longo desses anos, o terno jamais deixou de cumprir sua missão. Mesmo durante os anos que viveram na cidade, o grupo circulava nas comunidades rurais adjacentes. De acordo com Antônio Figueiredo:

*(...) na época do meu pai (...) cantava é poucas casa na cidade, o giro principal era na zona rural, o meu pai não gostava de cantar reis na cidade. (...) Parece que as pessoas, embora tinha muita gente oriundo da zona rural que tinha o maior prazer, né? De receber a folia aqui em Januária, mais os foliões, boa parte deles num se sentia bem, né? É algo que tinha uma certa incoerência (...) Pelo fato de a gente residir na cidade a partir da década de oitenta é que meu pai fazia apenas a festa aqui na cidade. (...) Era na casa de meu pai, mas o giro mesmo da folia de reis era na zona rural. Então aqui na cidade cantava uma ou outra casa, talvez um ou outro folião que morava aqui também em Januária, aí cantava na casa desses foliões mas só isso, (...) ia pra roça, (...) fechar aqui. Esse transporte a cavalo eu te falo que ele durou até mais ou menos no início de oitenta. Aí, acho que em oitenta e cinco em diante, aí já foi com transporte de carro. (...) É, mas mesmo assim ainda continuava na zona rural, arranjava o carro, (...) levava os foliões deixava em determinada comunidade o carro voltava e depois é que ia buscar.*²⁸⁹

À princípio, o terno se deslocava pelas fazendas à cavalo. Aos foliões que não dispunham de montaria, a família lhe cedia uma. Mais tarde, morando na cidade, os

²⁸⁸ Os novos empreendimentos instalados no lugar deram um novo uso para as terras, como a extração de calcário e pecuária de corte. C.f.: Relatos de Miguel e Antônio Figueiredo. FIGUEIREDO, Miguel. Op. Cit; FIGUEIREDO, Antônio Borges. **Entrevista**. Januária? 04/09/2011. Entrevistadora: Iara Toscano Correia.

²⁸⁹ FIGUEIREDO, Antônio Borges. **Entrevista**. Januária: 04/09/2011. Entrevistadora: Iara Toscano Correia.

deslocamentos passaram a ser realizados em automóveis. O carro deixava o grupo em um ponto próximo à comunidade, mais tarde passava para pegá-los.

De acordo com o folião Lourival, o Lôro, violonista que acompanha há trinta e três anos esse terno, Zé Figueiredo mantinha normas rigorosas com seu grupo:

(...) Na época de Zé Figueiredo era o seguinte (...) a gente saía com a roupa que nós saía hoje, dia 31 só trocava ela no dia da festa. Tomá banho, tinha que tomá banho. Sacudi ela ali e continuava. Hoje não, é diferente, a gente já tem que levar uma peça ou duas, diferente. Trinta e um, primeiro, dois, dia três a gente já troca, e assim, mas na época de Zé não existia isso não. De tá trocando roupa, aquela confusão, ele nunca gostou. Outra coisa, baile, tocou sanfrona, pra todo mundo dançar, nunca. (...) ²⁹⁰

Outra interdição imposta por Zé Figueiredo era a de que seus foliões trocassem ou dessem os instrumentos para outros tocarem durante o percurso. O folião que pegava o instrumento no dia da saída da folia tinha que seguir com ele até o final.

Este grupo sai, tradicionalmente, no dia 31 de dezembro da casa do festeiro, à meia noite, e circula até o dia 06 de janeiro quando se realiza a festa de entrega da folia. Musicalmente esse terno se estrutura com uma grande variedade de instrumentos: três violões, três violas, uma rabeca, um cavaquinho, um acordeon, um bumbo, uma caixa, um reco-reco, um pandeiro e um *balainho* (feito de cipó, com fundo de cuia de cabaça, com caroço de milho, ou outra semente, em seu interior). ²⁹¹

Conta também com quatro foliões de guia, dois que colocam, ou seja que ‘puxam’ o canto, e dois que respondem, um porta-bandeira, e uma pessoa responsável pela coleta das ofertas. De acordo com Miguel Figueiredo, para sair com uma folia são necessários no mínimo 12 foliões. Essa era a quantidade de homens que seu pai mantinha no grupo. Embora o grupo leve o nome dos Figueiredos, que são seus

²⁹⁰ SILVA, Lourival Batista da (Lôro). **Entrevista**. Januária: 03/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia)

²⁹¹ C.f.: FIGUEIREDO, José Victor Dias. **Entrevista**: Januária: 08/09/2011. Entrevistadora: Iara Toscano Correia.

fundadores e os donos da promessa, nem todos os foliões são membros da família. São foliões tarimbados, que tiveram experiências em outros ternos de reis, e se uniram em espírito de fraternidade à família. Alguns deles participam dessa folia há mais de trinta anos.

Na atual formação, recentemente foram incorporados foliões sem uma tradição dentro da folia de reis, como o atual prefeito de Bonito de Minas José Raimundo Viana e o agente ambiental do IEF/MG (Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais), Walter Viana Neves. Mas estes são exceção, a maioria dos integrantes são antigos foliões que vêm da geração anterior, liderados por José Figueiredo, outros, nem tão antigos assim, estão no grupo há pelo menos quinze anos. A memória desse imperador ainda é muito forte dentro do grupo. Descrito por uns pela irreverência, por outros, pela seriedade e rigor que impunha ao grupo, pela bondade, enfim, foram inúmeros os atributos que ouvi sobre ele e seus foliões, como seu famoso mestre de guia Tião Lopes.

Segundo os relatos dos mais velhos no terno, Zé Figueiredo era conhecido pela sua austeridade e também por ser extremamente justo. A escolha de seus foliões era algo que ele fazia com muito cuidado e zelo, somente depois de observar muito o sujeito. Para tomar parte de sua folia era preciso ser bom músico e, acima de tudo, saber respeitar as regras do imperador. A sua intenção era de ter um folião para seguir com ele até o fim da vida.

Foi assim, por exemplo, quando incluiu Zé do Cavaquinho no grupo, há vinte três anos atrás (1988). Pescador e vazanteiro das barrancas do São Francisco, Zé do Cavaquinho hoje está com 76 anos e atua em grupos de reis desde os 17 anos. Como ele mesmo rememora:

(...) Foi assim, né? Eu, antes de eu ir pra essa folia de Miguel, eu comecei a trabalhar em folia eu tava com 17 ano. Trabalhei na folia do vói Saturnino dois ano, trabalhei na folia de Zé de Margarida dois ano, trabalhei na folia

*de (...) João de Elvino (...) cinco anos, trabalhei na folia de João Caju nove ano, né? Aí, agora na folia de João Caju eu passei pa folia de Miguel. Foi assim, no mês de janeiro, no dia 23 de janeiro (...)*²⁹²

Participou de vários grupos, e até mesmo no de Zé Figueiredo provisoriamente, mas, oficialmente só entrou depois. Ele nos conta que, certo dia, o imperador dos Figueiredo fora pescar próximo à ilha da Capivara, onde ele morava, mas a pescaria que ele queria fazer era outra, sua intenção era testar Zé do Cavaquinho para ver se ele servia para sua folia:

(...) Ele falo: “— Vamo lá Zé, vamo embora Zé”. Peguei a tarrafa deixei na bêra da canoa e peguei o remo. Eu digo: “— Aí Zé, tá aí a tarrafa.” Ele disse: “— Não. Eu não sei tarrafear”. Eu digo: “— Não sabe o quê?”. Tava um frio danado. “— Não sabe porque não qué moía.”; “— Há não Zé! Eu vou te falar a verdade, eu nem bem remá eu sei.” Eu digo: “— Bom. Então fazer o quê, né?” Aí ele foi remano, eu fui tarrafeano, né?”²⁹³

Zé Figueiredo que queria pescar, mas não sabia remar e nem tarrafear²⁹⁴, Zé do Cavaquinho experiente pescador do São Francisco sabia da dificuldade que seria para uma pessoa só fazer as duas coisas, mas, ainda assim, aceitou conduzi-lo, fazendo todo o serviço sem reclamar. Em meio a pescaria, Zé Figueiredo lhe fez o convite.

Segundo Zé do Cavaquinho, havia apenas uma condição para que ele pudesse aceitar o convite:

“— É moço, mas eu num posso fazê esse trato com você, não. Porque tem ano que nesse tempo a gente ta até mudano, né? Porque o rio tá muito cheio, a gente tá mudano”. (imita a fala de Zé Figueiredo) “— Não, vamo fazê o seguinte: se tivé o rio muito cheio, ou tivé enchendo muito, nada feito, agora se não tive você vai.” Eu digo: “— Tá bom”. E aí agora, começou dessa vez prá cá, tá com vinte três ano eu acompanho ele.”²⁹⁵

Morando na Quebra Guiada, área de vazante do rio, geralmente, durante o mês de janeiro, a sua casa fica completamente ilhada, o acesso à margem só é possível de

²⁹² SILVA, José Evangelista da (Zé do Cavaquinho). **Entrevista**. Januária 03/09/2011. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia).

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Em pé no barco, o pescador vai jogando a rede sucessivas vezes, enquanto o barco vai descendo o rio.

²⁹⁵ SILVA, José Evangelista da (Zé do Cavaquinho). Op. cit.

barco. Nos anos em que o rio sobe muito, é preciso até mesmo que a família se mude provisoriamente para outro local. Assim, ficou combinado, se fosse possível atravessar pelo vau na época de saída dos reis ele iria. Senão, nada feito. Segundo Zé do Cavaquinho, desde quando aceitou participar no grupo, no dia de seguir os reis, a passagem sempre está liberada para que ele cumpra em paz a sua função: *É, sempre no tempo eu tô liberado, né? O rio libera pro mode ... Santos Reis ajuda lá, né?*²⁹⁶

Zé do Cavaquinho já teve sua área de *posse*²⁹⁷ tomada por invasores, com a Justiça não pôde contar. Todas as vezes que nos falamos ele se lembrou do lamentável episódio de quando teve suas terras invadidas, a pessoa lhe tomou a roça e a casinha que havia no local. Recorreu aos políticos locais, à Marinha dos Portos e esteve até em Brasília para resolver a questão, mas nada foi feito. De forma que ele é um homem complementemente descrente das instituições públicas, mas muito temente a Deus.

A história de Zé do Cavaquinho é exemplar de como se constituiu o aprendizado de vários músicos foliões nessa região:

*(...) eu comecei a tocar cavaquinho foi assim ... eu era minino tinha muita infuluência, né? Eu num podia vê batê uma corda de um instrumento ali que eu já tava doidim pá escutá, né? Aí, minha mãe comprou um cavaquim pra mim, por ... foi quinze mi réis esse cavaquim custô. E aí eu aprendi foi só. Porque eu num tive ninguém pra mim ensiná. Só teve um cunhado meu que sabia uma posição sozinha. Afinou o cavaquim, me deu, me ensinou essa posição. Daí pra lá, fui aprendendo por mim mesmo, sózim. Aí tinha um lugar lá, que nós morava lá nessa fazenda, toda vida era um murissoca infeliz, aí até o sono chegá mais, aí eu pegava o cavaquim e eu ia fazê barui, né?*²⁹⁸

Uma preocupação desse grupo é com a qualidade musical. É comum, nos ternos de reis, que um folião se encarregue de verificar a afinação dos instrumentos. Nesse

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ As terras dos moradores das ilhas e barrancos do São Francisco, assim como dos demais rios brasileiros, são áreas da União, por isso, ninguém possui o título de propriedade, tão somente o uso de posse de parte dessas terras, que são garantidas ao posseiro pelo uso e ocupação que faz do solo, estabelecidas entre os posseiros por antigas leis consuetudinárias.

²⁹⁸ SILVA, José Evangelista da (Zé do Cavaquinho). Op. cit.

grupo, quem exerce essa função é um músico profissional. O violeiro Sebastião Lopes, também conhecido como Lopinho. Sobrinho do famoso folião Tião Lopes. Lopinho recebeu o mesmo nome do tio. Mudou-se ainda jovem para São Paulo. Diferente da maioria dos migrantes de sua região, conseguiu uma boa colocação, foi contratado pela Petrobrás. Tornou-se técnico em petroquímica, foi sindicalista e aprendeu a arte da viola e da lutheria em Ribeirão Preto, onde viveu por vários anos.

Hoje, aposentado, Lopinho voltou para o Norte de Minas para assumir o seu lugar definitivamente no grupo. Sua família sempre esteve envolvida com os reis e muitos de seus parentes atuaram ou ainda atuam no Terno dos Figueiredos, de forma que ele se sente no dever de continuar levando a tradição herdada. Com um conhecimento musical depurado por uma educação formal, Sebastião Lopes tornou-se o maestro folião. Ele é quem verifica as afinações e busca instruir os músicos em acordes mais precisos.²⁹⁹

Este grupo tem algumas características que o torna peculiar. Uma delas reside no fato de o *ramo*³⁰⁰ circular apenas entre os irmãos, filhos do casal Bia e Zé Figueiredo, doze no total. Por esse motivo, atualmente os *giros* do grupo ocorrem de maneira inusitada. Circulam entre cidades, povoados e roças das redondezas de Januária, mas também em municípios muito distantes dali e até em outros estados. Em razão da migração, alguns dos membros dos Figueiredos se mudaram para outros estados. Uma parte está em São Paulo, outros em Januária e outros na Bahia. Dessa forma, a folia se

²⁹⁹ C.f.: TEIXEIRA, Sebastião Lopes. **Entrevista:** Januária: 04/09/2011. Entrevistadora Iara Toscano Correia; FIGUEIREDO, José Victor Dias. **Entrevista:** Januária: 08/09/2011. Entrevistadora: Iara Toscano Correia.

³⁰⁰ Ramo é a designação que os foliões dão ao gesto simbólico de passar a responsabilidade da festa para o festeiro ou imperador que irá organizá-la no ano seguinte. O *ramo* pode ser uma flor, simplesmente, ou um arranjo de flores, naturais ou artificiais. Em alguns lugares, essa passagem se faz bastando a enunciação dos novos organizadores, como observamos na Folia do Sr. Zé Preto, no Brejo do Amparo. No caso dos Figueiredos, a entrega do ramo vem acompanhada também do gesto simbólico da entrega das 'toalhas' que serão usadas pelos foliões no ano seguinte, que, a partir daí, ficará sob a responsabilidade dos novos festeiros.

adequou a esta situação realizando grandes deslocamentos, com *giros* rituais em territórios muito distantes daqueles que normalmente frequentam e que, muitas vezes, lhe são desconhecidos.

Em 2008, o ramo, ou seja, a responsabilidade de organização do giro e da festa, foi para a família que reside em São Paulo. Desse modo, naquele ano o grupo circulou em Campinas, Artur Nogueira e Osasco. No ano que acompanhamos o grupo, 2011, a imperadora era D. Bia Figueiredo. A folia, então, circulou nas imediações de Januária e nos municípios de Pedras de Maria da Cruz e Bonito de Minas. Em 2012, o ramo foi para os irmãos que residem no interior da Bahia. O terno circulou em Bom Jesus da Lapa e São Félix e Cachoeira, na Bahia.

Quando as saídas dessa folia ocorrem na casa da casa da matriarca, na comunidade de Raizama, ela nos contou que, nesse dia, oferecem apenas um jantar simples para os foliões:

(...) Dezembro é assim, trinta e um sai o reis. Mas, esse dia cê só faz a janta pra dar aos folião, uma coisinha pôca. Agora, bastante coisa mesmo, é no dia quatro em diante que começa. Dia quatro começa a fazer os biscoito, dia cinco já ta matando o gado, já ta matando o que é de matar, é galinha essas coisa. Prepara tudo, quando é no dia seis é que é hora de cozinhar tudo.
(...)³⁰¹

No dia trinta e um, à meia noite, o grupo segue em ônibus para os pontos previamente definidos para o giro. Só retornam à casa da Imperadora no dia 06 de Janeiro, para a entrega da folia.

Hoje, o grupo permite que esposas e filhas acompanhem o terno. Em outros tempos, elas participavam somente dos preparativos de saída e recepção dos reis, além de conduzir orações e os benditos durante a reza. Segundo o depoimento de D. Bia, por muitos anos quem comandou a folia de reis dos Figueiredos fora sua sogra, que teve que

³⁰¹ FIGUEIREDO, Maria Borges. **Entrevista:** Raizama-Bonito de Minas, 07/07/2011. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia).

assumir toda a responsabilidade com o terno depois da morte precoce de seu marido, José Figueiredo, o pai. Mas, quem conduzia o grupo em peregrinação era seu cunhado, Pedro Figueiredo. Por isso quando D. Bia se refere à folia de sua família, ela se recorda com deferência de sua sogra. Da mesma forma ocorreu com ela própria quando assumiu as responsabilidades com a organização da festa, tornando-se a imperadora responsável pela promessa.³⁰²

D. Bia é quem coordena e inspeciona todo trabalho de organização da festa, que, normalmente, recebe um grande público. Os preparativos das comidas a serem servidas no dia da festa, como explicado por D. Bia, só se iniciam a partir do dia 04 de janeiro. É nesse dia que se fazem os biscoitos. No dia 05, mata-se o gado e todos os outros animais necessários. No dia 06, é hora de cozinhar e preparar tudo. A *janta* é servida depois da reza, que encerra a parte mais solene do ritual. Essa é a hora de se fartar, comer e beber à vontade e dançar até amanhecer.³⁰³

Em seu relato, D. Bia destaca a importância da manutenção do reis nos dias de hoje. Ela considera que:

(...) já pagou a promessa com juro e correção monetária e tudo, só que as pessoas falam: “— Não, num pode deixar acabar, senão os mais novo não vai conhecer essas coisas de antigamente”. E também ele tá sempre protegendo a gente, a gente é muito feliz, né? Porque esse Santos Reis deve pedir a Deus por nós. Todo santo do céu que roga a Deus por a gente, né?”³⁰⁴

Antes de sair para a sua jornada anual, Miguel Figueiredo tem adotado a prática de deixar para cada família de seus foliões uma cesta básica para ajudar nas despesas enquanto o chefe da casa está fora. Ele bem sabe as dificuldades que estas pessoas enfrentam nas roças, principalmente quando têm que deixar suas atividades por vários

³⁰² C.f.: FIGUEIREDO, Maria Borges. (D. Bia). Op. Cit.

³⁰³ Em 2011, quando estivemos acompanhando a entrega dessa folia, a reza, diferente dos outros anos, ocorreu ao meio dia. Portanto foi servido um almoço ao invés do jantar, e a festa não atravessou a noite como de costume. De acordo com D. Bia os convidados e foliões foram embora por volta das 17 horas.

³⁰⁴ FIGUEIREDO, Maria Borges (D. Bia). Op. cit.

dias. Mas, Miguel enfatiza que isto não é em pagamento pelo trabalho na folia, é para não deixar a família desamparada e seu folião preocupado.

O terno dos Figueiredos hoje possui um blog e já gravaram três CDs³⁰⁵, com músicas novas e antigas cantadas pelo grupo. Eles são filiados à Associação Nacional de Folia de Reis, e procuram se adequar às contradições dos novos tempos. Miguel tem preparado seu filho mais velho, Miquéias, para substituí-lo na função de imperador e tem a tranquilidade que esta tradição irá continuar se “perpetuando” em sua família, que é ativamente envolvida com os reis.

Terno de Reis do Alegre – Na comunidade rural de Alegre, no distrito de Riacho da Cruz, acompanhamos um terno de reis que também possui as suas peculiaridades. É o único terno que conhecemos que é conduzido por uma imperadora, e possui vários componentes femininos. Isso ainda hoje não é muito comum nessa região, que, pela tradição, postula que as mulheres devem se dedicar aos ternos de pastorinhas, enquanto que os reis de caixas são ternos masculinos.



Januária – Comunidade do Alegre: Folia de Reis do Alegre, 2011.

³⁰⁵ Conseguimos apenas um deles, que nos foi presenteado pelo grupo: **Terno de Reis dos Figueiredos** – 123 anos (1888-2011). Bonito de Minas-MG, 2011. (Vol.3) (Cd).

Mas isso não foi impedimento para que Zilda Soares dos Santos assumisse essa posição dentro do grupo.³⁰⁶ Antes dela, quem comandava esse reis era sua mãe que, por sua vez herdou de outra mulher, D. Tereza:

(...) tem a D. Tereza, que é a dona dessa folia, ela mora em Januária, né? Aí, mas como hoje ela já tá, assim, uma pessoa já bem de idade, ela não enxerga bem, né? Então, a primeira vez ela passou o ramo pra minha mãe, né? E aí a ela falou: “— Eu só não quero que vocês deixe acabar, porque, né? Chega uma hora que a gente também cansa, né? A vontade que a gente tem é de engajar outras pessoas também, né? (...) pra quando a gente tiver ali bem devagar a gente vê aquilo ali continuando, sabendo que foi um passo que a gente deu, né?”³⁰⁷

D. Tereza, hoje com 90 anos, não consegue mais seguir com o reis. De acordo com os cálculos de dona Chica, esse terno já deve estar com uns 80 anos desde a sua criação. Há 20 anos sua família assumiu o terno. Sua origem se deve a promessa feita pelo pai de D. Tereza, quando ela se feriu gravemente ao cair de uma árvore ainda criança. Quem narra é D. Chica: *(...) que quando ela caiu, eu ainda era menina* (hoje com 72 anos), *(...) ela caiu do pé de pau (...)* *ela ainda era menina (...)* *aí o pai dela saiu com ela cantando os reis.*³⁰⁸

A formação do grupo varia entre nove e dez foliões, dependendo do ano. É composto por agricultores, vazanteiros e pescadores. Apenas um folião vem de fora para participar desse reis. Ele trabalha em Belo Horizonte e sempre que pode vem nesse período. Geralmente, ele só chega a tempo da festa de entrega, e perde grande parte do giro. Mas, ainda assim, ele é uma pessoa importante para o grupo, pois apesar de jovem, é folião de guia e conhece profundamente o sistema dos reis de caixa, saber que lhe foi repassado por seus pais e avós.

³⁰⁶ SANTOS, Zilda Soares dos. **Entrevista**. Januária: Alegre, 03/01/2012. Entrevistadora Iara Toscano Correia.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ C.f. SANTOS. Francisca Pereira dos (D. Chica). **Entrevista**. Januária: Alegre, 03/01/2012. Entrevistadora Iara Toscano Correia.

Segundo nos foi relatado, essa comunidade se constituiu depois da famosa “cheia de 79”. Antes disso, muitos de seus moradores eram vazanteiros e pescadores que habitavam as margens do São Francisco. Com a enchente, eles foram obrigados a se mudar para essa região mais alta, instalando-se a três quilômetros do rio. Muitos deles ainda possuem suas roças nas vazantes e pescam profissionalmente.

As referências africanas dentro desse grupo são muito fortes. O jeito como entoam os reis, e os lundus que executam depois dos cantos de reis, as danças são também diferentes dos outros grupos que observamos. A ausência da sanfona faz com que o som da caixa se acentue ainda mais, destacando a batida da percussão.

O grupo tem tido dificuldades para conseguir um sanfoneiro, ou até mesmo uma sanfona. Os músicos da comunidade, quase todos, foram embora ou se envolveram com a bebida. Por essa razão, Zilda prefere não levar o único sanfoneiro que lhe restou como opção:

(...) as dificuldades, né? Que a gente tá sentido, né?. Porque nós tinha o tocadô, sabe aquelas pessoa, assim, que vai deslexano, né? Porque vai envolvendo muito assim com a bebida, né? Deixano as coisa de lado. Hoje nós não temos um sanfroneiro pra folia de reis. (...) aquele do ano passado nós paguemo ele (...) já esse ano ele já não veio. Aqui tem um, aqui no alto também, mas só que aquele eu prefiro sair sem ele também, né? Porque (...) pra criar problema no meio não dá certo também não. (...) porque quando você pega um cargo assim, uma responsabilidade você tem que dá conta dela (...) porque cê não vai deixar que as pessoas joga o seu nome na lama por causa de uma coisa que não foi nem a gente. Então, muitas vezes a gente tira essas indiferenças, assim. (...) tem que cuidar do grupo pra ele não desmoronar (...) outra coisa, a gente controla muito as pessoa, assim, na bebida também, né? Porque não tem essa casa que você chega que não tem bebida. (...) só que quem tá ali, no caso, quem tá com o pandeiro, quem tá com sanfrona, quem tá com o bumbo, o triângulo, pandêro, né? Essas pessoas são as pessoas do controle, né? Então, eles têm que beber o mínimo, né? O mínimo mesmo (...) pra poder ter sentido as coisa, senão não tem sentido não. Então você segura mesmo a corda deles mesmo. Porque a gente sabe que são pessoas que bebe, então você tem que segurar a corda deles porque senão. (...) não pode faltar, mas também não pode passar. (...)

Em alguns anos, o grupo opta por contratar os serviços de um sanfoneiro profissional, mas nem sempre o dinheiro arrecadado é suficiente. A falta desse

instrumento exige muito dos foliões de guia, que precisam forçar a voz para marcar o compasso junto com a caixa.

Estes foliões, embora não sejam parentes consanguíneos se consideram uma irmandade de reis. Muitos deles são novatos nos reis, se conheciam apenas por assistilos desde criança. Mas, o grupo vem crescendo dentro da comunidade pela influência e liderança de Zilda. Para ela, o que os motiva a sair todos os anos, apesar das dificuldades, é a própria população que fica esperando o dia em que o reis vai passar em sua casa. A trajetória do giro desse grupo tem um percurso de quase quatorze quilômetros, passando pelas comunidades Alegre, Alegre II, Barreiro do Alegre e Cabana. Todas as comunidades desse entorno participam dessa festa.

Zilda não se considera uma mestre de guia completa. Está em aprendizado, mas, ainda assim, aceitou comandar o grupo, já que sua mãe, aos 72 anos, não tem mais condições de assumir tal responsabilidade. É ela quem se incumbe de conduzir o terno de casa em casa todos os anos. É uma líder comunitária atuante, presidente da Associação Comunitária de Alegre, cuida da Capela da comunidade, é rezadeira, benzedeira, marcadora de São Gonçalo e foliona.

Para Zilda, a habilidade de decorar as rezas e os versos *é um dom de Deus*. Aprendeu com os mais velhos, mas desde pequena se destacava entre os irmãos e primos pela facilidade em decorar os versos que lhe eram ensinados. Foi por isso que a sua avó a escolheu para repassar os ensinamentos de rezas e benzeções. Infelizmente, Zilda não tem conseguido convencer seus inúmeros afilhados na comunidade a aprender o sistema dos reis. De acordo com ela, os jovens querem apenas a diversão dos reis, mas *os reis é uma coisa séria* e não deve ser encarado como brincadeira.³⁰⁹

³⁰⁹ SANTOS, Zilda Soares. Op. Cit.

Terno de Reis do Zé Preto – este grupo de reis pertence a *família dos Pretim*, da comunidade Pé da Serra, distrito de Brejo do Amparo. José Correa de Oliveira, o Zé Preto, hoje com 70 anos, está a frente do grupo há 40 anos. Pelos seus levantamentos, esta tradição existe na comunidade há pelos menos 160 anos. Seus tios, que eram os mestres dessa folia, a levaram para o interior de São Paulo quando para lá migraram para trabalhar na agricultura, onde ela continuou ocorrendo todos os anos. Em 1962, eles ofereceram a Zé Preto o posto de tutor, e ele, mesmo sendo jovem e desconhecendo os mistérios da folia, aceitou o desafio. Foi assim que ele a trouxe de volta para a comunidade Pé da Serra. Desde então, o terno nunca mais deixou de sair. Hoje, seu grupo conta com 22 componentes, que se revezam no canto e nos instrumentos. São sobrinhos, primos, cunhados e netos, que todo dia 31 de dezembro se põem a circular pela zona rural do entorno do distrito de Brejo do Amparo.



Januária – Brejo do Amparo, Comunidade Pé da Serra: Terno de Reis do Zé Preto. 2012.

A comunidade Pé da Serra tem a maioria da sua população negra. Por isso, são conhecidos como os Pretim. A principal atividade de todos os envolvidos no grupo é a agricultura. Muitos homens da comunidade já viveram experiências em outros lugares, como São Paulo, Brasília e Uberlândia, trabalhando com pecuária na lavoura

mecanizada. Hoje, muitos voltaram e continuam tocando suas lavouras de subsistência.

O senhor Zé Preto, patriarca de uma grande família, relata as atividades que já desempenhou na vida:

(...) Eu fui lavrador, depois eu passei a trabalhar de máquina, com máquinas agrícolas, e depois eu fui assim, motorista, tomei conta de fazenda né? Fui encarregado de fazenda, né? Fui chefe de transporte, isso também, né? Eu mexi na pecuária também, eu vacinava gado, porco, galinha.³¹⁰

Aos setenta anos, aposentado, cuida de seu sítio, às margens do Riacho da Quinta, onde cria galinhas e porcos, coletivamente, e mantém uma horta para subsistência. O que produz é dividido entre os filhos, que são muitos. Quando raramente sobra algum excedente ele os vende. Mas, isso não é uma situação muito comum. Como ele nos explica:

(...) Foi, nossa, foi tanta coisa, fui trabalhar de foice, machado, enxada e depois o tempo passando, depois daí me aposentei e fiquei só mexendo na lavoura, aqui mesmo, pra mim. Cuidando aqui de galinha, plantando horta. (...) tem um sitiozinho aqui, criando porco, agora mesmo eu tirei os porco, vou colocar os porco pra começar a criação, mas as galinha sempre tem, planto horta. (...) manga, cana, mandioca, banana, coco, feijão, milho (...) Consome tudo aqui, porque aí a gente cria os bicho, aí tem que, né? No caso do milho e da mandioca (...) e o feijão, o feijão que dá a gente gosta muito de fornecer pros filho, né? Tem muito filho, (risos) aí cada um eu dô um tanto.³¹¹

A folia coordenada por ele conta com vários jovens, seus netos e sobrinhos que a partir de dez anos já saem com o grupo para o aprendizado da folia. Os iniciantes começam nos instrumentos de percussão como o reco-reco e o pandeiro. Reparamos que, nessa folia, os jovens já se revezam como foliões de guia.

Recentemente, em 2008, a estrada que liga o Brejo do Amparo aos outros municípios do interior sertanejo, e que também leva à Goiás e Bahia, foi asfaltada. Como essa comunidade fica às margens dessa rodovia, seu asfaltamento aproximou ainda mais as casas da estrada. Essa proximidade e a velocidade dos carros na rodovia

³¹⁰ OLIVEIRA, José Corrêa de. **Entrevista**. Januária: 05/01/2012. Entrevistadora Iara Toscano Correia.

³¹¹ Idem.

tornaram-se um problema para a comunidade, que muito próxima à pista convive com o iminente perigo de acidentes. O Sr. Zé Preto nos disse que perdeu um de seus netos ali, quando descia do ônibus na volta da escola.

CAPÍTULO III – O movimento ritual e simbólico das folias

3.1 – *Vamos dar mais uma volta, que a viola mandou dar* – Ritual e Simbologia da folia de Reis

*Lá do céu evem caino
Três pingüim de água de chêro*

*E da cepa nasceu a rama
E da rama nasceu a flor*

*E da flor nasceu Maria
Mãe do nosso Salvador*

(Folia de Reis do Zé Preto – Brejo do Amparo)

A tradição bíblica do Novo Testamento narra as passagens da vida de Jesus Cristo entre os homens a partir do relato de seus quatro evangelistas: Mateus, Marcos, Lucas e João. No entanto, apenas um deles é mencionada a visita de magos no episódio de seu nascimento. Em Mateus (2, 1-12) podemos ler:

*Tendo Jesus nascido em Belém da Judéia, em dias do rei Herodes, eis que vieram uns magos do oriente a Jerusalém.
E perguntavam: Onde está o recém-nascido Rei dos Judeus? Porque vimos a sua estrela no Oriente, e viemos para adorá-lo.
Tendo ouvido isso, alarmou-se o rei Herodes e, com ele, toda Jerusalém, então convocando todos os principais sacerdotes e escribas do povo, indagava deles onde o Cristo deveria nascer.
Em Belém da Judéia, responderam eles (...)
Com isto Herodes, tendo chamado secretamente os magos, inquireu deles com precisão quanto ao tempo em que a estrela aparecera.
E, enviando-os a Belém, disse-lhes: Ide informar-vos cuidadosamente a respeito do menino; e, quando o tiverdes encontrado, avisai-me para eu também ir adorá-lo.
Depois de ouvirem o rei, partiram; e, eis que a estrela que viram no Oriente os precedia, até que, chegando, parou sobre onde estava o menino.
E vendo eles a estrela, alegraram-se com grande e intenso júbilo.
Entrando na casa, viram o menino com Maria, sua mãe. Prostraram-se, o adoraram; e, abrindo os seus tesouros, entregaram-lhe suas ofertas: ouro, incenso e mirra.
Sendo por divina advertência prevenidos em sonho para não voltarem à presença de Herodes, regressaram por outro caminho a sua terra. (grifos nossos)³¹²*

³¹² Bíblia Sagrada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969, p. 05-06. (Novo Testamento).

Este trecho é o princípio fundador em que se baseiam os grupos de folias de reis para a elaboração de seu ritual. Com base nesse pequeno relato, um vasto repertório foi sendo construído a esse respeito. Observem que o texto não indica se os magos eram reis ou santos. Tampouco registra a quantidade daqueles que seguiam uma estrela rumo a Belém. De acordo com Antônio Henrique Weitzel, uma série de interpretações foi sendo construída ao longo de séculos em torno desse acontecimento bíblico, levando a desdobramentos que se cristalizaram e se enraizaram no imaginário popular, disseminado pela dispersão do catolicismo.

No levantamento de Weitzel, São Cesário (470-543) bispo de Arles, na França, foi o primeiro atribuir o título de reis aos magos. A partir do século VII, postulou-se que os magos eram em número de três. Segundo este autor, são duas as explicações para isso: uma por terem sido três os presentes ofertados (ouro, incenso e mirra); e outra como um simbolismo das três raças oriundas dos filhos de Noé (Sem, Cam e Jafé): os *semitas*, que compreende os hebreus, assírios, aramaicos, fenícios e árabes; os *camitas*, habitantes da África e da Ásia Ocidental e os *jaféticos* povoadores do planalto central asiático e parte da Europa. Os intérpretes bíblicos queriam significar com isso que *o Messias prometido veio não apenas para os judeus, mas para toda a humanidade*.³¹³

São Beda, o Venerável (673-735), teria atribuído uma aparência física a estes magos: *Melchior, era velho, de barbas longas e espessas; Gaspar era jovem, imberbe e ruivo; Baltazar era negro, de barba cerrada*.³¹⁴ Assim, a partir do século XII os então Três Reis Magos, nomeadamente Melchior (Belchior, também dito Brechó pelos foliões), Gaspar e Baltazar passaram a ser cultuados popularmente como santos.

³¹³ WEITZEL, Antônio Henrique. Folia de Reis. **Revista Comissão Mineira de Folclore**. Belo Horizonte, n. 22, agosto de 2001. p. 18.

³¹⁴ Idem, p. 18-19.

Todavia, a Igreja nunca os reconheceu oficialmente como santos. No dia 06 de janeiro comemora-se, dentro do calendário litúrgico, a festa da Epifania do Senhor:

*(...) que quer dizer aparição, manifestação, porque Cristo se manifestou então aos olhos do mundo, de toda a humanidade, representada pelos Reis Magos. Faz-se alusão a eles em todo o próprio da missa deste dia de festa, que é a segunda solenidade do ciclo natalino. E, nenhum momento, porém, lhes dá o título de reis ou de santos. O povo é que os canonizou, o mesmo tendo acontecido com os primeiros santos do cristianismo.*³¹⁵

Todavia, apesar de não se referir aos magos, Lucas contribui com sua narrativa para enriquecer o cenário do capítulo assim intitulado: “O nascimento de Jesus Cristo”:

*(...) José também subiu da Galiléia, da cidade de Nazaré, para a Judéia, à cidade (...) chamada de Belém (...) a fim de alistar-se com Maria, sua esposa, que estava grávida (...) e ela deu à luz o seu filho primogênito. (...) Havia naquela mesma região pastores que viviam nos campos (...) e um anjo do Senhor desceu aonde eles estavam e a glória do Senhor brilhou ao redor deles; (...) o anjo, porém, lhes disse: Não temas: eis aqui vos trago boa nova de grande alegria (...) é que hoje vos nasceu na cidade de Davi, o Salvador, que é Cristo, o Senhor (...) E isso vos servirá de sinal: encontrareis uma criança envolta em faixas e deitada em manjedoura (...) e subitamente apareceu com o anjo uma multidão da milícia celestial (...) e, ausentando-se deles os anjos para o céu, diziam os pastores uns aos outros: Vamos até Belém (...) Foram apressadamente e acharam Maria e a criança deitada na manjedoura (...) voltaram, então, os pastores glorificando e louvando a Deus por tudo o que tinham ouvido e visto, como lhes fora anunciado*³¹⁶.

Partindo dessas primeiras ponderações, podemos inferir que boa parte do imaginário popular que recobre o culto aos Reis Magos e o vasto repertório construído em torno das Folias de Reis ao longo de séculos, não foram elaborados tendo por base unicamente a matriz bíblica. Um longo processo de construção de significações e interpretações, do remoto enunciado dos evangelistas Mateus e Lucas até os recentes filmes bíblicos veiculados pela televisão.

Ao narrar livremente a saga do nascimento do Menino-Deus, tendo por base a narrativa entoada nos cânticos de reis, a versão do Mestre Zé Preto sobre os mesmos

³¹⁵ Ibidem, p. 20.

³¹⁶ Bíblia Sagrada. Op. cit. p. 72.

acontecimentos é rica em muitos pormenores. Extrapola o texto bíblico e dá asas à imaginação ao conceber o nascimento de Cristo:

(...) Os **magos** estavam no campo, com os bichos, né? Eles eram vigias dos animais (...) era um pessoal muito temente a Deus, e eles queriam saber como essa notícia tinha surgido, que tinha esse Rei e que ia ser o Rei do mundo. E eles queriam ir lá vê: “— Diz que é pra banda de Belém, e nós vamos pra lá” Então isso eles fizeram. Arriaram os **cavalo** lá, os camelo e foram viajando no rumo lá. Ali surgiu, na época uma estrela, e essa estrela, eles pensaram: “essa estrela deve ser um guia pra nós, vamos na direção dela. Então, eles iam, viajavam, viajavam, viajavam, parava num lugar pra descanso. Aí encontrando alguém lá, disse: Moço! Cês vão atrás, cês tem que perguntar ao rei Herodes,(...) Passa a saber se ele num sabe desse rei que vai surgir aí”. Os magos foram e viajaram pra lá (...). Quando chegou na **casa** do rei Herodes pediu a ele **pousada**, e lá eles ficaram. Então durante a noite, eles tiveram uma **conversa** com o rei (...) E o rei Herodes, disse: “— Eu também tive essa notícia. Que bom que vocês estão indo! (...) agora tem uma coisa: vocês vão e voltam, passando por aqui vocês vão me falar que eu também quero ir adorar”. Os reis magos: “—Tudo bem”. Ficaram por ali. Quando foi lá pelas dez hora, pegaram os instrumentos deles, que eles levaram pra tocar pra cantar lá, louvando e bem dizendo a Deus, né? E colocou os **instrumentos** e viajaram. E quando foi a noite a estrela apareceu de novo (...): “ — A estrela lá, vamos no rumo dela” E de vez em quando aparecia uma visão, que eles tava certo, que era ali. De vez em quando uma visão. Veio uma estrela. Veio uma pessoa e falou: “Olha no rumo que vocês estão vocês tá certo”. “— É verdade. O Menino nasceu mesmo!”. Então eles foram. Até que chegou num morro lá, e a estrela pousou. Eles falô: “Olha! Tamo chegando, a estrela pousou”. Quando chegou perto viu o movimento de animais. **O galo, o boi, o carneiro**. E eles foram descendo do cavalo e foram olhando aquilo ali. Viu duas pessoas lá. Eles foram chegando pra perto, era José, Maria e Jesus (...). E então o quê que eles fizeram? Eles entraram, inclusive, eles dizem que era muito **apertadim** pra entrar lá, e na hora que viu, e aí cada um da sua vez, foi chegando e foi fazendo lá a sua benção lá. Um chegou, joelhou, outro passou chegou aqui joelhou também, o outro chegou e também (...) eles tavam com **embornais** e eles tiraram, cada um levou um presente. E esse presente, é por exemplo, a mirra, o ouro e o incenso (...) então foram os presentes que os Reis Magos levou pra Jesus. Eles tiveram ali e saíram e foram embora.

(...) o quê que quer dizer isso? Dessa estrela, desse anjo? De tudo? Que era o próprio Jesus que tava guiando os magos, né? Aquela estrela era o próprio Jesus, né? Porque ele veio mostrar pra nós como que nós temos que ser. Como nós temos que caminhar nesse mundo, com a humildade. Não precisa muita **bazófia**, pobrezinho, mas com a fé, (...) porque sem Deus nós não somos nada. Então os magos tiveram muita fé, e os magos (...) vamos dizer assim, eles foram muito bem olhados, porque nada aconteceu com eles, mas nada foi contra eles em nada, porque o próprio Deus estava ali ensinando tudo, e o Jesus que tinha nascido tava ajudando também ali, e ele era uma estrelinha que estava guiando ali, para os anjos, para os magos, para o povo de Deus passar. (...) filho de Herodes, Arquilau, foi governar no

*lugar dele, mas também acabou-se tudo. Porque quem é contra Deus vai se acabando.*³¹⁷ (Grifos nossos)

A explicação ampla, mas coerente, do Sr. Zé Preto revela uma história rica em detalhes sobre o nascimento de Cristo. Muitos elementos de Lucas foram incorporados em uma narrativa dramática que, tal como em uma peça de teatro, a trama possui cenário, personagens e enredo próprio. Os diálogos são reconstruídos dando maior veracidade aos fatos e ao final uma moral é apreendida. Percebe-se que ele soma a versão de Mateus e Lucas, tomando os pastores em lugar dos Magos, talvez porque a figura de “Magos” lhes seja muito distante de sua realidade. Por isso, cria-se uma história que faz mais sentido, incorporando elementos de seu cotidiano, tais como: o *cavalo*, a *pousada*, a *casa*, os *instrumentos*, o *galo*, o *boi* e o *carneiro*, e os *embornais* com os presentes.

É possível reconhecer que a fonte dos fragmentos narrativos que compõem a trama tem origem em diferentes enunciados e foram mesclados na construção de uma história que faz sentido, com início, meio e fim. Mesclando enunciados encontrados na tradição oral, nas escrituras sagradas, na explicação evangelizadora de padres e leigos, no rádio, na televisão, no cinema, entre muitos outros veículos. Múltiplos fragmentos são acionados no intuito de reconstruir uma narrativa coerente e com significado pedagógico.

A informação de que os magos levavam instrumentos para cantar diante do Menino-Deus, a menção a outros sinais, além da estrela, que teriam sido enviados aos reis para indicar o caminho certo são utilizados no sentido de justificar a peregrinação desses músicos que pregam a humildade em seu gesto ritual e evangelizam por meio da palavra cantada.

³¹⁷ OLIVEIRA, José Correia de (Zé Preto). **Entrevista**. Januária: 05/01/2012. Entrevistadora Iara Toscano Correia.

A lição maior que se deve retirar dessa passagem: a humildade. Esse é para todos os grupos observados a mensagem mais importante da passagem dos Reis Magos: a humildade de Magos (Reis) que percorrem um longo caminho para visitar uma criança pobre, nascida em uma lapinha, junto aos animais do estábulo.

Talvez, nesse caso, ele tenha fundido elementos dos evangelhos de Mateus e Lucas, pois como vimos este descreve a visita de pastores e não de magos. Mestre Zé Preto mesmo me disse que tira inspiração para seus versos dos *Evangelhos de Mateus, capítulo dois, verso onze, Marcos e São Lucas*.³¹⁸

O propósito de um grupo de Folia de Reis, ou Reis de Caixa como também são conhecidos em Januária, é o de anunciar a boa nova sob a forma de uma *função*³¹⁹, geralmente em pagamento de promessa. Um folião de promessa deve cumprir o preceito de sair com o terno por, pelo menos, sete anos consecutivos. Só assim a promessa pode ser considerada paga, e ele quite com o santo.³²⁰ Mas, em muitos casos, estas folias transcendem gerações, impulsionadas por grupos que podem se circunscrever a esfera familiar ou a toda uma comunidade, incentivada e orquestrada por mestres e mestras, líderes respeitados e reconhecidos entre seus pares por possuírem um saber ancestral. São os avós, padrinhos e madrinhas de quase todos na comunidade.

A forma como se desenvolve a função de reis e algumas de suas características gerais preservadas no ritual permitem identificar um grupo, em Januária ou alhures, como Terno de Folia de Reis. Contudo, cada grupo apresenta peculiaridades muito

³¹⁸ OLIVEIRA, José Correia de (Zé Preto). /*Entrevista*. Januária: Brejo do Amparo: 02/01/2011. (entrevista não gravada).

³¹⁹ Função é uma antiga denominação para festividades religiosas e também familiares, como batizados, casamentos, aniversários empregada no sentido de baile, soirée ou partida. C.f.: CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 11. ed. 2002. (edição Ilustrada), pp. 252-3.

³²⁰ Em vários lugares, isso também foi observado. C.f.: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na rua**. Campinas: Papirus. 1989; _____. **Sacerdotes de Viola**: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1981; _____. **De tão longe eu venho vindo**: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: UFG, 2004; CHAVES, Wagner Neves Diniz. **A bandeira é o santo e o santo não é a bandeira**: práticas e presentificação do santo nas folias de reis e de São José, Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPG-Antropologia Social. 2009.

próprias, não somente dentro do universo que recortamos para esta pesquisa, como em todos os estudos de caso que abordam as Folias de Reis a que tivemos acesso. Cada terno funciona com uma margem de tradição e de invenção, que é justamente o que lhes garante a perpetuação.

O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão definiu um Terno de Folia de Reis como: (...) *um grupo precatório de cantores e de instrumentistas, seguidos de acompanhantes e viajores rituais, entre casas de moradores rurais, durante um período anual de festejos dos Três Reis Santos, entre 31 de dezembro e 6 de janeiro.*³²¹

Esta prática da religiosidade popular reencena a visita dos Reis Magos ao Menino-Deus. Entre casas de amigos e parentes, os ternos de Folias de Reis perfazem um *giro*, ou seja, circulam dentro de um território previamente estabelecido, no período entre o Nascimento e a Epifania, visitando, fazendo orações, distribuindo bênçãos e recolhendo esmolas para o dia da festa.³²²

Entre a saída da folia e a entrega da Festa se desenvolve o *giro*. Este é o trajeto previamente demarcado entre os foliões e as pessoas que irão receber o grupo em peregrinação, por onde circulará a folia.

Este percurso não se desenvolve de maneira aleatória. Ele deve reproduzir simbolicamente o caminho percorrido pelos Reis Magos na visita a gruta de Belém. Assim, é necessário seguir o preceito de evitar retornar pelo caminho por onde já tenham passado, simbolizando com isso o gesto dos Reis Magos que, no retorno da visita, fizeram um caminho diferente da ida: *Sendo por divina advertência prevenidos*

³²¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De tão longe eu venho vindo**: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: EDUFG, 2004. p. 347.

³²² C.f.: BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **Sacerdotes de Viola**: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 22.

em sonho para não voltarem à presença de Herodes, regressaram por outro caminho a sua terra.³²³ Miguel Figueiredo explica os fundamentos deste preceito:

*(...)na saída da folia, o imperador com o folião de guia marcava o percurso. Então, ele não podia, além de não saltar nenhuma casa, tá indo e vindo pelo mesmo caminho. Só tinha uma ida. Isso se explica porque no caminho dos Três Reis só tinha uma ida e na ida deles eles encontraram o Herodes. O rei Herodes perguntou pra onde eles estavam indo, a quem eles estavam indo adorar e soube que tinha nascido um menino. E que ele também queria descobrir, pra que ele também pudesse adorar. Se os três Reis Magos soubessem, voltassem pra anunciar pra ele ir lá adorar. Então, os Três Reis foram avisados também que não voltassem a Herodes porque a intenção de Herodes era de ir lá matar a criança. Então, daí, desse exemplo dos três Reis é que as folias se espelham. Eles tem que ir por um caminho só. (...) pra não dar a pista a Herodes de onde estava o Menino-Deus (...).*³²⁴

Desse modo, à medida que o território do giro da folia tem o seu espaço demarcado, instituiu-se uma nova relação com este território, considerado, a partir daí, sagrado para os ternos de Santos Reis. Todo o processo, que vai da *saída* dos foliões até o dia da *entrega* da folia, se desenrola ao longo de no mínimo cinco dias. A finalidade da jornada é louvar o Menino Jesus, evangelizar, alegrar e, enfim, *entregar* a responsabilidade para o próximo festeiro, o novo *imperador*, que no ano seguinte será o responsável pelo novo ciclo de peregrinações.

Outro preceito importante e que deve ser observado no ritual é de que o terno de reis deve bater em todas as casas que estão no circuito do giro, sem falhar nenhuma. Dona Chica, no Alegre, lembra que estes preceitos estão explicitados nos versos de reis: *Santos Reis saiu visitando ricos e pobres, cada um dá o que tem, cada um dá o que pode.*³²⁵

Um terno de Folia tem como dever moral chamar em todas as portas, excetuando apenas aquelas que são sabidamente pertencentes a famílias de outras religiões. Em

³²³ **Bíblia Sagrada:** Antigo e Novo Testamento. Mateus, 2, 12. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. p. 06.

³²⁴ FIGUEIREDO, Miguel Borges. **Entrevista.** Bonito de Minas: 06/11/2011. Entrevistadora: Iara Toscano Correia.

³²⁵ SANTOS Francisca Pereira dos (D. Chica). **Entrevista:** Januária: Alegre, 01/01/2011.

geral, as comunidades que pertencem ao giro dos reis ficam à espera do grupo que, mais cedo ou mais tarde, aparece para a louvação. Muitas vezes, já foram avisados por outros por onde caminha o grupo. Nesse caso, ficam prevenidos com os *comes e bebes* tradicionais. É de praxe servir um *café* ao Reis, geralmente, acompanhado de café, biscoitos de polvilho, pão de queijo, bolachas e alguma outra bebida que deve ser sempre entregue ao líder que, em geral, controla sua distribuição entre os foliões. O que sobra é para a festa.

Dependendo da posse do devoto, é importante não furtar-se a uma esmola. Miguel Figueiredo interpreta a simbologia das esmolas dentro da folia da seguinte maneira:

*(...) Os foliões é uma representação dos Três Reis Magos, que a Igreja (...) elevaram eles na condição de santos, né?*³²⁶ *Os Três Reis Magos pelo gesto, do reconhecimento da humildade de que Deus escolheu o Filho Dele para nascer de uma família pobre, numa cidade pobre, porque a preferência de Deus era pelos pobres. Mas, com o aval dos ricos, né? Que os Reis Magos eram ricos, eram reis, eram magos, eram homens poderosos, né? Tanto é que os presentes deles foi o ouro, o incenso e a mirra. É por isso que cada família hoje, quando você canta na sua casa, dá também a sua oferta, dá também o seu presente. O pessoal fala dá esmola. (...)*³²⁷

Oferecida de bom grado, a esmola pode retornar na forma de graças e recompensas para a família. Contrariar tal preceito pode ocasionar uma punição por parte dos Santos, intermediários de Deus que a tudo vê. Alguns versos citados na folia do Zé Preto são reveladores nesse sentido:

*(...) E também o Sr. Tadeu
Santos Reis lhe pede a oferta
Santos Reis lhe pede a oferta*

*Ele pede a santa oferta
Mas não é por caridade*

³²⁶ Os Santos Reis são como tantos outros santos populares não reconhecidos legalmente pela Igreja que povoam o imaginário religioso popular. Contudo, pontualmente, em vários lugares a Igreja chega até a se apropriar, dirigir e terminar a festa com uma missa. C.f.: CORREIA, Iara Toscano. **João Relojoeiro**: um santo no imaginário popular. Uberlândia: EDUFU, 2004.

³²⁷ FIGUEIREDO, Miguel Borges. Op.cit.

Mas não é por caridade

Ele pede é experimentando

Quem dá de boa vontade

*Quem dá de boa vontade*³²⁸

Um grupo, ou terno de folia, é composto pelos foliões, que são os músicos, tocadores e cantadores. A posição ocupada dentro do terno varia de acordo com a formação musical e com a experiência de cada um dentro da folia. Os iniciantes começam com o *balainho*, o reco-reco e vão evoluindo na percussão, até, quem sabe, um dia tornar-se um tocador de caixa, ou de bumbo.

Para Miguel Figueiredo, uma folia tem que contar com no mínimo doze componentes:

*(...) A folia de reis ela é composta da seguinte forma: tem a pessoa que é o coordenador que recebe o nome de imperador. Imperador é aquela pessoa que é o responsável pela festa do ano, que vai organizar a festa. E o terno ele é composto da seguinte forma: folião de guia é o mestre cantador. Tem o mestre reiseiro, que é o mestre que segue com a folia a cada ano (...) é o imperador. Existe muitas designações capitão de guia, mestre reiseiro, imperador (...) é a mesma função. Aqui as folias nossas, do Norte de Minas, ela é da seguinte forma: tem o folião de guia, que canta em dueto com um outro folião, um fazendo a primeira voz e o outro fazendo a segunda, e tem uma outra dupla, um outro dueto que responde ao que eles falam, né? Como o contra guia, então, são aqueles que estão respondendo ao que eles falam. Dentro daí vem os demais componentes, vem a viola, vem os músicos de viola, instrumentos de corda: violão, violino, cavaquinho; instrumento de percussão, que é a caixa, o bumbo, que é o pandeiro, que é o balaio, que é o reco-reco. Normalmente, uma folia quando entra na roda pra saudar uma lapinha tem que ter ali doze foliões.*³²⁹

Em Januária, encontramos grupos que possuem oito e até vinte e dois participantes. Analisando a estrutura interna de um grupo de reis, identificamos uma hierarquia entre os foliões. O elemento fundamental para a coesão do grupo é, sem dúvida, a do *imperador*, que também pode ser nomeado de outras formas, variando muito de grupo para grupo: *capitão*, *chefe*, *gerente* ou *tutor*. Em algumas situações, esse

³²⁸ Folia do Zé Preto. Brejo do Amparo: 05/01/2012. Captação de áudio: Iara Toscano Correia.

³²⁹ C.f.: FIGUEIREDO, Miguel Borges. Op. cit.

posto é desempenhado pelo próprio *dono* da folia, ou por seu fundador. Em outros casos, ele pode ser indicado pelo grupo ou pela comunidade para assumir esse papel, ou ainda, ser designado pelo *dono* da folia, autor da promessa que, por algum motivo, não possa acompanhar o grupo³³⁰.

Em todas as situações que observamos, quem ocupa a função de coordenador tem o dever de zelar para que a missão seja cumprida a contento, evitar o desregramento e a má conduta de seus foliões e primar pela qualidade dos reis que se está executando. Dessa forma, sua autoridade deve ser inquestionável.

O respeito e a obediência foram, de acordo com o Sr. Zé Preto, gerente da folia da comunidade Pé da Serra, a sua principal preocupação ao assumir a liderança do grupo há mais de cinquenta anos. Quando os membros mais velhos dessa folia, que já fora de sua avó, lhe ofereceram esse encargo, ele questionou ao grupo: (...) *eu posso até ser o tutor daí, mas é preciso que todos me obedeçam. E como é que vocês que já tem num sei lá quantos anos vai obedecer a mim que sô (novo)...?*³³¹

Aceitar ainda jovem a direção da folia de sua família, que vem de uma tradição de mais de 160 anos, tendo o pai e os tios como membros e velhos foliões de guia, foi o desafio que ele teve que aceitar. Isso implicaria na aceitação incondicional a seu mando, colocado à prova, principalmente, quando se tratou de impor inovações ao grupo:

*(...) e sempre todos os anos tem as reuniões, eu explico como que é. (...) Inclusive eu tive uns tio que, logo nos dois primeiros anos, eles começaram a beber muito e quando eles bebia eu afastava eles. “— Não. Pode dormir, o senhor vai dormir depois o senhor levanta. Onde nós tivé ...”. Ele ficava danado comigo. (...) “— Como foi que nós conversamos na reunião?” E eles baixavam ...*³³²

³³⁰ No caso da folia da Comunidade Pé da Serra, o Sr. Zé Preto foi escolhido entre seus pares para se tornar o líder. Na Folia de Reis dos Figueiredos, quando o Imperador, José Figueiredo (avô de Miguel Figueiredo) faleceu a folia ficou com seu irmão, que assumiu a responsabilidade de conduzir os foliões até o momento em que filho mais velho do casal, José Figueiredo Filho (pai de Miguel), estivesse pronto para assumir a liderança do grupo.

³³¹ OLIVEIRA, José Correia de (Zé Preto). Op. Cit.

³³² Idem.

A autoridade do líder dentro da folia reside também no reconhecimento de sua capacidade de solucionar os imprevistos que, por ventura, surjam ao longo dos vários dias de jornada e convivência, além de administrar as paradas do giro. É dele e do folião de guia a responsabilidade por traçar o giro e deixar previamente acertado o caminho a percorrer e os lugares de parada e pouso.

Abaixo da figura do imperador, na hierarquia da folia, está o folião de guia, detentor de todo o repertório de músicas e ações simbólicas de uma folia. Este, por sua longa experiência, guarda na memória as extensas cantorias e os ritos próprios da folia e, principalmente, sabe improvisar os versos e rimas quando o momento exige.

Em alguns casos, o imperador da folia desempenha a dupla função de imperador e folião de guia. Mas, como esclarece o Sr. Zé Preto, essa é uma situação que deve ser evitada. Um conselho que, segundo ele, recebeu certa vez e que procurou aplicar em sua folia foi que um gerente jamais deve dividir essa função com a de folião de guia, pois isso lhe tira a atenção sobre o que está se passando a sua volta. Ele precisa estar sempre atento a tudo, principalmente no comportamento de seus foliões para que nada saia de seu controle. Contudo, podem ocorrer variações, na comunidade Alegre, por exemplo, observamos que a foliã Zilda Soares desempenha estas duas funções. Embora também possua todo o repertório na memória, o papel do imperador é de gerenciar o grupo. Ao lado dos foliões de guia estão os foliões de contra guia, formando, assim, dois duetos como explicitado na fala de Miguel Figueiredo.

Tornar-se um folião de guia leva tempo e dedicação. Ele é preparado durante muitos anos antes de poder sair na liderança de um grupo. Antônio Figueiredo nos explicou que:

(...) uma folia de reis ela não se monta assim, da noite pro dia não né? Existe hierarquias, existe uma hierarquia dento de um terno de reis que são os foliões de guia, são aqueles que conhecem os cantos, né? Que realmente

*são mestres em algum instrumento, os demais são percursionistas. Então esses quatro foliões de guia, eles são imprescindíveis, se um deles falta aí o terno de reis tem problema, né?*³³³

O ritual de visitação às casas dura, em média, 40 minutos, entre o canto de chegada e a saudação de despedida. Porém, se houver uma lapinha montada na casa é necessário antes fazer a Saudação da Lapinha. Todos os foliões se colocam à sua volta e em tom contrito fazem a narrativa, cantando pormenorizadamente o nascimento do Menino-Deus.

Durante o ritual de visitação das casas, todas as passagens são narradas a partir de diversos versos que compõem uma única e extensa canção (exceto para os versos da lapinha que são separados e cantados solenemente diante dela). Na rua de baixo, a foliã de guia, dona Olegária, nos esclarece que são tantos os versos existentes dentro da folia que é impossível cantar todos eles durante uma visita. Para ela, se assim fosse, o terno levaria a noite toda em apenas uma única residência. Dessa forma, são entoados apenas alguns fragmentos:

*(...) ali é o seguinte: a gente canta de quinze a dez versos do reis, ali a gente encerra, porque tem as outras casas, né? Porque eu canto e outro lá repete a mesma coisa que eu falei, né? Então, quer dizer que a coisa ali já vai demorando (...) tem pessoas que canta o nascimento, né? Canta o padicimento, aí é muita coisa. Pra cantá isso tudo vai a noite inteira. (...) é muito grande. E outra coisa, os batedô de caixa também num güenta, cansa, cansa mutcho de tá batendo, porque demora mutcho (...) faz até uma metade e pára (...) pra poder seguir, né?*³³⁴

No Alegre, d. Zilda nos explicou que são muitas as *ramas* (estrofes) dos reis. Quando ela assiste a um reis que ela acha diferente, ela inclui mais uma *rama* ao seu repertório. Assim, os reis não possuem versos fixos, mas obedece a uma estrutura de enredo. O folião de guia escolhe entre as diversas estrofes que conhece aquela que seja mais adequada a cada situação.

³³³ FIGUEIREDO, Antônio Borges. Op. Cit.

³³⁴ ROCHA, Olegária Nunes da. Op. Cit.

O enredo que se desenvolve nas casas, primeiro anuncia a chegada dos Santos Reis, narrando um trecho sobre o nascimento de Jesus e a peregrinação dos Reis Magos. Em seguida, é feito um peditório para a festa, o agradecimento nominal ao dono da casa, esposa e filhos pela esmola ofertada a Santos Reis e, finalmente, um convite para o dia da reza. Com uma saudação aos Santos Reis, Jesus, Maria e José o terno finaliza a parte do ritual de visitação. Depois disso, os grupos executam um samba, ou lundu (que explicaremos mais adiante). No Reis do Zé Preto, podemos acompanhar a evolu o dessa narrativa, na cantoria ocorrida na casa de um morador da comunidade P  da Serra:

Folia do Zé Preto – Sauda o em casa de morador

Guia I e Contra guia II
Padre, Filho Espírito Santo
Nas horas de Deus, amém
Nas horas de Deus, amém

I e II
Deixa eu me benz  primeiro
Pra livrar dos emporém
Pra livrar dos emporém

I e II
E tamém a D. Cida
Santos Reis aqui está
Santos Reis aqui está

I e II
Ele mesmo veio em pessoa
A sua oferta vei busc 
Sua oferta vei busc 

I e II
E oferta a meus Santos Reis
Não tenha pena de dar
Não tenha pena de dar

I e II
A oferta que v s nos deu
Não caba seu cabed 
Não caba seu cabed 

I e II
E também os seus filhinhos
Todos eles tão croados (coroados)
Todos eles tão croados (coroados)

I e II

E nos p s da Virgem Maria
Todos foram colocados
Todos foram colocados

I e II
E quando for no dia cinco
Você vai pra nós rez 
Você vai pra nós rez 

I e II
E quando for no dia cinco
Tenho a promessa Divina
Tenho a promessa Divina

I e II
Mas andava meus Santos Reis
Quando Deus era menino
Quando Deus era menino

I e II
Mas quando Deus era menino
Que os anjos no céu cantou
Que os anjos no céu cantou

I e II
O tombem a D. Cida
Santos Reis já vai s'embora
Santos Reis já vai s'embora

I e II
Deus lhe pague a santa oferta
Deus lhe dá muito que dar
Deus lhe dá muito que dar

I e II
E também o seu Tadeu
Não se d  por agravado

Não se dê por agravado

Que só não lhe cantei primeiro

Porque tinha reservado

Porque tinha reservado

E também a dona dele

Eu não sei ela quem é

Eu não sei ela quem é

É um cravo e uma rosa

Com açucena no pé

Com açucena no pé

E também o Sr. Tadeu

Santos Reis lhe pede a oferta

Santos Reis lhe pede a oferta

Ele pede a santa oferta

Mas não é por caridade

Mas não é por caridade

Ele pede é experimentando

Quem dá de boa vontade

Quem dá de boa vontade

Lá do céu evém caino

Três pingüim de água de chêro

Três pingüim de água de chêro

E da cepa nasceu a rama

E da rama nasceu a flor

Da rama nasceu a flor

E da flor nasceu Maria

Mãe do nosso Salvador

Mãe do nosso Salvador

Ora e via e ora e via

Viva os três Reis primeiro

Viva os três Reis primeiro

São José e Santa Maria

Mãe do Cristo verdadeiro

Mãe do Cristo verdadeiro

Essa é a cantoria que normalmente ocorre nas casas que visitam. Neste caso especificamente, observamos que quando os foliões iam finalizar, eles voltam aos agradecimentos para incluir mais uma pessoa que estava na casa, a presença do senhor Tadeu, que não havia sido nomeado junto com D. Cida, a dona da casa, é razão para mais uma rodada de argumentações e peditórios. Dessa forma, seu Zé Preto me explicou que nesses casos pode-se fazer uma emenda, sem precisar repetir toda a introdução da narrativa, emendando uma sequência na outra. Aqui, observamos que o lapso exigiu uma deferência dirigida também à sua esposa que, embora os foliões não soubessem o nome, foi agraciada com os versos:

E também a dona dele

Eu não sei ela quem é

Eu não sei ela quem é

É um cravo e uma rosa

Com açucena no pé

Com açucena no pé

No imaginário cristão a flor de açucena representa pureza e fé. A habilidade do folião de guia em sair de determinadas situações pode ser testada em diversos

momentos, seja por razão de promessa do dono da casa, por rituais que se deva cumprir em locais sagrados como cemitérios, cruzeiros, capelas. Cada situação exige um tipo próprio de canto.

Os percussionistas podem e, muitas vezes, são preparados para um dia assumir a posição de folião de guia. Os instrumentos na folia não são fixos. E varia muito dependendo da disponibilidade tanto do instrumento quanto do músico em cada localidade. No caso da folia de reis dos Figueiredos, seu instrumental é rico e variado. Contando, inclusive, com um *luthier* e mestre de viola, que detém um conhecimento formal em música, encarregado da afinação e da qualidade dos acordes dos instrumentos do grupo.

Este posto existe em todos os grupos que observamos. Na comunidade Pé da Serra, a folia possui o seu próprio acervo de instrumentos e um dos músicos é encarregado de acompanhar a afinação geral. Diferente do terno dos Figueiredos, quem atua nesse ofício é um músico leigo, com um ouvido apuradíssimo para detectar a afinação adequada de todos os instrumentos do grupo. Antes de iniciar a cantoria, ele testa e ajuda a ajustar os instrumentos de todos. Segundo ele, se lhe pedirem para fazer um ‘LA’ em sua viola ele não saberia.

Já na folia do Alegre, em toda a comunidade não é possível encontrar um único sanfoneiro para acompanhar o terno. E isso, segundo sua mestre foliã Zilda, interfere na sonoridade do grupo. A cadência deste terno é marcada apenas por instrumentos de percussão. Ela nos conta a falta que a sanfona faz para a marcação do tempo musical da folia:

(...) hoje nós não temos um sanfoneiro pra folia de reis, e a sanfona ela é super importante, sabe por causa de quê? É porque ela sai na frente, né? E quando não tem a sanfona você é obrigado, a voz cê força mais (...) aí cê tem que tirar num tom mais alto pra as pessoas também pode acompanhá, a sanfona te ajuda bastante (...) É a sanfona que faz todo o

*acompanhamento e hoje sem a sanfrona é a caixa, né? A caixa ela sai primeiro, mas de qualquer forma a voz da gente fica bem, né? Cansativo.*³³⁵

Mas, um grupo, ou terno, de folia de reis não se faz apenas de foliões e mestres. Esta é apenas uma parte dos agentes envolvidos no ritual do que se compreende por Festa de Reis. O festeiro, também denominado imperador ou embaixador, é aquele que tem a responsabilidade de organizar a *festa de entrega da folia*. Essa é uma função que se altera todos os anos com o ato *ritual de entrega do ramo*. Na comunidade Pé da Serra são indicados três *festeiros*³³⁶. Já na comunidade Alegre, no ano que estivemos acompanhando o grupo, 2012, foram dois os *festeiros* responsáveis pela promoção da festa. Os festeiros são escolhidos motivados por promessa ou, simplesmente, pelo rodízio estabelecido dentro da própria comunidade.

Mesmo com a escolha do festeiro, a organização da festa de entrega conta com o envolvimento de toda a comunidade. Todas as oferendas feitas a Santos Reis são revertidas para este momento. Na maioria dos casos, por nós identificados, as esmolas não são suficiente para suprir todas as despesas da festa. Em geral, é necessário que os festeiros completem com recursos próprios. Apenas no Terno dos Figueiredos, as ofertas dadas a Santos Reis são dispensáveis para a realização da festa. Assim, o que é recolhido e possível estocar, como animais vivos e dinheiro, são guardados e repassados em momento oportuno aos próximos festeiros. Segundo seu imperador:

*(...) uma coisa peculiar da minha família, de quando eu entrei na folia, é que nós nunca dependemos da esmola que a gente ganha pra podê fazê a festa da folia. Toda vida quando a gente sai, praticamente, a festa já está pronta. Então, a gente não sai arrecadando bens, presentes pra podê fazê a festa, não. Santos Reis sempre nos deu essa condição, quando nós sai a festa ... tá pronta. É por isso que a gente prima pela espiritualidade.*³³⁷

³³⁵ SANTOS, Zilda Soares dos. Op. Cit., 03/01/2012.

³³⁶ Festeiro é todo aquele que fica responsável pela organização da festa de reis. Geralmente, tratado como imperador, ele segue com a folia e, em geral, é ele quem recebe as oferendas. Pode ser apenas um, ou vários como observamos na festa do Alegre e do Pé da Serra.

³³⁷ FIGUEIREDO, Miguel Borges. Op. Cit.

Na comunidade Alegre, o festeiro é escolhido entre as cinco famílias que compõem a *irmandade*. Nem todos são parentes e muitos deles aderiram há pouco tempo ao grupo. Os recursos angariados no giro da folia junto à comunidade são essenciais e, geralmente, insuficientes para a realização da festa. Por esse motivo, assim que é anunciado o festeiro do ano seguinte, a sua primeira iniciativa, tão logo chegue em casa, é a separação de um leitão para os Santos Reis. O animal permanecerá na engorda durante o ano todo, especialmente para este fim.

Logo depois do encerramento da festa, a irmandade de foliões do Alegre iniciam os trabalhos de limpeza e devolução de tudo aquilo que foi emprestado pelas pessoas do lugar: a *torda*³³⁸, o equipamento de som, a geladeira. A limpeza da casa e dos utensílios utilizados na festa, tudo é organizado coletivamente. Depois de uma noite inteira de batuques e festejos eles continuam firmes, nos disseram que só vão descansar no final do dia. As partes do leitão que não foram aproveitadas na festa, como a gordura, vísceras e pele, são distribuídas entre os foliões, com prioridade para os mais carentes dentre o grupo.

A saída dos grupos ocorre, geralmente, da casa do festeiro. Alguns ternos que observamos iniciam sua jornada no dia 24 de dezembro, como é o caso da Folia de Reis do Alegre. Outros saem no dia 30, e outros no 31 de dezembro, como é o caso do Terno dos Figueiredos. Há sempre uma tradição interna ao grupo que rege o tempo sagrado de peregrinação de cada folia.

Como iniciam a jornada partindo da casa do festeiro, a *entrega* da folia também ocorre em sua residência. Na maioria dos casos que observamos, a entrega se dá na

³³⁸ Tenda ou lona utilizada para cobrir o terreiro ou quintal onde acontece a festa, protegendo principalmente os músicos e a aparelhagem de som da chuva, muito comum nesta época do ano.

noite do dia 06 de janeiro, dia de Santos Reis. Para essa situação também encontramos variantes. Na Folia da comunidade Pé da Serra, a entrega é sempre no dia 05 de janeiro, à meia noite. Geralmente, os foliões deixam algumas casas próximas a residência onde se realizará a festa, para cantar neste dia. Por último, cantam na casa do festeiro, onde ocorre o jantar que é distribuído a toda a comunidade. A primeira mesa é solene, e nela são servidos primeiro os foliões e os convidados especiais.



Januária – Brejo do Amparo, Comunidade Pé da Serra:
Jantar dos foliões do Terno de Reis do Zé Preto. 2012

No Pé da Serra, isso ocorre com muita pompa. Somente nós, pesquisadores, e os policiais que iriam fazer a segurança do local fomos convidados a compor essa primeira mesa solene. No Alegre, os foliões é que servem aos convidados ilustres, ou seja, as pessoas da comunidade que colaboraram com maiores doações. Os festeiros, que também são os foliões, servem a todos primeiro, e não tomam parte nas diversas e lutas mesas que são repostas a todo o momento. A comida é farta e distribuída a todos que queiram se abancar.



Januária – Comunidade de Alegre:
Jantar da Comunidade na festa de Reis. 2012

Quando acompanhamos os Figueiredos em seu último pouso antes da entrega da folia, o grupo estava mais descontraído e feliz por estarem quase no fim da jornada. Acampados próximo à casa da matriarca, imperadora da festa, jogaram truco, fizeram churrasco, contaram causos e tocaram belíssimas modas de viola antes de dormir. No dia seguinte, bem cedo, rumaram para a casa da festeira. Nesse ano, o bispo recém empossado no município, foi pessoalmente proferir uma missa campal. Depois da entrega da folia e da escolha dos novos imperadores, foi servido um almoço com grande fartura à comunidade. É um acontecimento que reúne, além dos moradores da região da Raizama, muitas personalidades da sociedade januarenses, contando com a presença da imprensa e de políticos.

Depois da reza, os últimos reis são cantados. Nesse dia, os foliões estão mais dispostos a executar coreografias especiais como lundus, sambas, com variações entre *catiras* e *curraleiras*. A felicidade transborda e as emoções afloram. O ponto culminante da festa ocorre com a nomeação do próximo festeiro e o repasse do *ramo*, simbolizando o compromisso aceito para organizar a próxima Festa de Reis.

No Alegre, a entrega da folia também é o momento culminante da festa, e o mais esperado de todos. Ocorre em meio a um diversificado ritual de danças e cantos, com os primeiros raios de sol do dia sete de janeiro, após passarem a noite toda cantando e dançando. Do lado de fora, uma *torda* que abriga a mesa e uma enorme e ensurdecedora caixa de som com um repertório de forró e axé em teclados. Na sala, vez por outra, reinicia o batuque. Quando a percussão chama, todos correm para o samba. Por volta das seis horas da manhã são anunciados os nomes dos novos festeiros. Este momento é saudado com a dança da “D. Chiquinha”, em que todos cantam, tocando e dançando em volta da mesa do café da manhã, enquanto uma pessoa joga um preparado de talco com papéis coloridos sobre a cabeça dos participantes. A música, cada vez mais rápida, leva todos a uma enorme euforia. Depois, em roda, eles executam a dança da *Jequitaia*³³⁹. Cada um por sua vez entra na roda e começa a sambar e se coçar, como se estivesse com o corpo tomado por formigas. Ao final da performance, o dançador do meio da roda passa a formiga imaginária para a cabeça do próximo dançador, que vem para o meio da roda, é a sua vez de dançar e se coçar, fazendo movimentos engraçados. Enquanto isso, a percussão e todos os outros em volta batem palmas e se divertem com a coreografia, cantando: *é a dança da jequitaia*. É realmente um ritual muito diferente de todos os outros. É inegável as fortes matrizes africanas presentes neste terno de reis.

³³⁹ Segundo as informações que coletei no momento jequitaia seria um tipo de formiga.



Januária – Comunidade de Alegre: Entrega da folia. 2012.

3.2 - Análise da estrutura melódica

Analisando a estrutura melódica das cantigas de reis, observamos que cada grupo possui uma maneira própria de entoá-las. Nessa região, todo o ritual da folia de caixa é narrado em tom de lamento num jogo de quatro vozes. O Imperador, João Damascena, estabelecendo paralelo com os reis de cacetes, definiu a cantiga do reis caixa da seguinte forma:

(...) A folia de Caixa, ela é mais entoada, né? Ela canta mais fraca, ela canta uma toada que é aquela música de repetição, toada e música de repetição. Canta com folião de guia e folião de resposta, dois puxam e dois repetem, e eles saúdam a lapinha na casa que tem lapinha, por exemplo, se eles entrarem aqui eles vão cantar primeiro na lapinha, no presépio, depois eles cantam os Reis pros moradores da casa.

Em nossas pesquisas, encontramos duas situações: *duas vozes que põe e duas que respondem*, ou seja, dois versos são recitados por uma dupla, e dois versos diferentes destes são dados em resposta pela segunda dupla, como descreveu Damascena; é quando uma dupla recita quatro versos e a segunda dupla os repete integralmente.

Na folia de reis do Alegre, ao cantar dentro da Igreja da comunidade, observamos que um dueto de foliões de guia *colocavam os versos*. Cada estrofe composta de dois versos que se repetiam:

Guia:
Deus vos salve casa cheia,
Deus vos salve casa cheia,
Onde Deus fez a morada,
Onde Deus fez a morada.

E do outro lado, os dois contraguia *respondiam* a esses versos com duas novas estrofes. Como nos explicaram, os contraguia *põe-contra*, ou seja, cantam os versos diferentes dos primeiros, mas dialogando com eles:

Contraguia:
Onde mora Calix Bento
Onde mora Calix Bento
E a hóstia consagrada
E a hóstia consagrada

Mas, a cantoria não segue esse esquema até o final, em algumas passagens, os foliões de contraguia repetem os mesmos versos que foram colocados pelo folião de guia:

I
Deus vos salve casa cheia
Deus vos salve casa cheia
Toda cheia de fulô
Toda cheia de fulô

II
Deus vos salve casa cheia
Deus vos salve casa cheia
Toda cheia de fulô
Toda cheia de fulô

Na Folia de Reis dos Figueiredos e na Folia do Sr. Zé Preto, verificamos essa mesma estrutura quando a situação é de uma saudação a uma igreja ou capela. No entanto, quando se trata de saudar a um morador que recebe a folia, os versos são recitados de maneira diferente desta. Observamos, a partir do Terno dos Figueiredos, por exemplo, que os foliões de guia *colocam* os dois primeiros versos, e repetem o primeiro, enquanto que, para o Reis do Sr. Zé Preto é sempre o segundo verso que é repetido, mas, em ambos os grupos, os foliões de contraguia recitam os mesmos versos *colocados* pelos foliões de guia:

Figueiredos:

Foliões de Guia

Nas horas de Deus Amém

Pai Filho e Espírito Santo

Nas horas de Deus Amém

Contraguia

Nas horas de Deus Amém

Pai Filho e Espírito Santo

Nas horas de Deus Amém

Zé Preto:

Foliões de Guia

Padre, Filho Espírito Santo

Nas horas de Deus, amém

Nas horas de Deus, amém

Contraguia:

Padre, Filho Espírito Santo

Nas horas de Deus, amém

Nas horas de Deus, amém

Uma variação aparentemente pequena, mas que, na prática, reflete a estrutura melódica que caracteriza cada terno de reis. Embora os ternos apresentem estrofes e até poesias bastante parecidas, cada grupo possui a sua marca, sua cadência, um ritmo e um timbre característico são empregados, uma maneira própria de entoar os versos que os distingue dos outros grupos.

Wagner Chaves classifica a estrutura do canto de reis como *poético-sonoro*, por situar-se na fronteira entre a fala e o som, linguagem e música, ritmo e melodia, texto e música. Para ele, no canto de reis essas dimensões se integram: *as palavras têm som*,

*ritmo, rimam, se juntam formando versos (linhas), que formam quadras, integrando sequencias.*³⁴⁰

Considerando as análises de Chaves sobre os versos da Folia de São Sebastião na Comunidade Taboquinha, percebemos também que elas se aplicam à análise da estrutura dos diversos grupos de reis que acompanhamos. Wagner Chaves divide um canto de folia em três partes distintas: início, meio e fim, de acordo com a nomenclatura utilizada pelos foliões: *entrada, parte e saída*.

Aplicando essa categoria explicativa, podemos definir a *entrada* como uma espécie de introdução aos versos principais que serão cantados na sequência. Dessa forma, em geral são executadas em duas ou três quadras, explicando a que se deve aquele canto de reis:

*(...) por exemplo, na saída do imperador, na casa de um morador, na igreja, no cemitério, no pedido de pouso, no agradecimento do pouso, na chegada na casa do imperador, se é uma promessa, etc (...) para cada situação uma entrada diferente vai ser cantada, sendo este, do conjunto o canto, conseqüentemente, o momento de maior abertura para variação.*³⁴¹

Logo em seguida, inicia o que os foliões chamam de *parte*, quando o que foi anunciado na *entrada* é colocado em prática. Na *parte* são narrados aspectos da vida do santo, seus milagres ou, como no caso das Folias de Reis, os acontecimentos pormenorizados do nascimento de Jesus. A história narrada pelo Sr. Zé Preto ao descrever o nascimento de Cristo é justamente a que ele nos explicou ser o que se canta diante da lapinha, quando se faz uma Saudação da Lapinha.

Como observou Chaves, a *entrada* pode variar já a *parte* é sempre uma mensagem fixa. Essas passagens podem, inclusive, ser transmitidas através de cópias entre os foliões. Por isso, na *parte* é possível que aconteça de o folião de guia indicar os

³⁴⁰ CHAVES, Wagner Neves Diniz. Op. Cit. p. 76.

³⁴¹ Idem, p. 81.

versos para os foliões de contra guia responderem de maneira diversa. Enquanto que na *entrada* é mais comum os foliões de guia *colocarem* os versos e os de contra guia se limitarem a repeti-los. De acordo com Chaves, isso ocorre porque em muitas situações os foliões de contra guia desconhecem qual será a escolha de enunciação do folião de guia para uma dada situação específica.³⁴²

Por último, o canto se encerra com a *saída*. Menos variável que a primeira parte, e menos fixa que a segunda, a *saída* se divide em agradecimento e despedida. Eu acrescentaria ainda o *convite*, já que todos os grupos com quem dialogamos destacaram para si o papel de portadores de um convite para que a comunidade se reúna, no dia da festa, para a celebração do nascimento de Jesus. Nesse trecho, primeiro se agradece a esmola, ou pouso oferecido, faz-se o convite e na sequência se despedem, com a saudação final: *Viva o Menino Deus! Viva São José e a Virgem Maria! Viva os folião! Viva os festeiros e todos ali presentes!*³⁴³

As explicações de Chaves sobre a estrutura dos cantos da folia foram fundamentais para clarear nossa própria compreensão. Doca, um jovem folião de guia do Alegre, se esforçou em nos explicar as maneiras como se dá o aprendizado dos versos e os limites da criação e da repetição dentro dos cantos de reis:

Iara - Como que são esses versos?

Doca - São antigos.

Iara - São antigos?

Doca - (...) esse aqui é convivência, que a gente vai convivendo com as pessoas mais antigas.

Iara - Aí você decorou?

Doca - Não, isso a gente vai aprendendo. O verso não é de decoração, isso depende de cada casa que você vai.

³⁴² Miguel Figueiredo distribui entre seus foliões o que ele chama de *colinha*, cópia de algumas dessas saudações, dobrada bem pequena em forma de sanfona, assim os músicos podem acompanhar a letra que está sendo dita, às vezes em tom lamurioso e quase inaudível para a plateia em geral. Quem conhece o sistema das folias sabe o que está sendo dito, já para um leigo chega a ser incompreensível.

³⁴³ Cf.: CHAVES, Wagner Neves Diniz. Op. cit. p. 82.

Iara - (...) é mesmo? Em cada casa você canta uma coisa diferente? Você improvisa na hora?

Doca - Não improvisa na hora. Isso a gente aprende, igual antigamente.

Iara - É tipo um sistema. Você vai encaixando as palavras de acordo com a situação. Então, você tem uma história que já está pronta (...)

Doca - Pronta, a gente tem, isso aí já é antigo.

Iara - Aí você vai colocando umas palavras ...

Doca - Junto com a outra. Porque cada vez que a gente vai aprendendo, que a gente vai colocando, você já viu, ela é diferente. É diferente, assim, você não pode mudar, você não pode mudar é a toada, o ritmo do reis.

Iara - Isso que você preserva? A toada? Mas, na música você pode mudar a letra?

Doca - Não pode mudar, tem que ser sempre igual. Você pode mudar algumas palavras, mas o todo você não pode mudar, não. Porque tem o reis aqui, que é de Santos Reis, tem o da Lagoinha, que foi ontem, que é do Deus-menino. Que é a mesma coisa, mas a toada é diferente. (...) e tem a outra folia que é a de São Sebastião (...)³⁴⁴

Acompanhando a estrutura do canto de folia da Comunidade Pé da Serra, realizada na casa de um morador, pudemos acompanhar o desenrolar de todo o enredo, com a *entrada*, o motivo da visita (*parte*), o convite e a despedida (*saída*), tal como descrito na análise de Chaves. Observem que os foliões de guia *colocam* os versos e os contraguia *respondem* com os mesmos versos:

³⁴⁴ O nome desse folião é Antônio Carlos, mora em Belo Horizonte, e sempre que pode volta para o Alegre no período de reis, aproveitando o recesso de final do ano. Aqui mencionamos apenas seu apelido porque, embora ele não tenha se oposto à que gravássemos alguns trechos de nossa conversa, esquivou-se o tempo todo de uma entrevista mais formal para a pesquisa, adiando até o momento em que não foi mais possível entrevistá-lo.

Folia Zé Preto – Saudação na Igreja

I e II

*Padre, Filho Espírito Santo
Nas horas de Deus, amém
Nas horas de Deus, amém*

I e II

*Deixa eu me benzê primeiro
Pra livrar dos emporém
Pra livrar dos emporém*

I e II

*25 de dezembro
Jesus Cristo floresceu
Jesus Cristo floresceu*

I e II

*Bateu asas e cantou o galo
Dizendo Cristo nasceu
Dizendo Cristo nasceu*

I e II

*Jesus Cristo foi nascido
Entre palhas e capim
Entre palhas e capim*

I e II

*Para dar exemplo no mundo
Já nasceu tão pobrezim
Já nasceu tão pobrezim*

I e II

*Os três reis quando
souberam*

*Que era nascido o Messias
Que era nascido o Messias*

I e II

*Arriaram os seus cavalos
Viajaram em breve dia
Viajaram em breve dia*

I e II

*E chegou na casa de
Herodes*

E ali mesmo se aposaram

E ali mesmo se aposaram

I e II

*O Herodes perguntou:
A donde vem pra donde vai?
De onde vem pra onde vai?*

I e II

*E os Três Reis aresponderam
Vem de Roma pra Belém
Vem de Roma pra Belém*

I e II

*O Herodes foi e falou
Quando vim passa por cá
Quando vim passa por cá*

I e II

*Que em forma de um menino
Eu também quero adorar
Eu também quero adorar*

I e II

*Os meninos de dois anos
abaixo
Todos eles é pra matar
Todos eles é pra matar*

I e I

*O Herodes deu na Judéia
E foi um grande desafio
Foi um grande desafio*

I e II

*Ele matou muitas crianças
E degolou muitos meninos
Degolou muitos meninos*

I e II

*O Herodes apertuntou
Onde está o rei Divino?
Onde está o rei Divino?*

I e II

*Os três reis foi e
responderam
Dizendo que não sabiam
Dizendo que não sabiam*

I e II

*E pegaram seus instrumentos
Afinaram e guardaram
Afinaram e guardaram*

I e II

*Os Três Reis foram guiados
Por uma estrela da guia
Por uma estrela da guia*

I e II

*A estrela que aguiava
Aguiou depois parou
Aguiou depois parou*

I e II

*Em cima de uma cabana
Onde estava nosso Senhor
Onde estava nosso Senhor*

I e II

*A cabana era pequena
e não cabia todos três
Não cabia todos três*

I e II

*Foi chegando e ajoelhando
Cada um da sua vez
Cada um da sua vez*

I e II

*O primeiro trouxe ouro
Para o seu dono orar
Para o seu dono orar*

I e II

*O segundo trouxe mira
Para o seu dono mirar
Para o seu dono mirar*

I e II

*O terceiro trouxe incenso
Para o seu dono incensar
Para o seu dono incensar*

I e II

*E bateu na porta de Cristo
Quem tava dentro falou
Quem tava dentro falou*

I e II

*Pensava que era Herodes
Por isso que não falou
Por isso que não falou*

I e II

*E Nossa Senhora saiu
Com seu lenço na mão
Com seu lenço na mão*

I e II

*Os Três Reis foi e perguntou
Como chama esse menino
Como chama esse menino*

I e II

(?)

*Esperando pelos apóstolos
Pedro, Paulo e São João
Pedro, Paulo e São João*

I e II

*São João batizou o Cristo
Cristo batizou São João
Cisto batizou São João*

I e II

*Jesus Cristo foi batizado
Lá no Rio de Jordão
Lá no rio de Jordão*

I e II

(duas estrofes

incompreensíveis)

Viva o Menino-Deus!

Viva!

Viva Jesus Cristo!

Viva!

Observamos também que, em algumas situações, os foliões de contra-guia fazem

uma pronúncia diferente de algumas palavras daquela realizada pelos foliões de guia, às

vezes com uma entonação mais anasalada na voz. Isso ocorre mesmo quando repetem os primeiros versos, para harmonizar à letra com a melodia, caracterizando, assim, o ritmo da folia. Nas folias dessa região não é comum, como ocorre no Triângulo Mineiro e em outras partes do país, a oitava voz, que mais aguda sobressai às demais, no final da estrofe recitada.

Na longa narrativa, entoada diante da lapinha da Igreja, a saga do nascimento é narrada, de maneira pormenorizada. A história vai da anunciação até o batismo de Cristo, no rio Jordão. Encerrando com a saudação ao Menino-Deus.

Quando a cantoria não acontece em um espaço sagrado, como na situação citada acima em que o grupo canta em uma Igreja (como pode ocorrer no cemitério também), mas, nas casas dos moradores, ao final da função os foliões executam com um animado *samba*, *lundu*³⁴⁵ ou *forró*, com as suas variantes *catira* e *curraleira*.

É interessante perceber a rápida alteração que ocorre no grupo na passagem de um ato extremamente solene e contrito para a alegria que se extravasa através da dança frenética das palmas e do toque mais acelerado dos instrumentos, principalmente, os percussivos. Wagner Chaves, destaca a *chula*³⁴⁶, como um momento de passagem para uma outra dimensão ou plano da visita.

Nesse momento não se menciona mais o santo. As pessoas, tanto foliões quanto a audiência, podem tomar parte no centro da roda, dançando só ou acompanhado de um parceiro ou parceira, as pessoas envolta acompanham com palmas e cantando a música.

³⁴⁵ O Dicionário do Folclore Brasileiro traz a seguinte definição para **lundu**: *lundum, landu, dança e canto de origem africana, trazida pelos escravos bantos, especialmente de Angola, para o Brasil. (...) Percorrendo caminhos que passaram do popular ao erudito, com plena aceitação de todas as camadas da sociedade brasileira, diferenciava-se do samba primitivo e do batuque, danças de mesma origem. Ao chegar aos salões, sua sensualidade primitiva já havia dado lugar a uma dança voluptuosa, voltando às suas origens no maxixe do fim do século XIX, quando nada mais fazia lembrar o lundu primitivo.(...).* CÂMARA CASCUDO, Luís da. Op. Cit., p. 341; Ver também: CHAVES, Wagner Neves Diniz. Op. Cit., p. 190-200.

³⁴⁶ **Chula** – nome que designa, no Brasil, canto e dança (...). Guilherme Melo citou-a na Bahia. Pelo Nordeste tradicional, de Sergipe ao Piauí a Chula era cantada ao violão, buliçosa, lasciva. (...). C.f.: CÂMARA CASCUDO, Luís da. Op. Cit., p. 135-36.

São músicas populares, aprendida nos programas de rádio, mas, principalmente, canções antigas, criadas pelo próprio terno, que versam sobre temas do cotidiano como: dinheiro, o trabalho na roça, viagens, morenas, boiadas, arquitetura, relações de sociabilidade entre os vizinhos, etc. Como algumas que recolhemos na folia do Zé Preto:

*São Paulo é terra boa
Terra de pobre morar
Compra boi, compra cavalo
Pra poder negociar,
Eu vooou, Rosalina, eu vou
Eu vou pra São Paulo*

Aqui, destaca-se o sonho de migração e a promessa de que São Paulo *é terra boa*, onde os pobres prosperam. Os lundus cantados pela folia de seu Zé Preto, tal como ele nos explicou, foram alvo de uma seleção. Quando ele assumiu a liderança do grupo retirou alguns que considerava ofensivos:

(...) até nisso eu mudei, porque antigamente eles cantava o lundu, mas eles insultava muito. Por exemplo, acontecia um caso de família, acontecia um caso entre dois fazendeiros, só falava em briga, eu disse: ‘ — não, vamos suavizar mais isso aí’. Porque cê chega numa casa ali, o véi já morreu, já acabou, mas o filho tá ali. Você vai cantar, ainda a pouco tem o neto, cê fala lá: ‘ — aquilo ali pode acabar em briga, como antigamente.’ Tudo brigava, mas era por causa disso.³⁴⁷

Assim, foram preservados lundus que tratam apenas de temas que não comprometam a reputação do morador e sua família:

³⁴⁷ OLIVEIRA, José Correia de (Zé Preto). **Entrevista**. Op. Cit.

Casa Nova de Geraldo

*Vamos dar mais uma volta que viola
mandou dar*

*Casa nova Geraldo,
Casa de copiá*

É do meu gosto dançar mais um bocadinho

*Casa nova Geraldo,
Casa de copiá*

Cinco janela na frente

É cinco do lado de lá

Cinco janela no meio,

Que as outra eu não posso contar

*Casa nova Geraldo,
casa de copiá*

Esse côco já ficou melhorzinho

*Casa nova Geraldo,
casa de copiá*

Eu vou sambar mais um bocadinho

Casa nova Gerado, casa de copiá

Cinco janela na frente,

cinco do lado de lá

Cinco janela no meio

e as outra eu não posso contar

Casa nova Geraldo, casa de copiá

(...)

Segundo nos foi explicado, esse lundu se refere a um modelo arquitetônico. A *casa de copiá* são as casas que possuem quatro faces de telhado, quatro águas, típica de modelo colonial com várias janelas. De acordo com a explicação, o autor da canção passava a cavalo pela estrada e se pôs a reparar na casa nova de seu compadre Geraldo, e assim a descreve: *cinco janelas na frente, cinco do lado de lá, cinco janela no meio, que as outras eu não posso contar*. Desse modo, versos simples, tratando de situações cotidianas, como trabalho, moradia, os amores, a migração são o mote que anima os lundus:

Vamos dar mais uma volta

Que a viola mandou parar

Segura o preço da mamona oiá! (samba/ palmas)

Coisa bonita que eu acho

é mamona madura no cacho

Quando ela pega estralar

eu já to com peneira de baixo

Segura o preço da mamona oiá!!

(...)



Januária – Brejo do Amparo, Comunidade Pé da Serra: lundu. 2012

Nos dias especiais, como é o caso do dia da entrega, além dos lundus o grupo pode executar também a *curraleira*. Segundo a explicação do seu Zé Preto, parece uma catira, mas é diferente. São necessários no mínimo quatro componentes, que dançam em pares, o limite de pares é o próprio tamanho do espaço que têm para executar a dança. Ela ocorre, geralmente, no mesmo ambiente em que se cantou a folia. Enquanto dois foliões cantam, os outros, incluindo os músicos percursionistas e seu Zé em sua inseparável sanfona, em duas filas, um de frente pro outro, eles dançam ao ritmo da música, batendo palmas e pés e trocando de posição com os dançadores que estão à frente e ao lado. A música vai ganhando velocidade, e os passos vão acompanhando a marcação da percussão que vai acelerando até atingir o ápice da performance quando todos os dançarinos e tocadores estão em êxtase, pelo gingado e o batuque frenético. Recolhemos a seguinte canção executada em uma *curraleira* desse grupo:

*(...) É um A é um B é um C, morena
Eu fico por derradeiro*

*Depois da volta dada a viola vai parar
É um A é um B é um C, morena
Eu fico por derradeiro (palmas)*

*Mas o ar está parado, logo vai ser demudado
Mas o ar está parado, logo vai ser demudado
(palmas)*

*E chegô a hora da saudade apertar
É um A é um B é um C, morena
Eu fico por derradeiro (palmas)*

*Vamos dar mais uma volta que a viola mandou
dar
É um A é um B é um C, morena*

Eu fico por derradeiro (palmas)

*E depois da roda dada a viola vai parar
É um A é um B é um C, morena
Eu fico por derradeiro (palmas)*

*Tem uma nota de 10, outra de 20, outra de 100
Tem uma nota de 10, outra de 20, outra de 100
(palmas)*

*A de 10 é de Maria,
A de 20 a de meu bem,
Dinheiro pra mim bebê,
Adivinha, não tem
Eu fico por derradeiro*



Januária – Brejo do Amparo, Comunidade Pé da Serra:

Curraleira da Folia de Reis do Zé Preto. 2012

Cada grupo canta diferentes músicas nessa etapa da folia. O Terno de Reis dos Figueiredos também mantém em seu repertório antigas músicas compostas pelo grupo, com temas que versam sobre o cotidiano rural e que retratam a realidade local, como por exemplo, as cheias do São Francisco:

*Abra do olho beira do rio,
A enchente vai chegar*

*Ela chega de repente
Não dá tempo de mudar*

*Vai levando a criação
Porco, galinha e cocar.*

*Abra do olho beira do rio
A enchente vai chegar*

A temática sobre as morenas e as cachaças também são recorrentes, trocadilhos permitem um duplo sentido malicioso em alguns destes versos, tal como nas três canções abaixo, que são cantados ritmado por palmas e percussão:

*Vamos dar mais uma volta
Que a viola mandou dá,
Cachaça é boa, rapaziada
É com guaraná, Oh diá,
Samba mais eu, Morena.*

*Pica pau que diabo
De jeito que tu faz
Sobe no pau de joelho,
Desce de costas e não cai
Pica pau, sobe no pau de
joelho
Desce de costas e não cai.*

*Eu subi pelo pé, desci pela
galha
Casa de telha, Choupana
de palha
Rapaziada, Está pegado
aqui mais eu
Oh dia, ei tá viola danada*

Além de músicas próprias do grupo, os Figueiredos também incluíram nessa parte do samba, músicas do repertório popular nacional e regional, além de outras canções sertanejas veiculadas pelas rádios, tais como: ‘Cálice bento’, ‘Cai sereno, cai ‘ e ‘Me despeço da moçada’, dentre outras.³⁴⁸ José Figueiredo, quando vivo, tinha o costume de ouvir pelo rádio de pilha as *modas*, depois as incorporava em seu repertório. Miguel Figueiredo, seu filho, que já foi radialista, também utiliza músicas sertanejas nesse momento da performance de sua folia. Segundo ele, pra variar os *sambas* que tocam nas casas, e não se tornar muito repetitivo.

Um aspecto que distingue os grupos de reis do Norte de Minas com grupos de outras regiões diz respeito ao uso da *bandeira*. Dos grupos que observamos apenas os Figueiredos trazem consigo a bandeira à frente do terno, com a imagem dos Santos Reis e o nome do terno. Este artefato foi introduzido há pouco tempo em seu terno, apenas há 12 anos. Na geração anterior, no império de Zé Figueiredo, o pai, não havia bandeira. Isso foi uma inovação dessa geração. Segundo Miguel:

*(...) A bandeira, ela retrata (...) identifica o terno de reis. Ela sempre é um símbolo, também, sagrado. E os devotos, a hora que recebe a bandeira é como se eles recebessem a presença de Deus entrando dentro da sua casa. Tanto é que eles levam a bandeira na lapinha, quando tem a lapinha, levam a bandeira dentro das suas acomodações, de seus quartos. Porque sentem ali um símbolo sagrado, a presença de Deus, e pra eles ali é como se fosse uma benção, ta recebendo a folia de reis e a bandeira pra eles é como se fosse um símbolo da Igreja ali, né? E nela ta retratado o nome do terno de reis (...)*³⁴⁹

³⁴⁸ FIGUEIREDO, José Victor Dias. Letras enviadas por email em 13/11/2012.

³⁴⁹ FIGUEIREDO, Miguel Borges. Op. cit.



Pedras de Maria da Cruz: Bandeira e integrante do Terno de Reis dos Figueiredos. 2011.

Curiosamente nessa região, diferentemente de outras partes de Minas, não encontramos muitos ternos portando a bandeira. Esse que é um artefato considerado sagrado para a maioria dos ternos de reis como destacamos na fala de Miguel Figueiredo, e também em quase toda literatura que levantamos sobre esse tema também indicam a importância da bandeira para a folia de reis. De acordo com Guilherme Porto, que analisou as folias de reis do sul de Minas:

*A Bandeira (...) constituiu o elemento sagrado da Companhia e assim é tratada: beijam-na respeitosamente os moradores das casas visitadas, é passada com muita fé sobre as camas das residências e nunca pode ser colocada num lugar menos digno. Esse respeito perdura todo o ano, mesmo passada a época de Reis: na casa onde fica guardada, há orações periódicas diante dela. (...) a Bandeira é a representação dos três Reis; por isso, explicam os Mestres, ela deve ir sempre à frente (...)*³⁵⁰

Outros autores também indicam a simbologia da bandeira como a estrela guia, que guiou os Reis Magos em sua viagem até Jesus. Contudo, essa perspectiva não pode ser generalizada para o Norte de Minas. Em seu estudo sobre folias no Norte de Minas,

³⁵⁰ PORTO, Guilherme. **As Folias de Reis no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Funarte/INF, 1982. (Prêmio Sílvia Romero), p. 19. Sobre esse tema ver também a bibliografia sobre folia que indicamos anteriormente.

Wagner Chaves distingue as Folias de Reis e as Folias de Bandeira, também conhecida como Folias de Santo. As Folias de Reis por ele pesquisada na zona rural de São Francisco também não têm a bandeira como parte da tradição. Além disso, esses grupos caminham apenas durante a noite.

De acordo com Chaves, somente as ‘Folias de Bandeira’, são as folias em louvor a diversos outros santos que ocorrem ao longo do ano (excetuando os Reis). Estes levam consigo a bandeira com a imagem do Santo homenageado, e fazem o giro apenas durante o dia. Na maioria dos grupos que nós encontramos próximo à Januária, a ausência da bandeira se confirma.³⁵¹

No entanto, todos eles procuram se distinguir do público em geral usando uniformes ou camisetas com o nome do terno estampada, além, da toalha no pescoço. No terno dos Figueiredos usa-se a toalha padronizada do grupo. Elas são repassadas ao festeiro do ano seguinte simbolizando o compromisso assumido por este para a realização da próxima festa. Miguel Figueiredo explica a importância desse artefato para os reis:

*(...) a toalha é um símbolo sagrado para nós foliões. Ela significa o compromisso que a gente firma com o terno de reis. Quando você recebe a toalha das mãos do imperador, da dona da promessa, você está recebendo ali uma missão: vá e envie a boa nova do nascimento do Menino-Deus. (...) aquela toalha não é pra você enxugar o rosto, não é pra você tá ali limpando a boca, não. A toalha é como se fosse uma divisa na carreira militar, como tem a divisa de soldado, de cabo. A toalha, pra nós foliões, representa isso, porque aonde nós estamos passando você tem o orgulho de tá ali com a toalha de reis no pescoço. E é o compromisso que você tem com a missão que lhe é dada, na saída e na chegada. Tanto é que quando você chega, que você entrega a toalha novamente ao imperador, você está dando por cumprida a sua missão naquele ano ali, né? (...) a toalha é isso, o símbolo sagrado. É a logomarca da folia. Então. Você tá ali com a aquela toalha no pescoço, pra mim, é uma honra muito grande (...).*³⁵²

³⁵¹ Não observamos em nenhum deles os giros noturnos. Em geral, eles fazem um giro ininterrupto sem parada para pouso, peregrinando todos os dias até o dia da festa.

³⁵² FIGUEIREDO, Miguel Borges. Op. Cit.

A marca mais visível, então, dos ternos de reis, aquilo que os distingue em meio à comunidade, a sua *divisa*, como se refere Miguel, a *logomarca* dos grupos está nas toalhas e nas camisetas, que a maior parte dos grupos adota como uniforme. Estas variam de cor, e trazem o nome do terno.

Na comunidade do Pé da Serra, as toalhas não seguem um padrão. Os motivos bordados são diferentes uns dos outros, indicando, ao que parece, que cada folião é responsável pela confecção de sua própria toalha. Ali elas também são usadas no sentido de divisa, como forma de distinguir os foliões dos demais participantes da festa. Apenas na comunidade Alegre não havia toalha ou bandeira. Apenas as camisetas de uniforme.

Camisetas de identificação dos Ternos



Terno dos Figueiredos – Pedras de Maria da Cruz (MG), 2011



Terno do Zé Preto – Brejo do Amparo, Januária (MG), 2012



Terno da Comunidade Olhos D'água, Januária (MG), 2010.



Terno de Reis de Pastorais do Barreiro, Januária (MG), 2011



Sr. Waldir Gonçalves Dias. Terno da Comunidade Olhos D'água. 2010.



Cassimiro Pereira de Souza Neto, do Terno de Reis do Alegre. 2012

3.3 - Lapinhas –fronteiras do contemporâneo

“Na Bahia, os presepes, os bailes de pastoras e os descantes de Reis, prolongam-se até o carnaval – É o tempo das mangas, das músicas e das mulatas” (Morais Filho, p. 58)

A cultura popular se formula essencialmente em “artes de fazer” isto ou aquilo (desprovidas de ideologias ou instituições) – consumos combinatórios e utilitários. Essas práticas colocam em jogo uma nova ratio “popular”, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar.³⁵³

O ritual das folias de reis do Norte de Minas apresenta singularidades interessantes em relação as folias de outros lugares já pesquisados. Como mencionamos em outros momentos dessa narrativa, as folias admitem uma grande variedade de ações em seu repertório de rituais. Contudo, uma dessas variações prendeu mais a nossa atenção. Trata-se da adoração às lapinhas.

Na folia de Mossâmedes-GO, o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão põe em destaque algumas interdições impostas aos ternos de reis. Uma delas é evitar ao máximo o encontro com uma lapinha durante o giro antes do dia seis de janeiro. Se acaso a folia adentrar em uma casa que possua um presépio, ou lapinha, montada antes dessa data, ela deverá ser encoberta: (...) *A terceira coisa que se deve evitar durante o giro é o encontro de algum presépio armado em uma das casas onde a folia entre para pouso ou para giro de esmola.* Na explicação do embaixador da folia, *se os Três Reis Magos estão em jornada para Belém, somente lá eles poderá encontrar o presépio com o Menino Jesus (...).*³⁵⁴

³⁵³ CERTEAU, Michel de. Op. cit., p. 42.

³⁵⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 2004. Op. cit. p..352-3.

Em Januária, contudo, o encontro dos foliões de reis com uma lapinha durante os dias do giro ocorre de forma diferente. Analisando mais atentamente a dedicação dos foliões de reis às lapinhas, observamos que ali o compromisso entre ambos traduz-se em uma dupla recompensa. Por um lado, elas são reverenciadas e adoradas pelos ternos de reis enquanto uma manifestação do sagrado. Por outro, a visita dos reis a uma lapinha é imprescindível para garantir sua sacralidade, é preciso benzê-las. Por isso, quem se dedica a montar uma lapinha, sempre espera que os reis venham visitá-la, para abençoar. Assim, quando isso finalmente acontece, os foliões, postados e contritos diante do altar, conduzem orações, proferindo o “Pai Nosso” ou o “Creio em Deus Pai”, antes da saudação propriamente dita da lapinha.³⁵⁵

Para os ternos, a visita a uma casa que possua uma lapinha é um momento especial nos giros de reis e jamais deve ser evitado. Ao contrário, a saudação nesse momento é solene e própria. Entoa-se um “Reis de Lapinha”, narrando a saga nascimento do Menino-Deus, em uma lapa (gruta) em Belém, e a visita de reis que vieram de longe para lhe saudar e presentear. Na Comunidade de Alegre, não se dança o lundu diante da lapinha. É necessário ir para outro ambiente, para não profanar a cena sagrada do Nascimento com danças mundanas.

Tivemos oportunidade de visitar algumas lapinhas na região da pesquisa e também acompanhamos a visita dos ternos de reis a residências que possuíam uma. Desse modo, fomos percebendo o quanto estas duas manifestações estão entrelaçadas. Em princípio, nos aproximamos destas lapinhas por simples curiosidade estética. Muitas delas nos chamou a atenção pelo ecletismo dos elementos utilizados em sua confecção. Não compreendíamos muito bem a excessiva reverência que os foliões lhe conferem.

³⁵⁵ C.f.: FIGUEIREDO, Miguel Borges. Op. Cit.

Encontramos lapinhas repletas de imagens, cores, luzes e som, em plena simbiose entre o sagrado e o profano.

No entanto, à medida que voltamos nosso olhar para uma coleta mais sistematizada, começamos a compreender os múltiplos significados que aqueles artefatos utilizados nas lapinhas, aparentemente tão díspares, poderiam fazer sentido. Somente, assim, esta estética, em princípio, psicodélica, nos remetia diretamente aos signos do contemporâneo, dado o ecletismo de seus objetos. Aos poucos, fomos nos familiarizando com esse cenário, e começamos a enxergar ali certa coerência e inteligibilidade.



Januária – Comunidade Cabana, na região do Alegre: Lapinha da Dona Julia Moreira de Matos. 2010.

O costume de construir presépios no período natalino é muito antigo. A sua mais remota referência encontra-se em um sarcófago datado do ano 343, com a imagem de Jesus em um berço de palhas, tendo ao lado um asno e um boi.³⁵⁶ Todavia, não se sabe ao certo quando tal prática foi instaurada entre os cristãos devotos. O vocábulo *presépio* deriva do latim *praeseptum*, que significa manjedoura. Assim, suas representações

³⁵⁶ C.f.: SANTOS, Maria Graziela Brígido dos. Presépio . Coletânea de textos sobre o Ciclo de Natal. **In.: Caderno de Folclore**. São José dos Campos: Museu do Folclore. p. 09.

aludem à visita dos Reis Magos ao Menino-Deus e sua família, nascido em um estábulo, ou gruta, junto aos animais. No Dicionário do Folclore Brasileiro, de Câmara Cascudo, *lapa* e *lapinha* aparecem como sinônimos de presépio.³⁵⁷

Contudo, como nos explicou dona Altina Martins Santana, moradora de Januária, uma lapinha difere do presépio porque nela está representada uma cena mais abrangente sobre o Nascimento, incluindo a natureza ao redor, com diversos animais, a estrutura da gruta e a cidade de Belém retratada ao longe.

No Brasil, a adoração as lapinhas se desenvolveu em torno dos bailes pastoris.

Na descrição de Moraes Filho:

*(...) O baile pastoril, ou simplesmente 'pastoril' no norte brasileiro, é um auto, cantado e dançado, diante de uma reconstituição do presépio em que nasceu Jesus Cristo. Não há assunto-fio, orientando todo o enredo. São muitas jornada, partes, cada uma sobre temas sacros ou pequeninos entre-atos, sempre em frente da armação do estábulo de Belém, com pastores, animais, casas, igrejas, rios, pontes, etc. Dizia-se popularmente Lapinha, ainda corrente na Ilha da Madeira, Portugal, as chamadas loas das lapinhas, dialogadas e com coros e música popular. (...) É festa do Ciclo do Natal e termina com a queima das palhinhas no Dia de Reis, 6 de janeiro. Chamam Pastoril em memória dos pastores que vieram saudar o Deus-Menino e o louvaram, cantando. (...) o nosso pastoril é legitimamente português em sua origem, ampliado e modificado no Brasil pela assimilação inidentificável de outros autos perdidos, recitações religiosas que seriam declamações sacras dentro das igrejas, tão citadas pelos viajantes do século XVII e XVIII na Bahia e no Rio de Janeiro (...).*³⁵⁸

O cenário retratado em uma lapinha, segundo a leitura de Miguel Figueiredo, marca a predileção de Deus pelos pobres, que escolheu uma família humilde e uma pobre manjedoura para entregar seu Filho aos homens.

(...) os foliões são uma representação dos Três Reis Magos, que (...) elevaram eles a condição de santos, né? Os Três Reis Magos, exatamente pelo gesto, pelo reconhecimento da humildade de que Deus escolheu o Filho Dele pra nascer de uma família pobre, numa cidade pobre. Porque a preferência de Deus era pelos pobres, mas com o aval dos ricos, né? Que os Reis Magos eram ricos, eles eram magos, eram homens poderosos, né? (...)

³⁵⁷ CÂMARA CASCUDO, Luís da. p. 325.

³⁵⁸ MORAIS FILHO, Melo. **Festas e tradições populares no Brasil**. Op. cit. p. 51, (nota 24).

Dentro desse imaginário expresso na fala de Miguel, momento de grande júbilo para as classes populares que se reconhece enquanto povo escolhido, desenvolveu-se a tradição das lapinhas, que expressa sua alegria nas luzes, nas flores, no perfume e no colorido.

Para além de uma ordem poderosa imposta ao cotidiano dos pobres, existe uma ordenação cósmica superior capaz, em um dado momento, de inverter as regras do jogo, em favor dos desvalidos. Assim, nesse imaginário popular, quanto mais sofrida a vida terrena, maior a recompensa no reino de Deus, lugar utópico de inversão, onde todas as injustiças serão punidas e os pobres se erguerão vitoriosos³⁵⁹. Tal como profetizou Jesus no monte:

*(...) Bem aventurados vós os pobres, porque vosso é o reino de Deus.
Bem aventurados vós os que agora tendes fome, porque sereis fartos.
Bem aventurados vós os que agora chorais, porque haveis de rir.
Bem aventurados sois quando os homens vos odiarem, e quando vos expulsarem da sua companhia, vos injuriarem e rejeitarem o vosso nome como indigno, por causa do Filho do homem.
Regozijai-vos naquele dia e exultai, porque grande é o vosso galardão no céu; pois dessa forma procederam seus pais com os profetas.
Mas ai de vós, os ricos! Porque tendes a vossa consolação.
Ai de vós os que estais agora fartos! Porque vireis a ter fome.
Ai de vós que agora rides! Porque haveis de lamentar e chorar.
Ai de vós, quando todos vos louvarem! Porque assim procederam seus pais com os falsos profetas.³⁶⁰*

De acordo com o verbete *Popular* da *Enciclopédia Einaudi*, a idéia de inversão, difundida nos primórdios do cristianismo, tem suas origens históricas nas manifestações dos *ludi* e *feriae* romano, *na necessidade de evasão determinadas por uma situação de crise social e espiritual, que ia se perfilando, especialmente após a idade augustea*. Uma dessas expressões seriam as manifestações em torno das Saturnais:

³⁵⁹ PRANDI, Carlo. Popular. In.: **Enciclopédia Einaudi** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 208.

³⁶⁰ Bíblia Sagrada. Op. cit. LUCAS (6, 20-26), p. 79.

*(...) as festas decembrinas, em que se realizava 'una tantum' a ilusão de mundo às avessas: os escravos eram livres, as autoridades estavam à disposição de todos, os pobres viviam na abundância.*³⁶¹

O cristianismo primitivo preservou essa ideia de inversão utópica, prenunciada por um reino de *redenção* e de *igualdade*. A popularidade do cristianismo teria se estruturado, tanto em torno da promessa de mudança radical a que daria lugar em um reino futuro, como no reconhecimento social progressivo que as camadas populares adquiriam, fenômeno desconhecido da sociedade antiga. O cristianismo é visto pois, como um fenômeno *meta-popular*, por ter se desenvolvido atravessando verticalmente diversos estratos sociais:

*(...) o cristianismo foi a religião das camadas produtivas de nova formação, em grande parte proveniente da imigração, às quais forneceu um estatuto ideológico-religioso de auto-identificação que lhes permitiu colocarem-se legitimamente numa faixa bem precisa da sociedade romana (...)*³⁶²

Isso é que explica a dura jornada que os ternos de reis se impõem nos dias de peregrinação dedicada aos Santos Reis. Miguel Figueiredo destaca os fundamentos evangelizadores da folia, e reconhece essa inversão:

*(...) a folia de reis se espelha nos gestos dos Três Reis Magos (...) sendo homens de poderes. (...) nascido de um casal, escolhido por Deus, com semelhança igual a nós, em tudo, menos no pecado e que Magos do Oriente haveriam de visitá-lo (...) esses homens, como reis, iam visitar um menino na periferia, era diferente (...) eles saem de suas terras muito distantes para ir a Belém de Judá. Sem saber o caminho, sem saber o local, sem saber o que iria comer, o que iria passar, e foram guiados por uma estrela, né? A Estrela da Guia os levaram até onde estava o Menino-Deus. Então em cima disso surgiu a folia (...) como um trabalho missionário, como um trabalho de anúncio (...)*³⁶³

Miguel Figueiredo traduz a estreita simbiose que une as lapinhas aos ternos de reis:

³⁶¹ Idem, p. 206.

³⁶² Ibidem, p. 209.

³⁶³ FIGUEIREDO, Miguel Borges. O. cit.

(...) a lapinha pra nós é um símbolo sagrado, porque, pra nós, está ali sendo representado a manjedoura com o menino-Deus, com sua mãe Maria, com o seu pai José. Significa, pra nós, que a família que ergue um templo, que ergue a lapinha são devotos com mais convicção, devotos com mais profundidade na espiritualidade, na doutrina da Igreja. São devotos mesmo. São pessoas que representam pra nós de maneira diferenciada. É da mesma forma como se chegasse numa Igreja, né? Então, nessa casa, onde tem a lapinha, a gente faz uma referência, a gente canta a saudação, que é um canto especial, contando a história do nascimento do menino-Deus. Então a gente faz questão de cantar a Saudação da Lapinha, que tem um sentido mais profundo da folia. E depois a gente, então, cantado a referência, cantado e contado a história do menino-Deus, que tá ali representado naquela lapinha, a gente vai fazer a referência aos donos da casa. Então, essa Saudação da Lapinha é uma doutrina mais profunda. Porque nós entendemos que a aquela família é mais devota, é mais convicta. Tanto é que está ali, dentro do seu lar, o altar representando toda a história do nascimento do menino-Deus.³⁶⁴

Dessa perspectiva, no imaginário religioso popular, preservou-se na mensagem dos grupos de reis, como nos explicou o mestre folião Zé Preto, a lição de humildade:

(...) o quê que quer dizer isso? Dessa estrela, desse anjo? De tudo? Que era o próprio Jesus que tava guiando os magos, né? Aquela estrela era o próprio Jesus, né? Porque ele veio mostrar pra nós como que nós temos que ser. Como nós temos que caminhar nesse mundo, com a humildade. Não precisa muita bazofia, pobrezinho, mas com a fé. É Ele mesmo e Deus, porque sem Deus nós não somos nada. Então os magos tiveram muita fé, e os magos (...) vamos dizer assim, eles foram muito bem olhados, porque nada aconteceu com eles, mas nada foi contra eles em nada, porque o próprio Deus estava ali ensinando tudo, e o Jesus que tinha nascido tava ajudando também ali, e ele era uma estrelinha que estava guiando ali, para os anjos, para os magos, para o povo de Deus passar.

A explicação desse Imperador põe em evidência a rede de conexões simbólicas que se estabelecem entre os ternos de reis e as lapinhas. Do encontro dessas duas práticas de representação podemos apreender diferentes viéses interpretativos. As lapinhas compreendidas enquanto representação³⁶⁵, ou seja, enquanto presentificação de um ausente, possibilitam a recriação de um acontecimento do passado com os elementos

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Utilizamos aqui a ideia de representação desenvolvida em Michel de Certeau e Roger Chartier. Cf.: CERTEAU, Michel de. Op. cit.; CHARTIER, Roger. 1998. Op. Cit.

que estão dados na realidade presente, estabelecendo pontes entre as vicissitudes materiais do povo e suas formas de crer.

O episódio da visita dos Reis Magos é o epicentro que movimenta essa rede de significações, muitas vezes, pouco compreendida por parte daqueles que não estão familiarizados com seus códigos. Nessa perspectiva, a religiosidade popular reverencia o Deus dos humildes e desvalidos, com predileção pelos pobres, uma vez que elegeu uma família pobre para entregar o seu Filho a humanidade. A visita dos Reis Magos é o testemunho e o reconhecimento da divindade daquela criança.

Mas, as lapinhas criam um espaço polissêmico e guardam múltiplos sentidos. Elas também podem ser interpretadas enquanto evocadoras de memória. As lapinhas funcionam como sinais, pedaços do cotidiano, que trazem de volta antigas recordações. A memória que esse sinais evocam têm um lugar especial no cenário sagrado do Nascimento.

A busca por ‘guardar’ essas lembranças em objetos remete ao exercício da memória involuntária, que é o campo que envolve a reminiscência, ou seja, a *capacidade de recuperar algo que se possuía e que foi esquecido*.³⁶⁶ De acordo com os estudiosos sobre a memória, desde a antiguidade clássica, a memória é compreendida sob duas perspectivas, a memória *voluntária*, que é aquela que exige um esforço de lembrança, e a *involuntária*, a memória proustiana, aquele que irrompe, ao sabor do acaso, trazendo à tona uma realidade intacta e contínua.³⁶⁷

³⁶⁶ ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 15.

³⁶⁷ Sobre esse tema indicamos, c.f.: BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003; BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática. p. 16-41; BURKE, Peter. História como memória social. In.: _____. **Variedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 69-89; D’Aléssio, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Revista Pós-História**. São Paulo, nº17, p. 269-280, nov. 1998; CERTEAU, Michel de. O tempo das histórias”. In.: _____. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Trad. Epharaim Ferreira Alves. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 151-166;

De acordo com Paolo Rossi:

*A reevocação não é algo passivo, mas a recuperação de um conhecimento ou sensação anteriormente experimentada. Voltar a lembrar implica um esforço deliberado da mente; é uma espécie de escavação ou busca voluntária entre os conteúdos da alma (...)*³⁶⁸

Os estudos sobre memória criaram um vasto debate. Muitos estudiosos têm procurado refletir sobre esse tema sob diferentes abordagens, seja em seus aspectos psicológicos, filosóficos, antropológicos ou discursivos, seja no universo do individual ou do coletivo, ou ainda dos movimentos voluntários ou involuntários. Diante desse extenso debate que tem se formado entorno das questões relativas à memória, envolvendo amplos espectros do conhecimento, a historiadora Jacy Seixas, indica pelo menos um consenso entre os autores:

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Ed. Dos Tribunais, 1990; LE GOFF, Jacques. **Memória**. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História, Einaudi, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 11-50; _____. **Documento/Monumento**. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História, Einaudi, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 95-106; NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo. Nº 10, 1993, p. 7-28; PINTO, Júlio Pimentel. Os Muitos Tempos da Memória. **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, nº 17, 1998, p. 203-211; PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. **Revista História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CPDOC/FGV, 2000, p. 67-71; _____. O que faz a História Oral Diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro e Dea Ribeiro Fenelon. **Revista Projeto História**. São Paulo, (14) fev. 1997, p. 27.; _____. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 5. ed. 2002, p. 103-130.; _____. A Filosofia e os Fatos: narração e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro:, vol. 1, nº 2, 1996, p. 59-72.; _____. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo, (15), abr. 1997, p. 13-49.; RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et. Al.]. Campinas: Editora da Unicamp. 2007, p. 335; SCHAMA, Simon. Introdução. In.: _____. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 14-30; SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. **História – Questões & Debates**. Paraná, n32. ano 17, jan./jun. de 2000, p. 75-95; _____. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Org.). **Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2000; _____. Os espaços (in)elásticos da memória: memória voluntária e involuntária. In.: **Razão e Paixão na Política**. Brasília: UnB, 2001; _____. Tempo e espaço eu confundo ... tropeços de memórias e histórias. In: SEIXAS, Jacy; CESAROLI, Josianne (Org.). **UFU, ano 30 - tropeçando universos (artes, humanidades, ciências)**. Uberlândia: EDUFU, 2006; THOMSON, Alistair. Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias. **Revista Projeto História**. São Paulo (15), Abr. 1997, p. 52; ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das idéias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010; MATOS, Olgária. História e Memória. In.: _____. Contemporaneidades. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia Editora Nacional, 2009; SARLO, Beatriz. Tempo passado. In.: _____. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetivo**. Tradução: Rosa Freire d'Águilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

³⁶⁸ ROSSI, Paolo. Op. cit. p. 16.

*(...) a memória possui um primeiro e bem definido patamar espaço-temporal: a memória é desencadeada de um lugar, e este situa-se no presente. A memória do passado revela assim, de imediato, sua incontornável inscrição original: o tempo presente.*³⁶⁹

O esquecimento também deve ser considerado como um dado importante na constituição das memórias. Mais do que uma “falha da memória”, o esquecimento deve ser considerado como parte estruturante da memória, pois ele é que permite selecionar o que é importante ser lembrado e o que deve ser “descartado”.³⁷⁰

As *memórias voluntárias* também servem como importante suporte para a (re)constituição do passado, evidentemente segundo parâmetros bastante subjetivos, encontrou o seu lugar nas análises das Ciências Humanas. Mas, a técnica também nos permite, vez por outra, descobrir uma *memória involuntária*: ausente no gesto automático do cotidiano. Para o filósofo Bergson e o escritor Marcel Proust, a memória voluntária é uma memória uniforme e, em grande medida, enganadora: opera com imagens que, embora representem a vida, não guardam nada dela; enquanto que a memória involuntária rompe com o hábito. Como nos esclarece Seixas, *não há memória involuntária que não venha carregada de afetividade e, ainda que a integralidade do passado seja irremediavelmente perdida, aquilo que retorna vem inteiro, íntegro porque com suas tonalidades emocionais e ‘charme’ afetivo.*³⁷¹

Um aspecto importante na recente discussão que vem sendo travada no debate sobre as memórias pode ser encontrada na obra *Cultura Historiográfica*, de Astor Antônio Diehl, que propõe como chave de compreensão para a historiografia contemporânea o estudo da memória e da identidade, entendendo estas categorias, não como reconstituição do passado, mas como um processo dinâmico da própria rememoração. Nesta perspectiva, as noções de memória e identidade são interpretadas em sua tridimensionalidade: o tempo, o espaço e o movimento.³⁷²

³⁶⁹ SEIXAS, Jacy Alves de. Tempo e espaço eu confundo ... tropeços de memórias e histórias. In.: SEIXAS, Jacy; CESAROLI, Josianne (org.). *UFU, ano 30 - tropeçando universos* (artes, humanidades, ciências). Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 20.

³⁷⁰ SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. *História – Questões & Debates*. Paraná, n32. ano 17, jan./jun. de 2000, p. 75-95.

³⁷¹ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In.: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001, p262.

³⁷² DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002, p. 222.

Nessa mesma perspectiva, Ecléa Bosi, esclarece que *a memória coletiva que é produzida no interior de uma classe, se alimenta de imagens sentimentos, idéias e valores que dão identidade àquela classe*.³⁷³ Dessa forma, quando nos propomos a produzir documentos que revelam as memórias de um determinado grupo social, mesmo que fragmentadas e individuais, tais memórias são capazes de nos esclarecer sobre as relações identitárias que dão coesão ao grupo.

Partindo-se do espaço (lapinha), no tempo (presente), evoca-se o passado e os entes queridos, em uma relação, como defende Diehl, entre presente/passado/presente. O cenário da Natividade é recriado sem deixar de fora os objetos do cotidiano, evocadores de sentimentos, recordações, identificações e desejos que não estão unicamente ligados à esfera religiosa. Esses criadores de lapinhas reencenam mais do que o nascimento de Cristo. Elas narram também a sua própria história. Em uma sociedade em plena transformação, um grupo que se esfacela, seja pela migração ou pela morte, as ausências são, de alguma forma, compensadas com as memórias que vão sendo inscritas nestas lapinhas sob a forma de brinquedos, bibelôs e outros objetos de adoração.

As lapinhas restauram um acontecimento sagrado por meio de objetos retirados de contextos profanos, levando-os a outros tipos de uso e significação, tornando-se alvo de adoração e de devoção. Tais objetos são capazes de criar símbolos e imagens que remetem a algo que está ausente, fazendo ver uma ausência, o nascimento de Cristo e a visita dos Magos. Mas, não apenas isso, o cenário comporta uma polissemia que aponta para o seu próprio reconhecimento, seja na condição do Cristo humilde na manjedoura,

³⁷³ BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 18.

redimido pela sua humildade exemplar, seja pelas lembrança daqueles que já se “foram”, representados nos objetos apresentados à lapinha.

Mas, elas também recriam espaços de aprendizado e de disseminação de um *ethos*. A ‘saudação da lapinha’ é um momento de evangelização promovido pelos foliões. Por meio de cânticos, foliões e devotos reafirmam a sua fé, fortalecem laços de solidariedade e os compromissos do grupo em torno de uma devoção popular que se ancora, basicamente, na oralidade.

Já havia dito Benjamin que o mundo moderno perdeu o significado da experiência. A ‘cultura do vidro’, afirma ele, nos conduziu a uma nova forma de miséria. A arte de narrar está em extinção, não intercambiamos mais a tradição que continha um saber, uma memória coletiva sobre o passado. Essa narrativa oral falada ou cantada é uma forma artesanal de comunicação.³⁷⁴ Talvez inspirada nessas reflexões, Ecléa Bosi avalia a importância do som nas práticas culturais populares religiosas que têm um fundo encantatório guardada pelas ladainhas. Diz ela:

*(...) Nossa linguagem é um processo vivo (...) por isso a fala tem um movimento melódico (...) nossos festejos natalinos tem um cunho tropical de visitação, procissão e cortejo nas Folias de Reis no Pastoril (...) a visitação é um enraizamento (...) em alguns destes as visitas retornam, os amigos se encontram, os fragmentos se religam (...) sentimento enraizador, [resistência imperecível porque capta o intemporal sob a espécie do temporal e regional]   também portador de esperança, de cantar de novo os cânticos das festas comunais.*³⁷⁵

A história é novamente narrada para que não se esqueça como tudo se passou, e a lição que se deve tirar. Esses encontros perpetuam uma tradição religiosa popular, que

³⁷⁴ BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza/ o narrador. In: _____. **Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³⁷⁵ BOSI, Ecléa. Cultura e Desenaizamento. In.: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1992, p.33-41. Ver também: DAVID, Robson e TORRANCE, Nancy (Org.) **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo:  tica, 1995; BARTHES, Roland e MARTY, Eric. Oral/ escrito. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, n  11, 1987.

se estruturou longe do dogmatismo institucional católico³⁷⁶. São estes momentos de reafirmação da fé popular que preservam o culto, apesar dos duros “golpes desferidos pelos de cima”, na tentativa de apagá-los, higienizá-los, ordená-los e submetê-los.³⁷⁷

Os foliões, por sua vez, são esperados e respeitados por se tratarem dos portadores vivos dessa memória, hora encarnando os próprios Reis Magos, ora enquanto narradores de sua crônica³⁷⁸. Os ternos de reis são portadores das gestas de uma narrativa épica, e desempenham o papel simultâneo de atores, narradores e pregadores da palavra sagrada.

As lapinhas, enquanto ordenadoras e produtoras de símbolos sagrados por meio de objetos cotidianos, narram uma história em movimento. Ali, naquele palco em miniatura, um drama se desenvolve. Depois do dia seis de Janeiro, a imagem de Jesus na manjedoura é comumente substituída por outra, em que aparece um pouco mais crescido, de pé diante de seus pais. Assim também ocorre com as imagens dos Reis Magos, que são virados ao contrário, como se estivessem em retorno de sua visita.³⁷⁹ Dona Altina, nos esclarece que depois do dia 06 de Janeiro é costume substituir a imagem do Menino Jesus em sua lapinha por outra porque, segundo o Evangelho de São Lucas, as primeiras pessoas a visitar o Menino Jesus foram os pastores, no dia 25 de

³⁷⁶ C.f.: PRANDI, Carlo. Popular. **Enciclopédia Einaudi**, n. 36. Vida/Morte – Tradições – Gerações. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p-199-226. 1997.

³⁷⁷ C.f.: CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

³⁷⁸ Para uma análise mais aprofundada ver. CHAVES, Wagner Neves Diniz. A bandeira é o santo e o santo não é a bandeira: práticas e presentificação do santo nas folias de reis e de São José, Tese Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacioal/PPG-Antropologia Social. 2009.

³⁷⁹ Em Januária, enquanto procurávamos informações sobre lapinhas entre os moradores, muitas pessoas se referiram a lapinha de “Carlinhos de Mirata”, que no passado desenvolveu um maquinismo que reconstituía a cena do nascimento e todo o cotidiano de seu entorno, fazendo mover por engrenagem, os personagens e peças do cenário. Imagino que deveria se assemelhar a algo como o “Presépio de Piripipau”, exposto no Museu de História Natural e Jardim Botânico, em Belo Horizonte; ver <http://www.mhnjb.ufmg.br/piripipau.html>;

dezembro. Os Reis Magos só teriam chegado à Belém dois anos depois, no dia seis de Janeiro, quando o Menino já estava um pouco maior.³⁸⁰

Em nenhum outro relato encontramos tal explicação, mas a prática das lapinhas encontra-se, em geral, associada aos autos pastoris. O cenário reconstruído permite o uso de uma grande variedade de artifícios para convencer o espectador de sua verossimilhança. Assim, os devotos lançam mão de uma gama de materiais que lhe estão disponíveis para recompor a cena. Para passar a ideia de que o acontecimento teria ocorrido em local distante da cidade, geralmente colocam-se casas em tamanho reduzido ao fundo da paisagem.

Dona Altina Machado representa a cidade ao longe, usando pequenas casinhas coloridas de papel, colocadas sobre pedras retiradas do rio, acima da lapinha. Elas dão uma ideia do distanciamento da cena do nascimento em relação à cidade de Belém. Já na lapinha de dona Adenise Evangelista, da comunidade rural do Barreiro, ela usa um tecido próprio para esta finalidade. Nele, a estampa de uma antiga cidade, possivelmente, uma cidade colonial, torna o cenário mais convincente. Esta lapinha nos foi indicada pelos moradores desta comunidade como a mais antiga que se tem notícia por ali.³⁸¹

³⁸⁰ MACHADO, Altina. **Entrevista**. Januária: 02/01/2012. (sem áudio)

³⁸¹ FARIAS, Adenise Evangelista dos Santos. **Entrevista**. Januária/ Barreiro: 30/12/2011. (sem áudio).



Januária – Barreiro: Lapinha da Dona Adenise Evangelista do Santos Farias. 2012

Na lapinha de dona Adenise, observamos que, além do tecido considerado como próprio para a lapinha, existem imagens muito antigas de santos. Segundo ela, essa lapinha foi herança de seu avô, que todos os anos a montava usando os mesmos objetos que guardou durante muitos anos. No entanto, inúmeros brinquedos e ícones distribuídos nessa lapinha indicam que novos elementos lhe foram sendo acrescentados ano após anos. Ali as imagens seculares de santos se harmonizam entre bonecas, índios, super-heróis, e diversos ícones do universo de consumo contemporâneo.



Januária – Cabana: Detalhe da lapinha da casa da
D. Julia Moreira de Matos. 2012.

As pedras do rio, areia, conchas da praia, rochas calcárias dos morros próximos e diversas plantas, naturais e artificiais, são usuais na reconstrução da cena. Em sua lapinha, dona Altina usa um espelho para dar uma idéia de lago. Nele, foram colocados patos de louça, um barquinho e até um caramujo para representar esse ambiente. Aqui observa-se a relação do homem com a natureza para recompor os cenários.



Januária – Rua de Baixo: Detalhe da lapinha da casa de D. Altina Machado 2012.

Repletas de ícones, sagrados e profanos, muito variados entre si, todas as lapinhas resguardam a cena do presépio. Na lapinha de dona Julia Moreira de Matos, moradora visitada pelo terno de Reis do Alegre (única que tivemos oportunidade de visitar por dois anos consecutivos em 2011 e 2012), pudemos observar em volta da tradicional cena com o pequeno Jesus em sua manjedoura de palha, seus pais, Maria e José, à sua volta. Também foram colocadas as imagens dos santos de sua devoção, como Nsa. Sra. de Fátima, São Sebastião. O cenário foi completado com uma profusão de objetos, de variadas formas e tamanhos, tais como: carros, ETs, bonecas, índios, bolas de vidro coloridas, enfeites de louça, brinquedos de plástico, duendes, Papai Noel,

luzes pisca-pisca, flores naturais e artificiais, plantas ornamentais. É tal a quantidade de ícones nessa lapinha que somente uma imagem seria capaz de traduzi-la:



Januária – Cabana: Detalhe da lapinha da casa da D. Julia Moreira de Matos. 2012.

Algumas lapinhas são montadas no chão, tendo uma esteira como base. Geralmente, uma camada de areia é espalhada antes de colocar as imagens. Se for montada sobre uma mesa, usa-se um arco de bambu, ou madeira mais flexível, que é fixado de um lado e de outro da mesa, fazendo a estrutura que dará forma à lapinha, que pode ser recoberta de folhas ou palhas. Em outros casos, usa-se um papelão, ou caixa, moldado em forma de gruta, pinta-se com goma e carvão em forma de rajados, “imitando as pedras da lapa”.

Nas lapinhas das comunidades rurais e da cidade de Januária, verificamos que são utilizados os elementos da natureza ao redor para compor os adornos das lapinhas. Na região da Rua de Baixo, os moradores usam as pedras do rio para montar a gruta. João Damascena, que desde criança monta sua lapinha, diz que quando era pequeno

fazia imagens com o barro do rio e que costumava plantar arroz em vasilhas no dia de Santa Luzia, 13 de dezembro. Assim, quando chegava o ‘tempo dos reis’, o arroz estava no tamanho ideal para servir como decoração das lapinhas.

Na comunidade Barreiro, as lapinhas são decoradas com as formações espeleológicas retiradas das cavernas do entorno. Certamente que, para muitos que estão de fora desse processo, tal ação seja condenável enquanto predatória e nociva à preservação do patrimônio natural. Todavia, não é esta a lógica que rege a produção de uma lapinha. Ali é preciso criar um efeito de verdade e nada pode ser mais apropriado para esse fim do que as próprias pedras das cavernas. Algumas destas formações dispostas nas lapinhas *assemelham-se as torres das Igrejas*. Essa é também uma invenção do cotidiano, no qual a cultura popular se apropria do passado, como afirma Certeau, em uma reinvenção criativa.



Januária – Barreiro: Detalhe da lapinha da casa da D. Lurdes Lacerda dos Santos. 2012

Dessa maneira, as lapinhas adquirem a plástica dos recursos disponíveis, naturais e materiais, que são moldados ao gosto da imaginação. Cada um que monta a sua lapinha usa as flores e plantas de sua preferência. D. Lindaure, do Barreiro, por exemplo, prefere os *melindros* e *lírios*. Antigamente, costumava fazer uma grande roda com folhagens em volta da lapinha, mas diminuiu a quantidade de plantas que usa porque elas atraem muitos pernilongos durante esse período chuvoso e seus netos, que moram em Brasília, sempre passam as férias de final de ano em sua casa.³⁸²

Já sua vizinha, D. Adenise, prefere as folhas de pitomba porque mesmo quando secam permanecem verdes.³⁸³ D. Julia, moradora do Alegre, aos 78 anos, não podendo caminhar muito devido a idade, tem reduzido o número de plantas que usa na lapinha. Desse modo, ela opta pelas folhagens que cultiva em latas, como “escrote” e “comigo ninguém pode”, além das flores naturais que ela recolhe no terreiro em volta da casa, como a “baba de barata” e a “boa noite”, porque como ela mesma diz: “o Menino Jesus gosta de flor”.³⁸⁴

As lapinhas como expressão da fé popular não poderiam deixar de remeter a esta cultura popular. Elas carregam impressas em si as marcas do contemporâneo e do tradicional: a louça, a tinta de goma e carvão, o perfume natural, as folhagens plantadas em latas recicladas, os brinquedos de plástico, o papelão, as fotos de revistas, as flores artificiais, as guirlandas de natal. Enfim, todos estes artifícios são astúcias estéticas próprias de uma época, e que foram apropriadas como expressão da fé.

Essa bricolagem de informações de todos os tipos e níveis, tão própria das sociedades de consumo, guarda uma incrível semelhança com a descrição que Melo Morais Filho fez de uma lapinha, na passagem do século XIX para o XX:

³⁸² SILVA, Lindaure dos Santos. Entrevista: Januária/Barreiro: 30/12/2011. (sem áudio).

³⁸³ FARIAS, Adenise Evangelista dos Santos. **Entrevista**. Op. cit.

³⁸⁴ MATOS, Julia Moreira de. **Entrevista**. Januária/Cabana: 03/01/2012. Entrevistadora Iara Toscano Correia.

(...)

No salão repleto de rosas e fantasias, alentados ao sopro dos cantos dos dias nacionais, o presepe(sic) alteia-se majestoso, com suas arcadas vegetais e aromáticas, seu horizonte largo e azul, sua lua transparente e sua estrela legendária.

Adiante de uma paisagem sem arte, de arvoredos de pinho pintado, fileiras de casinhas brancas estendem-se, confinando com duas fortificações encimadas por trops francesas, guarnecidas de peças de artilharia, tendo aos ângulos atiradores, que disparam espingardas ou calam baionetas.

As ruas são na generalidade pouco populosas, a menos que algumas figuras, fornecidas pela quinquilharia francesa e alemã, se lobriguem salteadas, mais vulgarmente zuavos e mouros.

O chão é sulcado de pastagens e espelhos fingidos de lagos; sobre esses lagos patinhos e peixes de vidro, cordeirinhos e cabras, tudo sem nexo, disparatado.

À direita estão S. José e a Virgem, que apresenta o Menino aos Três Reis Magos, seguidos de aldeões e lavadeiras com trouxas de roupa à cabeça, e de pastores tocando gaitas e sanfonas.

Pequenos lampiões de gás, repuxos, faróis e moinhos de vento, completam a vista geral dessa cidade, onde a imaginação pouco exigente dos festeiros coloca o berço de Jesus.

De instante a instante, os convidados que dançaram e os convidados que chegam, aproximam-se; dos que entram, alguns suspendem às folhagens, que se abraçam no ápice, formando o pórtico do presepe, flores nativas, frutos sazonados, ou depõem na superfície plana dádivas de primor.³⁸⁵

Observamos que a curiosidade que nos aproximou dessas lapinhas se assemelha ao estranhamento provocado por elas em Morais Filho, que as considerou “*sem nexo e disparatado*”. Talvez a questão que se coloque aqui seja o distanciamento que a comunidade acadêmica guarda em relação ao popular. Roger Chartier chamou a atenção para o fato de que a “cultura popular” é uma categoria erudita, um conceito criado por intelectuais, que visa delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencentes à “cultura popular”.³⁸⁶

Nessa medida, tal como a produção de um texto destinado a um tipo específico de público, nas lapinhas estão inscritos códigos de inteligibilidade próprios de uma

³⁸⁵ MORAIS FILHO, Melo. **Festas e tradições populares no Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979. p. 50.

³⁸⁶ CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 08, no. 16, 1995, p. 179.

classe e a ela dirigidos. A sua apropriação por outros grupos está sujeita a critérios de assimilação e tradução diferenciados. De acordo com Chartier:

*(...) os bens culturais são sempre produzidos segundo ordens, regras, convenções, hierarquias específicas. O ato de criação inscreve-se numa relação de dependência em face de regras, de poderes, de códigos de inteligibilidade. Mas a obra escapa a tais dependências justamente pelas diferenças de apropriação, socialmente determinadas de maneiras desiguais, segundo costumes, classes, inquietações; diferenças também dependentes de princípios de organização e diferenciação socialmente compartilhado.*³⁸⁷

Para os espectadores alheios a esse contexto social, as lapinhas provocam diferentes níveis de perplexidade, justamente por não pactuar de suas regras e códigos de conduta. Tal como ocorreu com Moraes Filho, no início do século, e comigo mais recentemente, a questão só comprova que nossa incompreensão não está no distanciamento temporal que guardamos um do outro, mas na complexidade dos significados simbólicos que regem a lógica de organização dessa prática popular, que exhibe, por meio de seus signos, uma identidade social própria de estar no mundo, um estatuto, uma ordem, um poder. Uma maneira de se relacionar com o sagrado que é, ao contrário do que se pode imaginar, carregada de coerência e inteligibilidade. Miguel Figueiredo, imerso nesse universo, compreende as ornamentações das lapinhas de uma outra perspectiva:

(...) Nós já encontramos lapinhas que parece um parque de diversão, já encontramos lapinhas que parece lojas, entendeu? Lojas da China, com todo o material importado, com luzes de tudo quanto é jeito, com jogos de luz, com tudo (...) Papai Noel e coisas eletrônicas, rodando músicas, que muitas vezes, não em nada a ver, né? Com a folia de reis. Mas, se ali dentro tem a presença do Menino-Deus, tem a presença de Maria, nós entendemos que aquilo ali é um complemento, é uma festa. (...) tem a intenção de querer mostrar que o Menino que nasceu para nos salvar é o menino da alegria, da festa. Assim como foi o próprio Jesus Cristo, na sua primeira aparição pública. Foi num casamento nas bodas de Caná, e que Maria toda preocupada quando acabou o vinho de primeira qualidade deles lá, veio falar: — Meu filho acabou a bebida e a festa não pode parar, o quê que você pode fazer aí? Então, a gente entende também dessa forma, que a família quer simbolizar aquilo ali como a presença viva de Deus. E alegria

³⁸⁷ CHARTIER Roger. 2004. Op. cit. p. 157.

*a gente não tem como limitar. Tudo aquilo que expressa a alegria, tem brilho, tem cor, a gente entende e aceita.*³⁸⁸

Essas lapinhas são reverenciadas como um lugar sagrado, pois ali está representada a cena sagrada. Nas palavras de Miguel Figueiredo, ‘*é a presença de Cristo Vivo*’. Uma rede inumerável de significados se esconde sob os ícones/imagens sagradas/profanas das lapinhas. Em sua face visível, elas são a expressão de um acontecimento, um testemunho. Em sua face invisível, guarda valores morais e éticos, sentimentos de pertença (identidade), solidariedade, explicam as vicissitudes, busca-se esperança para a saúde e consolo para a morte, em um mundo repleto de injustiças e contradições

As lapinhas, enquanto representação da natividade permite, para além da leitura dos símbolos ligados ao episódio fundante do catolicismo, uma leitura sobre os modos como as classes populares se apropriam originalmente do tema do nascimento de Cristo, construindo uma maneira muito própria de representá-lo. A religiosidade popular que se filia as lapinhas permite vislumbrar uma das mil maneiras que as classes populares se utilizam para consumir o estatuto religioso³⁸⁹. Isso é feito, lançando mão de uma barulhenta parafernália eletrônica, capaz de tornar o momento ainda mais memorável.

A lapinha do senhor Cícero, morador de Januária é uma das mais exuberante que tivemos a oportunidade de visitar. Montada em um dos cantos de sua sala, ela ocupa quase a metade desse ambiente. Sua lapinha é motivo de orgulho, ele se gaba de já ter sido fotografada para uma revista importante. As pedras que ele usa para construir a réplica de uma gruta em sua sala foram retiradas da rua onde mora, “no tempo em que

³⁸⁸ FIGUEIREDO, Miguel Borges. Op. cit.

³⁸⁹ Ver CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

fizeram o asfalto em sua porta”.³⁹⁰ O grande arsenal de luzes que o senhor Cícero utiliza, com direito a lâmpada sobre a manjedoura, e muita música natalina, ajudam no impacto que sua lapinha causa aos visitantes.

Em qualquer lapinha o que não pode faltar é o espaço para a vela. Mesmo com um bom arsenal de iluminação, as velas são imprescindíveis, pois carregam um significado especial. Como nos explicou Miguel Figueiredo:

*(...) toda casa que a gente chega a primeira coisa que eu peço é pra acender a vela. Porque quando você acende a vela você está acendendo a luz, você está dando uma transparência da divindade, você está dando ali a prova presencial do Menino-Deus que é a luz, e essa luz que nos guia (...) e é essa luz que nos dá razão de saudar e de sair em peregrinação. Porque a luz pra nós é a vida, é o Espírito Santo. É a presença de Deus vivo naquela família.*³⁹¹



Januária: Sr. Cicero Luiz de Mesquita e sua lapinha. 2012

³⁹⁰ MESQUITA, Cícero Luiz de. **Entrevista**. Januária: 02/01/2012. (entrevista sem áudio).

³⁹¹ FIGUEIREDO, Miguel Borges. Op. Cit.

Os tradicionais símbolos do universo de representação religiosa popular sobre o nascimento de Cristo, distribuídos lado a lado a uma vasta gama de ícones profanos, ligados ao mercado de consumo, apontam vários caminhos. Podemos simplesmente assinalar que a estética popular tem predileção pelo brilho e pela cor. Ou ainda, constatar a recente inserção das camadas populares ao universo do consumo, que abastece a imaginação popular com uma quantidade ainda maior de quinquilharias de toda sorte. Mas, elas também podem ser interpretadas enquanto marcos de memória de uma família ou grupo.

O relato de D. Julia é significativo nesse sentido. A maioria dos objetos que adornam sua lapinha são artefatos de sua memória de vida. Ela nos explicou que muitos dos ‘bebelzim’ que usa para enfeitar sua lapinha, que já possui cinquenta anos, lhe foram apresentados por amigos e parentes. Alguns deles estão com ela desde os primeiros anos. Cada um desses objetos estão carregados de lembranças, e ela era capaz de datar e descrever a história de como cada um deles foi adquirido e incorporado à sua lapinha.

Muitos desses itens que dona Júlia dispõe guardam as marcas do uso de seus antigos donos. Alguns “foram embora pra São Paulo” e ela nunca mais viu, são filhos, netos, sobrinhos. Uma boneca que ela nos indicou fora de sua irmã mais nova, que ela ganhou quando ainda era criança. Já são quarenta e cinco anos que essa sua irmã faleceu e ainda hoje ela preserva esse ‘bebel’ como recordação.

Ao lado destes artefatos de memória, muitos outros brinquedos novos vem sendo incorporados a cada ano. Sempre que vai à cidade D. Julia compra algo novo para incrementar ainda mais sua lapinha, como alguns soldadinhos de plástico colorido que me mostrou. Todos os anos, depois do dia de São Sebastião, e da reza que promove em sua casa, dona Julia embala cuidadosamente todos os itens, que só serão retirados

novamente das caixas no momento de montar uma nova lapinha. As folhagens, plantadas em latas, são as mesmas de todos os anos, que ela cuida para que as galinhas não as destruam durante o ano.

José Raimundo Viana, folião do terno dos Figueiredos, guarda na memória o doce perfume das lapinhas de sua infância:

*(...) um dos segredos daquela época pra lapinha era a flor de lírio, dava um chêro ... Você fazia a lapinha no dia 24 pra folia cantar o reis no dia 25, né? Saudar a lapinha, e cobria a casinha, aquela estrutura, com lírio. E o lírio dura, porque ele tem muita umidade, fica uma semana aquela flor exalando aquele cheiro, né? Aquilo ficava, a gente vinha pra aqueles reizados, sentia aquele cheiro de lírio, né? (...) a palha do buriti (...), que inclusive produz um fruto que é muito rico em vitamina A e B, muito saboroso. Esse ano ele não produz não, ele produz de quatro em quatro anos. Aquela palha fazia ela entrelaçada, ficava bonitinha mesmo, uma casinha, um casebrezinho (...) quem tinha a imagem dos Santos Reis, colocava a imagem dos Três Reis, senão aquelas fotos de santos que tinha em casa, a foto do Cristo. Porque todo católico tem na sua casa, nem que seja a foto lá de um santo, né? (...) qualquer imagem que tiver ela será colocada ali, ela era adorada. Era o maior respeito, ninguém passa por uma lapinha sem fazer uma saudação, ainda que criança, porque já se sabia que os pais fazia aquilo e era de pai pra filho, né? (...) e a casa que tinha uma lapinha era respeitada. Esse período de 25 a seis de janeiro não se desmanchava a lapinha, entendeu? E era uma deferência, não podia ter palavrões, ninguém falava palavrões, não tinha danças que não fosse dos reizados de Santos Reis. Era como se fosse uma promessa que você tava pagando ali (...)*³⁹²

A luz é a estrela que guiou os Santos Reis à Belém. Significa a vida que nasce.

Se nas casas de moradores encontramos uma enorme profusão de ícones guardando as memórias do passado, nas Igrejas que visitamos (Catedral de N. Sra. das Dores, em Januária, e Capela de Nsa. Sra do Amparo, no Brejo do Amparo) as lapinhas são mais sóbrias e higienizadas. Nelas não há vestígios de memória, um cenário sem marcas de uso. No entanto, a mesma lógica rege a organização do cenário da natividade. Os elementos vivos da natureza, como as folhagens plantadas em latas e encapadas com

³⁹² VIANA, José Raimundo. **Entrevista**. Bonito de Minas: 06/09/2011. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia). O prefeito de Bonito de Minas acompanhou, como folião parte, do giro no campo do ano de 2011, sendo festeiro em 2013.

papel de presente, e as estruturas de papelão são mantidas como adorno para estas lapinhas, que mantêm apenas a cena do nascimento, sem as ruas, casas ou pessoas.



Acima: Lapinha da Catedral de Januária. 2012.

Ao lado: Lapinha da Igreja do Brejo do Amparo. 2012.

Hoje, é mais raro encontrar pessoas que ainda se dedicam a montar suas lapinhas no período natalino. E a diminuição dos grupos de reis é sentido de maneira sintomática na edificação dessas lapinhas. Alguns dos entrevistados, que visitamos depois do dia dois de janeiro, nos disseram que aguardavam a visita de um grupo de reis à sua lapinha desde o dia vinte e quatro de dezembro. Mas tinham a convicção que um grupo ainda haveria de passar por lá. Na região da Rua de Baixo, D. Altina teve mais sucesso. A benção de sua lapinha foi dada pelo bispo em pessoa, que veio à sua casa excepcionalmente para conhecer sua lapinha.



Januária – Rua de Baixo: Detalhe da lapinha da casa de D. Altina Machado. 2012.

CAPÍTULO IV

O folclore e a cultura popular: interfaces institucionais

4.1 – A institucionalização da cultura popular

Dentro do recorte que selecionamos para esta pesquisa, observamos que os temas ligados à cultura popular em Januária, em alguns momentos de sua história recente, tornaram-se mais candentes. Seu brilho e relevo transcenderam os grupos que a produziram, alcançando amplos espectros da sociedade. Em pelo menos dois momentos distintos, entre a metade do século XX e início do XXI, o ‘povo’ ocupou os holofotes da cena social, e suas tradições passaram a ser reivindicadas enquanto produção legítima de uma sociedade inteira.

Como mencionamos, a memória dos grupos populares de Januária foi, no início da década de 1960, alvo de um levantamento folclórico pela Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro (CNDFB), em ocasião das comemorações do primeiro centenário do município. E, no início do século XXI, ações e discursos se voltaram para a “valorização” e “resgate” de tradições populares, ensejando, principalmente, novas formas de desenvolvimento econômico.

Os discursos que justificam a recorrência de temas do universo popular são diferentes em ambas as situações. No primeiro momento, a preocupação girava em torno da necessidade do registro das tradições populares em um universo em plena transformação. O inventário dos ‘últimos vestígios’ das tradições populares seria uma forma de preservar elementos culturais *autênticos* que deram *origem* aquele *povo*. O

folclore³⁹³ enquanto materialização dessa memória ancestral conteria os germes mais remotos da nação, ameaçados de extinção pelos avanços da modernização e industrialização.

No Brasil, a exaltação da memória coletiva de grupos populares específicos pelas elites intensificou-se a partir da década de 1950, momento de modernização do país. A desagregação de uma grande parcela de camponeses e seu extenso conhecimento oral fez com que o popular se colocasse em evidência de maneira *complacente e exótica*.

Na argumentação de Schwarz tal modernização operada de maneira incompleta e desigual, não cumpriu as promessas de cidadania e inclusão social que lhe são implícitas. Nas cidades, os pobres que buscaram as cidades com a expectativa de oferecer aos seus filhos o acesso a serviços, como educação e saúde, se viram *largados*, à mercê das novas formas de exploração econômica e de manipulação populista:

*(...) afastada de condições antigas, posta em situações novas e mais ou menos urbanas, a cultura tradicional não desapareceria, mas passava a fazer parte de um processo de outra natureza. A sua presença sistemática no ambiente moderno configurava um desajuste extravagante, cheio de dimensões enigmáticas, que expressava e simbolizava em certa medida o caráter pouco ortodoxo do esforço desenvolvimentista. Com a sua parte de simpatia e de tolerância, mas também de absurdo e de primitivismo, esta mescla do tradicional e do moderno se prestava bem a fazer de emblema pitoresco da identidade nacional.*³⁹⁴

Para Schwarz, o *colapso da modernização* brasileira, sentido durante os anos de 1970 e 1980, fez com que os migrantes rurais, que não mais tinham para onde voltar, se resignassem às precárias condições urbanas, construindo, por si próprios, novas formas

³⁹³ Sobre esse tema sugerimos: ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**. São Paulo: Olho D'Água, 1992; CATENACCI, Vivian. Cultura Popular: entre tradição e transformação. **São Paulo em Perspectiva**. v.15 n.2 São Paulo abr./jun. 2001; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Entendendo o Folclore**; 03/2002. Disponível em www.cnfcp.gov.br/interna.bhp?ID_secao=100; Acessado em 21/08/2010;

³⁹⁴ SCHWARZ, Roberto. Fim do século. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 4/12/1994. Mais!, p. 8.

de solidariedade e sociabilidade como forma de *driblar* as adversidades a que estavam expostos. Ao fracasso do projeto desenvolvimentista, sobrepôs-se uma cultura nacional *que não articula projeto coletivo e que flutua publicitariamente no mercado, com casca vistosa, como um estilo de vida simpático a consumir entre outros*.³⁹⁵

Atualmente, o reconhecimento oficial do saber popular permitiu, até certo ponto, reverter positivamente a situação de determinados grupos que continuaram se mantendo como *tradicionais*. Aqueles que continuaram acionando antigos mecanismos sociais, forjados pela vida em comunidade.

A partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, atendendo a imperativos adotados pelas Convenções Internacionais aos quais o Brasil é signatário, e em meio a embates dos grupos internos, uma série de mecanismos legais foram sendo criados. O princípio de *autodeterminação dos povos*, por exemplo, previsto na Carta das Nações Unidas de 1945³⁹⁶, depois de um longo debate, tornou-se base jurídica que, aplicada em conjunto às políticas públicas indigenistas e quilombolas nacionais, possibilitariam fatores de inclusão, cidadania e desenvolvimento para as *populações originárias*. Um conceito que abarcou amplos contingentes: indígenas, remanescentes de quilombos e comunidades rurais tradicionais.

O reconhecimento desses grupos como portadores de uma identidade pelo governo federal levou a desdobramentos diversos, desde a inclusão dessas populações em projetos sociais de caráter meramente assistencialistas até a situação de conquista de territórios ancestrais, por anos e anos espoliados por políticas de desenvolvimento

³⁹⁵ SCHWARZ, Roberto. Idem.

³⁹⁶ A autodeterminação dos povos é o princípio que garante a todo povo de um país o direito de se autogovernar, tomar suas escolhas sem intervenção externa, ou seja, o direito à soberania de um determinado povo de determinar seu próprio status políticos. C.f.: pt.wikipedia.org/wiki/autoderminação; acessado em 30/10/2012.

controversas e grilagem de terras.³⁹⁷ Uma leitura possível, de acordo com o sociólogo Néstor Garcia Canclini, se filia às ‘estratégias’ que os grupos populares na América Latina vêm desenvolvendo para *entrar e sair da modernidade*. Os embates travados em diferentes níveis têm levado ao *(em)poderamento* dos discursos de modernidade pelos grupos que, acionando aspectos ora de tradicionalismo ora de inovação, buscam conquistas sociais que até lhe foram negadas. O modelo adotado nas políticas públicas propõe um discurso em que a cultura é entendida como construção autônoma de seus atores. No entanto na prática o que se revela é a contínua submissão dos sujeitos sociais interessados a projetos formulados de cima para baixo. Acompanhemos essa discussão nos dois recortes que estabelecemos em Januária.

³⁹⁷ Atualmente, as terras indígenas Xacriabá, no município vizinho a Januária de São João das Missões, estão delimitadas em 50 mil hectares para cerca de 9 mil habitantes divididos em 33 aldeias. A comunidade vem lutando para aumentar o total da área para mais 75 mil hectares. O território indígena foi homologado em 1987, posteriormente foi acrescida uma área contínua conhecida como Rancharia. Tal como as conquistas dos índios Xacriabá, que mencionamos anteriormente, a comunidade quilombola da família dos Caluzeiros, no Distrito de Riacho da Cruz, reivindica sua etnicidade junto ao governo federal. De acordo com informações da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N’Golo), abrigado no Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), existem aproximadamente 400 comunidades quilombolas no Estado de Minas Gerais, distribuídas em mais de 155 municípios, cuja maior concentração está na Norte e Nordeste do estado. Só nos municípios de Januária e adjacências somam-se 37 áreas reivindicadas como remanescentes de quilombo, entre os municípios de Januária, São Francisco, Chapada Gaúcha, Bonito de Minas, Itacarambi. Os processos demarcatórios no Brasil têm sido operacionalizado por meio de violentos embates sociais no campo, muitas vezes, se resolvendo somente depois do derramamento de sangue dos agentes comunitários em luta. C.f.: www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/mg/mg_ngolo.html, Acessado em 30/10/2012. Sobre esse tema indicamos as teses: OLIVEIRA, Alessandro Roberto. **Política e Políticos Indígenas: a experiência Xacriabá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília: UnB/PPG-Antropologia Social. 2008; COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianeiros: englobamento exclusão e resistência**. Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília: UnB, 2003; ESCOBAR, Suzana Alves. **Educação indígena no universo Xacriabá: saberes e luta na vida e na voz do seu povo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Uberlândia: UFU/PPG-Pedagogia. 2004; BATISTA, Ana Laressa Almeida. **Romaria dos mártires da terra Xacriabá - 20 anos de luta e esperança: a construção do mito Rosalino na memória do povo indígena (aldeia Xacriabá 1987-2007)**. Monografia (Graduação em História). Januária: Instituto Superior de Educação de Januária/ISEJ, CEIVA, 2008; PALADIN Jr. Heitor Antônio. **Etnogeografia: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xacriabá no Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP/FFLCH, 2010.

4.2 – O levantamento folclórico de Januária

A concepção de cultura que orientou a metodologia da coleta do material para o Inquérito Folclórico de Januária, coordenado e dirigido por Joaquim Ribeiro no início da década de 1960, foi a de folclore. A publicação foi intitulada *Folclore de Januária* e só veio a lume em 1970. O livro é uma coletânea das tradições *materiais* e *espirituais*, identificados em Januária à época do levantamento. A publicação selecionou a documentação em quatro partes: **habitantes**, etnias e tipos sociais: barranqueiro, roceiro, vaqueiro, pescador, aguadeiros, tropeiros, rendeiras, ceramista, catrumanos; **a vida** transporte, indumentária, balança de cuia e peças folclóricas; e **vida Espiritual**, compondo as partes IV a VIII do livro, classificadas em: cantigas de ninar, de roda, de folguedos, de trabalho, contos, de ritos de passagem; mitos e lendas, histórias populares; hierologia popular, crendices, superstições e mezinhas, folguedos populares, cavalhadas, reisados e jogos; usos e costumes, parlendas, adivinhas, parêmiás. A última parte traz quatorze **letras e cifras** de canções populares.

De acordo com Edilberto Fonseca, apenas outros dois levantamentos foram realizados além deste em Januária:

*Um dos três primeiros estudos etnográficos de campo realizado pela Campanha foi o Levantamento Folclórico de Januária. Além de Januária, no mesmo período, o norte do litoral paulista foi objeto de pesquisa etnográfica por parte da Campanha, conduzida pelo musicólogo Rossini Tavares de Lima. Também Edison Carneiro na mesma época propõe à Campanha um "Plano de Pesquisa do Samba e Danças derivadas do Batuque".*³⁹⁸

Segundo ele, os registros fonográficos e visuais do levantamento geraram por volta de sete horas e meia de material. Tal como esclarecemos no capítulo anterior, para o registro desse material a Campanha de Nacional de Defesa do Folclore, contou com a

³⁹⁸ FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p. 90;

colaboração da Sociedade de Amigos do São Francisco, professores e alunos. Joaquim Ribeiro esteve em Januária em pelo menos três ocasiões para coordenar os trabalhos.

Para uma padronização dos registros, algumas instruções foram repassadas a estes colaboradores, como esclarece o próprio Ribeiro: *visando obter o máximo com o mínimo de exigências*. As fichas de instruções, que acompanham o livro, nos permitiram entender em parte a metodologia da coleta. Para os dados da tradição oral, os colaboradores deveriam observar os seguintes requisitos:

a) quanto aos dados populares: I – reproduzi-los com a máxima autenticidade, sem fazer emendas de qualquer natureza; II – verificar a sua frequência, salvo nos dados de improviso (desafios, etc.); III – indicar o local da observação; b) quanto aos informantes: I – selecionar os velhos habitantes do local para informar sobre as tradições em geral; II – selecionar, quando se verifica uma tradição relativa ao trabalho (pescaria, pastoreio, lavoura de cana, etc.), informantes que sejam pescadores, vaqueiros, lavradores, etc.; III – selecionar, para a coleta do folclore infantil, informantes ainda crianças e adolescentes; IV – selecionar, para informantes do folclore doméstico, pessoas do sexo feminino; V – só, excepcionalmente, poderão ser consultados informantes que deponham indiretamente, isto é, que ofereçam informações acerca de tradições deste ou daquele local; esses informantes, todavia, devem ser homens idôneos (padres, professores, fazendeiros, etc.), conhecedores da região. (grifos nossos)³⁹⁹

Outras três fichas de instruções serviram para orientar os registros em pauta musical e para a gravação em áudio das apresentações musicais, além da instrução para gravação das imagens para o documentário. As instruções para o áudio pediam um registro do *flagrante individual*, de violeiros e cantadores, e o *flagrante do grupo* quando se tratasse de apresentações coletivas, como nas rodas e reisados. Antes, porém, do início dos registros, os colaboradores deveriam especificar um cabeçalho oral com a identificação dos músicos e cantadores, que estavam se apresentando, além de identificar o material gravado.

³⁹⁹ RIBEIRO, Joaquim. **Folclore de Januária**. Rio de Janeiro: MEC/CDFB, 1970, p. 22.

A instrução elaborada para dirigir as imagens coletadas pelo cinegrafista privilegiava *os aspectos do meio físico, do meio social e da vida material do município*.⁴⁰⁰ O documentário contou com tomadas aéreas de Januária, com a festa dos pescadores no dia de São Pedro, em sua Romaria das Águas, apresentações dos Reis dos Temerosos, Dança de São Gonçalo, cenas do cotidiano, da Usina de Pandeiros. Tal como se ressentia Fonseca:

*Infelizmente nada, ou quase nada, ficamos sabendo da vida desses entrevistados. Os sujeitos em questão aparecem diluídos ao longo do livro em hábitos, costumes, habilidades e técnicas. Tal como prerrogativa do folclore o indivíduo está diluído no todo social. De forma que a autoria é sempre negada aos sujeitos que o produzem. Como atributo do folk o saber patrimônio comum.*⁴⁰¹

O título do livro deixa clara a finalidade de registro, propondo-se a um Inquérito. A despeito de todas as implicações políticas que levaram a sua confecção, discutida anteriormente, Joaquim Ribeiro justificou a importância do Inventário Folclórico de Januária (...) *para uma verificação das diversas camadas de tradicionalismo que se sedimentaram através dos tempos*⁴⁰².

Para Ribeiro, a relevância do levantamento em Januária reside no grau de *arcaísmos* presentes nessa região do Médio São Francisco. Defendendo a teoria do isolamento geográfico e econômico como fator de preservação de seu folclore. O seu *insulamento* das outras regiões do país permitiu a sobrevivências de usos, costumes, tradições, mitos, lendas, hábitos, linguagem que retratam uma *profunda feição arcaizante, própria da população segregada*⁴⁰³.

Dentro desta perspectiva, Ribeiro narra a história da ocupação dessa região a partir do encontro de duas correntes demográficas que penetraram o São Francisco: o

⁴⁰⁰ RIBEIRO, Joaquim. Op. cit. p. 24.

⁴⁰¹ FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit, p. 97.

⁴⁰² RIBEIRO, Joaquim. p.17.

⁴⁰³ RIBEIRO, Joaquim, p. 17.

bandeirante destemido em busca do ouro e a *lenta irradiação pastoril* do interior baiano. A sua população seria tributária do *encontro das três raças*, os índios caiapó nativos, os brancos civilizados vindos da Europa e os negros trazidos da África para o trabalho escravo, que se harmonizaram para produzir uma cultura própria, preservada ao longo de quase trezentos anos de história, devido ao isolamento imposto pela paisagem. Tais aspectos de *isolamento* e *analfabetismo* dessa população teria preservado o *fanatismo religioso* e *superstições numerosas*, pelo seu *baixo nível cultural*.⁴⁰⁴

Para Ribeiro, a população do município de Januária poderia ser classificada entre mamelucos, negros e mulatos, sendo que o elemento branco foi *o agente catalizador dessa mestiçagem generalizada*⁴⁰⁵. Nessa estratificação, Ribeiro defende que a população ameríndia se dedicou ao pastoreio nas regiões mais interiores do município, enquanto que negros e mulatos se dedicaram à lavoura e à pescaria.

A classificação étnica estabelecida pelo olhar do folclorista Joaquim Ribeiro funciona em plena consonância com o espírito positivista que prevalecia nas produções destes pesquisadores. Partindo de uma perspectiva de cultura que postulava a tese das três raças como elemento genuinamente brasileiro, ele se preocupou em levantar elementos que comprovem essa *originalidade*, preservada das *influências externas*, evidenciada na estratificação social adotada e pelo *baixo nível cultural* da população. O discurso “científico” de Ribeiro torna-se perfeitamente compatível com a conceituação de folclore em uso na época, não só pelo movimento folclórico, mas pelo conjunto de folcloristas atuantes.

De acordo com a análise de Edilberto Fonseca, no livro *Inteligência do Folclore*, publicado em 1957, Renato Almeida define o folclore como:

⁴⁰⁴ RIBEIRO, Joaquim. Idem, p. 18-19.

⁴⁰⁵ Idem, p. 18.

“(...) o conjunto das manifestações não institucionalizadas da vida espiritual e das formas de cultura material dela decorrentes ou a elas associadas, nos povos primitivos e nas classes populares das sociedades civilizadas” (Almeida, 1957: 41)”. Para em seguida afirmar que o termo povo deve ser entendido em sua definição como aquele “das classes inferiores, econômica, social e intelectualmente, de qualquer comunidade civilizada”, além de assinalar que “sem vir do povo ou do primitivo, coisa alguma é folclórica, pois apenas nesses ambientes medra folclore.”⁴⁰⁶

Caracterizando o folclore como *manifestações não institucionalizada da vida espiritual e as formas de cultura material decorrente delas, produzida por povos primitivos*, a concepção de povo que prevalece é o das *classes inferiores: econômica, social e intelectualmente*. Argumentos que vão de encontro aos preceitos indicados pela Carta do Folclore Brasileiro, aprovada no I Congresso Brasileiro de Folclore, que buscava o fortalecimento dessa disciplina enquanto área do conhecimento:

- 1. O Congresso Brasileiro de Folclore **reconhece o estudo do Folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais**, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda a sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.*
- 2. **Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica.***
- 3. São também reconhecidas como idôneas as observações levados a efeito sobre a realidade folclórica, **sem o fundamento tradicional**, bastando que sejam **respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não**, e essencialmente popular.*
- 4. Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de **preferência, o emprego dos métodos históricos e culturais no exame e análise do Folclore.***⁴⁰⁷

⁴⁰⁶ ALMEIDA, Renato apud. FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p. 77.

⁴⁰⁷ C.f.: www.edukbr.com.br/estudioweb/ativ-antigas/cordel/cart.htm, acessado em 23/08/2011;

A definição de fato folclórica dentro de premissas científicas é fruto de um longo debate travado por uma geração de folcloristas que, desde a passagem do século XIX, buscavam delimitar as fronteiras institucionais da nova disciplina em confronto com cientistas sociais que, por seu turno, desqualificavam seus discursos e métodos. Daí a necessidade da Carta do Folclore Brasileiro em reafirmar em seu primeiro item: *O Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do Folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais (...)*⁴⁰⁸

A necessidade desse reconhecimento partiu das severas críticas sofridas durante o embate acadêmico travado com as Ciências Sociais. Um dos maiores críticos e interlocutores nesse debate travado com o movimento folclórico desse período foi o sociólogo Florestan Fernandes, que, através de textos e artigos⁴⁰⁹, criticava a ação dos folcloristas aglutinados em torno da Comissão Nacional de Folclore, sediada no Rio de Janeiro.

A principal crítica de Fernandes residia na carência de um debate epistemológico que permitisse compreender o Folclore enquanto ciência, questionando seus procedimentos diante do espírito colecionista e amador que prevalecia nesses trabalhos, incapaz de atribuir um sentido mais amplo a suas coletas e estabelecer uma leitura global da realidade social⁴¹⁰. Fonseca pontua duas das argumentações utilizadas por Florestan Fernandes ao refutar a base científica dos estudos folclóricos:

Fernandes expõe duas vertentes em que critica a visão partilhada pelos estudiosos do folclore então. Primeiro que 'não existe um conjunto de fatos folclóricos relacionados causalmente, cuja natureza o caracterizasse como objeto específico de uma ciência nova, com um campo de estudo sui generis - o folclore, no caso. Os fatos

⁴⁰⁸ Carta do Folclore Brasileiro de 1951. Disponível em: www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf.

⁴⁰⁹ De acordo com Edilberto Fonseca, a maior parte dos artigos foram publicados pelo jornal Estado de S. Paulo, mas esse seu ponto de vista encontra-se diluído em toda a sua obra. Ver: FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. e VILHENA, Luiz Rodolfo. Op.cit.

⁴¹⁰ Ver. VILHENA, Luiz Rodolfo. Os Intelectuais Regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n.32, p. 125-150.

*apresentados e caracterizados como folclóricos estão compreendidos numa ordem de fenômenos mais ampla - a cultura - e podem ser estudados como aspectos particulares da cultura de uma sociedade, tanto pela sociologia cultural como pela antropologia'. Segundo, que a especificidade do folclore, como disciplina independente, deriva de procedimentos de interpretação fundamentalmente opostos aos que são empregados nas ciências sociais. Os folcloristas precisam considerar os elementos folclóricos de modo a abstraí-los de seus contextos culturais e sociais, seja na análise de identidades formais, seja nas investigações de intuítos classificatórios ou genéticos.*⁴¹¹

No contexto global, a partir da década 1950 a ideia de cultura veio paulatinamente, ganhando o centro do debate, tanto pelo contexto de desmonte dos impérios coloniais, quanto pela estreita conexão que se estabelecia com os princípios da Declaração dos Direitos Humanos. Os discursos e ações políticas globais incorporaram a cultura enquanto pauta. Segundo Mariela Pitombo, analisando o período que vai entre os anos de 1940 a 1960, reconhece-se que, com o acirramento do processo de descolonização, *o conceito de cultura vai se alterando para dar conta da nova dinâmica sócio-política que se instaurava com a emergência de novas nações.*⁴¹²

De acordo com ela, o conceito adotado pelo Ato Constitutivo da UNESCO em sua origem estava mais associado a *uma compreensão de cultura voltada para as obras de arte, o patrimônio histórico, da propriedade intelectual e cooperação intelectual entre os artistas dos diversos países.* A questão racial, também esteve colocada desde a sua origem, e foi alvo de três declarações de suas consecutivamente, constituindo-se, dessa maneira, em palco privilegiado de conflitos entre diferentes correntes teóricas, que se digladiavam em torno de uma antropologia física, que buscava elaborar

⁴¹¹ FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p. 78.

⁴¹² PITOMBO, Mariella. Entre o Universal e o Heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na UNESCO. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiri. **Teorias e Políticas da Cultura:** visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 124.

diagnósticos fundamentados e uma antropologia cultural, que tendia a compreensão das dinâmicas sociais, com ênfase nas dinâmicas socioculturais.⁴¹³

Os debates acadêmicos eram ‘testados’ a luz da política internacional dentro das Convenções da ONU, que buscava um paradigma comum para interpretar as diferentes realidades do globo. Assim, desde a década de 1950, reflexos dos novos paradigmas trazidos pela Antropologia e pela História Cultural, que passavam a entender a cultura como um conjunto de fenômenos que estão relacionados com a vida cotidiana, em seus aspectos materiais e imateriais, foram sendo assumidos enquanto discurso universal pela ONU e suas agências.

De acordo com a historiadora Sandra J. Pesavento, um novo paradigma foi sendo elaborado a partir dos anos de 1960 e 1970, impulsionado por acontecimentos históricos que marcaram uma ruptura interpretativa nesse período, tais como: *maio de 1968, a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da New Left, em termos de cultura e a derrocada dos sonhos de paz do mundo pós-guerra.*⁴¹⁴

Como pudemos observar pelos fragmentos do Inventário que destacamos, os postulados foram concebidos dentro de uma visão positivista da disciplina Folclore formulados a partir da teoria racial. Assim, o mito das três raças como estrutura fundante da nacionalidade brasileira é muito presente nesta obra.

Edilberto Fonseca esclarece que o significado do termo ‘Defesa’ utilizado pela Campanha (...) *procurava trabalhar com a idéia de que as manifestações populares deveriam permanecer em formato ‘original’, para que conservassem as mesmas*

⁴¹³ PITOMBO, Mariella. Op. cit. p. 128.

⁴¹⁴ PESAVENTO, Sandra J. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Coleção Histórias &... Reflexões), p. 8.

*características formais que fossem identificadas como folclóricas (indumentárias, instrução e concepção musical, coreografia, etc.)*⁴¹⁵

De acordo com ele:

*Joaquim Ribeiro chega a Januária em meio a uma ideologia que via no folclore o depositário de “uma essência da nação”, já numa época, porém, de intenso crescimento, incremento das comunicações e internacionalização da economia brasileira. Para Ribeiro, a cultura popular era a totalidade de valores materiais e imateriais reunidos ao longo da trajetória da nação, que concebida dentro de um tempo histórico selecionado modelava a idéia de tradição. Essa concepção irá se tornar, naquele momento, fundamental para a constituição de todo o aparato institucional de atuação do Estado frente às culturas populares.*⁴¹⁶

O folclorista Saul Martins, em seu livro *Folclore: teoria e método*, publicado em 1986, elaborou uma espécie de manual para orientar as disciplinas de Folclore. Nessa publicação, ele se esforçou em clarear o conceito de folclore, partindo de três premissas abrangentes, a noção de *cultura*, de *popular* e de *tradição*. Ele, tal como Renato Almeida, reafirma que o folclore enquanto *todas as formas de dimensões da cultura*, desde que venham das *camadas mais simples da sociedade* e sejam *sancionadas pela tradição*. Sem especificar ‘camadas mais simples’, opta por caracterizar o popular pela sua negação:

*Folclórico é tudo que não é aristocrático, nem obra especialista de um intelectual; É folclórico se não procede da melhor sociedade nem da pior, e isto significa dizer – vem do povo (...) o folclórico vem das camadas não-eruditas da gente civilizada. O importante é ‘fixar o popular como a base de tudo quanto se possa qualificar de folclórico’, porque é elemento essencial.*⁴¹⁷

Esbarrando nessa dificuldade histórica em definir o popular, ele retoma os escritos do primeiro folclorista William Thoms, que considerou povo como o:

⁴¹⁵ FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p. 81.

⁴¹⁶ FONSECA, Idem. p. 247.

⁴¹⁷ MARTINS, Saul. **Folclore: Teoria e Método**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986, p. 16-7.

*Conjunto de pessoas que têm um nível médio de cultura, a coleção de humanos que, dentro de uma estratificação cultural, ocupa uma faixa intermediária, entre primitivos, malandros, ciganos, favelados – a mais baixa; e acadêmicos, cientistas, intelectuais, professores – a mais elevada (...).*⁴¹⁸

Na categoria ‘intermediária’, considerada povo, exclui-se uma vasta quantidade de sujeitos. Contudo, em determinadas situações uma parte dessa categoria ‘não popular’ pode ser resgatada como produtores de um relato *digno de fé*. Joaquim Ribeiro explicita quais sujeitos poderiam melhor traduzir os fatos folclóricos, considerados *informantes idôneos*, quando se tratasse da coleta de informações obtidas de forma indireta, seriam *os padres, professores, fazendeiros, etc.*

Edilberto Fonseca destaca que duas definições de cultura popular prevaleceram nos trabalhos destes folcloristas, perspectivas que até hoje são comuns quando se trata desse tema: (...) *uma que afirma sua autonomia enquanto ambiente social marcado por um certo grau de organicidade e unicidade, e outra que a contrapõe à cultura letrada e dominante, definindo-a como uma degenerescência ou estágio anterior e primitivo desta e a ela subordinada.*⁴¹⁹

Dessa perspectiva, Saul Martins defende que a caracterização do popular deriva *do critério antropológico (...) o cultural. Não é social, nem econômico, nem religioso, nem político.* Assim, para que o fato folclórico seja capturado enquanto instância orgânica e autoexplicativa alguns critérios devem ser observados: (...) *Para ser folclórico tem o fato que estar submetido à ordem tradicional e, então, será antigo e persistente, sendo que a antigüidade é consequência da funcionalidade. O fato sobrevive por ser útil, porque tem destinação.*⁴²⁰

⁴¹⁸ MARTINS, Saul. Op. cit., p. 15.

⁴¹⁹ FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p. 79.

⁴²⁰ MARTINS, Saul. Op. cit. p. 17.

Os folcloristas buscavam definir o *fato folclórico* enquanto expressão da tradição popular, atribuindo-lhes qualidades como: *vulgar*, no sentido de comum, *coletivo*, *durável*, *funcional*. Além destas, destacadas como imprescindíveis, existiam outras consideradas frequentes, mas não indispensáveis, tais como: *anônimo*, *oral*, *universal*, *regional*. De acordo com Saul Martins a incompatibilidade entre estas duas últimas afirmações é apenas aparente, pois:

*(...) Nada mais universal e nada mais regional que o fato folclórico. Ele é universal em seu aspecto geral, sendo, porém, regional, ou mesmo local, na variante. A licanthropia, por exemplo, é um fenômeno conhecido em todo mundo. No entanto, ela se manifesta sob várias formas: lobisomem, mula-sem-cabeça ou burrinha-de-padre, onça-cabocla ou da-mão-torta ou onça-maneta (...)*⁴²¹

Por fim, ele ainda acrescenta características como: *(...) espontaneidade, a relativa plasticidade e a atualidade do fato folclórico: este se opõe ao arranjado ou artificial e traduz o modo de pensar, sentir e agir do povo*⁴²².

Ao passo que é considerado uma expressão original, ou seja, que se constituiu na origem de uma determinada organização social, o folclore deve ser considerado da perspectiva de sua atualidade, pois funciona e faz sentido ainda no presente. Nessa direção, nas instruções de coleta do Inquérito Folclórico de Januária, Ribeiro sinaliza a necessidade de captar o *flagrante* e a *espontaneidade* dos sujeitos em suas atividades. Fundamentais para validar esse conhecimento como autêntico, que não fora ‘ensaiado’ ou manipulado diante das lentes ou do gravador, o que comprometeria a ‘verdade’ da expressão popular.

Saul Martins chama a atenção para o caráter científico que deveria prevalecer em todos os momentos da pesquisa:

⁴²¹ MARTINS, Saul. Op. cit, p. 20-21.

⁴²² Idem, p. 21.

*Todo o esforço dos atuais folcloristas se faz no sentido de encarar o ensino e a pesquisa do folclore com seriedade e justeza, livrando-se de preconceitos culturais – políticos, estéticos, religiosos, sejam quais forem em benefício da objetividade científica. Aliás, essa atitude tem que ser constante no cientista social, porque a subjetividade pode constituir uma barreira à investigação. O folclorista tem que ser limpo e puro desses males que prejudicam seu trabalho, dos convencimentos ou idéias preconcebidas, generalizações apressadas e sentimentos bairristas que perturbam o exame da matéria e compromete a validade das conclusões.*⁴²³

Em estudos mais recentes, o sociólogo mexicano Néstor Garcia Canclini referenda as críticas postuladas em relação ao Folclore, principalmente, pela maneira como se deu a disseminação dos modelos europeus nos estudos folclóricos da América Latina, segundo ele:

*O folk é visto, de forma semelhante à da Europa, como uma propriedade de grupos indígenas ou camponeses isolados e auto-suficientes, cujas técnicas simples e a pouca diferenciação social os preservariam de ameaças modernas*⁴²⁴.

Para ele, a transposição do modelo europeu é que justifica o espírito colecionista que caracterizou essa geração de folcloristas, que se esforçou no catálogo, identificação e guarda dessas ‘ilhas’ de cultura, que sobreviveram preservadas pela distância que guardavam de uma cultura letrada e cosmopolita. Como resultado houve uma grande proliferação de museus e arquivos visando a salvaguarda de uma cultura material mais duradoura, além da constituição de um *index* catalográfico, com o inventário minucioso de itens dispersos da cultura material e imaterial, descontextualizada de seus agentes e produtores. Para Canclini, o movimento folclórico ‘resgatou’ o povo, mas não o conheceu verdadeiramente.

⁴²³ Ibidem, p. 52-53.

⁴²⁴ CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 211.

Voltando ao livro sobre o Folclore de Januária, na pequena caracterização histórica promovida por Ribeiro, para justificar o inquérito, ele defende que a dificuldade de acesso ao município foi um dos principais fatores que contribuíram para a preservação de seu folclore. Todavia, deixa de mencionar que no São Francisco, por pelo menos duzentos anos, desenvolveu-se uma rota comercial de amplo alcance. Tal como demonstramos no capítulo I, seu passado remete a um intenso processo de trocas materiais e simbólicas, que teve como apogeu a navegação à vapor, praticada entre o final do século XIX até meados do século XX.

Para Ribeiro, o encontro entre paulistas e baianos às margens do grande rio, no século XVI, foi o embrião de uma população ribeirinha que se manteve *segregada*, preservada de novas ondas migratórias, exceto pela vinda esporádica de baianos e nortistas, que, todavia, não causaram impactos à população local, por ter em Januária apenas *um ponto de pouso, seguindo para uma migração mais distante, chamados são pauleiros*⁴²⁵.

Dentro da perspectiva de autenticidade e originalidade necessária para justificativa do levantamento, Ribeiro se esquece de mencionar a prevalência de uma outra lógica de circulação desenvolvida naquela parte do Brasil interior, ocorrendo independente dos acessos por terra. Contudo, esse fato não lhe é completamente desconhecido já que ele retira dos escritos de seu pai, João Ribeiro: “*excluído o mar, caminho de todas as civilizações, o grande caminho da civilização brasileira é o rio São Francisco (...)*”⁴²⁶. E, com certeza ele também não desconhecia o fato de que

⁴²⁵ RIBEIRO, Joaquim. Op. cit. p. 18.

⁴²⁶ RIBEIRO, João Apud. Joaquim Ribeiro. Op. cit., p. 18.

durante o século XIX, por três vezes, tentou-se a emancipação da Província do São Francisco.⁴²⁷

Talvez essa perspectiva histórica tenha sido omitida porque depõe contra os fatores de autenticidade e originalidade cultural reivindicada em seu discurso científico. Ou quem sabe, se justifica pela sua própria experiência em alcançar o município. Na década de 1960, o sistema de circulação fluvial já se encontrava em franca decadência e o asfalto só chegou trinta anos depois. A viagem empreendida pela equipe carioca para o levantamento em Januária, de acordo com o antropólogo Edilberto Fonseca, ocorreu via Montes Claros, por uma precária estrada de terra, dependendo das condições de travessia da balsa para chegar até a cidade. Ainda assim, à época do levantamento, Januária contava com um voo doméstico diariamente para a capital mineira. Melhor do que hoje que não possui nenhum.⁴²⁸

Concordamos com Canclini reconhecimento de que um dos maiores problemas adotado nas táticas metodológicas desses folcloristas, e também o que explicaria em parte o seu fracasso teórico, foi a noção de ‘sobrevivência’ que eles adotaram, descolada das relações sociais e das bases materiais que a engendraram. De acordo com ele: (...) *interessam mais os bens culturais – objetos, lendas, músicas – que os agentes que os geram e consomem, levando a valorizar mais a sua repetição do que a sua transformação*⁴²⁹.

Isso fica visível no Inventário, com toda a história do município condensada em apenas duas páginas e meia de texto, referindo-se a história da ocupação da região, sobre o predomínio das entradas baianas e bandeiras paulistas; e tecendo algumas

⁴²⁷ C.f.: MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

⁴²⁸ C.f.: PEREIRA, Antônio Emílio Pereira. **Memorial Januária**: terra, rios e gente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

⁴²⁹ CANCLINI, Néstor G. Op. cit. p. 211.

considerações sobre a demografia, o clima e a saúde local. O esforço na composição de um contexto sobre o folclore em questão se resume a mínimas informações, colocadas à título de justificativa do empreendimento. Não encontramos tampouco um interesse em catalogar os aspectos de seu patrimônio material. A sua ‘pitoresca’ arquitetura barroca expressa nas residências e prédios públicos urbanos não foi alvo de interesse destes registros, mais voltados para um determinado tipo de sujeito social, o camponês iletrado, o tabaréu, o *catrumano*, descrito por Ribeiro com um misto de curiosidade e admiração:

A feição mais interessante dos habitantes do município é a do catrumano, o tabaréu do interior, seja vaqueiro ou lavrador, homem rústico, atrasado, supersticioso, rico de usos e costumes arcaicos, falando um linguajar originalíssimo. Apegado à terra, não gosta de viajar e é o agente mais forte das tradições mais antigas. A primeira impressão que causa é a de um retardado mental, mas logo, vencida a sua desconfiança inicial, se percebe que possui muita agudeza e perspicácia. Conhece o seu mundo rural, a flora, a fauna, a climatologia regional, o próprio céu como seguro observador. Sem recursos da civilização, resolve todos os seus problemas com admirável tino.

*Os catrumanos de Januária representam, na verdade, algo da argúcia, da inteligência e da energia dos primeiros povoadores que conquistaram essa enorme área de nosso sertão.*⁴³⁰

Assim, Ribeiro elege o *catrumano* como um tipo que representa uma síntese, um *autêntico* sertanejo, o elo perdido entre a civilização e a barbárie em suas origens mais primitivas, o que atualmente tornou-se para alguns a figura do sertanejo. Joaquim Ribeiro ressaltou as qualidades do primitivismo da produção rural, destacando o analfabetismo e o fanatismo de seus habitantes.

O levantamento apresenta os aspectos da moradia, do *catrumano* e do pescador, do vaqueiro e do barranqueiro como típicas, seus utensílios, indumentárias, suas técnicas produtivas, assim como uma grande quantidade de informações sobre o

⁴³⁰ RIBEIRO, Joaquim Ribeiro. Op. cit., p. 19.

universo imaterial de Januária. Dessa perspectiva, é inegável a importância desse levantamento para um estudo comparativo sobre a região.

Não poderíamos aqui mensurar a recepção dessa produção à época de seu lançamento, que acabou ocorrendo cerca de dez anos depois. O material que utilizamos nesta pesquisa foi uma cópia que conseguimos junto ao Museu do Folclore do Rio de Janeiro, mas identificamos alguns exemplares em posse de antigos moradores que entrevistamos para essa pesquisa. De acordo com a diretora da Casa da Memória, de Januária, Maura Moreira, na época do centenário as pessoas não atribuíam grande importância aos aspectos folclóricos.⁴³¹

O interesse pelo tema, segundo ela, só começou a despertar para os januarenses depois dos preparativos para a festa do centenário e da realização do levantamento folclórico. A vinda de profissionais da capital fluminense proporcionou um novo olhar das elites sobre as *coisas locais*, o cotidiano e a produção popular. Os organizadores do evento insistiram na preparação de pratos típicos, nos arranjos naturais e no uso de cerâmicas produzidas localmente. Como enfocamos anteriormente, Maura Moreira menciona que, até então, ninguém ali ouvira falar na produção da cerâmica do Candéal, comunidade rural do município, de tradicionais oleiros produtores de potes e telhas de barro da região. Estes potes, descritos por Joaquim Ribeiro como *poteries*, utilizados em outro contexto, não mais como simples vasilhames de água, mas como cerâmicas tradicionais, transcendiam pela primeira vez o seu significado ordinário de uso, alçando à posição de artesanato.

A despeito de Januária ser o berço de dois renomados folcloristas, Manoel Ambrósio e Saul Martins, de acordo com Maura Moreira, o fator que mais contribuiu

⁴³¹ C.f.: SILVA, Maura Moreira. **Entrevista:** Januária, 05/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

para difusão e valorização do folclore em sua cidade foi um curso de folclore ministrado, na década de 1970, pelo folclorista nordestino Francisco de Vasconcellos. Seu curso teria fornecido a capacitação necessária a professores e intelectuais da cidade para tratar o tema. Dentro do espírito de missão, o Folclore ensinado nas salas de aulas é que disseminaria *o amor pelas coisas da terra*.

Francisco de Vasconcellos conta, em artigo publicado em 1974, que esteve em Januária pela primeira vez em 1967 e *se ligou de corpo e alma à simpática cidade barranqueira*. E artigo publicado na *Revista Itaytera*, do Instituto Cultural do Cariri, ele menciona que produziu pelo menos três artigos sobre o município: *Januária meu amôr*, *Encontro com o folclore*, sobre o poeta local *Jove da Mata*, e *O Folclorista Manoel Ambrósio*, traçando uma biografia e analisando a produção do primeiro folclorista de Januária.⁴³²

O incentivo à celebração do Dia do Folclore é sentida em todo o Brasil⁴³³. A data 22 de Agosto, instituído como dia oficial do folclore no calendário nacional, é celebrada em diversos municípios que compõem o Norte de Minas com um certo alarde. Em pequenas cidades como Lontra, Japonvar, São João da Ponte, encontramos cartazes, faixas, folders convidando a população a participar dos festejos da semana do folclore. Em geral, ocorrem apresentações de dançadores de São Gonçalo, ternos de Reis e Pastorinhas, além de barraquinhas que promovem a venda de comidas e bebidas típicas.

Em Montes Claros, durante a semana de folclore ocorre uma tradicional festa de cultura popular, promovida pela Secretaria de Cultura do município. Este evento, que de acordo com a agência de notícias do município, em 2012 realizou a sua 34ª edição,

⁴³² VASCONCELLOS, Francisco de. O Folclorista Manoel Ambrósio. **Separata de Itaytera**, nº 18. Ed. Instituto Cultural do Cariri, patrocínio da Comunidade de Januária, Minas Gerais – 1974, p. 103-120

⁴³³ O dia do Folclore foi instituído no Brasil a partir do Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965, pelo presidente General Castello Branco. C.f.: www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/6166/decreto-n-56.747-de-17de-agosto-de-1965; Acessado em 25/10/2012.

conhecido como Festival Folclórico / Festas de Agosto, transformou-se em um poderoso evento promovido pela Secretaria Municipal de Cultura em parceria com a Associação dos Catopês, Marujos e Caboclinhos de Montes Claros e com a Unimontes.⁴³⁴ Essa festa desenvolve-se em uma grande agenda com a participação dos grupos mencionados, que saem às ruas e se apresentam em palcos espalhados por vários cantos da cidade. Durante o evento ocorrem palestras, exposições, oficinas, apresentações de grupos populares e shows com artistas locais e do circuito nacional.⁴³⁵

Acreditamos que o olhar produzido sobre Januária na década de 1960 pela Campanha Nacional de Defesa do Folclore contribuiu para construir e reafirmar o “orgulho barranqueiro”. E, mais do isso, cristalizou uma memória, elegendo uma identidade que passou a ser reivindicada por determinados grupos sociais como prova de importância e originalidade da cultura local. Entretanto, o contexto histórico que contribuiu para a retomada do folclore na primeira década do século XXI é outro, assim como seus argumentos.

4.3 – O popular no contexto das políticas culturais

Como bem assinalou Rubens Bayardo:

Em las últimas décadas del Siglo XX, las Conferencias Intergubernamentales sobre Políticas Culturales realizadas en los cinco continentes entre 1970 y 1978, la Conferencia Mundial sobre Políticas Culturales – Mundiacult (México, 1982), la publicación del informe Nuestra Diversidad Creativa (1996) en el marco del Tercer Decenio Mundial para el Desarrollo Cultural entre 1988 y 1997, la

⁴³⁴ C.f.: www.montesclaros.mg.gov.br/agencia-noticias/2012/ago-12/not-03-08-12-3653.php; acessado em 25/10/2012;

⁴³⁵ Sobre este tema ver: VELOSO, Cândida Maria Santos. As mudanças da Festa de Agosto: expressão da cultura popular na cidade de Montes Claros. In: COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio. **Contar história, fazer História – História Cultura e Memória**. Brasília: Paralelo 15, p.318-327; COSTA, João Batista de A; A festa dos Catopês de Montes Claros. **Cadernos de Ciências Sociais**, Montes Claros: UNIMONTES, 1995, p.16 e 17.

*Conferencia Inergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo (Estocolmo 1998) y que dieran lugar a los Informes Mundiales de Cultura de UNESCO (1999 y 2000), mostraron el interés y voluntad internacional por la problemática cultural vinculada al desarrollo.*⁴³⁶

A cultura popular passou a ser assumida nos discursos como solução mágica para a superação dos problemas econômicos e sociais de regiões estagnadas, a partir de 1970, quando ocorre uma virada epistemológica nesse conceito. Os discursos hegemônicos, gestados pelos países membros da ONU, tiveram o Brasil, assim como, grande parte da América Latina e do continente africano, na mira de um novo modelo de desenvolvimento, agora adjetivado de “sustentável”, aplicado em países em que a economia encontra-se “em desenvolvimento”. Neste novo modelo, que propõe a superação dos problemas do modelo anterior, quando essas mesmas economias eram tratadas como subdesenvolvidas, periféricas ou atrasadas. Os valores e tradições regionais deveriam ser considerados como alternativas possíveis para alavancar suas economias.

Todavia, na origem desse debate, tangenciado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Tecnologia), subjaz uma discussão que envolve interesses mercadológicos internacionais. Os produtos culturais oriundos das camadas populares não são os únicos a interessar esse debate, em que as cifras crescem astronomicamente quando se trata da produção de bens culturais ligados à indústria cinematográfica e fonográfica. Foram os interesses ligados a esses bens culturais que deram origem ao compromisso assumido pelos diversos países signatários, incluindo o Brasil, a um conjunto de proposições afirmativas e inclusivas, tema da Convenção sobre

⁴³⁶ BAYARDO, Rubens. Cultura e Desarrollo: ¿nuevos rumbos y más delo mismo?. In.: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias & Políticas da Cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 67.

a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promovida no âmbito da UNESCO.⁴³⁷

O MinC defendeu a importância da adoção dos termos dessa convenção para o Brasil, como forma de fortalecer nossa produção cultural em face ao crescente mercado da indústria de massa, principalmente o cinematográfico, dominado globalmente por estúdios norte americanos:

A Convenção estabelece um novo paradigma no mercado internacional dos produtos culturais, até então sujeitos unicamente às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Seu objetivo é proteger as expressões culturais dos países contra a hegemonia da indústria do entretenimento. (Ministério da Cultura, 2006, s/p)

O debate sobre direitos autorais é apenas o escopo de um longo processo de embates políticos e econômicos. O início do debate sobre o conceito de *cultura* associado ao *desenvolvimento* que vem sendo realizado pelos órgãos governamentais desde a década de 1970,⁴³⁸ reflete uma parte do discurso hegemônico que se consolidou no pós-Guerra Fria, quando o processo de descolonização e a intensificação dos deslocamentos migratórios pelo globo impunham a convivência pacífica entre povos, divididos pelos inúmeros conflitos travados durante o Breve Século XX,⁴³⁹ em uma tentativa reiterada da ONU de *equacionar a tensão entre a afirmação de identidades culturais e o reconhecimento das diferenças, num mundo ainda marcado por intensos conflitos intra e intersociais*.⁴⁴⁰

A abordagem da cultura em termos políticos já vinha ocupando os debates acadêmicos muito antes disso, com escritores culturais como: Nietzsche, Benjamin,

⁴³⁷ Conferência Geral da UNESCO, 33ª reunião, realizada em Paris de 03 a 21 de outubro de 2005.

⁴³⁸ BAYARDO, Rubens. Op. cit. p. 68.

⁴³⁹ HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 35ª impressão.

⁴⁴⁰ PITOMBO, Mariella. Entre o universal e o heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na UNESCO. In.: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias & Políticas da Cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 129.

Adorno, Gramsci e Elias. A academia de antropologia americana, desde a passagem do século, defendia uma perspectiva política da cultura, com antropólogos como: Boas, Malinowski, Mead, Lévi-Strauss. Na Europa, essa temática ganhou escopo com a criação dos Estudos Culturais, estruturada em uma pós-graduação multidisciplinar, sediada pela Universidade de Birmingham, coordenada, primeiramente, por Richard Hoggart, em 1964.

Esse grupo de intelectuais se ocupou de temas ligados às belas artes, a literatura, artes negra na mídia e cultura popular. Os Estudos Culturais teve suas raízes na Nova Esquerda britânica, *New Left*, com representantes como Raymond Willians, E. P. Thompson e, em período mais recente, Stuart Hall, entre outros.⁴⁴¹

Na esteira dos acontecimentos que marcaram a crise paradigmática dos anos 60 a 80 do século XX, a perspectiva cultural dominou a cena intelectual, produzindo diferentes interpretações. De acordo com Pesavento:

*Em síntese, historiadores franceses dos Annales e historiadores ingleses neomarxistas trabalhavam, do final dos anos 1960 aos anos 80, com uma história social que avançava para os domínios do cultural, buscando ver como as práticas e experiências sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, ideias e conceitos sobre o mundo.*⁴⁴²

O conceito de cultura, então ampliado, mais inclusivo, plural e tolerante, abarcaria um universo maior de grupos sociais, que cada vez mais se organizava na luta por inserção e reconhecimento em uma parte do mundo que, pelo menos discursivamente, se propunha livre e, democrático. Tal conceito substituiu de vez o viés racial que prevalecia nos discursos políticos e acadêmicos desde o final do século XIX.

⁴⁴¹ Sobre esse tema: KUPER, Adam. **Cultura: visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru: EDUSC, 2002. 324p.

⁴⁴² PESAVENTO, Sandra J. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Coleção Histórias &... Reflexões). p. 32.

O debate teórico contemporâneo forjou uma linguagem conceitual capaz de abarcar a nova dinâmica social que se desenhava: identidade, diversidade, hibridismos, multiculturalismo, tolerância, ações positivas e inclusivas, entre tantos outros termos passaram a ser usados na definição dos comportamentos sociais tidos como *politicamente corretos e aceitos* na era pós-industrial. Assim, as bandeiras multiculturalistas, ambientalistas, de diversidade de gênero entraram, definitivamente, na pauta do debate político global, exigindo políticas específicas para a proteção de interesses de grupos minoritários, alocados em identidades culturais. O conceito de identidade cultural ganhou força nos anos 1980. Tal conceituação foi alvo de um grande número de análises, e a sua crítica foi aos poucos deslocando a noção fechada de identidade para uma mais ampla, desvelando uma ênfase maior na *diferença*.⁴⁴³

Partindo de uma perspectiva antropológica e multiculturalista da cultura a UNESCO adotou em 1982, na Conferência sobre a Diversidade Cultural (Dicult), realizada no México, a seguinte definição para o termo cultura:

*Reafirmando que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.*⁴⁴⁴

Esta conferência tornou-se um marco não apenas pela presença de um novo debate epistemológico que marcava a discussão teórica de então, mas também pela cobrança de um posicionamento hegemônico por parte dos países membros. No sentido de elaborar políticas específicas que buscassem equalizar o abismo social de grandes grupos minoritários, criando medidas sociais e assistenciais para mitigar antigos

⁴⁴³ Ver: HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

⁴⁴⁴ México. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, 1982. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> acessado em 31/05/2011, Acessado em 30/05/2011.

conflitos, que, em sua maioria, revelam conflitos por conquista de território. Esse debate levou pelo menos vinte anos para propor e aprovar um documento, que foi assinado durante a Convenção da Diversidade Cultural, em 2005.

No Brasil, principalmente, as lutas pelo reconhecimento da diversidade cultural dos grupos, dentro da concepção de autodeterminação dos povos, revelam essencialmente as lutas pela conquista de territórios, que desde a assinatura da Lei de Terras em 1850, vem deixando grandes áreas ocupadas pelas populações originárias, tradicionais, indígenas, quilombolas, ou seja lá a qual categoria pertençam, sem a garantia legal de seu território que, durante anos, foram tratados como terras devolutas da União, distribuídas como benesses dos governos a seus próceres. Assim, a não efetivação de uma Reforma Agrária de fato tem gerado os inúmeros conflitos que assistimos no campo, tanto de forma direta, com embates corpo a corpo envolvendo camponeses, fazendeiros e o Estado, como também, de forma mais sutil, reivindicado dentro da lógica do direito canônico.

4.4 – Festivais de cultura popular

O folclore, ao contrário de desaparecer com a expansão da modernidade, como previa os folcloristas, *desenvolveu-se e transformou-se*. Canclini refuta a visão clássica dos folcloristas, de que o desenvolvimento moderno e a deformação exercida pelos meios massivos suprimiriam as culturas populares tradicionais, e indica cinco motivos que trouxeram o folclore à cena, entre os anos de 1980 e 1990:

a) à impossibilidade de incorporar toda a população à produção industrial urbana; b) à necessidade do mercado de incluir as estruturas e os bens simbólicos tradicionais nos circuitos massivos de

*comunicação, para atingir mesmo as camadas populares menos integradas à modernidade; c) ao interesse dos sistemas políticos em levar em conta o folclore a fim de fortalecer sua hegemonia e sua legitimidade; d) à continuidade na produção cultural dos setores populares.*⁴⁴⁵

Se, no primeiro momento, a intenção dos folcloristas se resumia ao registro das tradições, no início do século XXI observamos que os discursos sobre cultura popular passaram a postular as tradições enquanto modos de vida de comunidades específicas, ressaltando uma produção simbólica plural. Tornada produto, a tradição reivindica uma identidade sertaneja que, tal como aquela imaginada por Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, pode ser ribeirinha, sanfranciscana ou barranqueira, reunindo e classificando os povos do Médio Rio São Francisco por ofício: pescador, vaqueiro, artesão; pelo território que ocupa: geraizeiro, caatingueiro, sertanejo, ou pela perspectiva étnica: o indígena o africano.

A convergência de discursos para a reafirmação da cultura enquanto lugar de conquistas econômicas e sociais, ou seja, a cultura popular enquanto fator de desenvolvimento, reverberou em Januária sob diversas ações, tais como, a instalação do Centro de Artesanato em 2004, que viabilizou através da Sociedade Amigos da Cultura de Januária e Região, em parceria com o governo federal, a criação do Ponto de Cultura Música e Artesanato: Cultura tradicional do norte de Minas Gerais, com exposição e comercialização da produção artesanal regional, o evento Festa dos Santos do Rio, sob o patrocínio do SESC, a instalação de um curso de Bacharelado em Turismo, atuação no debate para a criação do Circuito Velho Chico, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, a criação da Casa de Cultura Berto Preto, na região da Rua de Baixo, afixação de uma placa na antiga *Rua Visconde de*

⁴⁴⁵ CANCLINI, Néstor G. Op. cit. p. 215.

Ouro Preto indicando aquela como *Rua da Cultura*, são algumas evidências que denotam um esforço coletivo, por parte da sociedade em geral, inclusive para os próprios atores sociais que, atuando em frentes diversas, entoam em uníssono a importância do ‘resgate’ e a ‘valorização’ da cultura local para o desenvolvimento do município.

A criação do Centro de Artesanato em Januária é emblemático para a análise do envolvimento de agentes culturais filiados ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), órgão da FUNART, vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), que desde o ano de 1998 atuava na região com incentivo e estruturação de projetos ligados a produção artesanal em barro na região do Candéal, atualmente zona rural do município de Cônego Marinho, antigo distrito de Januária. O projeto intitulado “Mulheres do Candéal” fazia parte de um programa desenvolvido pelo CNFCP conhecido como PACA (Programa de Apoio a Comunidades Artesanais)⁴⁴⁶ que, a partir de 1998, passou a compor o Comunidade Solidária, estruturado dentro do Programa Artesanato Solidário, coordenado pela primeira dama do governo Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso.⁴⁴⁷

⁴⁴⁶ De acordo com o relato de um dos idealizadores desse programa, o antropólogo Ricardo Gomes Lima, o projeto desenvolvido no Candéal foi o projeto piloto da PACA. Ele conta que conheceu a região em 1989, quando fazia um levantamento sobre a produção de cachaça na região Norte de Minas. Ele encontrou um quadro de grave indigência social nessa comunidade. Dez anos depois, quando Ruth Cardoso solicitou à CNFCP um projeto voltado para a área da produção artesanal, Ricardo sugeriu a comunidade do Candéal como ideal para a aplicação de um projeto que visava estruturar a produção econômica de comunidades em risco social a partir da produção artesanal. A proposta foi viabilizada com subsídios da SUDENE, instituição que atuava na região e que também apoiava o programa Comunidade Solidária. C.f.: LIMA, Ricardo Gomes – **Trajatória**. In.: www.acasa.org.br/ensaio.php?id=266&modo; acessado em 15/10/2012.

⁴⁴⁷ C.f.: FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p 229. Com a extinção do programa Solidário em 2004, o projeto Artesanato Solidário tornou-se uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), e continuou com seu trabalho de acompanhamento de comunidades artesãs; LIMA, Ricardo Gomes – **Trajatória**. Op. cit.

De acordo com as informações levantadas pelo etnomusicólogo Edilberto Fonseca, esta foi a primeira ação desenvolvida pelo CNFCP em Januária desde o levantamento coordenado por Joaquim Ribeiro na década de 1960. Segundo ele:

Com a implementação do Projeto Artesanato Solidário, são retomadas as ações de pesquisa e fomento por parte do CNFCP na região. O projeto irá se articular com um grupo de agentes locais, ligados à produção cultural, que irão se reunir em torno da idéia da formação de um Centro de Artesanato que pudesse se constituir em um espaço de promoção, divulgação e comercialização das diversas modalidades de práticas artesanais encontradas na região do norte de Minas, mas principalmente aquelas de cunho tradicional e ligadas à comunidades específicas.⁴⁴⁸

Os principais atores envolvidos na criação do Centro de Artesanato já vinham dessa atuação como parceiros junto ao CNFCP/MinC, organizaram-se em torno da Associação como forma de atender as novas demandas políticas que se estruturavam entorno do novo governo. Tal como esclarece Edilberto Fonseca:

Do grupo que à época montou o Centro de Artesanato de Januária estavam, num primeiro momento, Tereza Cristina, assistente social e Wânia Peixoto, funcionária da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER-MG, que atuaram como agentes locais no Projeto Artesanato Solidário; João Damião, também funcionário da EMATER-MG; Mônica Castro, professora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE; Ana Alaíde, fotógrafa;⁴⁴⁹

Assim, o Centro de Artesanato instalou-se em 2004 em um antigo sobrado à Rua Visconde de Ouro Preto.⁴⁵⁰ Ele seria o embrião do que viria a se tornar o *Ponto de Cultura Associação de Amigos da Cultura da Região de Januária*, entidade que

⁴⁴⁸ FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit., p. 229.

⁴⁴⁹ FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p. 230.

⁴⁵⁰ Em Januária, apenas a Capela de Nossa Senhora do Rosário, no Brejo do Amparo, foi tombado como parte do Patrimônio Histórico do município, pelo Decreto Estadual 29.399 de 21/04/89; C.f.: www.iepha.mg.gov.br/bensprotegidos/index.php?option=comcontrolebens&view=informacao&bemid=390; Acessado em 25/10/2012; A Rua Visconde de Ouro Preto é tratada em outros artigos como patrimônio tombado por lei municipal, Contudo, não encontramos qualquer registro junto à prefeitura. Sobre esse tema recomendamos: AMARAL, Ana Alaíde Barbosa do. **História e memória de Januária: a preservação do conjunto arquitetônico urbano entre os anos de 1940 e 2006.** Monografia (Graduação em História). Januária: ISEJ/CEIVA/FUNORTE.

*passaria a assumir juridicamente os novos projetos que viessem a financiar as atividades do Centro de Artesanato.*⁴⁵¹ O primeiro edital para os Pontos de Cultura saiu em 2005 e Edilberto Fonseca foi um dos agentes culturais enviados pela CNFCP, para, entre outras questões, coordenar a instalação do Ponto de Cultura no Centro de Artesanato: *Minha chegada a Januária, no entanto, se dará como parte de uma agenda que tinha na implantação de um Ponto de Cultura o principal objetivo. Quem narra essa passagem é e o próprio Edilberto:*

*Pouco antes do fim do projeto do PACA em setembro de 2005, o Ministério da Cultura (doravante MinC) lançou o edital dos Pontos de Cultura. Em conjunto com um grupo de agentes culturais que vinham trabalhando em outros projetos conduzidos pelo CNFCP na região há alguns anos, a Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro (doravante Acamufec), propôs e teve aprovado o projeto do Ponto de Cultura Música e Artesanato: Cultura tradicional do norte de Minas Gerais, já que esse grupo de agentes locais ainda não se apresentava juridicamente organizado para participar do edital.*⁴⁵²

De acordo com esse autor os Pontos de Cultura se inseriam dentro de uma nova visão de política cultural, adotada no governo Lula:

*Durante o atual governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a política cultural irá se reconfigurar dentro de uma progressiva tendência de regionalização da gestão cultural, buscando corrigir distorções deixada pelo antigo modelo, mantendo e ampliando a utilização dos recursos disponibilizados por meio das leis de incentivo. A presença do Estado que deveria ser mínima na tendência neoliberal que predominava até então, passa a ser mais efetiva, constante e voltada para uma tentativa de maior capilarização dos recursos disponibilizados à política pública de cultura pelas diversas regiões do país.*⁴⁵³

Os Pontos de Cultura são a ação prioritária do Programa Cultura Viva, implantado durante atuação de Gilberto Gil, à frente do MinC. De acordo com os dados

⁴⁵¹ FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit., p.229.

⁴⁵² FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p. 3.

⁴⁵³ FONSECA. Idem, p. 223.

da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SIDC/MinC) os Pontos *surgiram como estímulo às iniciativas já existentes da sociedade civil, por meio da realização de convênios celebrados após a realização de chamada pública.*⁴⁵⁴ O programa visa como público alvo:

- *Populações de baixa renda, habitantes de áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios;*
- *Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;*
- *Estudantes da rede básica de ensino público;*
- *Professores e coordenadores pedagógicos da educação básica;*
- *Habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultura e ambiental brasileiro;*
- *Comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos;*
- *Agentes culturais, artistas e produtores, pesquisadores, acadêmicos e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural.*⁴⁵⁵

Na abertura do I Seminário Nacional de Cultura Popular, o então Secretário Executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, dá o tom dos discursos dessa gestão, e esclarece os pontos que os separam do modelo anterior:

*A característica da gestão do Presidente Lula é de mudança estratégica, que se cumpre no momento em que o Ministério da Cultura se aproxima daqueles que pensam e fazem o Brasil, refletindo uma nova visão: a que entende a cultura numa perspectiva antropológica, valorizando a soma dos nossos modos de expressão. O Ministério da Cultura não atingia de modo adequado temáticas como culturas populares, etnias, grupos etários, trabalhadores, grupos com características identitárias. Buscando dar a importância devida a essas expressões culturais, conferindo-lhes o justo valor cultural, preenchendo lacuna e reparando erros, foi concebida a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, com a vocação de contemplar essa diversidade.*⁴⁵⁶

⁴⁵⁴C.f.: Brasil, Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural; SIDC/MinC. Disponível em: www.cultura.gov.br/culturaviva/; Acessado em 26/10/2012;

⁴⁵⁵ MinC: www.culturaviva.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico, acessado em 25/10/2012.

⁴⁵⁶ FERREIRA, Juca. Um grande encontro no coração do Brasil: a mudança pela cultura. **Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília:Ministério da Cultura, 2005, p. 19.

Como bem salientou Isaura Botelho, ao analisar as formulações retiradas de discursos do Ministro Gilberto Gil e de programas e ações do ministério e suas instituições, o Ministério da Cultura passou a defender uma conceituação ampla de cultura, considerando-a em sua dimensão antropológica e como dimensão simbólica da existência social brasileira:

*(...) como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos do povo, aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico. Cultura como 'usina de símbolos' de cada comunidade e de toda a nação, eixo construtor de identidades, espaço de realização da cidadania.*⁴⁵⁷

Para a produção do Plano Nacional de Cultura um amplo debate foi instaurado envolvendo gestores, produtores e Estado, promovidos dentro das Câmaras Setoriais correspondentes às diversas expressões artísticas, além da mobilização dos setores envolvidos, composta por entidades governamentais e integrantes das cadeias produtivas e criativas, proporcionando uma ampla participação da sociedade civil no processo de definição do conjunto de metas e ações que deveriam ser priorizadas na formulação de políticas públicas para o setor.

Foram pelo menos cinco anos de um longo debate, buscando envolver amplos grupos da sociedade. O Plano Nacional de Cultura foi promulgado pelo presidente Lula em Dezembro de 2010. Contribuindo para se estabelecer uma política mais estável para a pasta, que sempre caminhou à mercê dos jogos e interesses políticos. As discussões envolvendo amplos setores da sociedade, inclusive os próprios atores sociais, permitiram a elaboração Planos Setoriais, buscando estruturar e dar suporte as especificidades de cada setor cultural. Na Apresentação do Plano Setorial de Cultura Popular, esse esforço foi lembrado:

⁴⁵⁷ BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das idéias. In.: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007 (Coleção CULT), p. 128-9.

Este Plano é, portanto, o resultado do histórico acumulado durante o Governo Lula pelo Ministério da Cultura, e dos compromissos pactuados com o setor das Culturas Populares em diversos momentos de diálogo, tais como nos dois Seminários Nacionais de Políticas Públicas para as Culturas Populares (2005 e 2006) e nas duas Conferências Nacionais de Cultura (2005 e 2010). Além de reconhecer a especificidade do setor, seu conteúdo reflete a visão de futuro que temos hoje para a cultura em nosso país.⁴⁵⁸

Dentro desse amplo contexto nacional, para a instauração da Associação de Amigos da Cultura em Januária era necessária a adequação ao novo modelo dos Pontos de Cultura, que vinha sendo implementado via Lei Cultura Viva, cujos estatutos previa e estimulava a participação de agentes culturais envolvidos institucionalmente com a cultura popular.

No relatório de prestação de contas das atividades desenvolvidas pelo CNFCP no ano de 2006, Ricardo Gomes Lima lista os resultados dos trabalhos desenvolvidos junto ao Ponto de Cultura de Januária até aquele momento:

Posteriormente, a criação de uma associação para representar os interesses de inúmeras comunidades da região veio ao encontro do tipo de fomento que o CNFCP procura trabalhar nas localidades onde atua.

Para a condução do projeto foram mobilizados agentes e parcerias locais. O espaço do Centro de Artesanato de Januária foi então adequado para abrigar oficinas de repasse de saber na área do artesanato tradicional, com ênfase nas questões relacionadas a conservação dos materiais empregados, embalagem e transporte de material; oficinas de capacitação e empreendedorismo para grupos de artesãos; exposições e atividades gerais.

Com o projeto houve uma ampliação do espectro dessas ações em face dos recursos disponibilizados. Algumas das oficinas realizadas nesse ano visaram ao apoio a produção e comercialização do artesanato em madeira, cerâmica, e tecelagem, e também dos trançados de bambu e de fibra de bananeira, respectivamente nos municípios de Pedras de Maria da Cruz, Cônego Marinho, Bonito de Minas e Januária. Junto as Mineiras de Fibras do Brejo do Amparo em Januária, os agentes acompanharam a seleção de novos membros e as oficinas de repasse de saber e de empreendedorismo. O material de divulgação do grupo será feito assim que entrarem os recursos da

⁴⁵⁸ Brasil. Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural. **Plano Setorial para as Culturas Populares/MINC/SID**. Brasília, 2010, p. 06.

*terceira parcela. Os recursos do Ponto de Cultura para as oficinas no período compreendido de setembro de 2005 a março de 2006 foram fundamentais para a melhoria das condições dos grupos, já que vinham tendo dificuldade em se articular, com uma produção abaixo do que poderiam produzir, principalmente devido a dificuldade em encontrar barro e tauá para confecção das peças. (...)*⁴⁵⁹

O relatório lista entre as ações do Ponto os eventos que promoveu, como a Rua da Cultura, oficinas de cantos e danças tradicionais, o registro de folias e o patrocínio para o envio dos artesãos à feiras de produtores. Além, disso fica explicitado neste relatório um esforço para adequação dessa produção aos mercados, verificando a baixa produtividade das artesãs, seria necessário investir nesse *déficit*, justifica-se, dessa forma, os investimentos financeiros em oficinas, para *capacitar* estas artesãs.

Todavia, mesmo diante da formulação de uma política mais abrangente e estável para cultura, os órgãos e instituições ainda tropeçam na implantação do novo modelo derivado de arranjos anteriores. No caso do Centro de Artesanato de Januária, o próprio agente cultural envolvido no processo de instalação reconhece, em seu duplo papel de agente cultural e pesquisador de tradições populares, a dificuldade em atingir os objetivos visados na criação do Ponto de Cultura.

Segundo Fonseca, o modelo postulado pelo *Cultura Viva*: (...) *está apoiado em três conceitos básicos: associativismo, protagonismo, empoderamento, possuindo cinco linhas de atuação: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Ação Griôs e Escola Viva.*⁴⁶⁰ No Ponto de Cultura em Januária foram desenvolvidos projetos dentro das três primeiras linhas, não contando com projetos apenas para *Ação Griôs e Escola Viva*.

⁴⁵⁹ Brasil. IPHAN/CNFCP. Relatório de Atividades 2006. Disponível em: www.cnfcp.gov.br/pdf/Relat%F3rio%20de%20atividades%20CNFCP%202006.pdf, Acessado em 10/10/2011;

⁴⁶⁰ FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p. 225.

A essa altura, esse autor, que também vinha desenvolvendo sua tese de doutorado junto ao Terno de Reis dos Temerosos, começou a perceber uma resistência por parte do grupo em tomar como seu o espaço do Centro de Artesanato. João Damascena, imperador do terno e membro da Associação, logo no início das discussões sobre a instalação do Ponto, demonstrou o seu desinteresse em ocupar no Centro uma sala para os Temerosos. Como esclarece Fonseca:

Em relação ao projeto do Ponto de Cultura, a primeira ação prevista especificamente para os Temerosos era montar uma sala no Centro de Artesanato que, mais do que guarda de todo material do grupo (farda, instrumentos musicais e bastões), fosse também um local que servisse de espaço de referência e memória do grupo, e que no futuro pudesse acolher informações de todas as manifestações de música popular de tradição oral da região. Logo nas primeiras reuniões, contudo, João Damasceno alertou que apesar de prevista essa sala acabaria não sendo utilizada pelo grupo, em função mesmo da distância entre o Centro de Artesanato, situado no centro da cidade, e a Rua de Baixo (ver Figura 22). Porém, mais do que isso, para os membros do terno dos Temerosos, um Centro de Artesanato no centro de Januária integra todo um aparato institucional de uma elite da qual, como vimos, eles, tradicionalmente, usufruem somente de maneira periférica.⁴⁶¹

Os agentes culturais envolvidos na implantação do Ponto, oriundos da gestão anterior, atuavam distante do protagonismo popular a que se propunha o novo modelo. Não atuando com as linhas mestras do: *associativismo, protagonismo e empoderamento* e ativa participação dos setores populares em sua concepção.

O Ponto concebido pela Associação não estava sendo capaz de envolver diretamente os sujeitos. A sua construção mantinha os grupos à parte das decisões e dos projetos, fazendo a interlocução entre estes e o Estado. Não promovendo o espaço de debate em nível local que permitisse a elaboração de estratégias de *empoderamento* por parte dos grupos. Uma autocrítica realizada por Edilberto Fonseca em relação ao

⁴⁶¹ FONSECA, Idem. p. 235.

trabalho desenvolvido no Ponto diz respeito ao uso dos equipamentos disponibilizado ao Centro. Segundo ele:

*O projeto Cultura Digital do Ponto de Cultura previa recursos para a aquisição dos equipamentos de informática, que só foram adquiridos em 2008, último ano do projeto. Durante toda a pesquisa as gravações foram feitas por mim e disponibilizadas para o grupo (Temerosos). O Cultura Digital abre agora a possibilidade de uso dos diversos equipamentos digitais como ferramentas tecnológicas de gravação e edição, significando, nesses casos, a busca de um modelo de representação que deixe de ser feito para eles e seja construído com e por eles. Até o momento, no entanto, não foi feito ainda um uso sistemático nem por parte dos grupos envolvidos no projeto nem dos mediadores responsáveis pelo Centro de Artesanato. As possibilidades abertas por equipamentos de gravação digital de última geração são enormes, **porém o despreparo - e desinteresse em alguns casos - das pessoas envolvidas com o projeto o tem tornado, no fundo, obsoleto.** A presença de um equipamento sofisticado no Centro de Artesanato parece ter apontado para um modelo de ação para o qual os agentes culturais não estão, ainda, preparados nem acostumados a trabalhar, intimidando as pessoas a lidar com ele e causando preocupações com relação ao próprio roubo de todo o material. Dentre os equipamentos estão computadores de alta performance, softwares de edição, câmeras digitais de vídeo e todo um equipamento de som para gravação de apresentações públicas.⁴⁶² (Grifos nossos)*

Como a aquisição desses equipamentos era uma condição imposta pelo edital e não uma demanda dos jovens dessa cidade é fácil entender o desinteresse por tais aparelhos. Os projetos. Fonseca lembra que, em determinados casos, a exigência da aquisição desses equipamentos representaram mais um problema do que uma solução, tendo em vista a existência de comunidades que abrigam Pontos de Cultura que não possui sequer energia elétrica. Como os projetos vêm de cima para baixo, as prioridades dos sujeitos envolvidos não são respeitadas, esse desinteresse revela a recusa desse espaço enquanto de uso popular.

⁴⁶² FONSECA, Idem, p. 258.

Outro aspecto que pode ser levantado nessa experiência em Januária, diz respeito aos grupos populares que não contam com uma representatividade expressiva na cidade, ou que não possui um nível de engajamento e organização, tal como os Temerosos, que lhe garanta a visibilidade. O que ocorre por vários fatores, ou porque não querem ou porque não são convidados a participar de tal projeto. Quem de fato é incluído nesses projetos que envolvem a cultura popular? Em uma de minhas visitas à comunidade Barreiro, em busca de folias de reis, conheci o senhor Zé Vermelho (José Fernandes), que possui uma antiga folia naquela comunidade. Ele me implorou para lhe conseguir alguém a quem pudesse ensinar a arte de tirar os reis, suas rezas, e suas ‘*incelêncas*’. E nos disse com muita tristeza que a folia ali vai morrer com ele, pois não conseguiu ninguém para repassar seus preceitos, acumulados ao longo de pelo menos meio século de andanças.⁴⁶³

No entanto, a distância territorial do Centro de Artesanato reflete também a sua distância ideológica, na interlocução mediatizada pelas elites locais e pelos agentes culturais que, mesmo do Rio de Janeiro distância, atuam em Januária. e que, muitas vezes, conhecem pouco sobre suas reais necessidades e desejos da população. Adotando, assim, a velha posição defendida pelos folcloristas de que o povo ainda deve ser conduzido e ensinado.

No caso da atuação de Edilberto junto ao grupo dos Temerosos só foi possível a interação maior com o grupo devido ao seu engajamento com a pesquisa da tese. Ao compartilhar longas entrevistas com o imperador, estabeleceu-se um contato mais próximo, do que em geral ocorre, quando o agente vem muito esporadicamente da capital para visitas breves e pontuais, extrapolando, assim, o âmbito das reuniões

⁴⁶³ C.f.: FERNANDES, José (Zé Vermelho). **Entrevista**, Comunidade Barreiro, Januária, 30/12/2011 (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

deliberativas. Edilberto se deu conta da distância dos interesses que se interpunham no quadro dessa política cultural local. Em sua autocrítica, ele reconhece esse problema, mas crê na sua solução com uma adequação do Ponto a sua real finalidade:

*Esse problema evidenciava, na verdade a questão do papel do referencial territorial na construção de identidades sociais de grupos. O fato de se situar longe das comunidades com as quais trabalha faz com que o Cento de Artesanato seja identificado, ainda, como um local de comercialização e visibilidade para o artesanato do que como espaço de conagração entre os produtores tanto de artesanato como de música. Esse lugar simbólico não está dado e o trabalho dos agentes culturais é justamente o de intensificar as ações de modo a tornar o Centro de Artesanato um “ponto de cultura” no sentido amplo do termo.*⁴⁶⁴

Dessa forma, reconhecendo essa questão como crucial, em seu papel como agente, ele tratou de adequar os objetivos do Ponto e de sua atuação:

*Assim, surgiu a primeira reavaliação necessária dos caminhos pelos quais o projeto deveria seguir. A solução passava pela idéia de implementação de um espaço de referência e memória para o grupo na própria Rua de Baixo, o que, no entanto, ia de encontro à idéia originalmente concebida de estruturação desse espaço, já que pelo convênio do MinC, as ações do Ponto de Cultura relacionadas ao terno precisariam necessariamente acontecer na sede, ou seja, no Centro de Artesanato.*⁴⁶⁵

Atuando de maneira colaborativa junto à comunidade dos Temerosos, a reavaliação dos objetivos levou Edilberto a concretizar objetivos bem distintos do que os que haviam sido propostos inicialmente:

*Pude perceber pelo menos três expectativas em relação ao projeto do Ponto de Cultura que ficaram claramente delineadas em meus primeiros contatos com o terno e especialmente com João Damasceno. Uma em relação a possibilidade de maior divulgação da folia por meio de apresentações públicas, prática que já vem sendo utilizada por eles há muito tempo; outra em relação à gravação de todas as músicas do terno em CD e, também, à transformação da casa de João em espaço cultural.*⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ FONSECA, Idem, p. 235.

⁴⁶⁵ FONSECA, Idem. p. 235.

⁴⁶⁶ Idem. p.244-45.

Como agente atuante na comunidade, Edilberto Fonseca conseguiu alcançar estas expectativas. A produção de um CD-duplo dos Temerosos, financiado pelo CNFCP e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional), foi incluída como parte do projeto do Ponto de Cultura. A maior parte dos CDs impressos foram entregues ao capitão do grupo com autorização para sua livre comercialização.

Nele estarão reunidas as gravações tanto da Campanha quanto algumas gravadas pelos antropólogos Ricardo Gomes Lima, Wagner Chaves e também por mim. É um CD no qual constam as músicas do repertório e as entrevistas realizadas por Joaquim Ribeiro e agora, os dois momentos de pesquisa mais intensa conduzidas junto ao grupo.⁴⁶⁷

A criação do *Centro de Educação e Cultura Berto Preto* aberto na Rua de Baixo, na antiga residência de João Damascena foi outra de suas contribuições. Sendo a verba necessária para a adaptação da residência conseguida com a premiação do grupo em um concurso:

A perspectiva de uma pesquisa etnomusicológica eminentemente colaborativa se materializou mais concretamente quando o Ministério da Cultura abriu o edital chamado “Prêmio Culturas Populares – Mestre Duda 100 anos de Frevo”, no ano de 2007. Por meio dele seriam selecionadas iniciativas que trabalhassem com a temática da cultura popular por todo o país, e que, premiadas, receberiam um valor de R\$ 10.000,00. Ciente da antiga idéia de transformar sua casa em centro cultural entrei em contato com João Damasceno para falar da oportunidade e da possibilidade de reunir parceiros locais para implementar a idéia caso o grupo fosse selecionado. Meu papel durante o processo foi somente o de formatar o projeto dentro das exigências requeridas pelo Ministério, me furtando, contudo, a qualquer tipo de ingerência sobre a maneira como os recursos seriam aplicados. (...) O projeto foi selecionado no final de 2007 e, em janeiro de 2008, João começou a reformar sua antiga casa. A parceira institucional da Prefeitura, cedendo boa parte do material de construção, foi fundamental, pois somente com os recursos do prêmio não teria sido possível a reforma. No mês de maio de 2008, João inaugurou a Casa de Cultura Berto Preto, com a presença dos moradores da Rua de Baixo, parceiros e apoiadores, que assistiram

⁴⁶⁷ FONSECA, Op. Cit. 259.

*uma apresentação dos Temerosos e do grupo local de dançadeiras de São Gonçalo.*⁴⁶⁸



Januária: Casa de Cultura Berto Preto e Terno Reis dos Temerosos. 2011.

A atuação deste pesquisador junto ao Terno dos Temerosos levou o grupo a ações concretas, ganhando no cenário nacional. Transcendendo o sentido de manifestação puramente religiosa, os Temerosos, sob a liderança do capitão João Damascena mais afeito a institucionalização do grupo, atingiu a condição de grupo folclórico. Seu interesse é pela institucionalização e especialização de seu grupo em torno do espetáculo. Seus passos futuros, segundo me confessou, será incorporar outras coreografias ao Centro, constituindo, assim, um grupo parafolclórico nos moldes do Zabelê, de Pirapora, ou o Banzé de Montes Claros⁴⁶⁹.

⁴⁶⁸ Idem, p. 260.

⁴⁶⁹ DAMASCENA, João. **Entrevista** [28 dez. 2010]. Entrevistadora: Iara Toscano Correia. Januária-MG. Texto Transcrito.

O Festival Internacional de Folclore

Além da atuação dos agentes culturais do CNFCP na cidade, com uma metodologia voltada para a capacitação e organização institucional dos agentes culturais locais, bianualmente ocorre em Januária o Festival Internacional de Folclore. De acordo com a diretora do SESC/LACES-Januária, Sônica Aquino, o festival é uma parceria que o SESC desenvolve junto ao grupo de dança folclórica de Montes Claros, o Banzé.⁴⁷⁰

Segundo informações constantes no site do grupo, eles fazem parte da organização do Festival desde 2002, como integrantes da IOV (Organização Internacional de Folclore e Artes Populares)⁴⁷¹, sendo desenvolvidas parcerias junto à UNIMONTES e ao SESC para sediar o evento e levá-lo a outras cidades do Estado.⁴⁷² Segundo o folder informativo do Festival realizado em 2012, disponibilizado em blog, o evento, ocorrido em maio deste ano, está em sua décima edição. O Festival neste ano contou com patrocínio de instituições públicas e privadas e também com o incentivo da

⁴⁷⁰ De acordo com Fonseca: Fundado em 1968, o grupo está ligado a UNIMONTES, sendo sua coordenadora, a historiadora da arte Maria José (Zezé) Colares, também diretora do Museu de Folclore da Divisão de Tradições Mineiras da universidade. O primeiro Festival Internacional de Folclore de Minas Gerais, idealizado por Zezé Colares, foi realizado em 1997, sendo que os grupos que dele participam são convidados a cumprir um extenso itinerário pelo interior de Minas Gerais, passando por cidades como Belo Horizonte, Ouro Preto, Pirapora, Montes Claros e Janaúba. C.f.: FONSECA, Edilberto José Macedo. Op. cit. p. 55

⁴⁷¹ De acordo com informações constantes no site oficial do IOV Brasil, esta é uma ONG, sem fins lucrativos, que mantém relações oficiais com a UNESCO. Entre seus objetivos estão ações ligadas a preservação, documentação e promoção do intercâmbio cultural entre os povos, em mais de 190 países com trabalhos voluntários, constituindo-se em uma rede mundial de pesquisadores, folcloristas, grupos folclóricos e demais artistas populares. C.f.: www.iovbr.wordpress.com; Acessado em 26/11/2012

⁴⁷² C.f.: www.grupobanze.com.br/antigo, Acessado em 27/10/2012.

lei Rouanet⁴⁷³. O evento itinerante, foi levado a seis cidades do estado de Minas Gerais: Januária, Montes Claros, Pirapora, Ouro Preto, Diamantina e Belo Horizonte.⁴⁷⁴

Os destaques dessa edição foram o grupo do Senegal Ballet África, o Grupo Folclórico Ítalo-Brasileiro de Nova Veneza; o ballet ucraniano Kalenia; o grupo Artístico Folclórico Kyrey'y do Paraguai, o conjunto polinésio Ariki Rapa Nui, do Chile, o Grupo Gil Vicente, de Portugal, Associação Parafolclórica Angelina Blahobrazoff, da Rússia, a Cia Brigitte Bacha, do Líbano, o Grupo Chandra Kala Brasil, com espetáculos musicais do tipo Bollywood da Índia, o Grupo Folclórico Banzé, de Montes Claros, o grupo Folclórico Zabelê, de Montes Claros, o grupo Fitas de Tradições Folclóricas de Montes Claros, o grupo Parafolclórico Saruê de Montes Claros, o grupo Ginga Mineira de Montes Claros, o grupo Folclórico Aruanda, de Belo Horizonte, o grupo Sandeiros de Projeção Folclórica, de Belo Horizonte, o grupo Folclórico Guararás, de Belo Horizonte, a Cia de Danças Parafolclóricas Zabelê, de Pirapora e o Grupo Temerosos, de Januária.⁴⁷⁵

Os Temerosos orgulham-se de ser um dos únicos grupos de Januária a participar em todas as edições desse Festival ocorridas no município.

A Festa dos Santos do Rio

Além da criação de espaço de interação internacional, o SESC-Laces/Januária idealizou o evento a Festa dos Santos do Rio. Evento anual da cidade A sua primeira

⁴⁷³ Lei Rouanet é o nome com que ficou conhecida a Lei de Incentivo à Cultura (lei nº 8.313 de Dezembro de 1991, é a lei que institui políticas públicas para a área. A lei estabelece também os incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoa jurídica) e cidadãos (pessoa física) reverterem uma parte do Imposto de Renda devido em ações culturais. Sobre esse tema sugerimos o site oficial: www.cultura.gov.br/site/2007/11/23/legislação-específica/.

⁴⁷⁴ Informações retiradas do blog: raquelcrusoe.blogspot.com.br/2012/05/x-festival-internacional-de-folclore.html; acessado em 27/10/2012.

⁴⁷⁵ C.f.: blog: raquelcrusoe.blogspot.com.br/2012/05/x-festival-internacional-de-folclore.html.

edição ocorreu em 2001, por ocasião das comemorações dos ‘500 anos do Rio São Francisco’. Segundo informações divulgadas pelo jornal O Norte, em outubro de 2010:

*A aceitação popular foi tão significativa que, de imediato, garantiu a continuação do evento nos anos seguintes (...) em 2009, a procissão luminosa de Nossa Senhora das Dores, padroeira da cidade de Januária, atraiu mais de 12.000 fiéis às barrancas do Velho Chico. (...) as romarias das águas, que conduzem as imagens de São Pedro e São Francisco ao encontro, continham mais de 300 barcos. Ao longo dos anos, a Festa dos Santos do Rio se tornou o evento que traduz o mais puro sentimento de amor ao Velho Chico e às manifestações culturais que revelam o modo de vida do povo barranqueiro. Atualmente, a festa faz parte do calendário oficial da cidade.*⁴⁷⁶

De acordo com a idealizadora do Projeto, Sônia Aquino, para o ano de 2010 havia uma expectativa de receber mais de 15 mil pessoas “para conscientizar a importância da sua preservação e revitalização”⁴⁷⁷. O evento, conta com parcerias de diversas instituições de âmbito estadual e municipal, e, geralmente se desenvolve ao longo de alguns dias ou até em uma semana inteira.

Tivemos acesso ao projeto que estruturou a versão da festa para o ano de 2005, que contou com a seguinte justificativa: *achamos que conseguimos através deste projeto atingir a alma januarense, que tem uma identidade cultural e religiosa ligada ao Rio São Francisco.*⁴⁷⁸ Mais adiante, os objetivos da proposta apontam para uma expectativa mais prática:

*O principal objetivo é a conscientização da comunidade para a preservação do Rio São Francisco (...) o segundo objetivo é a realização de uma festa popular que atraia turistas para a cidade, movimentando a economia local, esta festa pretende ser a marca de Januária no calendário turístico do Estado e quem sabe do país.*⁴⁷⁹

O discurso apresentado aponta para expectativas diversas, em um primeiro momento, justificada pela perspectiva religiosa e cultural do evento, com objetivos que

⁴⁷⁶ JUNIOR, Marcelo. Festa dos Santos do Rio comemora 150 anos de Januária. **O Norte**. Disponível em: www.onorte.net/noticias.php?id=29911; Acessado em 26/10/2012.

⁴⁷⁷ Idem.

⁴⁷⁸ Ibidem.

⁴⁷⁹ SESC LACES de Januária-MG. **O dia dos Santos do Rio**. (Projeto do Evento). Januária: SESC, 2005.

ressaltam um viés ecológico, finalizando com a ênfase nos aspectos turísticos como forma de desenvolvimento econômico local. As contradições, contudo, são apenas aparentes. Dentro de uma perspectiva comercial, o discurso encerra as expectativas de celebração que tomam as características locais como um produto, afinal a riqueza do povo do lugar é sua religiosidade e a riqueza da cidade é o Rio São Francisco. Diante da concentração dos discursos sobre a transposição das águas do São Francisco, tal como previsto em projeto do governo federal, o debate ambiental colocou em evidências a necessidade de sua *revitalização*.

Um dos pontos culminantes do evento foi a Procissão Luminosa e a Romaria das Águas. Depois de celebrada a missa na Catedral, os fiéis seguiram em procissão até às margens do Rio, mais ou menos um quilômetro e meio de distância, conduzindo um andor com a imagem de São Francisco de Assis. Enquanto isso, no rio, a Romaria das Águas, composta por pescadores, em seus tradicionais barcos de pesca adornados e iluminados para o evento, e canoístas em seus caiaques, conduziam a imagem de São Pedro, em uma barca não menos adornada e iluminada. As imagens de São Francisco de Assis e São Pedro são levadas até o palco, uma pelas águas e a outra por terra que, quando possível, instalado às margens do rio. O encontro das duas imagens nas areias da “praia” aconteceu diante de um *grandioso* público, que assistiu em seguida a um ‘show pirotécnico’. O projeto do ano de 2005 previa um investimento de 6.500 reais apenas para o show de fogos, o que representava vinte cinco por cento do total investido no evento.

A mesma estrutura de palco, iluminação e som normalmente destinados aos grandes eventos da cidade foram utilizadas. Em 2005, a praia foi decorada com fitas, mastros com a bandeira dos dois santos e o caminho por onde passaria a procissão e à margens do rio foram iluminados com tochas montadas em embalagens pet, suscitando

o conceito de reciclagem/sustentabilidade. Na prática, essa iluminação proporcionou justamente a inversão destes conceitos, pois na manhã do dia seguinte ao evento centenas de spots ‘ecológicos’ de plástico boiavam nas águas do rio e as areias estavam repletas de lixo.

A festa dos Santos do Rio foi concebida a partir da temática da religiosidade dos pescadores de Januária, retomando o conceito da tradicional festa de pescadores, descrita no Inventário da Campanha de Defesa do Folclore, em 1960, que tem por tradição comemorar o dia de São Pedro, 29 de Junho. Durante muitos anos realiza-se a procissão fluvial, tendo como território a praia à Rua de Baixo. A celebração é uma data central para os moradores dessa região. De acordo com a descrição de Joaquim Ribeiro, em seu Inquérito de 1960:

*(...) Os pescadores do São Francisco, como todos os pescadores, são devotos de São Pedro e fazem festas ao padroeiro. Caracterizam-se essas festas pela procissão fluvial. Como o dia de São Pedro coincide com a vazante, rezam missa numa das muitas coroas de areia que se formam no rio. Durante a noite acendem fogueiras diante das casas. Enfeitam as canoas e embarcações. Os cantos são os da Igreja.(...)*⁴⁸⁰

Em Januária, dos festejos juninos o São João é o mais comemorado, contando, inclusive, com um feriado, que dura, no mínimo, um dia e meio. Celebrado na véspera do dia vinte e três de junho, nessa região o dia de São João é mais aguardado que o Natal. A vida comercial da cidade praticamente pára ao meio dia do dia vinte dois, para os preparativos para o “São João” que se inicia logo ao cair da noite, ao alarido de intenso foguetório pipocando por toda parte. Durante toda a noite, a disputa de ‘foguetes’ é ouvida de cá e de lá. E o foguetório não cessa. Se alguém dispara um

⁴⁸⁰ RIBEIRO, Joaquim. Op. cit. p. 38.

foguete em um canto da cidade, de outro lado logo alguém se apressa em “responder”, num ‘falatório’ que dura a noite toda.

Em geral, diante de cada porta é feita uma fogueira que permanece acesa por toda a noite. Um farto cardápio regional é servido aos visitantes que, muitas vezes, passam em visita em diversas casas ao longo de toda a noite: capim-canela (caldo de carne moída com mandioca), pé de moleque, quentão, licor de jenipapo, bolos de mané pelado (de mandioca), de milho ou de puba (feito com farinha de mandioca pubada, ou apodrecida) são impreteríveis nessa ocasião. Tudo isso embalado com muito forró. Nas festas atuais, a cerveja é mais apreciada que o quentão e, muitas vezes, o forró foi substituído pela moda sertaneja ou *axé music*. O São João, tal como as Folias de Santos Reis, são intensamente festejados por toda a população, tanto da cidade quanto da zona rural.

Esse festejo mescla um momento de sincera devoção religiosa com a alegria franca e profana, típica das festividades da religiosidade popular. Na Rua de Baixo, onde ainda reside a maior parte dos pescadores com suas famílias, no dia 29 de Junho, dia de São Pedro, último santo do mês de junho, continua sendo comemorado com as tradicionais fogueiras às portas das casas, um enorme mastro com a bandeira do santo lá no alto, adornada com fitas e cravada de laranjas e limões, muitos fogos e bandeirolas coloridas, comidas e bebidas típicas, e é claro o tradicional forró animando os festejos até o amanhecer do dia. A festa ainda acontece até hoje na Colônia de Pescadores.⁴⁸¹

Contudo, a apropriação da Romaria das Águas, ou *Romaria Fluvial* tal como descrita pelos folcloristas de 1960, incorporada à Festa dos Santos do Rio passou a eleger outros temas que não apenas o religioso, associando a política, a ecologia e a cultura, destinado a fruição de um público diferenciado que, como meros espectadores,

⁴⁸¹ SANTOS, Pedro Alves. **Entrevista**. (02/09/2011). Januária. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

assistem ao espetáculo que lhes é oferecido. Agora a religiosidade popular frequenta a Catedral, para um amplo público, de fiéis católicos e turistas contritos, ganha um palco no centro da praça e os meios de comunicação. Para Sônia Aquino, essa é a coroação de um evento que conseguiu aglutinar amplos setores da sociedade:

*Quando a Rede Globo mandou o Globo Rural, eles ficaram uma semana gravando, porque o encantamento deles foi isso, como uma cidade toda se mobiliza entorno de uma proposta, né? De um projeto, né? Eles iam na Casa do Artesão estavam fazendo os andores, eles no Centro de Artesanato eles estavam confeccionando os estandartes, as escolas confeccionando as tochas, e arrumando as velas para o ritual, a cidade toda trabalhando entorno da procissão, o pessoal dos pescadores, da terceira idade, cada um dentro do seu papel. (...)*⁴⁸²

A “tradicional” procissão fluvial ocorre, agora, geralmente no mês de outubro, tal como previsto no calendário da Festa dos Santos do Rio. Além dessa atuação na festa dos Santos do Rio, os pescadores de várias colônias ao longo do rio colaboram com a ‘Limpeza do Rio São Francisco’, atividade que envolve toda a comunidade, promovendo uma limpeza simbólica do rio, os pescadores em suas canoas recolhem o lixo que flutuam no rio e a população recolhe o lixo nas margens diante da cidade. Depois todo o lixo é recolhido e selecionado para reciclagem.

Com o êxito alcançado no evento em 2005, a festa dos Santos do Rio em 2006 ganhou novos colaboradores. Dessa vez, com uma participação mais efetivas de entidades educacionais, diferente do que ocorrera no ano anterior em que se destacou a perspectiva religiosa. A lista de colaboradores incluía o SEBRAE, o Circuito Velho Chico, Carrancas Eventos Culturais, a Prefeitura Municipal, a Associação Amigos da Cultura de Januária, o Instituto Neo Brasil, a Colônia de Pescadores Z-2, Colégios e Faculdades CEIVA (Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco), CEFET

⁴⁸² AQUINO, Lenine Corrêa. **Entrevista**. Januária, 31/08/2010. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

(Centro Federal de Educação Tecnológica) e Unimontes (Universidade Estadual de Montes Claros).

O evento propunha a realização, não mais de uma festa, mas de um Encontro dos Povos do Rio que se desenvolveria ao longo de cinco dias. Nessa proposta, a Romaria das Águas em homenagem à São Pedro, mote do evento no ano anterior e que tinha como pretensão tornar-se *a marca de Januária no calendário turístico do Estado*, em 2006 compartilhou com uma vasta agenda. O momento central do evento foi novamente coroado por um show pirotécnico, ainda mais grandioso que o do ano anterior.

O projeto estava mais detalhado e contou com uma comissão de planejamento e execução, assinado por um turismólogo. Com um caráter mais técnico, o projeto contava com um item intitulado: *Retorno ao Patrocinador / Parceiro*, e tinha como finalidade indicar as inúmeras vantagens advindas de se veicular uma marca ou empresa a esse tipo de marketing:

(...) Um evento como este agrega muito valor a marca dos nossos patrocinadores e parceiros, pois estará envolvido por vários segmentos de marketing como: marketing social, marketing cultural, marketing ambiental e marketing turístico.⁴⁸³

Embora, nessa proposta, o calendário estivesse dilatado e tenha adquirido uma conotação mais política, os objetivos do evento continuavam os mesmos. Importante notar que o termo *ambiental* foi acrescentado dando uma abrangência temática maior ao evento. Nessa empreitada, a bandeira da revitalização do Rio São Francisco foi incorporada, propondo um debate com a comunidade para esclarecer aspectos do polêmico Projeto de Transposição das Águas do São Francisco⁴⁸⁴, de autoria do governo

⁴⁸³ Projeto Encontro dos Povos do São Francisco. Januária, 2006. Planejamento e Execução: Sônia Aquino (SESC); Aurélio Vilarés (Dark Eventos); Eduardo Torres (Turismólogo); Circuito Turístico Velho Chico; SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), pg. 7.

⁴⁸⁴ **A transposição do rio São Francisco** se refere ao polêmico e antigo projeto de transposição de parte das águas do Rio São Francisco, nomeado pelo governo brasileiro como "Projeto de Integração do Rio

federal. A programação incluía atividades políticas como: o abraço fraterno ao rio, a limpeza de suas margens nas imediações da cidade e a redação de uma carta manifesto em defesa do Rio São Francisco; atividades educativas: palestras, seminários e oficinas; e atividades culturais: a apresentação de grupos folclóricos e artistas regionais.

Durante toda a semana na Faculdade e na Universidade, seminários e oficinas foram realizados. O encerramento das atividades previa a vinda de um palestrante de renome, foi indicado o nome do jornalista Marco Antônio Teixeira Coelho, membro do Instituto de Estudos Avançados da USP e autor do livro *Descaminhos do São Francisco*, em que analisa o processo de ocupação do rio São Francisco e o controverso projeto de transposição de suas águas.⁴⁸⁵

As atividades políticas previstas para o evento, estranhamente não contaram em seus debates com a participação dos representantes dos movimentos sociais que, em diversos momentos, se manifestaram contra a transposição, promovendo encontros em diversas cidades às margens do Rio São Francisco, nem mesmo os representantes da Associação de Vazanteiros do município, principais interessados nos impactos ambientais do projeto. Tal fato demonstra um distanciamento em relação ao debate que já vinha sendo travado com o governo.

Aqui faremos um pequeno parêntese para refletir um pouco mais sobre a legitimidade das ações políticas apresentadas na proposta do evento em questão, especialmente, em relação aos embates políticos que vinham sendo travados em relação à transposição do São Francisco. Desde o início dos debates sobre a transposição do rio,

São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". O projeto é um empreendimento do Governo Federal, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. Orçado atualmente em R\$ 4,5 bilhões, que prevê a construção de dois canais que totalizam 700 quilômetros de extensão. Tal projeto, teoricamente, irrigará a região nordeste e semi-árida do Brasil. A polêmica criada por esse projeto tem como base o fato de ser uma obra cara e que abrange somente 5% do território e 0,3% da população do semi-árido brasileiro e também que se a transposição for concretizada afetará intensamente o ecossistema ao redor de todo o rio São Francisco. C.f: Coelho, M. A. T. **Os Descaminhos do São Francisco**. Editora Paz e Terra, 2005. Ver também: **Estudos Avançados 56**. São Paulo: IEA, 2006.

⁴⁸⁵ C.f: Coelho, M. A. T. **Os Descaminhos do São Francisco**. Editora Paz e Terra, 2005.

em Januária não se organizou um grupo atuante nessa discussão. As ações políticas apresentadas no projeto do evento nos parecem completamente desengajadas dos atores políticos que já vinham participando do processo. Diversos fóruns vinham ocorrendo em cidades do Vale para discussão do assunto, reunindo entidades e organizações civis e propondo ações para impedir a implantação do projeto, tal como foi determinado pelo governo federal e que, de fato, acabou sendo implementado na ‘*marra*’.⁴⁸⁶

Um fato que repercutiu na mídia do mundo inteiro e chamou a atenção das autoridades sobre o projeto de transposição das águas do São Francisco foi a greve de fome levada a cabo pelo Bispo Diocesano de Barra, na Bahia, D. Luiz Flávio Cáppio, no ano de 2005. Tal ação redundou em um adiamento dos trabalhos na área em que estavam sendo construídos os canais de irrigação e um acordo firmado com o governo federal de retomada das negociações.⁴⁸⁷

No entanto, as lideranças políticas em Januária nunca se comoveram tanto com essa causa a ponto de se fazerem representadas neste amplo debate, a não ser pela participação de entidades pontuais como a Cáritas Diocesana, Associação de Vazanteiros e a atuação de membros da sociedade civil que, isoladamente se empenhavam em difundir as premissas do projeto. Acreditamos que esse tema foi chamado à cena no evento de Januária por seu mecanismo aglutinador, posto que é um debate que atrai a atenção da mídia e divide opiniões, tanto pelo desconhecimento das propostas reais do projeto, quanto pela insistência do governo em realizá-lo a qualquer custo, mesmo quando diferentes órgãos apontavam para a sua inviabilidade técnica, financeira e ecológica.

⁴⁸⁶ Ainda hoje há críticas a esse projeto, que já está em andamento como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

⁴⁸⁷ O São Francisco, a razão e a loucura. Entrevista de Dom Luiz Flávio Cappio. **Estudos Avançados**, 56. São Paulo: IEA, 2006, p. 271-285.

Por outro lado, é necessário reconhecer que atuação das faculdades *parceiras* no evento, ao propor um tema político, que vinha ganhando novas dimensões à medida em que o governo iniciava as obras, proporcionou a visita do pesquisador da Escola de Artes e Estudos da USP, Marco Antônio Coelho, que, com uma visão mais técnica e científica sobre o tema, ainda praticamente desconhecido da comunidade em geral, colaborou na construção de um posicionamento sobre este projeto que afeta diretamente a sua realidade. Eu me lembro de uma professora que, depois disso, e com base no material desse professor resolveu fazer uma cartilha explicativa sobre o tema para seus alunos do magistério, traduzindo para a realidade deles um debate que parecia muito técnico.

Mas, voltando ao espetáculo, para o seu encerramento estava previsto a histórica Romaria das Águas, momento em que as imagens de São Francisco e São Pedro seriam recebidas pela multidão que se aglomerava na praia, diante de um show pirotécnico que durou quase dez minutos. A cidade, nesta noite, tinha as ruas centrais tomadas por pessoas, que disputavam espaço entre as barraquinhas de bebidas e comidas. O trecho da avenida São Francisco, que dava acesso ao palco foi interditado, tal como acontece nos movimentados carnavais da cidade. Os bares da orla do rio estavam repletos, alguns reservaram mesas especiais para aqueles que queriam acompanhar a movimentação na praia sem sujar os pés nas areias da praia. Para isso, o restaurante do Hotel Viva Maria reservara uma visão privilegiada.

A escolha do local para a realização desse acontecimento se mostrou controverso aos objetivos do projeto de proteção ambiental. O IEF (Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais), parceiro no evento, autorizou o desmate de uma parte da mata ciliar que cresce à margem do São Francisco para a instalação do palco. Nesse ano, a praia, ou coroa de areia, não se formou em frente à cidade. Nesse caso, foi preciso construir uma.

Durante três dias, os tratores da prefeitura fizeram a “limpeza” do local, que originalmente, nos períodos de seca do rio, apresenta uma vegetação rala e espinhosa, conhecida como *calumbí*. Essa área de vazante do rio, uma vez “limpa”, foi incorporada como área de lazer, sendo inclusive, durante algum tempo, utilizada como pista de provas de Motocross, com apoio da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer e sob a autorização do mesmo órgão ambiental.

Esse evento é exemplar de como temas como cultura popular e meio ambiente têm sido retomados visando diferentes finalidades. A apropriação que se faz da religiosidade popular, tornada em manifestação “politicamente correta”, construindo e legitimando uma identidade ribeirinha, envolve diferentes grupos que buscam alcançar objetivos diversos com o evento.

Se adotarmos a classificação proposta por Carlos Rodrigues Brandão em sua análise sobre a participação dos grupos de congos em Ouro Preto, segundo a qual em Ouro Preto existiriam três grupos distintos de cerimônias:

- a) Cerimônias internas: aquelas promovidas por pessoas do lugar para pessoas do lugar;*
- b) Cerimônias intermediárias: promovida por pessoas do lugar pra pessoas de fora, exemplo: espetáculos artísticos de rua ou de restaurante; e/ou promovidas por pessoas de fora para pessoas do lugar;*
- c) Cerimônias externas: promovido por pessoas de fora para pessoas de fora;⁴⁸⁸*

Aplicando essa classificação à Januária podemos afirmar que encontramos ali cerimônias dos tipos *a* e *b*. Nas primeiras, estão as diversas Folias e Reisados que já destacamos na primeira parte deste estudo, além da Dança de São Gonçalo e as comemorações e festas de santos. Já na segunda categoria, classificadas em Brandão

⁴⁸⁸ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na Rua**. Campinas: Papyrus, 1989, p. 54.

como *cerimônias intermediárias*, podemos citar a Festa dos Santos do Rio, o Festival de Internacional de Folclore, Semana da Cultura, Encontro de Folias de Januária.

Em todos estes eventos ocorrem apresentações dos vários ternos de Folias e Reisados da região. Nesse caso, as celebrações que se desenvolvem nos palcos destes eventos ocorrem alheios à participação popular em geral, que comparece tão somente no papel de espectadores diante do espetáculo de cultura popular que ali se desenrola, para o qual foram na condição de convidados e não de atores, estabelecendo um posicionamento crítico em relação às apresentações que se desenvolvem no palco.

Utilizando as palavras de Brandão:

*(...) é necessário e lucrativamente útil para as pessoas do lugar – criar situações estáveis de oferta de seus serviços e produtos que tornem atrativo o próprio ‘lugar’ e seus ‘lugares’ e ocupem como diversão o longo tempo que separa os cultos religiosos populares do culto à cultura da história transformada em tradição (...) grupos populares de rituais católicos como os congos de dançantes negros são melhor preservados. Isto é, tendem a parecer mais fiéis às ‘tradições do folclore’ de que são parte e mito. Em muitos casos, tanto em Ouro Preto quanto em outras cidades do País, são eles os que mais depressa aprendem as regras que misturam a devoção ritualmente festiva e incorporada ao negócio da arte cênica e passam com sabedoria – mas também com graves riscos – do ritual ao espetáculo.*⁴⁸⁹

Essa festa tornada em espetáculo faz modificar o seu sentido interior ao mesmo tempo em que gera novas expectativas, tanto no público que assiste passivamente, quanto para os agentes envolvidos: foliões, empresas, comerciantes e produtores culturais. No relato de José Victor, folião do Terno de Reis dos Figueiredos fica evidente a adequação que o terno de folia precisar fazer para atuar como *artistas* nessas *apresentações de palco*:

(...) muda um pouco a estética e muda também a maneira de alguns instrumentos. Porque aí você já tem que eletrificar os instrumentos,

⁴⁸⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Idem. p.56.

... você já tem que usar o microfone. (...) Se usa os microfones para os cantadores e os instrumentos não são eletrificados aí dá uma dissonância, não fica bem. E assim vice versa. Então há uma diferença. A apresentação no palco, pra mostrar essa folia é uma coisa. Agora a apresentação, a peregrinação durante os seis dias é totalmente diferente (...) você estar ali durante os seis dias. Você deixa família, você deixa o trabalho, você deixa tudo e vai (...) já a apresentação não. A apresentação é diferente, é como se fosse mais um show. Na realidade, não muda a essência de tá ali apresentando, mas ela não deixa de ter uma mudança porque não está (...) vinculada à fé (...) simplesmente uma apresentação cultural (...) se é uma apresentação teria que profissionalizar e não é essa a missão da folia de reis, a profissionalização. A apresentação no palco é mais para um profissional, é preciso fazer um show. E apesar de ser uma questão cultural, é uma coisa restrita, nem todo mundo gosta. Às vezes tem um que admira, tem outros que vão lá só pra criticar (...) então dá aquela insegurança de cê tá ali. Folia de Reis não tem dessa. Cê vai na casa, se gosta ou não gosta ... e quem te acompanha já é diferente, á mais por fé e por devoção, né? No palco é mais complicado, porque você tem na sua frente um público adverso. Tem ali uma minoria que gosta, tá ali pra ver a questão cultural, a preservação religiosidade. Mas, tem uns que vai lá pra criticar (...) e aquilo dá uma sensação diferente (...) porque você não pode inventar, nem inovar. A única questão que você pode melhorar nessas apresentações é a inovação do som, essa que é a mudança. Agora, na realidade você está apresentando aquilo que realmente é.⁴⁹⁰

A dificuldade reside na adequação tanto da estrutura física do palco, que perfilam os foliões diante de uma plateia exigente e crítica. Além disso, questões técnicas de distribuição de áudio entre os *foliões/artistas* compromete a qualidade do que está sendo contado e musicalizado. Neste relato percebemos a distância que os grupos religiosos mantêm da ideia que se faz do artista. Aqui a relação entre fé espetáculo é mediada por uma série aspectos, alocados no espaço e na produção do show, mas também com a plateia.

Muitos autores que analisam as festas populares a distinguem do espetáculo pelo envolvimento dos participantes. Como bem analisou Rita de Cássia Amaral, em sua tese

⁴⁹⁰ FIGUEIREDO. José Victor Dias. **Entrevista:** Januária: 08/09/2011. Entrevistadora: Iara Toscano Correia.

Festa à Brasileira, o que as distingue são o grau de participação e envolvimento dos grupos. Para Rita de Cássia Amaral a festa é:

(...) um ato coletivo, ela supõe não só a presença de um grupo, mas, também, sua participação, o que diferencia a festa do puro espetáculo. Por esta razão é que certos acontecimentos (como os festivais, os shows, etc.) Não podem ser considerados como festa stricto sensu. O critério da participação parece ser fundamental na definição das festas e, historicamente, negociações de vários tipos, entre diferentes classes sociais, estamentos, gêneros, etc. têm sido realizadas a fim de obter maior adesão às festas. Uma festa com pouca participação ou poucas pessoas não é considerada uma boa festa. (destaques da autora)⁴⁹¹

A historiadora Maria Clara T. Machado, tendo por base as análises de Bakhtin, também põe em evidência a importância do aspecto participativo que envolvem as festas religiosas popular. Para ela, o significado da festa para seus participantes é muito diferente do espetáculo, pois ela é:

(...) o outro momento da realidade ordinária na existência de homens comuns. Como parte integrante da vida cotidiana, marcada pela exaustiva jornada de trabalho, a festa, como uma síncope, quebra esse ritmo, proporcionando o lúdico, o mágico aflorar das sensibilidades e emoções contidas. Como revela Bakhtin, as práticas culturais populares não pertencem ao domínio da arte. Elas se situam entre a arte e a vida. É a própria vida muitas vezes representada. Nas festas populares os espectadores não a assistem, eles a vivem, elas existem para o povo e todos delas participam intensamente. Daí a festa ser o meio pelo qual podemos entrever o cotidiano popular.⁴⁹²

Evidenciar a distância que separa a festa do espetáculo não altera o dado mais importante da realidade observada. Para Néstor Garcia Canclini na análise das relações entre cultura popular e globalização na América Latina importa observar as estratégias populares encontradas para entrar e sair da modernidade, por meio de apropriações,

⁴⁹¹ AMARAL, Rita de Cássia Melo. **Festa à Brasileira:** significados do festejar, no país “que não é sério”. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: USP/FFLCH/Depto. Antropologia, 1998. p. 39-40.

⁴⁹² MACHADO, Maria Clara T. **Cultura Popular e Desenvolvementismo em Minas Gerais:** caminhos cruzados de um mesmo tempo. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, 1998. Para uma outra definição sobre espetáculo, sugerimos: MAFRA, Rennan. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação:** mídia, comunicação estratégica e mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

recusas, resistências e mediações estabelecidas entre as classes populares e o mercado global.⁴⁹³

Enquanto os ternos de folias buscam se estruturar operando arranjos inventivos em suas jornadas (giros), em suas cantigas, em seus instrumentos e sujeitos; outros agentes envolvidos na produção da cultura popular os têm como forma de ganha pão e lucratividade. Esse é um aspecto que não deve ser negligenciado e nem mesmo romanceado, a cultura enquanto produto tornou possível a profissionalização de alguns grupos, como observamos no caso dos Temerosos, criando, também, uma nova profissão. Ao mesmo tempo, tais transformações não afetam todos os grupos da mesma forma. Enquanto alguns aderem e acreditam nesse tipo de investimento, outros permanecem (res)significando suas práticas religiosas, buscando adaptar suas antigas fórmulas aos novos padrões de vida, sem contudo deixar de *manter a tradição*. Não nos cabe aqui o julgamento de qual ação é mais legítima em torno das apropriações do popular, mas, tão somente, pontuar esta que é a realidade em que vive grande parte dos sujeitos envolvidos.

A religiosidade está presente na devoção da população local a seus santos. Contudo estes espetáculos que listamos, além de proporcionar um incremento na economia local, contribuem para a construção de espaços outros: de educação, de trocas de informações, de envolvimento em campanhas de conscientização ecológica e, ainda, de valorização das tradições, mesmo que esta venha descolada do passado que as constituiu. Contribuem também para criação de novos espaços de fruição da cultura popular local, valorizando os grupos religiosos locais e artistas regionais que ganham novos espaços de visibilidade.

⁴⁹³ CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2006.

Contudo, vale ressaltar que, na perspectiva adotada pelos festivais os grupos de reis fazem de sua fé uma arte. E esse envolvimento dos grupos são resolvidos de diferentes maneiras, internamente aos grupos, gerando mudanças, adequações ou mesmo reforçando a necessidade de se manter fiel aos ensinamentos dos antigos. A legitimidade da *Festa dos Santos do Rio*, por exemplo, se referenda pelos discursos em torno da identidade ribeirinha e do homem do São Francisco, destacando uma perspectiva mais universal para as pessoas que vivem à margem do rio, mais do que uma especificidade regional norte mineira. Como revela Sônia Aquino:

*Na última Festa dos Santos do Rio, que Januária estava fazendo 150, tinham mais de 25.000 pessoas, então eu acho que a Festa atingiu a proposta que a gente queria, **a gente queria criar uma festa que identificasse o homem ribeirinho, que eles sentissem emoção, né?** E é realmente importante, que a gente viu **a identidade cultural do homem do Rio São Francisco está ligada ao rio São Francisco**. E, acho que **a questão da defesa do próprio rio**, essas questões afora **despertou também a veia poética**, muita gente produzindo poesia, literatura, músicas, diversas músicas voltadas para o rio (...) tendo uma efervescência cultura em torno do rio São Francisco (...) que inspira as pessoas que nasceram na margem do rio. (...) disseram depois dessa festa, que a última música que falava do rio São Francisco tinha 50 anos, hoje existem mais de 20 músicas compostas (...) Espero com esse projeto despertar novamente a cultura que estava adormecida (...)?⁴⁹⁴ (grifos nossos)*

Nesse caso, todos os seus predicados culturais e naturais são invocados para compor essa identidade barranqueira. No entanto, os diversos municípios que envolvem o território são franciscano vivem realidades muito diversas. A vida do ribeirinho no Alto São Francisco, no Estado de Minas Gerais, não pode ser comparada a realidade do ribeirinho que está na outra ponta, na foz do rio. Não é possível relacionar sua cultura, sua economia e nem mesmo as condições ambientais que envolvem esse imenso rio e

⁴⁹⁴ MONTEIRO, Sônia Marise de Aquino Ferreira. **Entrevista**. Januária, 05/01/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

suas práticas culturais populares, modos de viver cotidianamente e suas experiências de sobrevivência.

Nesse evento, a religiosidade popular é expressa em todo o seu colorido, beleza e alegria para todos aqueles que podem e querem pagar por ela. O SESC em Januária conta com uma pousada, daí o seu interesse em aquecer o turismo o local. Assim, também os pescadores reconhecem que tal nível de visibilidade é importante para valorizar a comunidade da Rua de Baixo, sempre tão discriminada, passando a ter a sua festa como um evento central na cidade. A missa que antecede a procissão, celebrada na Catedral, em 2012 foi proferida pelo próprio bispo de Januária, D. José Moreira.



Januária: Festa dos Santos do Rio. 2012. Foto Ana Alaíde Amaral. 2010.

Circuito Velho Chico

Um último item que gostaríamos de destacar dentro dos discursos que buscam a conformação da identidade barranqueira é com relação a criação do '*Circuito Turístico Velho Chico*'. O Circuito Turístico é uma ação promovida pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, com apoio do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), de acordo com informações disponibilizadas em seu site:

*As Associações de Circuitos Turísticos são entidades sem fins lucrativos, que caracterizam a política pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, implantada pelo Governo de Minas em 2003, por meio do Decreto de Lei nº 43.321. As Associações abrigam um conjunto de município de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional.*⁴⁹⁵

Durante os anos de 2005 e 2006, o projeto de organização de um circuito turístico que abrangesse essa região já vinha sendo debatido. O programa foi instalado. Porém, Januária não tomou parte nesse programa. É até curioso ver o mapa do circuito, destacado em vermelho dentro da região Norte de Minas, exceto o município de Januária, que ficou fora dele.

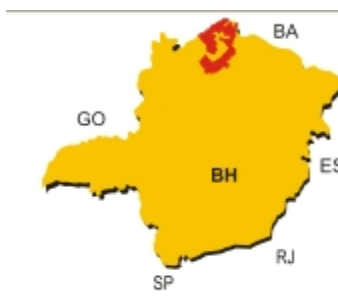


Imagem do Circuito Velho Chico.⁴⁹⁶

Não sabemos ao certo o que levou Januária a ficar de fora dessa estrutura institucional oferecida pelo governo do Estado. Quando perguntamos a senhora Sônia Aquino sobre o Circuito, ela mencionou que o governo Aécio Neves não teria dado continuidade ao projeto. E acredita que um dos motivos para que o Circuito não tenha tido muito sucesso foi a falta de estrutura da região:

(...) eu acho também que muito foi por falta de estrutura também, da região. Eu acho que talvez o governo atentou que é preciso primeiro criar certa infra-estrutura, como estradas e a participação das

⁴⁹⁵ C.F.: www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informações-administrativas, capt. Em 27/10/2012.

⁴⁹⁶ Acessado em: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/lista-de-circuitos/1011-circuito-turistico-velho-chico->, 13/11/2012.

*peçoas, do que precipitar um processo que a população ainda não está preparada.*⁴⁹⁷

De toda forma, este programa parece ainda estar ativado, pois no site da Secretaria estão listados todos os circuitos em atividade, e a situação funcional de cada um deles. Enfim, podemos citar inúmeras ações desenvolvidas junto ao governo federal, estadual além do envolvimento da sociedade civil, na estruturação de projetos que envolvam meio ambiente, sustentabilidade, patrimonialismo, cultura popular, sendo que muitas deles visam um contraditório *desenvolvimento social ‘sustentável’* das comunidades tradicionais.

Concluindo, todas essas ações institucionais que vemos reverberar em Januária no início do século XXI são ecos das discussões que se propagam em nível internacional, tendo como ponto sísmico as diversas Convenções da ONU realizadas desde a década de 1970.

Diante desse cenário, as populações tradicionais, e os grupos de cultura popular buscam se acomodar ora em oposição ao quadro autoritário e excludente em que vivem, resistindo por meio de associações, sindicatos e cooperativas, ora em conformação com os discursos de modernidade que os incluem, mesmo que de maneira indireta, na legislação. Em algumas situações, a economia gerada por esses grupos se filiam à produção de um saber tradicional voltado para atender as demandas do mercado global, seja por meio do turismo, da economia solidária, da produção artesanal ou dos espetáculos populares. Em outras, busca-se tão somente manter a memória de um grupo ou família, que se esfacela diante da dispersão das migrações. Todavia, a relação que se mantém com as instituições é ambivalente e gera expectativas diferenciadas tanto para aqueles que produzem como para aqueles que se apropriam de seus produtos.

⁴⁹⁷ MONTEIRO, Sônia Marise de Aquino Ferreira. Op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Januária as discontinuidades temporais saltam aos olhos o tempo todo. O novo e o velho, o tradicional e o moderno são clivagens que se interpõem constantemente à paisagem. No esforço por compreender esses contrastes, empunhamos as lentes da Micro História e partimos para uma longa e sinuosa travessia às margens do São Francisco⁴⁹⁸. Nessa viagem, me lembrava sempre das sábias palavras de Guimarães Rosa: (...) *o senhor mal conhece esta gente sertaneja. Em tudo, eles gostam de alguma demora.*⁴⁹⁹ Assim, munida de paciência sertaneja, mergulhei nesse universo, até então, desconhecido para mim.

Se tal travessia nos causou estranhamentos, (afinal não é todo dia que olhamos pela janela e nos deparamos com um freezer da *Coca-Cola* sendo transportado por uma junta de bois) ela também nos trouxe a compreensão de que outra lógica impulsiona a vida nessa parte de Minas. São moradores que se espalham em uma vasta região, entre o rio e os gerais, que desenvolveram ali uma grande diversidade de práticas que ainda hoje pontilham seu cotidiano. Historicizar as características materiais e simbólicas que dão vida a essas práticas seculares em Januária desvelou um rico e arcaico substrato cultural. As populações tradicionais vão tecendo sua história por meio de constantes malabarismos, (re)significando e reinventando antigas práticas, como forma de se (re)posicionar diante das voltas que o mundo dá.

⁴⁹⁸ Travessia é a metáfora central na obra de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: veredas*. Richard Burton, em sua travessia pelo São Francisco, assim definiu o termo: (...) *Na América do Sul Espanhola, 'travessia' é uma viagem por terra. No São Francisco, a travessia, ou viagem, começa normalmente, em Pirapora e se numera em trinta léguas. Ouvi um barqueiro, quando tínhamos dificuldade em atravessar o rio, falar em 'travessa braba'*. BURTON, Richard. **Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp. 1977. p. 202.

⁴⁹⁹ ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 277.

A análise da estrutura econômica e política do município de Januária nos fornecem apenas em parte as pistas necessárias para compreender as permanências culturais que ali viceja. Traçando um grande painel histórico sobre esse município às margens do rio São Francisco, buscamos analisar as bases históricas que sedimentaram tais permanências.

Refutando a tese sobre o *isolamento* defendida por alguns autores para explicar a riqueza das práticas culturais do povo das barrancas e dos gerais, percebemos que seria necessário o uso de outras lentes teóricas capazes de dar conta da dinâmica atualizadora das tradições em Januária. A religiosidade popular, da perspectiva do folclore, não permite visualizar as transformações que alimentam e revigoram as práticas religiosas.

Nossas observações indicam que, em meio a um quadro de dispersão migratória intensa, em geral, os januaenses ausentes se esforçam em retornar ao seu lar, seja para visitas periódicas ou em definitivo. O retorno às tradições, aos *reis* da família, ou da comunidade, é atravessado por experiências e expectativas geradas na vivência construída em outros espaços.

Nossa análise indicou que os ternos de folia e de reis constroem expectativas e estratégias muito diferentes uns dos outros, mesmo quando inseridos em um mesmo território, para encontrar sentido na ritualização de práticas. João Damascena, Imperador do Terno de Reis dos Temerosos, o faz entendendo que a cultura e a educação são armas importantes na luta contra a exclusão, procurando, assim, manter seus jovens longe da sedução das drogas e do crime. Para ele, a preservação desta tradição em sua comunidade possibilita resgatar a autoestima destes jovens, assinalando que outra possibilidade de futuro é possível. A tradição é assumida aqui como forma de desenvolvimento social. O grupo caminha a passos largos para institucionalização, e seu líder acalenta o sonho de tornar o Centro de Cultura Berto Preto em espaço educacional,

que congregue também outros tipos de expressões da cultura popular. O grupo vem se adequando para participar de editais de incentivo a cultura e outras formas de captação de recursos. Além de uma performance impecável, os Terno de Reis dos Temerosos tem ampla experiência em apresentações e espetáculos de cultura.

Este tipo de posicionamento não deixa de gerar conflitos internos, como observamos nas falas de antigos foliões do terno, que resistem às alterações de seu ritual. Partindo da memória e dos gestos de seu fundador, Berto Preto, *os antigos*, se posicionam em favor da preservação e do retorno do terno às origens, *tal como ela foi um dia*, para estes, *a folia todo dia enjoa*, ela tem a data certa para acontecer. A estas clivagens, travadas internamente ao grupo, se interpõem outras, relacionadas ao próprio viver em Januária, com sua educação pública precária, um sistema de saúde inoperante e a falta de perspectivas de emprego para os jovens.

As Folias de Reis de Alegre e a do Zé Preto também são grupos que lutam contra a diluição de sua tradição incorporando novos elementos a folia. Contudo, eles são ternos estritamente rurais e em seu giro ritual circula apenas nas comunidades próximas a sua. A representação simbólica de peregrinação dos Reis Mago, enquanto evento coletivo de louvor aos santos, é também momento importante de reafirmação de laços comunitários e de solidariedade.

Na Folia de Reis do Alegre o terno é coordenado por uma mulher, fato incomum nessa região, e várias outras atuam como foliãs de guia. Os homens são os instrumentistas e as cantorias são acompanhadas, basicamente, por instrumentos de percussão - caixa, zabumba, pandeiro, reco-reco - raramente conseguem dinheiro para contratar um sanfoneiro. Por isso sua sonoridade tem uma forte conotação africana. A comunidade constituída por tradicionais famílias de barranqueiros, pescadores e vazanteiros, das margens do São Francisco, encontra dificuldade para renovar o quadro

de foliões, devido a dispersão migratória de seus jovens. No dia da festa, encontramos vários deles de partida para a cidade de Uberlândia.

As condições de permanência e preservação deste tipo de arte, com sua estrutura oral, esbarra no processo de transmissão desse legado. Não é fácil encontrar quem queira substituir os velhos mestres, seja porque determinados aspectos da tradição já perdeu o sentido para os jovens praticantes ou porque o horizonte de possibilidades que se vislumbra nas cidades seja por demais amplo e sedutor. A manutenção de uma memória só faz sentido quando ela está ancorada na realidade de seus portadores, e a realidade, no universo tradicional rural brasileiro, nesse momento, é o de desagregação.

Na comunidade rural Pé da Serra, na família dos *Pretim*, a perda deste legado já não representa um problema. Ali, desde muito cedo as crianças são iniciadas na folia. Assim que completam cinco anos começam a peregrinar com o terno pelas proximidades da comunidade, primeiro com instrumentos de percussão e, com o tempo, podem alcançar, quem sabe, a posição de folião de guia.

Estes dois grupos buscam envolver suas famílias e a comunidade próxima em um evento de reafirmação religiosa e lúdica, típica das festividades rurais dessa região, (re)estruturando laços de solidariedade e reciprocidade. Suas tradições se vinculam ao universo de relações coletivas, típicas de comunidades rurais que ainda hoje mantém relações comunais de organização. Não almejam patrocínio junto às instituições, seja para a produção dos instrumentos ou indumentárias; no máximo, esperam um convite do bispo para participar do grande encontro de folias, promovido pela Igreja Católica e que ocorre todos os anos na Catedral da cidade, e a divulgação de seus festejos de reis nas estações de rádio locais.

O quarto grupo por nós observado, a Folia de Reis dos Figueiredos, apresenta um arranjo diferente dos outros. Guardando para si a responsabilidade de manutenção

da devoção aos Santos Reis, o seu desafio é, geração após geração, renovar os votos nos Santos Reis. Os *giros* desta folia foram (re)adequados pela imposição das migrações aos membros da família, redesenhando novos territórios do sagrado. A Folia de Reis dos Figueiredos peregrina por ruas de grandes e pequenas cidades, em estradas de chão e de asfalto, nas roças e na cidade, em Minas, na Bahia e em São Paulo. Desenvolvendo um itinerário muito mais fluido que outrora. Só batem às portas que forem convidados. Abandonaram os cavalos e agora viajam em ônibus, carregando todas as provisões de que precisam para a manutenção do grupo durante o giro de seis dias. O dinheiro e os alimentos que arrecadam, embora em grande quantidade, não são primordiais para a realização de sua festa.

Nesse terno, entre as famílias dos foliões que se ausentam, todos homens como rege a tradição, são distribuídas cestas básicas para garantir seu sustento durante os dias de peregrinação. Com uma excelente afinação, o grupo já gravou CD's e possui blog, além de serem filiados à Federação Estadual e Nacional de Folias de Reis. Recentemente, incorporaram o uso da bandeira à frente do terno, como uma insígnia sagrada e de identificação. A tradição que se renova, também vem alterando as relações de gênero no grupo. A filha adolescente de Miguel Figueiredo, o acompanha em sua caravana desde muito pequena. Ela é a certeza de continuidade da tradição da família e, talvez, seja a próxima inovação do terno, quando será possível incorporar as mulheres ao ritual. Seu sucessor já foi escolhido, o filho Miquéias, que já faz parte do terno e há tempos vem sendo iniciado na arte de coordenar uma folia.

Enfim, o que observamos nas folias em Januária é que, embora os grupos busquem manter-se fiéis ao ritual, tal como lhes foi repassado por seus ancestrais, ele deve estar sempre em consonância com a realidade concreta em que se insere cada terno. A análise destes grupos nos ensina que o recurso a uma tradição só faz sentido

quando ancorada em uma memória atualizadora do grupo, senão ela perderia completamente o sentido, torando-se uma representação destituída de uma razão prática. Um teatro, um espetáculo, carregado de conteúdo pedagógico, mas carente de significados simbólicos. As permanências religiosas só estão presentes em nosso cotidiano devido aos malabarismos e transformações operados em seus sentidos por seus praticantes em diversas situações. Suas práticas, que nos chegam sob a forma de folclore, devem ser constantemente atualizadas, permitindo a coerência de suas ações em torno da devoção aos Santos Reis através dos séculos.

Assim, atravessados por clivagens modernas e tradicionais, os grupos populares criam novas redes e nós em espaços outros, que vão muito além de Januária e de Minas, (re)inventando e ao mesmo tempo salvaguardando uma memória que na modernidade converge, a um só tempo, em identidade e patrimônio.

ENTREVISTAS

ALMEIDA, João Damascena de (Imperador, Terno de Reis dos Temerosos). **Entrevista.** Januária: 28/12/2012. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

ALMEIDA, Maria Rodrigues de (Maria Grossinha). **Entrevista.** Januária: 28/12/2010. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

AQUINO, Lenine Corrêa. **Entrevista.** Januária, 31/08/2010. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

AZEVEDO, Eustáquio Pimenta de. **Entrevista.** Januária, 05/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

BATISTA, Ramiro Esdras Carneiro. **Entrevista.** Januária, 04/01/2011.. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

CORRÊA, José de Abreu. **Entrevista.** Januária, 05/09/2011.. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

COSTA, Márcio José Magalhães (Folião, Terno de Reis dos Figueiredos). Januária, 05/01/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

DIAS, Waldir Gonçalves (Capitão de folia de reis). Comunidade Olhos D'água, 30/12/2010. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

FARIAS, Adenise Evangelista dos Santos. **Entrevista.** Januária/ Barreiro: 30/12/2011. (sem áudio).

FERNANDES, José (Zé Vermelho – Capitão de folia de reis). Entrevista, Comunidade Barreiro, Januária, 30/12/2011 (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

FIGUEIREDO, José Victor Dias. **Entrevista:** Januária: 08/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

FIGUEIREDO, Antônio Borges. **Entrevista.** Januária: 04/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

FIGUEIREDO, Maria Borges (D. Bia). **Entrevista.** Januária: 07/09/2011; (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

FIGUEIREDO, Miguel Borges. **Entrevista.** Bonito de Minas: 06/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

LOPES, João Batista da Conceição. **Entrevista:** Januária: 05/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

LOPES, Manuel Antônio (Terno dos Figueiredos). **Entrevista:** Januária: 04/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

MAGALHÃES, Laudelino Pereira (Dino – Terno dos Figueiredos). **Entrevista:** Januária: 07/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

MAGALHÃES, Maria Ferreira (D. Conceição). **Entrevista.** Januária: 02/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

MATOS, Julia Moreira de. **Entrevista.** Januária/Cabana: 03/01/2012. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).

- MESQUITA, Cícero Luiz de. **Entrevista**. Januária: 02/01/2012. (entrevista sem áudio).
- MONTEIRO, Sônia Marise de Aquino Ferreira. **Entrevista**. Januária, 05/01/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- OLIVEIRA, José Correia de (Zé Preto). **Entrevista**. Januária: 05/01/2012. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- ROCHA, Olegária Nunes da. **Entrevista**. Januária: 02/01/2012. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- SANTOS Francisca Pereira dos (D. Chica). **Entrevista**. Januária: 01 e 03/01/2012. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia).
- SANTOS, Pedro Alves dos . **Entrevista**. Januária: 02/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- SANTOS, Pedro Henrique Almeida (Terno dos Temerosos). **Entrevista**. Januária: 02/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- SANTOS, Zilda Soares dos. **Entrevista**. Januária: Alegre, 03/01/2012. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- SILVA, Antônio Ribeiro da. Comunidade Olhos D'água, 30/12/ 2010. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- SILVA, José Evangelista da (Zé do Cavaquinho). **Entrevista**. Januária 03/09/2011. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia).
- SILVA, Lindaura dos Santos. Entrevista: Januária/Barreiro: 30/12/2011. (sem áudio).
- SILVA, Lourival Batista da (Lôro). **Entrevista**. Januária: 03/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- SILVA, Maura Moreira. **Entrevista**: Januária, 05/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- TEIXEIRA, Sebastião Lopes (Lopinho). **Entrevista**: Januária: 04/09/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- TRINDADE, Oresta Borges. **Entrevista**: Januária: 06/01/2011. (Entrevistadora Iara Toscano Correia).
- VIANA, José Raimundo. **Entrevista**. Bonito de Minas: 06/09/2011. (Entrevistadora: Iara Toscano Correia).

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ana Alaíde Barbosa do. **História e Memória de Januária**: a preservação do conjunto urbano entre os anos de 1940 e 2006. Januária/MG. 2007. Monografia (graduação em História) Instituto Superior de Educação de Januária/ISEJ, CEIVA, Januária, 2007.
- AMARAL, GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. Cultura Clerical e folia popular. **Revista Brasileira de História**. V.17, N.. 34. São Paulo, 1997.
- AMARAL, Rita de Cássia Melo. **Festa à Brasileira**: significados do festejar, no país “que não é sério”. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: USP/FFLCH/Depto. Antropologia, 1998.
- AMBRÓSIO, Manoel. **Antônio Dó**: o bandoleiro das barrancas. Januária: Prefeitura Municipal de Januária/Lion's Club, 1976 (Encontro com o Folclore).
- AMBRÓSIO, Manoel. **Brasil Interior**: palestras populares – folk-lore das margens do São Francisco. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2010. (2. ed., no prelo).
- AMBRÓSIO, Manoel. **História de Januária**. Januária: UNIMONTES. (Transcrição dos Manuscritos originais, sem publicação);
- ANASTASIA, Carla Maria Juno. A Revolta de 1736 no Sertão do São Francisco. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, 2(4): 7-47, jul./dez., 1995.
- ANASTASIA, Carla Maria Juno. **Vassalos e Rebeldes**: violência coletiva nas Minas da primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1992.
- ANDRADE, Manoel Correia de **Áreas de Domínio da Pecuária Extensiva e Semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas Gerais**. Recife: Min. Interior/SUDENE, 1982.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A problemática da seca**. Recife: Líber Gráfica e Editora, 1999.
- ANDRADE, Mario. **Danças dramáticas do Brasil**. I tomo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1982. (Reconquista do Brasil; v. 70).
- AVELINO, Clodoaldo M. Educação e Cultura In: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, SOCIEDADE DE AMIGOS DO SÃO FRANCISCO. **Januária - Comemoração do 1º Centenário**. Belo Horizonte, Sociedade de Amigos do São Francisco, 1960.
- AZEVEDO, Sílvio Brasileiro de. O Município e suas possibilidades. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, SOCIEDADE DE AMIGOS DO SÃO FRANCISCO. **Januária - Comemoração do 1º Centenário**. Belo Horizonte, Sociedade de Amigos do São Francisco, 1960.
- AZZI, Riolando. **O Catolicismo Popular no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BAGGIO FILHO, Hermando. **O Município de Buritizeiro e a questão do pinus e eucalipto**: implicações do seu plantio homogêneo generalizado no meio ambiente físico, biológico e socioeconômico. In.: RODRIGUES, Luciene; MAIA, Cláudia. (org.) **Cerrado em Perspectiva(s)**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec; Brasília/ EDUNB, 2008.

BARTHES, Roland e MARTY, Eric. Oral/ escrito. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, nº 11, 1987.

BATISTA, Ana Laressa Almeida. **Romaria dos mártires da terra Xacriabá - 20 anos de luta e esperança: a construção do mito Rosalino na memória do povo indígena (aldeia Xacriabá 1987-2007)**. Monografia (graduação em História). Januária: Instituto Superior de Educação de Januária/ISEJ, CEIVA, Januária, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAYARDO, Rubens. Cultura e Desarrollo: ¿nuevos rumbos y más delo mismo?. In.: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias & Políticas da Cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza/ o narrador. In: _____. **Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: do indígena ao colonizador**. Brasília: Solo, 1994.

BHABHA, Homi k. Locais da Cultura. In: _____. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007.

BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969, p. 05-06. (Novo Testamento).

BIZERRA, Policarpo. **Tragédia dos Flagelados: romance da enchente de 1979**. Januária: Tipografia Brasil, 1979, p. 10. (Poesia de Cordel)

BONESSO, Márcio. Os Encontros das Folias de Reis: uma diferente configuração de festas e associações no Triângulo Mineiro. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, (34) p.323-366, Jan. Jun. 2006.

BONESSO, Márcio. **Os encontros das bandeiras de reis: um estudo sobre as festas e as associações do catolicismo popular no Triângulo Mineiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Carlos: UFSCAR, 2006.

BORGES, Maristela Corrêa, 1964- **Os Errantes do Sagrado: uma geoantropologia dos tempos e espaços de criadores populares de cultura em São Romão, norte de Minas**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Uberlândia: UFU/PPG-Geografia, 2010.

BOSI, Ecléa. Cultura e Desenraizamento. In.: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1992, p.33-41.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In.: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 109-32. (Coleção CULT).

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na Rua**. Campinas: Papirus, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Folia de Reis de Mossâmedes**. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1977.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás**. Goiânia: UFG, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sacerdotes de Viola: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BRASIL. IPHAN/CNFCP. Relatório de Atividades 2006. Disponível em: www.cnfcp.gov.br/pdf/Relat%F3rio%20de%20atividades%20CNFCP%202006.pdf, Acessado em 10/10/2011;
- BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural. **Plano Setorial para as Culturas Populares/MINC;SID**. Brasília, 2010, p. 06.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- BURKE, Peter. História como memória social. In.: _____. **Variedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 69-89.
- BURTON, Richard. **Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1977
- CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Antologia do Folclore Brasileiro**. Rio Grande do Norte, snt. s.d.;
- CAMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do folclore brasileiro**. 11. ed. ed. São Paulo: Global, 2002. (Edição ilustrada).
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. (Encyclopaedia).
- CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- CANESIN, Maria Tereza; SILVA, Telma Camargo da (org.). **A Folia de Reis de Jaraguá**. Goiânia: Centro de Estudos da Cultura Popular, 1983. (Col. Religiosidade Popular).
- CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: J.K - J.Q**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CASTRO, Afrânio Pimenta. Comarca e Fôro. In: **Januária - Comemoração do 1º Centenário**. Belo Horizonte, p. 48.
- CASTRO, Zaíde Maciel de E. COUTO, Aracy do Prado. **Folia de Reis**. Rio de Janeiro, MEC/FUNARTE, 1977.
- CATENACCI, Vivian. Cultura Popular: entre tradição e transformação. **São Paulo em Perspectiva**. v.15 n.2 São Paulo abr./jun. 2001.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Entendendo o Folclore**; 03/2002. Disponível em www.cnfcp.gov.br/interna.bhp?ID_secao=100; Acessado em 21/08/2010.
- CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução Epharaim Ferreira Alves. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHARTIER, Roger. A “nova” história cultural existe?. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M.P. e PESAVENTO, S. J. (org.) **História e Linguagens**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, n.17, 2004.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 08, no. 16, 1995.

CHARTIER, Roger. Leituras “Populares”. **Formas e sentidos**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003. (Col. História de Leitura);

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2003.

CHAVES, Wagner Neves Diniz. **A bandeira é o santo e o santo não é a bandeira**: práticas e presentificação do santo nas folias de reis e de São José, Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPG-Antropologia Social. 2009.

CLEPS JR.; BRANDÃO. C. R. (org.) **Tempos e Espaços nas Comunidades Rurais no Alto e Médio São Francisco, Minas Gerais**: uma pesquisa interdisciplinar sobre permanências e mudanças nos modos de vida em comunidades rurais ribeirinhas. Relatório de Pesquisa. Edital MCT/CNPq 61/. Uberlândia/Montes Claros: UFU/UNIMONTES, 2009.

COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CORREIA, Iara Toscano. **João Relojoeiro**: um santo no imaginário popular. Uberlândia: EDUFU, 2004.

COSTA, Cléria B. da.; MACHADO, Maria C.T. (Org.) **Literatura e história**: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006.

COSTA, João Batista de Almeida. A festa dos Catopés de Montes Claros. **Cadernos de Ciências Sociais**, Montes Claros: UNIMONTES, 1995.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianeiros**: englobamento exclusão e resistência. Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília: UnB, 2003.

COSTA, João Batista de Almeida. O Jogo de Espelhos da Memória e da Historiografia: as origens da ocupação e povoamento do Norte de Minas. **Funorte Humanidades**. Montes Claros: Funorte, v. 1, n 1, 2006, p. 35-49;

COX, Harvey. **A Festa dos Foliões**. Petrópolis: Vozes, 1974.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Revista Pós-História**. São Paulo, nº17, Nov. 1998. p. 269-280,.

DAVID, Robson e TORRANCE, Nancy (Org.) **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

DAYRELL, Carlos Alberto. Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de Quem não Aparece nos Relatórios dos Agrobusiness. In: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos (org.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Edusc, 2002.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações**. Fortaleza/Rio de Janeiro: EdufCeará/Tempo Brasileiro, 1983.

ESCOBAR, Suzana Alves. **Educação indígena no universo Xacriabá: saberes e luta na vida e na voz do seu povo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Uberlândia: UFU/PPG-Pedagogia. 2004.

FAGUNDES, Gisele; MARTINS, Nahilson. **Capítulos Sertanejos**. Montes Claros: s/e. 2002.

FAGUNDES, Giselle; MARTINS, Nahilson. **Alvará de Perdão Concedido a D. Maria da Cruz, viúva**. Montes Claros: s.ed, 2006;

FERREIRA, Juca. Um grande encontro no coração do Brasil: a mudança pela cultura. **Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura, 2005, p. 19.

FONSECA, Edilberto José de Macedo. **Temerosos Reis dos Cacetes: uma etnografia dos circuitos musicais e das políticas culturais em Januária-MG**. Tese (Doutorado em Música). Rio de Janeiro: UNIRIO/PPG-Música, 2009.

FONSECA, Edilberto José de Macedo. **Terno dos Temerosos**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/CNFCP/ Ponto de Cultura Centro de Artesanato, 2010 . (Encarte CD).

GABARRA, Larissa Oliveira. **O Reinado do Congo no Império do Brasil: o congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PUC: PPG-História, 2009.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. Cultura Clerical e folia popular. **Revista Brasileira de História**. V. 17, N. 34. São Paulo, 1997.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Anotações à margem do regionalismo. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, nº 5, 2000, p. 44-55.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Introdução à edição italiana. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In:_____. **Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GOLOVATY, Ricardo Vidal. **Cultura Popular**: saberes e práticas de intelectuais da imprensa e devotos de santos reis, 1945-2002. Dissertação (Mestrado em História) Uberlândia. UFU/ Pós Graduação em História, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In.: TREVISAN, M. J. (org.) **50 anos em 5 ... a FIESP e o desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil de J.K.** Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 1991;

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães e PEREIRA, Edmilson de Almeida. Peregrinos do Sagrado: um estudo da folia de reis. In.: _____. **Do Presépio à Balança**: representações sociais da vida religiosa. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Ed. Dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 35ª impressão.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 18.

JUNIOR, Marcelo. Festa dos Santos do Rio comemora 150 anos de Januária. **O Norte**. Disponível em: www.onorte.net/noticias.php?id=29911; Acessado em 26/10/2012.

KANTOR, Iris e JANCSÓ, István (org.) **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim e OLIVEIRA, Anderson Aparecido Gonçalves. Comemorar / festejar: sons, batuques, louvações e rememorações. In: KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim et. alli.(org.) **São Marcos do Sertão Goiano**: cidades, memória e cultura. Uberlândia: EDUFU/SEFAC, 2010, p. 269-181.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim e OLIVEIRA, Anderson Aparecido Gonçalves. No (des)compasso da festa: o reencontro de muitas histórias. **História e Perspectivas**. Uberlândia (34):367-392, jan/jun. 2006, p. 367-391.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim Katrib. **Foi assim que me contaram**: recriação dos sentidos do sagrado e do profano do congado na festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário (Catalão-GO - 1940 a 2003). Tese. (Doutorado em História), Brasília: UNB: PPG em História, 2009.

KUPER, Adam. **Cultura**: visão dos antropólogos. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru: EDUSC, 2002.

LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa**: o rio São Francisco. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História, Einaudi, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História, Einaudi, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.

LIMA, Ricardo Gomes – **Trajatória**. In.: www.acasa.org.br/ensaio.php?id=266&modo; capturado em 15/10/2012.

LIMA, Ricardo Gomes. **O Senhor dos Flandres**. Encarte 122 da Sala do Artista, do Museu de Folclore Edison Carneiro.

LUZ, Geraldo Moura. **Folhas de Outono**: memórias. Viçosa: Typográfica, 2006.

MACEDO, Pedro Lúcio Costa. **Diagnóstico sócio ambiental na localidade de Ana da Rocha, município de Bonito de Minas-MG, após a intermitência do córrego Macaúbas**. Monografia (Graduação em Geografia). Januária: Instituto Superior de Educação de Januária/ISEJ/CEIVA, Januária, 2007.

MACHADO, Maria Clara T. **Cultura Popular e Desenvolvementismo em Minas Gerais**: caminhos cruzados de um mesmo tempo. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, 1998.

MACHADO, Maria Clara T. Folia de Reis: liturgia do povo recriando o mistério da vida. In: PATRIOTA, Rosângela e MACHADO, Maria Clara T. **Histórias e Historiografia**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

MACHADO, Maria Clara T. Raízes fundantes da cultura popular nos sertões das Gerais. **Revista ArtCultura**. Uberlândia, v4, n, 4, Janeiro a junho, 2002.

MAFRA, Rennan. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação**: mídia, comunicação estratégica e mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitscheck**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2003.

MARTINS, Saul. **Antônio Dó**. 3.ed. Belo Horizonte, 1997.

MARTINS, Saul. **Canção da terra: poemas**. 1998.

MARTINS, Saul. **Folclore Brasileiro**: Minas Gerais. Rio de Janeiro: MEC/SEC; FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

MARTINS, Saul. **Folclore**: teoria e método. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.

MARTINS, Saul. **Os barranqueiros**. Belo Horizonte, 1969.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATOS, Olgária. História e Memória. In: _____. **Contemporaneidades**. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia Editora Nacional, 2009.

MELLO, João Manoel Cardoso; NOVAIS, Fernando. O Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In.: SCHWARCZ, Lilian Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. (vol. 04)

MELLO, Oliveira. Folia de Reis. In: _____. **Minha terra, suas lendas, seu folclore**. Paracatu: Ed. Prefeitura Municipal, 1985.

MENDES, Alípio. Reis e Pastorinhas. **Boletim da Comissão Fluminense do Folclore**. Niterói: 1(2), Abril, 1970.

MILITÃO, Andréia. Nunes. **Devotos da Cor**: as festas religiosas de São Benedito na cidade de Guaratinguetá-SP. Franca: UNESP. Dissertação (Mestrado em História), 2001, p. 21.

MORAIS FILHO, Melo. **Festas e tradições populares no Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1979.

MOTA, Elza Cristiny Carneiro. **Januária Centenária**: um estudo sobre política e imaginário. 2009. Monografia (Graduação em História) Januária: Instituto Superior de Educação de Januária, p. 20.

NEVES, Erivaldo Fagundes. O Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**: Hist. Soc. Vitória da Conquista. V. 03, Nº1.

NEVES, Zanone. Januária na Literatura dos Viajantes. **Boletim- Comissão Mineira de Folclore**, Belo Horizonte, nº 18, Nov/1997, p. 204. (Edição Especial: 100 anos de BH, 80 anos de Saul Martins).

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo. Nº 10, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto. **Política e Políticas Indígenas**: a experiência Xacriabá. . Dissertação (Mestrado em Antropologia) Brasília: UnB/PPG-Antropologia Social. 2008.

OLIVEIRA, Francisco de . **Elegia para uma Re(li)gião**. SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: 1977.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de Desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

ORTIZ, Renato. Os artífices mundiais da cultura. In: _____. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**. São Paulo: Olho D'Água, 1992.

OS Brasileiros que lutam contra a corrupção. **Jornal Nacional**: edição do dia 02/10/2008. Disponível em : <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL783103-10406,00.html>, acesso em: 01/07/2011.

PALADIN JR. Heitor Antônio. **Etnogeografia**: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xacriabá no Norte de Minas Gerais. Tese (doutorado em Geografia). São Paulo: USP/FFLCH, 2010.

PEDROSO, Carlos. **Folia de Reis**: folclore encantado. Uberaba: Poligráfica, 2003.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Geografia). Uberlândia: UFU/PPG-Geografia, 2007.

PEREIRA, Anete Marília; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Cidades Norte Mineiras**: entre o urbano e o rural. In.: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo>, s/p, 2004.

PEREIRA, Antônio Emílio. **Januária. Relicário Fotográfico**. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2008.

PEREIRA, Antônio Emílio. **Memorial Januária**: Terra, Rios e Gente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

PEREIRA, Edimilson de Almeida; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. **Flor do não esquecimento: cultura popular e processos de transformação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX**. Montes Claros: UNIMONTES, 2002.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A SUDENE e a questão regional: história e historiografia. In.: XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP, UNICAMP. Campinas, 06 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom (**Anais**).

PERNIOLA, Mário. Mais-que-sagrado mais-que-profano. In: GARCIA, M.A.B.; KERN, M.L.B. (Org.) **As questões do sagrado na arte contemporânea da América Latina**. Porto Alegre: ED. UFRGS, 1997.

PESAVENTO, Sandra J. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 (Coleção Histórias &... Reflexões).

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatú e Alto Paranaíba - MG**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro: UNESP, 1988.

PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

PINTO, Júlio Pimentel. Os Muitos Tempos da Memória. **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, nº 17, 1998, p. 203-211.

PITOMBO, Mariella. Entre o Universal e o Heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura na UNESCO. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiri. **Teorias e Políticas da Cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro:, vol. 1, nº 2, 1996, p. 59-72.;

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. **Revista História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CPDOC/FGV, 2000, p. 67-71.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 5. ed. 2002, p. 103-130.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral Diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro e Dea Ribeiro Fenelon. **Revista Projeto História**. São Paulo, (14) fev. 1997, p. 27.

PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo, (15), abr. 1997, p. 13-49.

PORTO, Guilherme. **As Folias de Reis no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Funarte/INF, 1982. (Prêmio Sílvia Romero).

PRANDI, Carlo. Popular. **Enciclopédia Einaudi**, n. 36. Vida/Morte – Tradições – Gerações. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p-199-226. 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA, SOCIEDADE DE AMIGOS DO SÃO FRANCISCO. **Januária - Comemoração do 1º Centenário**. Belo Horizonte, Sociedade de Amigos do São Francisco, 1960.

PRIMEIRO Século de Januária. **Silhueta**: Revista Mensal Ilustrada:, nº 95, 1960, p. 15.

PROUS, André, JORGE, Marcos, RIBEIROS, Loredana. **Brasil Rupestre**: Arte pré-histórica brasileira. Editora Zencrame Livros, 2006.

RAMOS, Moura (org.) **A Festa na vida**: imagens e significado. Petrópolis: Vozes, 2002.

REBELO, Marques. Januária. **Melhores Crônicas**: Marques Rebelo. São Paulo: Global, 2004, p. 133. (Coleção melhores crônicas).

RENGER, Friedrich E. A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas. In.: RESENDE, M.R. L. de & VILLALTA, L. C. (org.) **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007, 127-137.

RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Cláudio Noel. **A Festa do Povo**: pedagogia de resistência. Rio de Janeiro: Vozes, 1982; ALMEIDA, Jaime. Todas as festas, a festa? In.: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no Plural**. Brasília: UNB, 1994.

RIBEIRO, Joaquim. **Folclore de Januária**. Rio de Janeiro: MEC/Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1970.

RIBEIRO, Joaquim. **Pesquisa sobre Januária (MG): 1959-1960 – Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: IPHAN/ Museu Nacional de Cultura Popular, (CD – classificação CD0192, Vols. 1,4,6 e 7).

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo. In.: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos (orgs.) **Cerrado e Desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Unimontes/CAA, 2000;

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, Lugar Desertado**: o cerrado na cultura de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Vol. I e Vol. II);

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et. Al.]. Campinas: Editora da Unicamp. 2007, p. 335.

RODRIGES, Marly. **A década de 50**: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. Et al. **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento Agrícola e o Grande Projeto Jaíba**: Uma Interpretação: 1970-1996. Tese (Doutorado em Economia) São Paulo. FFLCH/USP, 1998.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: veredas. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das idéias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAINT-HILAIRE. August de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975;

SAINT-HILAIRE. August de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SALIM, Celso, A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrado no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cadernos de Difusão Tecnológica**. Brasília, 3 (2), Maio/Ago. 1986, p.297-342.

SANCHIS, Pierre. **Arraial: a festa do povo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

SANTOS, Humberto. Justiça pune prefeito e vice-prefeito de Januária. **Jornal Hoje em Dia**, 13/01/2011. Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/noticias/politica/justica-pune-prefeito-e-vice-prefeito-de-januaria-1.227355>, Acesso em 05/07/2011.

SÃO JOÃO. Concurso de Português e Matemática. **Ginásio, Escola Normal e Escola Técnica de Comércio São João**. Januária, 1961, 4 p. (Cartaz de divulgação das notas)

SARLO, Beatriz. Tempo passado. In.: _____. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetivo**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAMA, Simon. Introdução. In.: _____. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 14-30.

SCHWARCZ, Lilian Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras. 1998 (vol 4).

SCHWARZ, Roberto. Fim do século. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 4/12/1994. Mais!, p. 6-9.

SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. **História – Questões & Debates**. Paraná, n32. ano 17, jan./jun. de 2000, p. 75-95.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os espaços (in)elásticos da memória: memória voluntária e involuntária. In: _____. **Razão e Paixão na Política**. Brasília: UnB, 2001.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Org.). **Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2000.

SEIXAS, Jacy Alves de. Tempo e espaço eu confundo ... tropeços de memórias e histórias. In: SEIXAS, Jacy; CESAROLI, Josianne (Org.). **UFU, ano 30 - tropeçando universos (artes, humanidades, ciências)**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

SESC LACES de Januária-MG. **O dia dos Santos do Rio**. (Projeto do Evento). Januária: SESC, 2005.

SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **A Caretagem como prática cultural: fé, negritude e folia em Paracatu (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: UFU/PPG-História, 2005.

SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **Benditos Amaros – remanescentes quilombolas em Paracatu: memórias, lutas e práticas culturais (1940-2004)**. Tese. (Doutorado em História). Uberlândia: INHIS/PPG-História. 2011.

SILVA, Rosângela Corrêa da. **O Caminho dos Sertões no Processo de Colonização de Januária**. 2007. Monografia (Graduação em História). Instituto Superior de Educação de Januária/ISEJ, CEIVA, Januária, 2007.

SOUZA, José Antônio de. **Paixões alegres**. São Paulo: Globo, 1996.

STRINATTI, Dominic. **Cultura Popular**: uma introdução. São Paulo: Hedra, 1999.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998

THOMSON, Alistair. Reconstruindo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias. **Revista Projeto História**. São Paulo (15), Abr. 1997, p. 52.

TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular dos Índios, Negos e Mestiços**. Petrópolis Vozes, 1972.

TUPINÁ, Márcio Artur. O Destemeroso. **Jornal Tribuna**. Januária: 10/2003. Ano I, nº I. s./p.

VASCONCELLOS, Francisco de. O Folclorista Manoel Ambrósio. **Separata de Itaytera**, nº 18. Ed. Instituto Cultural do Cariri, patrocínio da Comunidade de Januária, Minas Gerais – 1974, p. 103-120

VELOSO, Cândida Maria Santos. As mudanças da Festa de Agosto: expressão da cultura popular na cidade de Montes Claros. In: COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio. **Contar história, fazer História – História Cultura e Memória**. Brasília: Paralelo 15, p.318-327.

VICENTINI, Albertina. Sertão e Literatura. **Sociedade e Cultura**, 1(1): 41-54, Jan-Jun/1998. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/1778/2139>.(Acessado em 10/09/2010).

VIEIRA, S. M. **Folia de Reis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

VILHENA, Luiz Rodolfo. Os Intelectuais Regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n.32, p. 125-150.

WEITZEL, Antônio Henrique. Folia de Reis. **Revista Comissão Mineira de Folclore**. Belo Horizonte, n. 22, agosto de 2001.